



A DEFESA NACIONAL

VISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



ERALISMO
ACIONALIZAÇÃO
ONÔMICA

**O HELICÓPTERO
NO CAMPO DE BATALHA**
Delwin Peter Laguens Jr.

JAN/FEV-81
N.º 693



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913



SUMÁRIO

Págs.

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR — A ESTRATÉGIA E A TÁTICA — <i>Gen. Bde Diogo de Oliveira Figueiredo</i>	21
DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL — <i>Prof. Therezinha de Castro</i>	33
VISÃO DA CONJUNTURA E O COMPORTAMENTO DIPLOMÁTICO DO BRASIL — <i>Min. Ramiro Saraiva Guerreiro</i>	49
A POBREZA E AS ARMAS — <i>Willy Brandt</i>	65
CREPÚSCULO DO COMUNISMO? — <i>News and World Report</i>	135
A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA POLÍTICA — <i>Gen. Omar Emir Chaves</i>	143
A ESTRATÉGIA CUBANA NA ÁFRICA — <i>Roger W. Fontaine</i>	161

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

LIBERALISMO E RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA — <i>Prof. Dalton Daemon</i>	25
PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA INTERAMERICANO — <i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	77
ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL — <i>Min. A. Delfim Netto</i>	85
REFORMULAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO — 1980	183

ORGANIZAÇÃO, TÁTICA E TÉCNICAS MILITARES

O HELICÓPTERO NO MODERNO CAMPO DE BATALHA — <i>Major Delwin Peter Laguens, Jr. (EUA)</i>	5
AS FORÇAS ARMADAS ESPANHOLAS — <i>Cesar Ruiz-Ocaña</i>	149

GEOGRAFIA, HISTÓRIA, COMUNICAÇÃO

CASTELLO BRANCO — O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR, O CHEFE MILITAR E O ESTADISTA — <i>Gen. Carlos de Meira Mattos</i>	111
CARLOS DELGADO DE CARVALHO — IDEIAS E IDEAIS — <i>Prof. Eurípides Cardoso de Menezes</i>	123

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DESCOMPASSO NA ALTA TECNOLOGIA — <i>Brig. Eng. Aer. Tercio Pacitti</i>	175
--	-----

INFORMAÇÕES	197
-----------------------	-----

LIVROS	201
------------------	-----

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redação - Prédios Tamarit: BERTOLDO Klinger, ELOYAS LEITE DE CARVALHO e J. DE SAUS REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertoldo Klinger, Eloyas Leite de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (coordenador), Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Paschoa Cavalcanti, Euclydes Figueiredo, Tanurda, Amaro Vila Nova, Naciol da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAM NESTE NÚMERO

Banco Sul Brasileiro	2.ª Capa
DERSA	3.ª Capa
Grupo Industrial João Santos	4.ª Capa
Cotonifício da Torre	4
Military Technology	24
CPRM	32
Federação Nacional dos Bancos	48
Coca-Cola	64
Fleischmann & Royal	76
Andes	83
VASP	84
Grupo Silvio Santos	110
CAPEMI	121
BANERJ	122

CDBRA Computadores e Sistemas	
Brasileiros	134
Haegler S.A.	147
GBOEx	148
IMBEL	159
CAEEB	160
NUCLEBRÁS	174
Itapemirim Turismo	180
Furnas Centrais Elétricas	181
CBPE	182
Caixa Econômica de São Paulo	195
Volkswagen	196
TRANSBRASIL	200
BANESPA	203
BIBLIX	204/5
GENEAL	206

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

DATA

N.º

2-3-84

18

NOSSA CAPA:

O **ESQUILO**, novo helicóptero militar brasileiro, produzido pela **HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A. - HELIBRÁS**, foi desenvolvido a partir do mais moderno helicóptero do mundo, equipado com metralhadora 7,62, na cabine, e lançadores de foguetes 35mm a 70mm, fabricados pela **AVIBRÁS**. Como sua versão civil, também já produzida no Brasil, ele utiliza materiais e processos de fabricação da mais avançada tecnologia.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A DEFESA NACIONAL"

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;
DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Art José Pordeus Maia; DIRE-
TOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRE-
TOR-TESOUREIRO: Ten Cel Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDA-
TORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav
Edson Alves Mey; Desembargador Antonio Arruda; Ten Cel Art
Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Francisco Stuart
Campbell Pamplona; Ten Cel Eng José Galaôr Ribeiro; Ten Cel Inf
Roberto Silvio Duarte Oliveira; Ten Cel R/1 Alcestes Guanabarro de
Oliveira; CF José Correia de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos
Santos Seixas; Ten Cel Art Marcello Rufino dos Santos; Maj Inf Hiram
de Freitas Câmara; Maj Inf Marco Antonio Sávio Costa; Prof José
Alberto de Assumpção; EDITORAÇÃO: José Livio Dantas; PUBLI-
CIDADE: Floriano Sampa.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 500,00 — Exterior —
US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 100,00. As importâncias deverão
ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 243-0563 — CEP 20221 — Rio
de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem
pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos
originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ



O HELICÓPTERO NO MODERNO CAMPO DE BATALHA

Delwin Peter Laguens, Jr.

Major, Exército dos Estados Unidos

INTRODUÇÃO

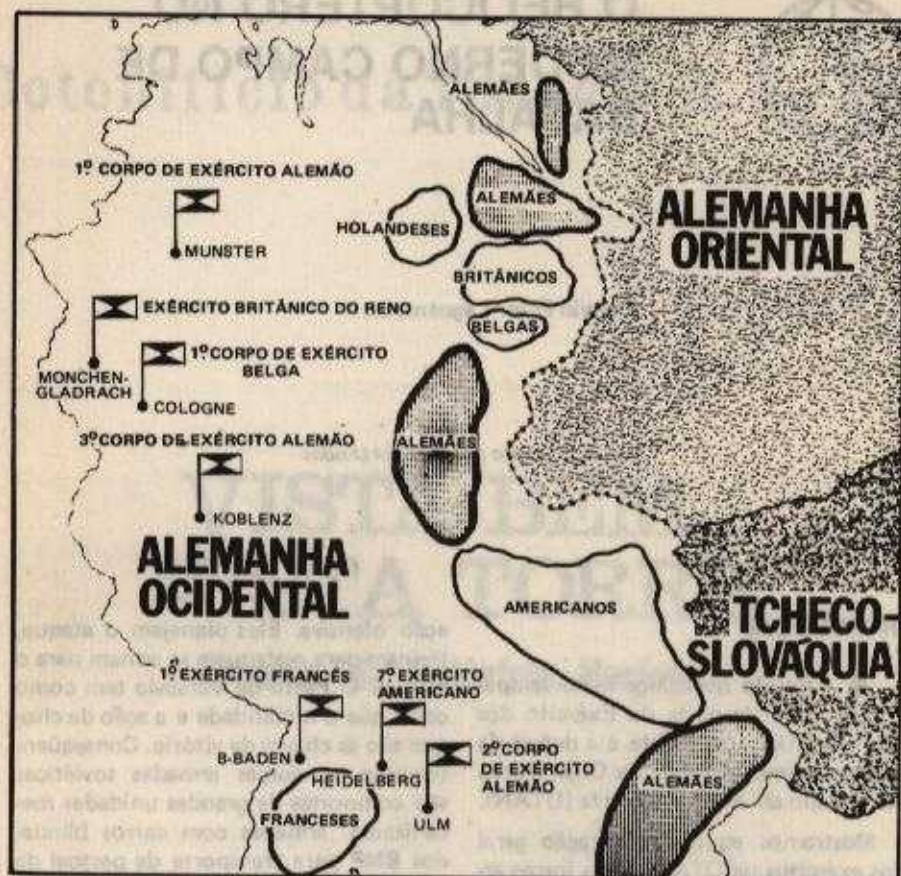
A missão que exige maior empenho de parte do Exército dos EUA atualmente é a defesa da Europa, como membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Mostramos aqui a localização geral dos exércitos da OTAN. Essas forças armadas estão localizadas ao longo de corredores que poderão ser utilizados para deter uma ameaça de forças mecanizadas. A concentração de forças alemãs, inglesas, belgas e holandesas atendem ao ponto mais crítico na rota de ataque na Europa — A planície norte da Alemanha.

Vemos adiante a localização geral das forças armadas soviéticas, que representam a ameaça imediata para a OTAN. A OTAN está em inferioridade numérica. Desde a II Guerra Mundial a doutrina básica do Exército Soviético tem sido a

ação ofensiva. Eles planejam o ataque, treinam para o ataque e se armam para o ataque. O Pacto de Varsóvia tem como certo que a mobilidade e a ação de choque são as chaves da vitória. Conseqüentemente, as forças armadas soviéticas são compostas de grandes unidades mecanizadas, armadas com carros blindados BMP para transporte de pessoal da infantaria e tanques T-62. Essas forças de extraordinária facilidade de deslocamento planejam penetrar em território inimigo, conquistando terreno até 100 kms por dia. Os soviéticos mantêm essas forças mecanizadas com todos os tipos de força de combate. Seguindo o exemplo da OTAN, os soviéticos estão aumentando o uso de helicópteros para apoiar suas forças terrestres, com o MI-8 HIP e o MI-24 HIND.

Aeronaves de grande alcance, o MIG 21, o SU-7 FITTER, e o MIG 25 FOXBAT, são destinados a dar cobertura



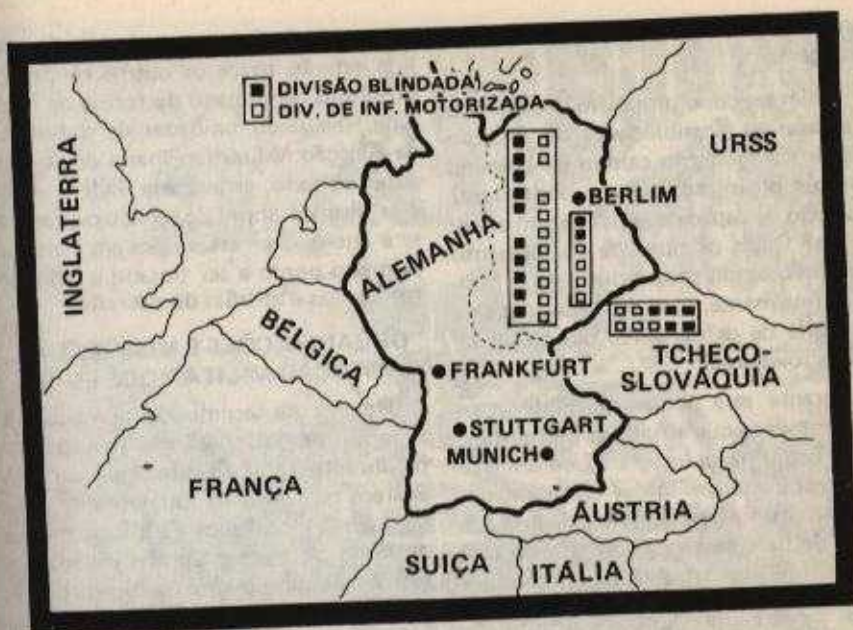
Localização geral dos exércitos da OTAN

ra aérea para ataques e fazer penetrações para enfraquecer os defensores.

O fogo indireto é planejado como parte integrante do ataque. Os soviéticos valorizam a capacidade de utilizar barragens de artilharia móveis, com o fogo de obuzes auto-propulsionados e plataformas múltiplas de lançamento de foguetes. A guerra eletrônica é considerada pelos soviéticos como elemento valioso de força de combate. A interceptação e

o congestionamento da rede de comunicações da OTAN caracterizarão a batalha européia.

Esta é apenas uma amostra da capacidade total do Pacto de Varsóvia, mas dá uma idéia de desafio essencial à OTAN. Vencendo apesar da inferioridade numérica, a Escola de Aviação do Exército dos EUA acredita que a capacidade dinâmica e excepcional da Aviação Militar servirá como poderoso potencial



Localização das forças soviéticas



Corredores de ataque das forças do Pacto de Varsóvia

para uma força numericamente em desvantagem.

Assim sendo, o propósito deste artigo é ilustrar as possibilidades da Aviação Militar no moderno campo de batalha. Como é organizada? O que pode fazer? Que tipo de capacidade bélica tem atualmente? Quais os tipos de equipamento que estão sendo projetados para o futuro e, finalmente, qual é a capacidade da artilharia de defesa aérea das forças armadas soviéticas?

Durante esta apresentação devemos ter em mente que a Aviação Militar funciona como parte integrante de um grupo combinado de forças em combate. Se houver uma guerra, a base da luta nas áreas de batalha será composta de tanques e foguetes teleguiados antitanques de nosso arsenal, infantaria e unidade de

ataque de helicópteros. Apoiando essa luta estarão todos os outros elementos do grupo combinado de forças de combate, incluindo unidades de transporte da Aviação Militar, artilharia de campo, apoio cerrado, engenharia, defesa aérea, e as diversas armas de serviço de combate e apoio. Com estes fatos em mente, o primeiro ponto a ser tratado é o das organizações e missões do exército.

ORGANIZAÇÕES E MISSÕES DA AVIAÇÃO MILITAR DOS EUA

Houve um acentuado aumento na composição da Aviação Militar na Europa durante o ano passado. Esse aumento aparece na forma de batalhões de combate aéreo, localizados em cada divisão de linha de frente. Ocorrerá ainda um maior desenvolvimento na década de 80, quando batalhões de helicópteros de



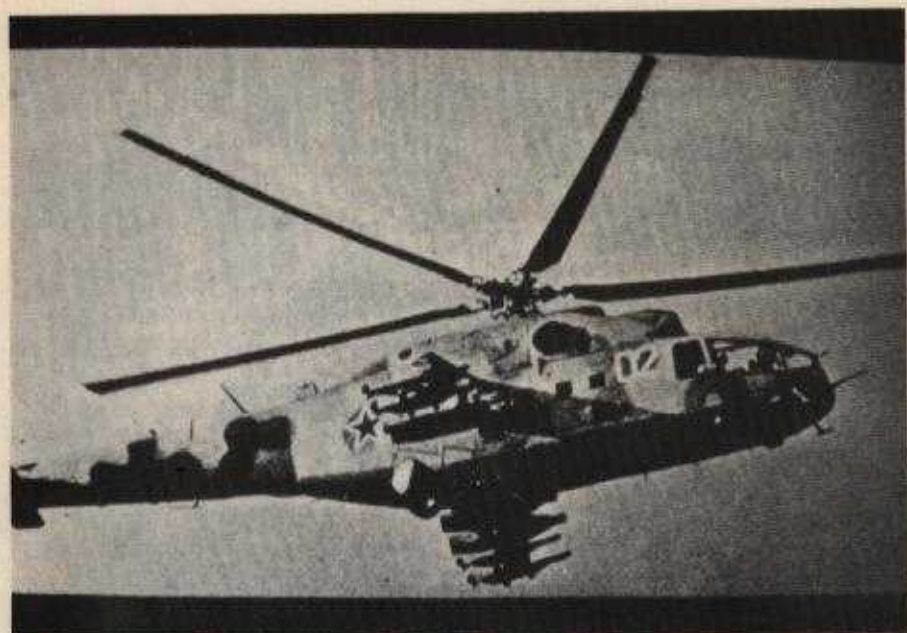
BMP



CC T-62



MI-8HIP



MI-24 HIND

apoio geral e de ataque forem incorporados a nível de corpo.

O batalhão de aviação de combate (o CAB) foi criado para explorar a mobilidade do helicóptero no campo de batalha. Vamos examiná-lo em termos de combate da divisão. A arma mais versátil e eficaz para destruição de tanques inimigos é o nosso atual helicóptero de ataque. Duas companhias de ataque se encontram no batalhão da aviação de combate à disposição imediata dos comandantes de Divisão e Brigada. Uma companhia tem os helicópteros AH-1S de ataque e OH-58 de observação mostrados aqui. A missão do helicóptero de ataque é destruir tanques e forças mecanizadas. Quando a unidade entra em luta os aviões de reconhecimento localizam posições de fogo escondidas e indicam alvos para os helicópteros de ataque

aproveitarem ao máximo o alcance de seus foguetes TOW, um foguete contra tanques.

Mobilidade para as unidades de combate e de abastecimento numa divisão de linha de frente é proporcionada pela companhia de aviação de apoio de combate do CAB.

A companhia tem os helicópteros UH-1 mostrados aqui. Esta unidade cumpre uma variedade de missões: reposicionamento de tropas para posições de bloqueio para reforçarem as linhas de frente; coordenação aérea de posições para os grupos terrestres anti-tanques; reabastecimento de forças em luta, colocação de pontos de rearmamento e reabastecimento para as forças aéreas; distribuição aérea de minas ou sensores terrestres de transmissão automática, e remoção de feridos.

BATALHÃO DE AVIAÇÃO DE COMBATE

Cia Cmdd

Cia Av Div



17-OH



13-UH

Cia Hlpt Atq

Cia Hlpt Atq



21-AH



12-OH



3-UH



21-AH



12-OH



3-UH

Cia Av Ap Cmb

AVIM



23-UH



1-UH-1

Organograma
de um Batalhão
de Aviação de Combate



AH-1S

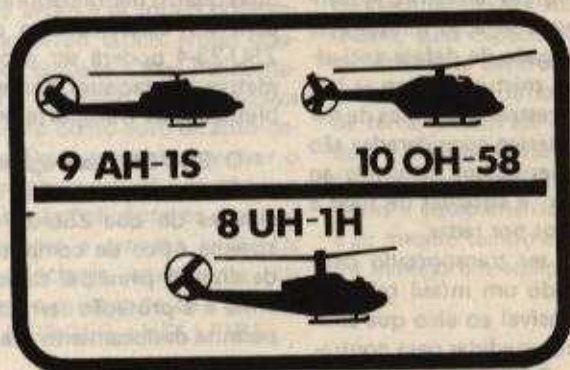
Os comandantes de divisão e brigada recebem ainda o apoio da companhia de aviação da divisão. Ela tem os UH-1 e os OH-58, para o fornecimento de: aeronaves de comando e controle para coordenação do campo de batalha entre os comandantes e suas equipes, serviço de transmissão de rádio, mensageiros aéreos para atuarem durante períodos de batalha eletrônica intensa; observadores aéreos avançados para fogo de artilharia; e colocação aérea de fios para ligar unidades de comunicação suplementar sem rádio. Completando o batalhão há o quartel general e companhias de manutenção para possibilitar operações contínuas e a disponibilidade em grande escala de helicópteros.

Um assunto para discussões prolongadas no Exército dos EUA é a cavalaria aéreo-transportada. Na Europa, onde a

maior ameaça é a das forças blindadas e mecanizadas, as unidades de cavalaria aéreo-transportada foram convertidas em companhias de helicópteros de ataque para dar maior potencial de fogo na destruição dos tanques do Pacto de Varsóvia. Enquanto esta conversão for orientada no sentido de aumentar a força de ataque de helicópteros, não deve levar à conclusão de que haja menor necessidade da cavalaria aéreo-transportada.

Historicamente, uma organização de estrutura da cavalaria aéreo-transportada proporciona economia inigualável de forças. Uma tropa tem elementos de reconhecimento voando em helicópteros OH-58 para detectar e imobilizar o inimigo, helicópteros utilitários para deslocarem pelotões orgânicos terrestres, e helicópteros de ataque para proteger as tropas e destruir os alvos oportunos. A

Esq'd Cav Aé



cavalaria aéreo-transportada é a força ideal para descortinar flancos e localizar o inimigo à frente de unidades terrestres. É a menor e a unidade mais econômica disponível para a proteção de áreas onde o inimigo não atacaria normalmente, mas que precisa cobertura para evitar surpresas.

Os comandantes de divisão de linha de frente terão mais força aérea de combate ao seu dispor com a complementação de um grupo de aviação a nível de corpo. Este grupo é dividido em batalhões de apoio e de ataque. O batalhão de apoio contém companhias de aviação e apoio ao combate semelhantes às de divisão, e mais duas companhias de helicópteros de transporte médio, cada uma composta de CHINOOKS CH-47 mostrados aqui. A sua missão é transportar material pesado para a posição

avançada dos trens da companhia, deslocamento dentro do campo de elementos de apoio ao fogo, localização de pontos de rearmamento e reabastecimento da aviação móvel, entrega aérea de equipamento de engenharia e minas para construção de sistema de barreiras, e movimento geral de tropas e apoio logístico dentro da área de reforço do corpo.

AMEAÇA SOVIÉTICA À AVIAÇÃO MILITAR DOS EUA

Às vezes no campo de batalha uma fraqueza do inimigo aparece e a ação decisiva do comandante de qualquer dos lados pode determinar quem vai ganhar ou perder. O elemento mais distintamente decisivo do comandante do corpo será seu batalhão orgânico de helicópteros de ataque, que possui a capacidade

de alcançar qualquer setor do corpo prontamente. Sendo rearmado e reabastecido rapidamente, ele estará pronto para atender ao combate novamente em outro setor.

Os soviéticos estão a par deste perigo do ar para suas forças terrestres. A principal ameaça para a aviação militar está no sistema sofisticado de defesa anti-aérea dos soviéticos, misturado com as forças de ataque terrestres. As armas de defesa anti-aérea a serem consideradas são os mísseis infravermelhos sensíveis ao alvo, superfície-ar, e sistemas de fogo e mísseis controlados por radar.

O SA-7 pode ser transportado pelo homem, disparando um míssil relativamente simples sensível ao alvo que emite calor. Possuímos medidas para contrataratar e abater o SA-7, mas a ameaça é sua proliferação no campo de batalha. No Vietnã esta arma foi extremamente eficaz contra helicópteros de alta altitude.

SA-9. O seu míssil é também infravermelho sensível ao alvo. O sistema é

montado no veículo blindado de reconhecimento BRDM, que tem a capacidade provada de acompanhar os passos das colunas blindadas soviéticas.

O ZSU-23-4 é um sistema de fogo automático, móvel, dirigido por radar. Suas quatro metralhadoras de 23mm podem ser acionadas em movimento. O ZSU-23-4 poderá ser encontrado a 500 metros dos tanques dianteiros e veículos blindados de transporte de tropas.

O ZSU-57-2 carrega canhões duplos de 57mm para a defesa anti-aérea. Mais simples do que ZSU-23-4, ele tem um sistema ótico de computação mecânica de alvo. A principal característica desta arma é a proteção cerrada blindada que permite deslocamento avançado junto às forças de manobra.

O SA-8 é o mais novo e o único sistema de mísseis superfície-ar autônomo posto em campo pelos soviéticos. O radar do SA-8 permite ao artilheiro acionar o fogo e rastrear dois mísseis ao alvo simultaneamente.



SA-7

Os soviéticos estão expandindo rapidamente sua frota de helicópteros. A presença do helicóptero MI-24 HIND no moderno campo de batalha representa um desafio singular. Os helicópteros de ataque dos soviéticos atuam dentro do nosso alcance aéreo e já foram observados em treino aéreo tático. Nossa doutrina atual de combate a esse helicóptero é: impedir a detecção — ação evasiva — e engajamento como ação de auto-defesa somente. Precisamos desenvolver o mais rapidamente possível um sistema de armamento de helicópteros que nos permita enfrentar a ameaça ar-ar. Os candidatos principais atualmente incluem canhões e mísseis de 20 e 30mm, tais como os STINGER e HELLFIRE.

Todos estes sistemas soviéticos possuem a capacidade de abater helicópteros com vários graus de eficácia. Todos estes sistemas possuem também as mesmas fraquezas — cada um exige linha de visão direta para o alvo, para destruí-lo. A tática da Aviação Militar tira proveito dessa fraqueza. Esta tática se chama vôo seguindo a ondulação terrestre, e é um dos três maiores componentes de sobrevivência da aeronave. O vôo seguindo a ondulação terrestre utiliza a vegetação e o terreno para esconder a aeronave da linha de visão ou observação eletrônica do inimigo. Testes já comprovaram que o vôo seguindo a ondulação terrestre é o fator único mais importante para a sobrevivência numa região de alta periculosidade. O segundo componente chave para a sobrevivência é equipamento pesado ou de sobrevivência. Aqui estão incluídos os sistemas ótico/infravermelho, de radar, e redução de vulnerabilidade/endurecimento de balística. Esses sistemas proporcionam à aeronave e à

tripulação mais meios de sobrevivência, não somente evitando ser descoberta, mas também após ser atingida pelo fogo inimigo. O terceiro componente-chave de sobrevivência é treinamento. O treinamento contínuo da tripulação no reconhecimento do sistema de ameaças armadas, suas capacidades, onde poderão ser utilizadas dentro do campo de batalha, e o plano tático dos comandantes de terra, devem ser enfatizados a fim de que o aviador possa maximizar as capacidades de sobrevivência de nossas aeronaves e equipamentos mais sofisticados, e ao mesmo tempo explorar as fraquezas do inimigo em equipamento, doutrina e tática.

OUTRAS MISSÕES PROGRAMADAS PARA A AVIAÇÃO MILITAR DOS EUA

Além das missões apresentadas preliminarmente, existe uma variedade de outros proveitos, reais e previstos, para a Aviação Militar no moderno campo de batalha. Eles são:

1. Os helicópteros CH-47 e UH-1 de batalhões e corpos de divisão de aviação serão utilizados para colocar minas, equipamento pesado e de demolições para uso da engenharia de combate e outras unidades de terra para executar obstáculos pré-planejados.

2. Meios especiais de captação de informações de aviação a nível de exercício serão utilizados. As aeronaves OV-1 com visão lateral, equipadas com radar, estão em vôo contínuo. Essas aeronaves passam paralelamente a fronteiras políticas a aproximadamente 25 quilômetros dentro de território amigo. Além do OV-1, a aeronave RU-21, equipada com interceptador de rádio e rastreador de direção eletrônico, é utilizada. As emis-

sões eletrônicas detectadas pelos RU-21 confirmam movimentos do inimigo e dão indicações adicionais de tipo e tamanho das unidades. À medida que essas informações são captadas elas são transmitidas para os corpos, as brigadas e as divisões.

3. O comandante da força de cobertura incluirá tropas com helicópteros UH-1 e estabelecerá postos de observação para alertar sobre atividades de aproximação do inimigo.

4. Também em posição avançada com a força de cobertura estariam elementos do batalhão de aviação da divisão de combate. Observadores avançados da artilharia voam em helicópteros OH-58 da companhia de aviação da divisão. O helicóptero permite ao observador avançado ver mais distante do que é possível com o uso de meios terrestres.

5. Outros OH-58 serão usados para fins de comando e controle e colocação de arame entre unidades de terra para reduzir transmissão de rádio.

6. Campos de minas poderão ser rapidamente instalados por UH-1 especialmente equipados, usando o sistema de implantação de minas.

7. Helicópteros UH-1 da companhia de aviação da divisão de combate receberão a missão de reposicionar as equipes terrestres de foguetes TOW (armamento anti-tanques).

8. As necessidades críticas da logística para unidades de combate serão atendidas pelos helicópteros. Os UH-1 fazem entrega de suprimentos da Classe I e III a pontos avançados, tais como os trens de combate da companhia. Cargas pesadas são transportadas para as brigadas pelos helicópteros CH-47, os quais tam-



UH-1 lançando campos de minas

bém reposicionam FARPS (Forward Armament and Refuel Points), para evitar detecção e destruição por parte da artilharia inimiga.

9. Espera-se que helicópteros de ataque e de reconhecimento atuem em conjunto com o apoio compacto da força aérea. Esta combinação de helicópteros de ataque e de observação, mais o apoio compacto da força aérea constituem a equipe de ataque combinada. A unidade de helicópteros de ataque dando apoio a uma força terrestre usa o helicóptero OH-58 para levar o controlador aéreo avançado que, uma vez no ar, será o controlador de batalha aéreo avançado (BFAC). Utilizando o equipamento de rádio do helicóptero, o BFAC finaliza a coordenação com a unidade de terra e ataque de helicópteros e então entra em contacto com outro controlador aéreo-transportado da Força Aérea operando de aeronave de asa fixa, da área de reforço. Aeronaves A-10 da área de reforço compacto são expedidas para o campo de ação. Em contacto por rádio com o BFAC, as A-10 recebem instruções sobre as posições e voam pela rota selecionada para os alvos designados. Com a chegada dos A-10 aos alvos, os helicópteros de ataque surgem e engajam o inimigo em combate, dando prioridade de fogo aos postos de artilharia de defesa anti-aérea do inimigo. A artilharia de alerta também é utilizada para deter a defesa anti-aérea do inimigo. Sobrevoando a área do alvo os A-10 atacam o inimigo com o GAU-8, a metralhadora Gatling de 30mm contra tanque, e os mísseis Maverick.

10. Em 1980, todas as tripulações de helicópteros usarão óculos para visão noturna para desempenhar operações táticas noturnas. A aparência dada por esses óculos é semelhante à da foto. Os

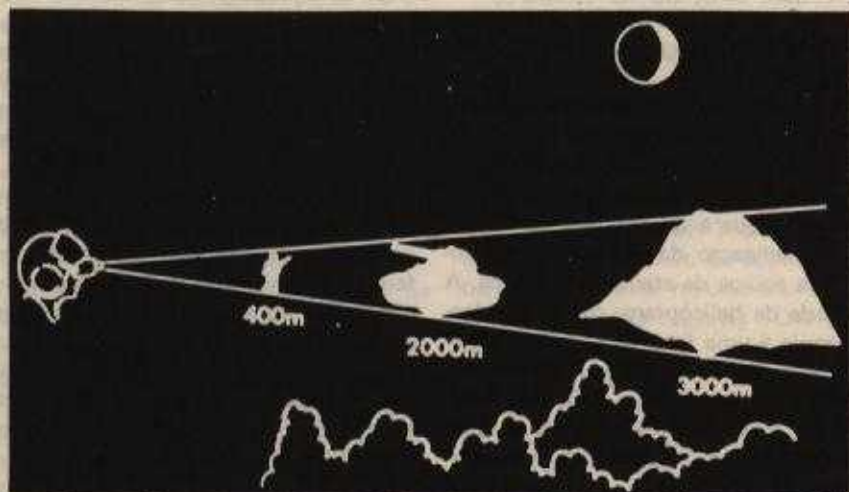
raios de alcance em condições ambientais de luz baixa ou média (equivalente a 1 quarto de lua) são ilustrados na foto. Com luz ambiental média para alta (mais clara do que 1 quarto de lua em equivalência) todos os raios de alcance ficam significativamente aumentados.

11. A ilustração que se segue representa, em 1986, o ataque inimigo de uma força mecanizada, equipada com foguetes de múltiplo efeito, de submunição 2.75", numa operação bem à frente de forças amigas. Estes foguetes, levados por helicópteros de ataque, estarão disponíveis para a unidade e ao mesmo tempo bem longe do alcance do apoio normal da artilharia. Esta ogiva é simultaneamente de alta eficácia contra tropas, material bélico e alvos blindados leves, partindo de distâncias variáveis da linha de tiro.

DISPONIBILIDADES PRESENTES E PROJETADAS DA AVIAÇÃO MILITAR DOS EUA

Nosso atual helicóptero de ataque, o AH-1S pode engajar alvos a uma distância de 3,750 metros — além do alcance efetivo dos sistemas atuais de metralhadoras inimigas (mais de 2 milhas) com a carga básica de oito mísseis TOW. Dentro deste alcance o COBRA dispara uma média de 2 mísseis por minuto do tempo de combate útil.

O AH-64 é conhecido como o helicóptero de ataque avançado armado com o sistema de mísseis HELLFIRE: O AH-64 vai proporcionar uma capacidade de ataque a tanques a longa distância, dia e noite, nunca havida no moderno campo de batalha. O HELLFIRE é um míssil que pode acertar um ponto de laser. Assim é que o elemento de reconhecimento ou designador terrestre po-



Alcances da observação noturna

de selecionar o alvo de um tanque com um raio laser invisível e o AH-64 escondido até a 4 milhas de distância, em posição direta de fogo, lançará o míssil HELLFIRE para destruir o alvo. Além do tiro isolado o AH-64 pode usar fogo rápido e ondulado. Em fogo rápido o AH-64 lança um míssil de 8 em 8 segundos e em fogo ondulado seis mísseis em 12 segundos, contra 6 alvos designados separados.

O AH-64 pode carregar 16 mísseis HELLFIRE, comparado com o COBRA que leva oito mísseis TOW. Dois novos sistemas de aeronaves serão construídos dentro do AH-64. O sistema de designação e alcance de alvo (TADS) permitirá ao co-piloto/atirador identificar mais rapidamente os alvos do campo de batalha, desta maneira aumentando o potencial de destruição dos AH-64. O sistema

de visão noturna de piloto aumentará consideravelmente a capacidade para navegar à noite e em condições ingratas de tempo para os pilotos.

Em 1979 o helicóptero OH-58 não tem a capacidade de alcance de alvo do AH-1S, ao qual dá apoio. As suas principais capacidades enquanto opera com helicópteros de ataque são a habilidade de proporcionar uma plataforma altamente móvel de onde o chefe de equipe dos helicópteros de ataque pode conduzir o combate. Sua carga de combustível de 2,2 horas permite a superposição no campo de batalha, enquanto os helicópteros de ataque se revezam aos postos para rearmar/reabastecer de combustível. A maior falha do helicóptero OH-58 é que ele não possui o potencial de desenvolvimento para apoiar o AH-64. A solução para estas falhas é um helicóp-

HELLFIRE INDIRECT



Tiro indireto (lock on, ponto de início de condução pelo GLLD)

terão para reconhecimento avançado, ou ASH. O ASH postulado precisa ser compatível com o AH-64 em capacidade de alcance e designação, assim como mobilidade, resistência, e uso dia e noite. O ASH deve ter um sistema de visão noturna de piloto e o sistema de designação e alcance de alvo instalados e terá capacidade de reconhecimento de alvo dia e noite, em qualquer condição atmosférica. O sistema de reconhecimento com laser do ASH, deve ainda ser compatível com os sistemas de armas da artilharia de campo e da força aérea. Sua capacidade de localizar e apontar alvos para o AH-64 farão do ASH um elemento singular no campo de batalha moderno. Com as decisões apropriadas atualmente sendo estudadas, o ASH poderá estar pronto em 1986.

O UH-60 BLACKHAWK é o nosso novo helicóptero de transporte que as

unidades de campo estarão recebendo este ano. O BLACKHAWK transporta 11 combatentes ou 8.000 libras em bandoleira. Sua velocidade média é de 170 milhas por hora, por 300 milhas. Além de desempenhar todas as funções relacionadas, o BLACKHAWK opera em combinação com o AH-64. O helicóptero de ataque avançado pode disparar mísseis tão rapidamente que pode desempenhar a missão antes de precisar ser reabastecido. Um conceito é o de que o BLACKHAWK poderá servir de transporte aéreo de munição, levando mísseis HELLFIRE entre os postos de rearmamento e reabastecimento de combustível e os AH-64, desta maneira aumentando o tempo de ação para o helicóptero de ataque avançado.

Em 1979 a movimentação de uma brigada para posições de força de barra-

gem exige 1 hora e 200 viagens por helicópteros UH-1. Esta mesma missão feita pelos BLACKHAWK levaria 39 minutos e 132 viagens: um aumento de 34 por cento em mobilidade.

O CH-47 será nosso transportador principal de cargas grandes durante a década de 80. Estudos feitos a esse respeito comprovaram que será de menor custo melhorar nossas atuais aeronaves do que colocarmos uma força completamente nova. Em 1983 começaremos a introduzir o modelo CH-47 modificado. Esse programa de modernização irá proporcionar um aumento na capacidade de transporte de carga líquida, um sistema de suspensão de gancho TANDEM, que permite aumento de velocidade de voo com carga externa, assim como diminuição da vulnerabilidade ao fogo inimigo.

Anteriormente descrevemos a aeronave de asa fixa para reconhecimento/informações do inimigo. Ainda em 1980 a Europa receberá 12 helicópteros com um sistema de contra-medidas eletrônicas (ECM). Esses helicópteros, junto com os sistemas terrestres existentes, permitirão às equipes de forças combinadas operarem com maior eficácia em ambiente de ameaça ECM.

O sistema de alcance de alvo (SOTAS) montado no helicóptero UH-1 atualmente na Europa, fornece informações atualizadas sobre alvos táticos num raio de até 30 quilômetros avançados do FEBA. De acordo com um conceito de engajamento, esta informação atualizada será imediatamente passada até nível de brigada. Em 1984 esse sistema será montado na estrutura do UH-60 BLACKHAWK.

CONCLUSÃO

Ao longo desta apresentação foram dados exemplos dos diversos modos com que a Aviação do Exército pode contribuir para os sistemas combinados de combate armado.

Em 1979 ou em 1986 só existe uma força aplicável de imediato e de manobra para destruição de tanques sob o controle direto do comandante de terra e que pode se deslocar por dentro de uma área de corpo numa questão de minutos e engajar em combate prontamente, dia e noite — esta é a força de ataque de helicópteros.

A vitória numa batalha terrestre requer o esforço de equipe combinado. Todos os exércitos que combinem a mobilidade do helicóptero com as forças armadas terrestres multiplica suas possibilidades de vitória. Dentro da OTAN, assim como em todos os lugares, o Exército dos Estados Unidos pode lutar, a Aviação do Exército dos Estados Unidos, como membro da equipe de forças combinadas, proporciona novas dimensões ao combate terrestre em termos de potencial de fogo, reconhecimento, captação de informações, comando e controle, e mobilidade em combate.

BIBLIOGRAFIA

- FM 90-1, Employment of Army Aviation Units in a High Threat Environment*
- FM 17-50, Attack Helicopter Operations*
- FM 17-47, The ACCB (Air Cavalry Combat Brigade)*
- FM 17-100, The Division*
- FM 71-3, The Brigade*
- FM 17-95, Cavalry*



O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR - A ESTRATÉGIA E A TÁTICA

Diogo de Oliveira Figueiredo

General de Brigada, Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Oração proferida por ocasião da solenidade de diplomação da Turma de 1980 da ECEME, em 12-12-1980.

Reunimo-nos hoje no auditório Marechal Duque de Caxias para o ato solene de diplomação de cento e trinta e nove oficiais, concludentes de cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no septuagésimo quinto ano de existência do tradicional estabelecimento de Altos Estudos Militares.

Graduam-se cento e vinte no Curso de Comando e Estado-Maior, treze no Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços e seis no Curso de Direção para Engenheiros Militares. Dentre eles destacam-se quatorze Oficiais de Nações Amigas, dos Exércitos da Argentina, Bolívia, Chile, Espanha, Estados Unidos da América, Honduras, Itália, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela, e um Oficial do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha de Guerra do Brasil.

Somos distinguidos com presenças ilustres que abrilhantam a festa e real-

çam a importância da cerimônia: o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ex-aluno e ex-instrutor da Escola; autoridades civis e militares, brasileiras e de nações amigas; colaboradores da Casa; amigos e familiares dos formandos. A todos agradecemos. Prestigiam a Escola e o ato, motivam o júbilo dos que trabalham e estudam na instituição.

A cerimônia de diplomação encerra numerosas, variadas e complexas atividades letivas, desenvolvidas na Escola e fora dela, por todo o imenso território brasileiro. Elas foram cuidadosamente planejadas e realizadas com êxito, graças à competência, ao esforço e à dedicação dos instrutores.

Decisivos foram apoio e diretrizes do Estado-Maior do Exército, do Departamento de Ensino e Pesquisa e da Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento, e a colaboração de Estabelecimentos, Co-

mandos, Organizações e Unidades da Marinha, do Exército, da Força Aérea, do Serviço Nacional de Informações, do Estado-Maior das Forças Armadas, particularmente o Centro de Estudos de Pessoal, a Escola Nacional de Informações, o Instituto Militar de Engenharia, a Escola de Guerra Naval, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e a Escola Superior de Guerra.

Inestimáveis foram a cooperação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e de empresas privadas, e a participação de eminentes conferencistas civis e militares que ilustraram com seu saber nossas classes.

Inexcedíveis em empenho e entusiasmo foram os oficiais-alunos, brasileiros e de nações amigas, irmanados no ideal do aperfeiçoamento profissional, coesos no comportamento disciplinado de soldados, solidários nas dificuldades e aguras da árdua vida militar, abraçados pelos laços de sadia camaradagem, homogêneos no respeito aos postulados da doutrina militar, distintos apenas nos uniformes e emblemas e, por vezes, na solução dos temas escolares, ensejando discussões e debates ricos de argumentos e de idéias, vivendo o processo didático preferido pela metodologia de ensino da Escola.

A conquista do diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército é o último passo de extensa caminhada através do sistema de ensino militar do Exército Brasileiro.

Foi vencida a etapa da graduação nas Escolas de Formação; transposto o estádio da pós-graduação, nas Escolas de Aperfeiçoamento; e, finalmente, galgado o patamar dos altos estudos militares.

Ao término do longo e laborioso processo, cumpre um momento de reflexão em torno de seu significado, tentativa

de avaliar o que a Nação e o Exército esperam dos que em breve estarão com as responsabilidades do comando e do assessoramento em organizações militares, estabelecimentos e órgãos da mais elevada hierarquia nas estruturas do Ministério do Exército e de sua Força Terrestre.

As tarefas do oficial de Estado-Maior desenvolvem-se — desde a criação da especialidade pelo gênio militar de Napoleão — em dois níveis, distintos em dificuldades, em complexidades e em responsabilidades.

O primeiro, reservado aos iniciantes, poderia ser designado como o nível tático. Neste âmbito basta a formação acadêmica, o conhecimento atualizado das armas, dos equipamentos, das táticas, dos conceitos, dos princípios, das normas, dos processos e dos métodos.

É a esfera dos artífices, dos engenheiros, preocupados com as técnicas cujo escopo é a conquista da eficiência da força militar. É matéria suscetível de estudo pela experimentação, pela representação, pela ficção do caso concreto, do tema ou do exercício, via a velha técnica da repetição, do erro e do acerto.

O segundo, mais amplo, mais complexo, mais sutil, de muito maior responsabilidade, posto que decisivo, eleva-se ao grau da estratégia. Neste campo, a capacitação acadêmica, embora necessária, não é suficiente.

A história, a experiência, os princípios, os conceitos, as normas, as técnicas, as fórmulas, os processos, os métodos — a doutrina enfim — apenas compõem modestos parâmetros de equação de muitas variáveis da maior relevância.

É o nível da competência dos artistas, dos arquitetos, dos que devem criar, dos dispostos e predispostos às tarefas pioneiras de propor idéias novas, de tra-

tar da eficácia das estruturas e das ações militares adequadas à Nação, antes mesmo de seu envolvimento no meio de antagonismos e pressões estranhos às experiências do passado. Seus problemas não são redutíveis a esquemas, não são representáveis em cenários, não comportam soluções por métodos indutivos.

O planejamento da estratégia militar — rol de ações coordenadas — envolve a transcendente eleição dos fins, a correta avaliação e preparação dos meios possíveis e a justa adequação destes àqueles. Embora sejam apenas três as variáveis de maior grau, muitas outras há na estratégia, informando os valores de cada uma daquelas principais, todas contidas nos mutáveis ambientes nacional e internacional.

Impõe-se então ao estrategista o delicado mister de analisar, interpretar, avaliar e sintetizar os dados da realidade, para entendê-la, prever sua evolução e pôr-se em condições de modificá-la, sobrepondo-se a resistências de origem, natureza e valor os mais diversos, empregando meios predominantemente militares.

Cumpra-lhe o exame da perspectiva global, embora seu observatório seja militar.

Cabe-lhe o estudo e o entendimento da estratégia global, embora suas responsabilidades diretas sejam restritas às concepções e formulações do campo militar.

Compete-lhe prever e conduzir as ações de desenvolvimento, de preparação e de aplicação dos meios militares, compondo com os demais vetores do poder o sistema de melhor resultante.

Eis aí, diplomandos da turma de 1980, prezados camaradas que dentro em pouco estarão em funções nos Estados-Maiores, eis aí, em rápida e pobre

síntese, em um momento de despretenhosa reflexão, um entendimento do diploma que hoje, com justiça, vos é conferido: é um ponto de inflexão na carreira, é o acesso ao jogo da tática, à disputa dos louros da vitória nos combates e nas batalhas, e é também a abertura da porta dos bastidores onde se formula a estratégia, que conquista a segurança-prevenção, que constrói a paz, que garante o progresso.

Desejo-vos sucesso nesta nova etapa de vossas brilhantes trajetórias.

Estais capacitados para enfrentar o futuro, para assumir novas responsabilidades, para aceitar o desafio de evitar ou de decifrar os conflitos de hoje e do amanhã.

Estais na véspera de viver mais uma grande e apaixonante aventura da nossa profissão: o exercício pleno das missões do Comandante e do Oficial de Estado-Maior.

Concito-vos ao cumprimento do dever, com a grandeza da lealdade, com a prudência da discrição e da modéstia, com o equilíbrio da sensatez, com a harmonia da coerência, com as virtudes da tolerância, com a energia e o estoicismo dos fortes, com a coragem dos bravos, com a imparcialidade e a serenidade da justiça, com a força da disciplina, com a determinação da persistência, com a solidariedade da camaradagem, com a altivez da independência, com a honestidade dos íntegros, com fidelidade aos ideais de liberdade e aos valores da democracia, com a sensibilidade do artista, com as luzes do conhecimento e do saber, com as armas da inteligência, com a inspiração do patriotismo, com a proteção da sorte, com as bênçãos de Deus.

Sede Felizes!



LIBERALISMO E RACIONALIZAÇÃO ECONÔMICA

Dalton Daemon

A exploração do tema Liberalismo e Racionalização Econômica, como base de interpretação de aspirações nacionais, necessita, por tratar-se implicitamente de um objetivo nacional, de uma colocação precisa.

O direcionamento, que nos parece lógico, induz a pensar que desejamos o desenvolvimento, em um quadro de democracia, assentada em um sistema de economia capitalista, com tipo de organização descentralizada, utilizando instrumentos de racionalidade e com a segurança servindo de apoio ao conjunto.

A segurança concede o afastamento do perigo, a confiança na conquista dos objetivos, a firmeza e a convicção da realização concreta do sistema, pelo regime escolhido.

A democracia supõe a participação de todos os cidadãos adultos no poder, e uma comunicação permanente entre eles.

O sistema de economia capitalista sugere o respeito aos lucros, à propriedade privada dos meios de produção, à livre disposição pelo trabalhador de sua força de trabalho e ao papel central do empresário.

Mas é o regime, pelo tipo de organização traçado, mais adaptado às peculiaridades próprias de cada povo que, por suas instituições, sustenta o sistema. É através dele que o desenvolvimento pode ser alcançado, congregando potencialidades com instrumentos capazes de utilizá-las.

O desenvolvimento, considerado aqui inseparável de um crescimento realizado, por acumulação contínua, que apoie e se aproveite das modificações de estruturas econômicas por técnicas aperfeiçoadas, e das transformações de estruturas sociais que se valham de atitudes psicológicas, em que as concepções e idéias do homem brasileiro, sejam tomadas em consideração e possam fazê-lo feliz no que ele possua de mais individualizado.

É forçoso reconhecer a dificuldade de qualquer governo para conseguir, em um período isolado, o desenvolvimento assim posto. Somente a continuidade pode propiciá-lo.

Ainda mais, quando sabemos que as estruturas políticas e sociais que definem o campo de ação real da política, sob forma concreta e útil, são algumas estáveis, outras variáveis, exigindo constância para reorientar e modificar sua linha de independência.

Cada sistema, mesmo diretamente inspirado em um outro, adquire e conserva traços que lhe são próprios e lhe conferem personalidade. Suas estruturas políticas serão tanto mais estáveis e seguras de durar, quanto melhor se adaptarem às tendências profundas e à vocação de um povo. Suas estruturas sociais se fundam sobre o regime político e a organização econômica, mas também sobre os hábitos, a história e as crenças do povo. Elas determinam os modos de vida, que serão diferentes, em função da adaptação necessária à realidade física e humana.

Trata-se de uma soma de interesses, ideais e de fins comuns, que cada país tenta promover e, se for necessário, defender em conjunto.

O desenvolvimento não é o resultado simples da evolução técnica e econômica. É também político e social, exigindo: medidas de transição que facilitem a passagem de uma sociedade tradicional à uma sociedade moderna, eliminando as consequências dos traumatismos provocados pelas mutações técnicas e econômicas, acelerando o aperfeiçoamento do homem e de sua mentalidade; medidas de construção, de uma nova sociedade, onde o homem possa encontrar o bem-estar e novos equilíbrios

nos domínios da informação, da comunicação e da participação.

É necessário representar os mecanismos de evolução econômica, tornando evidente o papel próprio de cada categoria de agentes e suas relações com os outros conjuntos. Explicar a evolução passada através dos fenômenos diretos e indiretos. Proporcionar uma previsão coerente do futuro, que esclareça e provoque uma consciência ativa do possível, que anuncie os projetos, critique seus resultados e forme uma consciência coletiva.

Nas economias liberais, é claro que criar-se-ão problemas éticos novos, ao provocar-se o desenvolvimento. Mas, temos que nos adaptar, se queremos construir uma democracia autêntica, de acordo com nossas características, à aceitação ou repulsão do progresso técnico, porque a vida econômica e social é movimentada e a angústia em razão das incertezas do futuro se faz maior, à medida que a evolução técnica se acelera. São as dificuldades nascidas da urbanização crescente, da rutura de contato com a natureza, da utilização desmedida dos meios de informação.

Este estado permanente de disponibilidade que nos é imposto, choca-nos.

Para que se abandone um trabalho, uma residência, amizades, hábitos, a modificação é chocante.

Mesmo se o homem ficar arraigado, as coisas mudam em torno dele. Existem muitas idéias periféricas, situações transitórias, técnicas ultrapassadas. Ao mesmo tempo, existem muitas idéias novas, situações inéditas, técnicas que evoluem a cada dia.

O risco existe de se ver aparecer uma sociedade incrustada, formada por todos aqueles que não querem ou não podem seguir a cadência que se impõe.

É um mundo, onde o quadro nacional tornou-se pequeno. A visão necessita ser mais ampla.

Somente uma sociedade que toma consciência coletiva de seus deveres, pode resolver e sobrepor-se a estes problemas. Ela pode reduzir as incertezas do crescimento econômico, organizando-se de maneira a adaptar-se aos mecanismos que determinam o desenvolvimento.

A participação no processo geral de desenvolvimento coloca um problema de outra natureza, que é o fato de não podermos participar naquilo que não compreendemos. Por isso, um trabalho imenso de informação e educação é necessário, para que cada um possa situar seu esforço, no esforço de todos e medir sua contribuição.

A alternativa para a dúvida, no caso brasileiro, foi a aceitação lúcida dos riscos e a coragem para uma decisão calculada na direção do futuro.

A nossa opção, no século do desenvolvimento, foi a tomada de consciência do desenvolvimento, considerando o progresso econômico, como aspiração social fortemente expressa.

Sabedora que as disparidades são inevitáveis, nossa sociedade, que deseja o melhor como modelo, deve procurar realizar a igualdade de chances e o acesso a todas as vantagens do desenvolvimento.

O dimensionamento de nossa expansão estará ligado, diretamente, à capacidade que tivermos de conquistar o progresso técnico, acumular capital modernizado e qualificar o homem brasileiro.

Isto será possível porque, considerando o espírito empresarial como fonte de criação e de inovação, na hora em que as barreiras aduaneiras se abolirem, quando a proteção da distância enfra-

quecer, os transportes se realizarem a mais baixos preços, sabemos que quem vai prevalecer na competição é a capacidade técnica.

Nossa sociedade está eliminando o incoerente e passou do sonho para a ação.

O passado é um e está se afastando, o futuro é de múltiplas soluções, pleno do que vemos e vêm em nós, de imaginável e de inimaginável. Mesmo sabendo que a imaginação tem limites, devemos guardar o passado na memória e enfrentar o futuro com a imaginação e a vontade.

O desenvolvimento brasileiro, a que desejamos aludir, e que talvez não tenhamos o poder de definir e transmitir, não é somente a marcha para a abundância, é, mais ainda, a construção de uma sociedade moderna. Tem implicações éticas das quais não podemos nos esquivar, valores que devemos respeitar e fins que vamos perseguir.

Afirmando nossos valores, tenderemos para os fins que almejamos.

Os fins abrem as vias de acesso, são os horizontes e estão mesmo além dos horizontes. Eles são objeto de preferências sobre as quais as famílias e os programas políticos podem diferir sem que os laços sociais fiquem em perigo.

Os valores são presentes, restritivos, imediatos e absolutos. Estabelecem limites à nossa liberdade moral. Quando são contestados, o laço social se enfraquece. Quando eles são abandonados, o laço se rompe.

Por isso, os valores podem entrar em conflito com outros valores. Sendo absolutos, não se prestam a transações.

Dois sistemas de valor não podem conciliar-se, a menos que sejam englobados em um sistema superior.

É, portanto, sobre todos os ângulos necessário que estejamos de acordo so-

bre os valores que queremos conservar, custe o que custar, e sobre aqueles que desejamos transformar, tendo em vista a sociedade de amanhã.

Entre os valores iniciais escolhidos pelo governo Castelo Branco, para disciplinar e fornecer eficácia e racionalidade à política econômica, em bases qualitativas e quantitativas, foi instituído o planejamento e a coordenação.

Procurou o governo, na oportunidade, instalar e utilizar-se deste poderoso instrumento político, econômico e social moderno, que é o planejamento, para assegurar a continuidade de ação do poder público, da área econômica e social, sem o que o país teria estado sujeito ao estrangulamento periódico representado pelas mudanças de governo.

O planejamento do desenvolvimento, com caráter integrado e orgânico, visou estabelecer de forma sistemática o diálogo entre os diferentes níveis de governo e o setor privado, conferindo uma perspectiva democrática, de expressão nacional, através de um instrumento moderno de racionalidade, à consolidação do regime.

Sem grande receio de cometer enganos, mas ao contrário, com a certeza dos resultados, diríamos que a decisão a que nos referíamos, proporcionou a ordenação e continuidade administrativa capazes de, somadas à estabilidade política, resultar no otimismo que hoje está agregado no espírito da grande maioria dos brasileiros.

Foi uma modificação fundamental e necessária, que consideramos um valor absoluto a ser mantido. Passagem da retrospectiva à prospectiva, atitude aberta, em face de um futuro aberto, inquietude intelectual procurando resolver problemas com otimismo de ação, pesquisa servindo de traço de união entre a

pluralidade dos possíveis e a decisão única a tomar no instante aludido.

Consistiu em uma revolução de espíritos, que desejando afastar-se da imitação do passado, tiveram uma visão prospectiva do futuro.

A lógica da prospectiva conquistada e mantida foi inverter o caminho tradicional e partir para a exploração do futuro, não simplesmente um futuro deduzido, mas uma pluralidade de futuros imagináveis.

Preferiu, na época a que nos referimos, o poder público tomar medidas positivas e praticáveis, para que a população pudesse aproveitar, em maior número, os frutos de um progresso esperado. Atribuiu ao cálculo econômico, em seu domínio, a função de diminuir as incertezas, através de modernos instrumentos, que se chamam plano, prospectiva, pesquisa operacional e outros.

São instrumentos que, sob formas diversas, têm por conteúdo comum a consciência e a intencionalidade, opondo-se às fatalidades e à sorte.

Procurou-se a ordenação administrativa, com a incerteza reduzida à probabilidade e a visão perspectiva permitindo um ganho decisivo de precisão e eficiência.

Não se trata, na continuidade e tranquilidade dos planos de eliminar aquilo que, por natureza, não é eliminável, e de fornecer às inquietações do homem brasileiro, respostas que lhes apaziguem ou os adormeçam. Visa-se proporcionar elementos de decisão que permitam fazer face à incerteza pela ação, não adivinhar o futuro, mas contribuir à sua construção.

Um problema que pareceria insolúvel substituímos por um problema, de forma tal, que tornou possível sua solução.

Com o conjunto de decisões tomadas, a situação que era plausível no espírito de grande parte dos brasileiros, tornou-se provável.

Os planos, porém, não anunciam somente o provável, exprimem também o desejável. Não são apenas redutores das incertezas, são também afirmação da vontade. Tem por função propor, além dos poderes e limites do mercado, uma concepção comum de desenvolvimento político, econômico e social, que permite tornar explícitos os objetivos da comunidade, conferindo em consequência à vida coletiva, um sentido que esclarece e proporciona valor ético à atividade de cada um. Para que eles possam servir de guia para ação, é necessário que os seus objetivos sejam compatíveis e realizáveis, isto é, que exista um conjunto de decisões de acordo com a realização presente, cujo efeito seja tornar possível sua realização.

Os critérios de seleção, utilizados para a elaboração dos últimos planos de governo, foram severos, pela necessidade de estabelecer escolhas e definir prioridades.

Não é fácil realizar uma lógica inteligível para todos, no seio de uma economia moderna aberta ao exterior e de uma sociedade democrática marcada pela coexistência da iniciativa privada e da ação pública.

Visando manter valores, os planos brasileiros para não cair em uma complexidade ineficaz e perigosa, foram elaborados ao nível de setores, não de empresas, marcando assim livres opções à iniciativa privada.

Podemos visualizar, hoje, uma via de harmonização fundada sobre a autoridade, com ações descentralizadas subordinadas a um centro dominante.

Ela poderá ser, no limite, a chegada a uma superconcentração capitalista, ou a expansão de nacionalizações, pois em nosso sistema, os objetivos não emergem somente de um mercado generalizado, mas, principalmente, das autoridades centrais.

O bom funcionamento e o futuro do sistema dependerá da força do poder e da evidência dos objetivos para o conjunto da população. Estas duas condições de sucesso estão na razão inversa uma da outra; quanto mais os objetivos forem evidentes, menos será necessário a imposição da força do poder.

Pelo próprio dinamismo do desenvolvimento, não se deve conceder um caráter de imutabilidade ao planejamento, que deve ter, entre suas principais características, ao contrário, o traço de flexibilidade. Não se deve dar às previsões aleatórias uma aparência de certeza que seja contrária à natureza das coisas.

O plano deve ser um instrumento de educação, com a tendência de dar a todos os que dele participam, perto ou longe, em sua elaboração ou execução, uma maior compreensão dos mecanismos econômicos, uma visão mais justa dos limites e poderes do homem. Instrumento de ordem, introduz mais coerência nos projetos dos agentes econômicos e nos do Estado, permitindo situar em uma perspectiva equilibrada, o desenvolvimento econômico e social. Instrumento de progresso encoraja as iniciativas, previne os desperdícios e alarga os limites do crescimento.

Por estes delineamentos, o plano deve comportar uma parte fixa, irreversível, e outra mutável, que poderá ser apagada, rasurada ou completada, em conformidade com as exigências de cada situação, face ao futuro.

No regime estabelecido somente um plano pode assegurar, pela parte fixa, uma continuidade de política econômica e social, pois comportando objetivos concretos e claramente formulados, pode ser uma expressão acessível de uma política de longo prazo. Estes objetivos não podem ser garantidos, mas devem ser defendidos, da mesma forma que a própria institucionalização do plano.

Nossa época encontra-se marcada pela confluência, às vezes, conflito de duas correntes de pensamento, que buscam o mesmo fim: a corrente combinatória que tende a matriciar a complexidade por meio de planos, e a corrente que procura combater a incerteza pelas estratégias.

Existe estratégia a partir do momento em que aceitamos a idéia de completar projetos estabelecidos, por novos projetos inspirados pelas circunstâncias.

Podemos dizer que a estratégia, visando o tema que estamos abordando, é um conjunto de decisões condicionais, definindo atos a cumprir, em função de todas as circunstâncias suscetíveis de apresentar-se no futuro. Definir uma estratégia será estabelecer a tabela de todas as situações com as quais podemos nos defrontar e escolher, na origem, a decisão que tomaremos em face de cada uma delas.

Ao estabelecermos um plano, agimos de maneira diferente, atribuindo valores, desde o início, a um certo número de variáveis.

No caso, deve existir uma ação permanente, no sentido de melhorar: seja tornando mais provável o desejado dado, seja tornando também provável um dado preferido.

A escolha por uma modificação supõe, assim, uma arbitragem entre o desejável e o provável. A preferência pela se-

gurança conduzirá à procura de decisões polivalentes, mas se a polivalência atenua o impacto de eventualidades desfavoráveis, terá um custo que poderá reduzir os benefícios esperados.

O plano como vem sendo legado de um a outro governo nos últimos anos, traduz a consciência do desenvolvimento, com determinadas bases estabelecidas, e é uma afirmação da vontade coletiva no vasto domínio que diz respeito diretamente às decisões do Estado. Impõe um balanço durante o ano de seu término, das atividades econômicas por setores. Caracteriza o próprio regime.

Por sua dimensão territorial e populacional e diversidades regionais conseqüentes, parece-nos que o tipo de planejamento brasileiro exigirá inovações que forçarão, com êxito, a imaginação de nossos planejadores para o campo regional, para o que o maior obstáculo presente, encontra-se no terreno da técnica. Tendo em vista a consolidação do sistema por nós escolhido, outra modernização que se impõe no campo político é a da participação de todos os grupos na elaboração e execução do plano, sem o que o sentido de aspirações nacionais, incluídos em seu contexto, não traduzirá uma realidade.

A ação regional deve inscrever-se em uma perspectiva de conjunto, mas tem sua própria escala de duração. As nossas dimensões referidas indicam, como já se pratica, uma política regional voluntária, no lugar de confiar na localização de atividades pelos mecanismos naturais da economia.

O desenvolvimento econômico concebido e descrito a distância, sobre uma base setorial, sem localização de atividades, pode apresentar um caráter abstrato, podemos dizer, quase irreal. Para

ser uma imagem visível do futuro, os planos de desenvolvimento têm necessidade de enraizar-se nos espaços regionais.

No que concerne à participação, é forçoso reconhecermos sua importância, pois, sem ela, para não falar do fundamental, que é o que a própria palavra expressa, ficaríamos impossibilitados de identificar o mínimo, ou seja, como a população reage às intenções do plano, suas margens de escolhas e as razões profundas das divergências de interesses e de opiniões.

Deveríamos afastar-nos dos erros cometidos, anteriormente, encontrando fórmulas de positivar nossos ideais democráticos.

A economia de mercado, que conheceu nosso país, era um mecanismo de propalada eficiência, mas em realidade, indiferente às desigualdades e sofrimentos. Suas vantagens foram pagas com alto preço. A sua expansão era tão pouco atenta ao homem, tão lenta, que não era percebida como realidade.

A via aberta pelos planos atuais deve ser a do diálogo, prolongado pelo contrato entre as partes.

É claro que existirão pressões de grupos, cujos interesses são afetados por uma ou outra opção particular do plano. Haverá a inércia intelectual, a preferência pela rotina, as pressões das situações adquiridas, que se opõem fortemente às modificações necessárias e desejáveis.

Existirá, enfim, o fato de que o plano é indicativo, num quadro de democracia de sistema de economia capitalista e que, fora dos investimentos públicos, o poder político preferirá agir, pela via da persuasão e da incitação.

É pela participação no plano, por consultas aos grupos e interesses, que se poderá medir suas influências reais em nossa vida econômica, as previsões que fazem e as pressões que exercem.

Melhor do que analisar a validade das pressões econômicas, pensamos que seria útil identificá-las, para que pelo equilíbrio pudessem ser eliminadas.

Isto porque as pressões econômicas, que são influências que coagem, não podem, no sentido das palavras, serem válidas para os fortes em detrimento dos fracos, nem para a minoria com prejuízo da maioria, em um sistema como o nosso, que tenha como princípios, base e finalidade a democracia.

Preferiríamos falar em reivindicações econômicas que são lícitas, como tem sido assegurado em várias oportunidades pelo próprio governo, por serem reclamações de direito.

Para desenvolver a democracia brasileira com segurança, em um sistema capitalista, o plano é um instrumento político hábil e deve ter como virtude a possibilidade de tornar explícita, legítima e digna a expressão da reivindicação econômica, como interpretação de aspiração nacional.



Dalton Daemon é Economista da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia da ECME. Economista e geógrafo. Especialização em Planejamento Econômico — França. Doutor em Comércio Internacional. Cursos da AMAN e da ECME.



DIRETRIZES GEOPOLÍTICAS DO BRASIL

Therezinha de Castro

Professora de História do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e
Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para melhor avaliarmos as diretrizes geopolíticas do Brasil, em sua dinâmica, temos que nos deter num exame do *espaço e da posição*. Estes, por sua vez, relacionados com o *tempo cronológico* e com a *evolução política* nos conduzirão aos *fundamentos do poder* — nacional, continental e internacional.



a) No âmbito nacional o território brasileiro se diferencia de leste para oeste, ou seja, da zona litorânea para o interior.

Temos um *núcleo geohistórico caracterizadamente marítimo*, englobando em grande parte o nosso ecúmeno estatal, em flagrante contraste com o nosso *território interiorizado que se constitui ainda em área geopolítica neutra*; esta caracteriza a maior parte de nossos limi-

tes políticos terrestres com *fronteira-faixa*, em contraste com o pequeno trecho do setor meridional que se apresenta como *fronteira-linha*. (Mapa 1)

Examinando grosso modo a nossa *divisão regional* veremos um Brasil formado por *três ilhas econômicas*. (Mapa 2)

— Uma *ilha subdesenvolvida* englobando as regiões Norte e Centro-Oeste. Essas duas juntamente com a região Sul são as mais envolvidas no empuxo continental por repartirem com outros países sul-americanos as bacias Amazônica e Platina.

— A *ilha em desenvolvimento* é representada pela região Nordeste. Pela forma e posição esse Nordeste se constitui na charneira ou extremidade dobrada das regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste; é, assim, o vértice dos entrechoques continental e extra-continental. É o ângulo mais saliente do entorce continental que coloca: Recife a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires; e Natal a pouco menos





de 3.000 km de Dakar. Assim, essa linha Natal-Dakar, ou zona de estrangulamento do Atlântico, de reconhecido valor estratégico, é menor do que a distância que vai do nosso litoral no ângulo saliente nordestino até a nossa fronteira com o Peru.

— A nossa ilha desenvolvida propriamente dita inclui as regiões Sul e Sudeste onde se encontra o ecúmeno estatal brasileiro.

A região Sudeste, envolvida no triângulo geopolítico Rio-S. Paulo-Belo Horizonte, é a que melhor se articula por vias terrestres, sendo ainda o elo de ligação marítima entre o Sul e o Nordeste.

Do exposto podemos concluir em linhas gerais que:

19 — Globalizando os fatores que contrastam no nosso território entre o leste e o oeste, podemos deduzir que *o Brasil foi no passado e continua a ser no presente um país voltado para o Atlântico.*

2º — Na conjuntura regional subsiste o predomínio geoeconômico, geohistóri-

co e geopolítico de apenas 18% do nosso território sobre o total da área do país.

Carecemos, pois, da verdadeira integração visto não termos ainda conseguido articular as peças econômicas, psicossociais e políticas do país.

b) No âmbito continental, por seu espaço e posição o Brasil pode ser considerado como um corpo estranho no continente sul-americano. Isto porque ocupa a melhor e mais longa porção da parte oriental do continente banhada pelo Atlântico-Sul, envolvendo-se em quase a metade do espaço terrestre sul-americano, ou seja 47,3%.

Na área oriental é notória a importância de seu posicionamento no Atlântico-Sul; e sobre esse fato conclui o geopolítico chileno General Ramón Cañas Montalva* — a Argentina 2º país em extensão no continente, leva desvantagem, já que "fica numa das posições de me-

* "Argentina versus Chile" - A Defesa Nacional - nº 548 - março de 1960 - págs. 113-114

Avaliação do Poder Perceptível (1978)

País	Poder Perceptível	Estratégia	Vontade Nacional	Total
Rússia	382	0,7	0,5	458
Estados Unidos	434	0,3	0,4	304
Brasil	98	0,6	0,8	137
Alemanha Federal	77	0,7	0,8	116
Japão	77	0,6	0,8	108

nor significação, colocada numa espécie de ângulo morto do oceano".

Pelo espaço que ocupa, o Brasil se engasta indiretamente nos Andes, de onde recebe o empuxo das forças continentais, e atinge o Atlântico para receber o impacto das forças extra-continentais. Se articula ainda com as duas grandes bacias fluviais do continente; recebe assim os empuxos de forças continentais através: do vale longitudinal do Prata e do vale transversal do Amazonas.

E, se o Brasil é formado por três diferentes ilhas econômicas, também não foge à regra o continente sul-americano, onde é tônica o desequilíbrio econômico e político.

• • •

c) Para melhor analisarmos a nossa situação no âmbito internacional, podemos citar os dados fornecidos pelo 2º Painel de Assuntos Internacionais promovido, em fins de 1978, pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara. O Brasil passava:

- A ser o 3º exportador de produtos agrícolas do mundo.
- A ocupar o 3º lugar no mundo em construção de navios.
- A ser o principal importador entre os povos em desenvolvimento.
- A ocupar o 8º lugar no mundo no que tange as exportações oriundas de

países em desenvolvimento, o que, na realidade, corresponde a um 1º lugar, visto que os sete primeiros são produtores de petróleo.

— A apresentar suas reservas correspondendo a aproximadamente 20% das reservas totais dos países em desenvolvimento excluídos os membros da OPEP.

— A ter o 8º Produto Bruto Nacional entre as nações do mundo ocidental.

Concluimos assim que, levando-se em conta esses dados que aos da área e população se somaram, o Brasil passou a ter, objetivamente, uma posição externa relevante que antes não possuía.

Posição, que segundo a teoria de quantificação do poder perceptível mundial de Ray S. Cline*, classifica o Brasil em 3º lugar, depois da Rússia e Estados Unidos segundo o quadro acima:

* Fórmula Cline — $PP = (C+E+M) \times (S+W)$ — traduz-se por: Poder Perceptível = (Massa Crítica + Capacidade Econômica + Capacidade Militar) \times (Objetivo Estratégico + Vontade de Executar a Estratégia Nacional). Explicita Cline, que se deve subentender "Massa Crítica" como "População e Território", e que "o estudo do poder internacional diz respeito não só a capacidade de fazer guerra, mas também à capacidade de impor uma vontade dentro de um contexto político e econômico" — Vide pág. 3 — "Avaliação do Poder Mundial". Seminário Internacional de Política e Estratégia — S. Paulo, 1979.

Posição também destacada, de *nação emergente no âmbito das Relações Internacionais*, dentro das condições básicas indispensáveis, assim especificadas: população maior do que 100 milhões de habitantes; densidade demográfica maior do que 10 hab./km² e menor do que 200 hab./km²; homogeneidade racial; superfície territorial maior do que 5 milhões de km²; continuidade territorial; acesso direto e amplo ao alto mar; recursos naturais estratégicos e essenciais. Conclui então o Vice-Almirante Paulo Irineu Roxo de Freitas* que — "excetuadas as duas superpotências atuais, há somente dois países que preenchem essas condições simultaneamente, um no Ocidente e o outro no Oriente: o Brasil e a China".

DIRETRIZES NACIONAIS

Para que um *espaço* geográfico se constitua numa *força* é necessário que reúna os seguintes requisitos básicos: estar habitado; possuir recursos naturais que o torne produtivo; ter organização política eficiente.

Por sua vez, os *espaços habitados* podem ser reunidos em três grupos distintos:

— *Espaço com grande densidade de população* que, já tendo dominado o seu território, necessita, para a resolução de seus difíceis problemas de espaço vital, de expandir suas fronteiras.

Na atualidade, sem se poder valer do colonialismo, procuram esses países tornar os seus problemas através das comunidades econômicas ou cultural-eco-

nômicas. Daí a formação dos Mercados Comuns e das Comunidades Inglesa e Francesa.

— *Espaço com média densidade de população* integrando países que não necessitam de espaço vital, podendo, pois, subsistir sem pretender estender suas fronteiras. Os Estados Unidos e a Rússia estão neste caso.

— *Espaço com reduzida densidade de população* reunindo países latino-americanos de modo geral, e entre eles o Brasil.

Para esses países o problema consiste em obter um aumento da pressão demográfica, quer por meio de uma imigração perfeitamente planejada e estudada, quer pelo desenvolvimento técnico da população autóctone.



Embora o Brasil seja o mais populoso dentre os países de cultura latina e o 8º na classificação mundial, sua densidade de 13 hab./km² é baixa se comparada, por exemplo, com os Estados Unidos ou mesmo com o México.

Por outro lado, confrontando-se o Brasil com os Estados Unidos, Canadá e Argentina, países que no continente recebem as mais consideráveis correntes migratórias, notamos as grandes desvantagens que o fator latitude nos concede.

Quanto as nossas correntes de migração interna, continuam a ser consideráveis as do Nordeste com destino as regiões Sul e Sudeste; isto em função do desnível econômico. Em contrapartida, quer pela abertura do cerrado, quer pelo desenvolvimento das áreas em torno de Brasília e Campo Grande, a região Centro-Oeste recebeu não somente considerável número de nordestinos mas também habitantes das regiões Sul e Sudeste.

* Conferência para o Curso Superior de Guerra Naval proferida na Escola de Guerra Naval em 25 de setembro de 1980; publicada no Jornal do Brasil de 26 de outubro de 1980 sob o título — "Estratégia do Brasil no Futuro".

Mas, se a estimativa do IBGE para o decênio 1970-80 se confirmar, continuará ainda o Brasil na categoria de espaço com reduzida densidade de população. Isto porque: a população nas cidades brasileiras deve aumentar de 42 para 76 milhões; e a população no campo terá um acréscimo mínimo de 41 para 42 milhões de habitantes. Continuará, pois, a defasagem leste-oeste, faixa atlântica-interior.

País com reduzida densidade de população, o Brasil mostra acentuados contrastes dentro de seu próprio espaço tanto no sentido transversal como no longitudinal.

• • •

a) A *bacia Amazônica*, de clima equatorial, permanecendo praticamente desabitada, cuja riqueza a ser explorada chegou a ser objeto de convenção internacional, levando o nosso governo, a partir de 1970, a voltar as atenções para a área com maior intensidade.

A *bacia Amazônica* é uma *subregião de conexão entre duas áreas de importância geoestratégica no continente* — o Caribe e o altiplano Boliviano, este último considerado o próprio "heartland da América do Sul". O conjunto amazônico é controlado por 4 pontos fortes: Belém (leste), a porta natural de acesso do Atlântico; Iquitos (Peru) no oeste e Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) no sul, são os anteparos interiorizados; e Manaus (centro), a chave de controle do tráfico interno fluvial nas direções norte-sul e leste-oeste.

A ocupação da Amazônia no século XVIII pelos portugueses através da bandeira-militar de Pedro Teixeira, bem como os esforços atuais do governo brasileiro para a sua colonização, tiveram e têm o caráter defensivo. As rodovias Transamazônica e a Perimetral-Norte se

enquadram, pois, no "slogan" — "integrar para não entregar".

O *Tratado de Cooperação Amazônica* mais conhecido como o *Pacto Amazônico*, assinado em Brasília (julho de 1978), foi iniciativa brasileira. Reunindo sete países, além do Brasil (Suriname, Guiana, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia e Colômbia) o Pacto se propõe, "no seu contexto geral, a afastar a ingerência internacional da área, sobretudo o "Projeto dos Lagos" idealizado pelo Hudson Institute. Seus 28 artigos encerram, pois, 5 princípios básicos:

- Soberania nacional no desenvolvimento e utilização nas áreas amazônicas de cada Estado.

- Competência exclusiva dos países signatários no desenvolvimento e proteção da área.

- Cooperação regional para facilitar a realização dos dois objetivos anteriores.

- Equilíbrio e harmonia entre o desenvolvimento e proteção ecológica.

- Absoluta igualdade entre os signatários.

• • •

b) A *bacia Platina*, de clima temperado, povoou-se mais rapidamente que a Amazônica, transformando-se numa zona de tensão, cenário de conflitos que no passado prejudicaram a paz continental. Atualmente se mantém como "punctum dolens", quer através das políticas divergentes quanto ao aproveitamento hidroelétrico, quer pela atração que se possa vir a exercer sobre os dois países interiorizados — Bolívia e Paraguai.

É que no âmbito do Prata se destacam dois pontos fortes: Buenos Aires na planície, e S. Paulo no planalto — os dois maiores centros econômicos e demográficos no continente sul-americano, que refletem o duelo entre a foz e

a nascente. Por outro lado, podemos dizer que as bacias Platina e Amazônica se enquadram num duelo de posicionamento que envolve Buenos Aires e Belém, portos atlânticos e, ao mesmo tempo, portas de entrada para o hinterland sul-americano.



c) Enquanto no sentido transversal contrastam as bacias Platina e Amazônica, no longitudinal é notória a diferença entre a nossa faixa voltada para o Atlântico e o nosso hinterland. O *continentalismo* não foi, até hoje, suficientemente forte para anular a nossa *herança marítima*.

As principais cidades brasileiras são *marítimas ou pene-marítimas*, contrastando com as "marcas interiores", despovoadas e muitas vezes desprotegidas. Assim, em termos geohistóricos, geoeconômicos e geopolíticos *nosso país passa a ser encarado mais em termos marítimos globais do que terrestres propriamente ditos*.

A construção de Brasília constitui, pois, uma diretriz geopolítica para controle e integração do espaço brasileiro; uma tentativa para deslocar o centro de gravidade nacional para o interior; uma tentativa aliás, artificial, ao contrário do que ocorreu com Salvador e o Rio de Janeiro que se implantaram como capitais quando os centros de gravidade (canavieiro e mineiro) já se haviam estabelecido. Brasília é, no contexto, uma plataforma de lançamento para a integração da Amazônia e região Centro-Oeste, regiões centrífugas que ainda formam um semi-círculo marginal em nosso espaço geohistórico, geoeconômico e geopolítico.



Nesse mesmo espaço *atravessamos a crise do atraso em nossa precária situa-*

ção estrutural. E nesse contexto é fato que o Brasil começa a deixar a faixa das nações simplesmente exportadoras de matérias-primas, entrando aos poucos no rol das nações industrializadas. Mas esse mesmo mercado, que já começou a tomar forma e consciência, se encontra na dependência de uma rede de transportes que, por ser ainda deficiente, nos leva a continuar, como no passado, *voltados para o Atlântico*. A deficiência dos transportes estrangula o fluxo abastecedor dos nossos mercados, litorâneos em geral, que não se podem intercomunicar facilmente com o hinterland agropecuário. Estes, por sua vez, se vêm desestimulados pela irregularidade e insegurança de suas atividades.

"Das exportações brasileiras, em peso, 93% são realizadas por via marítima e as mercadorias dispersam-se pelos mais diversos portos de destino, em todos os continentes, destacando-se, porém, os da Comunidade Econômica Européia e do Japão, que importam em conjunto 64% do total". E, continua o Vice-Almirante Ibsen Gusmão Câmara*: "Os países com os quais o Brasil faz trocas por via terrestre — Argetnina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia — representam apenas 4,4% do comércio exterior, nesse montante incluída a parcela exportada por mar... Tais dados demonstram, de forma irrefutável", continua o referido autor, "de que sob o aspecto geoeconômico o Brasil se mantém como um país ilhado e completamente subordinado à manutenção do tráfego marítimo, que, caso interrompido, levaria a nação a rápido colapso".

* "O Pensamento Estratégico Brasileiro — Projeção de nossa Maritimidade na Estratégia Nacional" — A Defesa Nacional nº 688 — março/abril de 1980 — pág. 7.

Cerca de 80% de nossos meios de transporte estão localizados nas regiões Sul e Sudeste, que contrastam por isso, quanto ao fluxo de riquezas, com as demais regiões brasileiras. Concluimos, pois, que com um imenso e diversificado espaço, as nossas diretrizes geoeconômicas, geohistóricas e geopolíticas nacionais devem se ater ao princípio básico de que, para dominá-lo efetivamente, temos que nos dedicar a obra colossal de *nos integrarmos e absorvermos nossas áreas geopolíticas neutras*.

DIRETRIZES CONTINENTAIS

Com seus ecúmenos distanciados por largas áreas geopolíticas neutras, vivem o Brasil e demais condôminos do continente sul-americano de costas uns para os outros.



a) O *Panamericanismo* vem sendo, na prática, uma utopia. No plano político os países sul-americanos têm velhas questões com os seus vizinhos, podendo serem agrupadas em oito áreas de tensão.

— No norte *divergem a Venezuela e a Colômbia* disputando uma faixa de terra na região petrolífera de Maracaibo; enquanto o *Equador* reclama uma faixa petrolífera de 80.000 km² ocupada pelo *Peru*.

— Por sua vez, a *Venezuela* reclama como seu 1/3 do território da *Guiana*, tomado ainda no tempo dos ingleses.

— A *Bolívia* continua a reivindicar sua saída para o Pacífico através do território de Antofagasta, em poder do *Chile*.

— No sul, *Argentina e Chile* disputam posições no Atlântico-Pacífico, quer pelo Canal de Beagle, quer pela Antártica. Enquanto a *Argentina* re-

clama a posse das Malvinas, ocupadas pela *Inglaterra*, embora no mar territorial argentino.

— No Cone Sul, a *Argentina* e sua antiga rivalidade para com o *Brasil*, envolvendo a *Bolívia* e o *Paraguai* na "política do ricochete".

Com esses exemplos podemos dizer que a América do Sul tem uma união em grande parte fictícia baseada no sistema da coexistência pacífica.

b) No âmbito econômico só em 1960 que se viu esboçada uma esperança de união. Surgia nesse ano a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), mais por necessidade do que propriamente por desejo de integração. É que, com a formação de mercados comuns extra-continentais, a América Latina, exportadora de matérias-primas, via fugir um a um os seus principais compradores. E surgiram seus principais competidores na África, onde espaços políticos integrantes das Comunidades Britânica ou Francesa tinham tarifas preferenciais.

Hoje, enquanto os demais mercados extra-continentais evoluem, a ALALC se desfaz entravada por vários fatores negativos:

— Porque as negociações econômicas estavam vinculadas às decisões políticas, e assim comumente se atrasavam.

— Pela falta de transportes e deficientes meios de comunicação.

— Pelo fator *desconfiança* que tomou conta dos países ditos secundários da ALALC contra os chamados "Três Grandes" — o Brasil, a Argentina e o México.

Assim, após 20 anos (1960-80) de vigência precária, desaparecia a ALALC, para nos moldes de CEE (Comunidade Econômica Européia) ser criada a ALADI (Associação Latino-Americana

de Integração) que se propõe a promover o "desenvolvimento econômico-social harmônico e equilibrado da região".

O novo projeto de 69 artigos *alterando o mecanismo de facilidades tarifárias da ALALC* possibilita que os membros da ALADI firmem: acordos que se estendam a todos os países-membros de caráter regional; acordos tarifários parciais entre dois países-membros; acordos com as nações de outros continentes, como o africano, por exemplo, desde que os países em questão estejam no mesmo estágio de desenvolvimento que os membros latino-americanos.

Para evitar o predomínio dos "Três Grandes da ALALC", a ALADI dará tratamento diferenciado segundo o grau de desenvolvimento, criando assim *três diferentes grupos de países*; países, que segundo o grupo que integrem gozarão desde as maiores facilidades tarifárias, reduzidas, gradativamente, para o 2º e 3º grupos.

c) Dentro do chamado *integracionismo*, o anel rodoviário formado pela Transamazônica e Perimetral-Norte apresenta-se como um sistema de comunicações terrestre de nítido corte geohistórico, geoeconômico e geopolítico.

— Por se ater à finalidade de *englobar a nosso espaço produtivo*, essa imensa área geopolítica neutra formada pela Amazônia.

— Por se ater também à finalidade de *atrair nossos vizinhos amazônicos* através de troncos rodoviários que se estendem para as Guianas, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia que o Brasil conseguiu reunir no Pacto Amazônico.

— Por outro lado, levando o Brasil a *se aproximar do Pacto Andino* que reúne países ricos em petróleo (Venezuela, Equador e Peru), em estanho (Bolí-

via), em cobre (Peru) e em carvão (Colômbia), com uma indústria de manufaturados ainda deficiente, podemos definir nossa atuação como supridor industrial e de tecnologia, visto que o GRAN (Grupo Andino) pretende vir a ter uma produção interna suficiente.

Atingidos plenamente os objetivos faremos *pesar mais a "gangorra" para o lado do Atlântico*, oceano de navegação intensiva, com vantagem, pois, sobre o Pacífico, de navegação extensiva.

d) Por sua vez a *política dos corredores de exportação* tem também profundas conotações geohistóricas, geoeconômicas e geopolíticas.

— A conexão de rodovias que partem para o Uruguai e Paraguai atrai esses países para o Atlântico através dos *corredores do Rio Grande e de Paranaguá*.

Nessa conjuntura um projeto bem mais arrojado, fundamental do ponto de vista brasileiro, é o que diz respeito ao superporto do Rio Grande. Se nos prepararmos com previsão para receber petroleiros e graneleiros de 300 a 500 mil toneladas, que provavelmente dominarão de forma absoluta o transporte marítimo mundial dentro de 10 a 20 anos, nenhum porto nesse âmbito regional poderá competir a tempo com o do Rio Grande. E, nessas condições, monopolizaremos o grosso das exportações do Cone Sul.

— Já a conexão ferroviária com a Bolívia, dirigida para o *corredor de Santos*, procura canalizar para o Atlântico toda a vertente oriental boliviana, onde é notória a riqueza petrolífera.

No triângulo geopolítico formado Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, esta última cidade se constitui no pólo de atração mais solicitado rumo ao Atlântico. Isto porque, no sopé do planalto, os 400 metros de altitude de San-

ta Cruz de la Sierra contrastam com os 2.000 metros de Cochabamba e Sucre.

O Brasil firmou, em 1977, o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia, através do qual estenderá os trilhos de Santa Cruz de la Sierra até esta cidade (Cochabamba), que já se conecta com Arica, no Chile. Completada essa transcontinental, seria grande beneficiário neste corredor de exportação para o Pacífico o próprio Brasil, pois nossos investimentos e comércio estão ligados a boa parte da economia boliviana.

Embora o artigo I do Acordo de Cochabamba deixe bem claro que "os Governos do Brasil e da Bolívia concordam em promover com a possível brevidade a realização dos objetivos", as negociações se arrastam; até mesmo sobre o fornecimento do gás natural boliviano cuja discussão remonta ao ano de 1973, quando da assinatura da Ata de Cooperação Brasil-Bolívia no campo da siderurgia, hidrocarbonetos e outros projetos industriais correlatos. Assim, *nem a transcontinental Santos-Arica, nem o gasoduto Santa Cruz de la Sierra-Paulínia (em S. Paulo), são ainda realidade.*

Atendo-nos, porém, ao que já está feito e não ao que ainda está por se fazer, podemos concluir que o *pólo de atração leste formado por Santa Cruz de la Sierra-Corumbá-Santos* leva ainda dupla vantagem se comparado com o pólo de atração sul, comandado por Buenos Aires. Primeiro, porque Santos se encontra a 1.600 km de costa acima de Buenos Aires; segundo, porque a distância Santos-Santa Cruz de la Sierra (2.576 km) é mais curta em 700 km que a dessa cidade boliviana até Buenos Aires (3.285 km).

Relacionando-se ainda com a Bolívia, o *pólo de atração norte, via bacia Amazônica*, poderá, em futuro, ser decisivo.

A via deverá aproveitar o Madeira-Mamoré, captando o transporte pelo rio Grande, francamente navegável a partir de Cuatro-Oyos, que fica a 200 km ao norte de Santa Cruz de la Sierra.

A Declaração Conjunta assinada pelo Brasil e Peru em 1979 reafirma as *nossas diretrizes geopolíticas de interligação oceânica*. Embora ainda no campo das conjecturas diz textualmente a Declaração: "Ao examinar o desenvolvimento dos projetos de interconexão física entre os dois países, e conscientes de que a sua materialização, como complemento da via fluvial natural constituída pelos rios da região amazônica, permitirá o aproveitamento, em benefício mútuo, do potencial de interrelação econômica representada pela fronteira comum, e propiciará a vinculação ao do Brasil com o oceano Pacífico e a do Peru com o oceano Atlântico, concordam em que se proceda em breve à convocação de grupo misto de transporte que considerará a possibilidade de outorgar especiais facilidades em um porto do litoral brasileiro e um porto do litoral peruano".

Com o Equador, desde 1973 planejou-se a implantação de *uma via interoceânica* ligando o San Lorenzo ao sistema fluvial amazônico. Com isto, abrir-se-ia para o Brasil um porto equatoriano no Pacífico, obtendo o Equador uma saída para o Atlântico. O projeto já estava em fase de conclusão, quando a descoberta de lençóis petrolíferos na área em questão levou o Equador a optar pelo sistema rodoviário que se vem implantando na Amazônia.

Diretrizes ainda mais arrojadas no âmbito continental é a projetada através da ABRAVEMEX num contexto de *integração econômica da Argentina, Brasil, Venezuela e México*. Tal integração,

se concretizada, permitirá ajustar, dentro do continente, *saídas geoestratégicas em áreas do Atlântico Norte e Sul, do Pacífico e do próprio Caribe.*



Conclui-se, pois, que somente quando forem suficientemente fortes os meios necessários para se vencer as injunções ferroviárias-rodoviárias e fluviais, as *principais diretrizes de integração continental* estarão, naturalmente, *vinculadas às possibilidades brasileiras.*

Numa conclusão geral, podemos ainda afirmar que as nossas diretrizes geopolíticas, sobretudo no âmbito continental da América do Sul se baseiam numa *integração pelo envolvimento* — o "rimland" de Spykman no setor regional. É, pois, a diretriz de nos integrarmos, integrando-nos com os nossos vizinhos.

E, nessa política de integração continental bem mais real no âmbito do Cone Sul: *Mato Grosso do Sul* passou a se constituir na região chave para elo de união e atração com o Paraguai e a Bolívia; enquanto o *Rio Grande do Sul* exerce, por seu dinamismo, igual atrativo no Uruguai e região arribenha da Argentina.

DIRETRIZES INTERNACIONAIS

Para caracterizarmos as nossas *diretrizes geopolíticas internacionais ou extra-continentais*, temos que levar em conta a definição de *Poder Nacional* ditada pela ESG: "O Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e preservação de seus objetivos nacionais a despeito dos antagonismos existentes".

Para exemplificar a definição, o caso da independência de Angola vem bem a propósito. A despeito da consolidação do regime marxista em Luanda, antagônico portanto ao nosso, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer esse governo. É que, ante a ameaça da presença soviética no Atlântico-Sul, tendo em conta a preservação de nossos objetivos, o Brasil se conscientizou de que nossas fronteiras orientais deviam ir até a África.

No plano geopolítico global as diretrizes de um país em direção a consecução de seus objetivos do poder nacional podem equacionar-se de duas maneiras:

— Sob o *ângulo puntiforme* quando se dirige aos países fronteiriços ou adjacentes.

— Sob o *ângulo difundente* quando se dirige não apenas aos países vizinhos mas também em direção a áreas mais afastadas. (Mapa 3)

Neste mundo de centenas de nações tem ainda o Brasil interesses muito restritos levando-se em conta a existência de três mundos-padrões:

— Os *mundos mais integrados*, controlados quanto às armas, exigindo por isso um grau relativamente alto de consultas entre as nações. Estão neste caso os chamados Blocos Ocidental e Oriental.

— Os *mundos perturbados*, muito instáveis, diferentes entre si por terem bipolaridade de poder, podendo ser desmantelados, por pressões externas e por intervenções. Estão neste caso o Sudeste Asiático, o Oriente Médio e a própria África.

— Os *mundos introspectivos*, com fraco controle sobre as armas e pequena



coordenação geral. Nesse caso se inclui toda a América Latina.

• • •

a) No chamado mundo integrado fazemos parte do *Bloco Ocidental*. O Brasil surgiu para o mundo e deve sua civilização ao Ocidente; é, por seu posicionamento, um país ocidental. Somos do Ocidente e dependemos do Ocidente. Em contrapartida, neste mesmo Ocidente temos espaços periféricos que nos servem de zona de proteção ou contenção. Que atitude deve assumir o Brasil com relação a esses vazios?

Vamos iniciar a nossa análise citando o geopolítico estadunidense John E. Kieffer*: "Embora muitos Estados fora da faixa do poder não possam ser classificados como de importância primordial com relação ao poder combatente, contudo, todos eles possuem, por capricho da natureza, algum recurso ou posição estratégica vital que resultam em fator principal ou secundário para as Grandes Potências".

* "Princípios Fundamentais e Base Geopolítica da América do Sul e Cuba" - *A Defesa Nacional* - nº 535 - fevereiro de 1979 - pág. 104.

Recursos e posição estratégica tem o Brasil no continente americano, visto que seu posicionamento e função geoestratégica vem sendo destacada. Diante dos fatos, sem ufanismos, podemos dizer que se o Brasil precisa do Ocidente, o Ocidente precisa do Brasil. Daí afirmar Golbery do Couto e Silva * que: "o Brasil tem o direito de esperar do Ocidente entre as necessidades reais de uma estratégia global do Ocidente e as exigências de uma estratégia nacional do Brasil".

Mas, entre as exigências globais e as nacionais abre-se um fosso. As sirenes de alarme já chegaram ao continente africano que reparte conosco o Atlântico-Sul, em sua parte ocidental.

No mês de abril de 1977, na reunião de Secretariados dos Partidos Comunistas, Brejnev mostrou que o processo de "libertação" da África evoluiu rapidamente para completo desequilíbrio do Ocidente, concluindo, na ocasião, que a Rússia havia conseguido mais em dois anos de "détente" do que em quinze anos de "guerra fria". Sabemos que as teses de Ivan Potekin sobre a adaptação da África aos esquemas da análise marxista, oficialmente consagradas no XXIII Congresso do Partido Comunista Russo, consideram "as guerras de libertação parte integrante da estratégia soviética de longo prazo" e a África como base global para a luta e assalto final ao Ocidente.

Por nosso papel regional no quadro mundial, as diretrizes geopolíticas brasileiras já se norteiam dentro do princípio difundente. Assim já partimos economicamente em direção à África, política iniciada em 1970.

Como nação emergente, de política difundente, com interesses vitais no Atlântico-Sul, se impõe ainda as diretrizes geopolíticas brasileiras a *questão da Antártica*. O fato dos Estados Unidos concordarem com a Rússia em internacionalizar a Antártica, plataforma giratória que envolve, segundo o artigo IV do TIAR, a defesa do continente sul-americano, pode tornar o seu país simpático aos russos, mas em contrapartida nos põe diretamente sob a mira do líder do Bloco Oriental.

Sabe-se que se a rota do Cabo, passagem de aproximadamente 70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser fechada ao Ocidente o mundo poderá ser verticalmente cortado ao meio. Deduz-se, pois, que enquanto a OTAN se preocupa com a segurança do Atlântico-Norte aperta-se o cerco pelo Atlântico-Sul. Por outro lado, o fato dos Estados Unidos teimarem na política de que a OTAN resolve o seu problema nos envolve, pois não resolve o nosso. Conclui, assim, Carlos de Meira Mattos* que: "O objetivo estratégico mínimo do Ocidente para o Atlântico-Sul deverá cobrir duas necessidades vitais — manter o tráfego marítimo de seu interesse e preservar a capacidade de operar de suas forças aeronavais".

Temos que nos valer desse Atlântico-Sul por várias razões:

— Porque se concentram aí nesse nosso litoral 80% da população brasileira.

— Porque o extenso litoral brasileiro avança consideravelmente para esse oceano, num "entorce continental" que nos leva em direção à África, a "nossa fron-

* "Geopolítica do Brasil" — Livraria José Olympio Editora — Rio, 1967 — pág. 256.

* "Atlântico-Sul — Sua Importância Estratégica" — A Defesa Nacional — nº 688 — março/abril de 1980 — pág. 88.

teira além-Atlântico" — assim caracterizada pelo governo Geisel.

• • •

b) No que concerne aos chamados "punctum dolens", ou seja, os pontos de atrito onde se chocam os interesses ocidentais e orientais, podemos classificá-los como:

— Áreas que não nos tocam diretamente como, por exemplo, no caso do Sudeste Asiático, onde são praticamente nulos os nossos interesses.

— Áreas que nos tocam mais diretamente, como nos casos presentes da África, Antártica e Oriente Médio.

Em se tratando do *Oriente Médio*, sendo impossível ir até o âmago do conflito árabe-israelense, e muito menos formular propostas para a sua solução, faz-se interessante uma comparação em dados objetivos:

— Os territórios árabes cobrem 22.015.000 km²; o de Israel apenas 73.815 km², menor portanto, que o nosso Estado de Pernambuco (98.281 km²).

— Os países árabes reunidos contam com um total de cerca de 134.000.000 de habitantes; enquanto Israel tem aproximadamente 3.500.000 pessoas.

Essa assimetria está também presente na riqueza real e potencial dos dois contendores. Nessa conjuntura, inteiramente vista pelo ângulo econômico, temos um Brasil importando mais de 2/3 do petróleo consumido; em 1979, praticamente 1/3 de nossas exportações teve que ser trocada por petróleo. No Oriente Médio o petróleo está com os árabes; temos além da nossa BRASPETRO com interesses no Iraque, no Koweit e na Arábia Saudita outras companhias operando na região.

CONCLUSÕES GERAIS

a) No *âmbito nacional* procura o Brasil integrar suas áreas geopolíticas neutras para poder *melhor dominar o seu espaço geográfico*.

— No *oeste* valemo-nos de nossa natureza terrestre, estendendo para além de nosso ecúmeno estatal, ainda tão reduzido (cerca de 18% de nosso território), os objetivos integracionistas do Prodoeste, anéis rodoviários da Amazônia e corredores de exportação.

— No *leste* valemo-nos de nossa natureza marítima (7.408 km de litoral), apoiando-nos ao núcleo geohistórico do Atlântico-Sul.

— Quer através de nossas fronteiras terrestres (15.719 km) com dez dos doze países sul-americanos, quer pelo nosso próprio posicionamento com a maior parte da fronteira atlântica, temos que nos ater a *uma política de integração física que só se fará efetiva com a complementariedade econômica*.

b) Nessas condições, o Brasil, por sua presença física na América do Sul não poderá se esquivar à premissa geopolítica de ser o *múltiplo vetor no destino continental*. Podemos assim dizer, que no âmbito continental sul-americano, o Brasil, quer por sua forma, quer pelo seu posicionamento, se constitui em importante peça geoeconômica, geopolítica e geoestratégica regional.

Para fortalecimento dessas múltiplas funções, temos também que *vencer a fragmentação continental*. Pelo posicionamento da zona geopolítica neutra na fronteira, observamos que o Brasil está de costas voltadas para seus vizinhos, que por sua vez estão também de costas voltadas uns para os outros.

c) No *âmbito mundial*, só agora, como potência emergente começamos a

nos convencer de que somos o 4º país do mundo em terras contínuas e o 5º em espaço, no quadro das unidades políticas do Globo.

Considerado como o país mais mestiço do continente, não existem aqui as discriminações raciais que contribuem para a formação de "quistos" notados nos Estados Unidos, no Canadá e na própria Rússia.

Herdamos, por outro lado, o sentimento de união, que caracterizou Portugal no passado. Não existe aqui o separatismo que ainda hoje se nota em paí-

ses herdeiros de Castela que, na realidade, comandava uma federação de Reinos.

Ainda na esfera mundial, já começamos a perceber que, apesar dos grandes espaços vazios por preencher e integrar, figuramos entre as nações mais populosas do Globo (8º lugar). Nação das mais populosas com três condições fundamentais para ser Grande Potência, pois temos: espaço, posição e matérias primas.

Somos, portanto, dentro do conceito geohistórico e geopolítico global uma nação satisfeita; mas sabemos que o nosso desenvolvimento sócio-econômico ainda não se projeta a altura de nosso espaço e posição.



VISÃO DA CONJUNTURA E COMPORTAMENTO DIPLOMÁTICO DO BRASIL

Ramiro Saraiva Guerreiro

Embaixador, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

No ano em que se abre a década de 80, a diplomacia brasileira se dirige às suas variadas tarefas, com a certeza de que continuará a ligar o seu trabalho ao esforço maior do desenvolvimento nacional, em todas as suas dimensões. Para servir ao Brasil, não nos iludimos sobre o país, nem muito menos procuramos iludir nossos interlocutores. Um realismo sóbrio orienta a ação diplomática. Assim se cria confiança, base indispensável para a construção de uma posição internacional que favoreça o desenvolvimento econômico e a segurança.

Em outra dimensão, é inegável que a evolução da situação interna é elemento que reforça a confiança e a credibilidade internacionais do país. De fato, o momento que vivemos, como nação, é exatamente o da constituição de nossa verdade política. A fixação do pluralismo e da democracia, do diálogo e da responsabilidade, e a ampliação das formas de

participação permitem a governantes e governados ver melhor as realidades que nos envolvem. Permitem que se ajustem os ideais às realidades, o trabalho do Governo ao que pensa e quer o povo.

Não existirão, porém, fórmulas fixas ou ideais para o cotidiano, pois a democracia é, exatamente, o quadro institucional que convida à variação, à inovação, ao futuro.

Faço essas reflexões com o pensamento voltado para o mundo que nos cerca. Minha proposta inicial é a metodológica. *O mesmo sentido — que nos orienta internamente — de abertura, de busca do novo e do mais certo para a nação, está hoje plenamente incorporado ao exercício da diplomacia brasileira. E não se trata de uma tática de mero ajustamento entre a realidade interna e a externa. É uma obrigação que nasce da própria fluidez da conjuntura internacional. Não é um modo simples, de mera transposição de uma disposição interna*

para o mundo exterior. Cada ação requer avaliação de seu efeito imediato e, sobretudo, de seus efeitos a médio e longo prazo.

De fato, o exercício da diplomacia exige cuidadoso e pertinaz realismo na análise e na interpretação da cena internacional. Não existem formulações fáceis que enquadrem a complexidade do mundo contemporâneo. A realidade é fluida e repele maniqueísmos, *clichês*, fórmulas estratificadas. Não há caminhos simples para a supressão dos impasses internacionais que se acumulam. As áreas de tensão se multiplicam porque as transformações da realidade não se acompanham de verdadeiro progresso; é cada vez mais dramática a exigência de modificações estruturais da ordem internacional. Se há traço persistente, é o de que a ética e a razão, os ideais de justiça e solidariedade e, mesmo, as regras mínimas de convivência não parecem contaminar o comportamento dos Estados que mais conformam a realidade internacional, impelidos que são pelos estatutos do Poder ou por interesses imediatos e setoriais.

Essas observações gerais servem de introdução à minha exposição, na qual procuro caracterizar a conjuntura internacional, tomando como referência temporal o ano que passou, desde minha última visita à Escola.

Naquela ocasião, preocupava-me o fenômeno da fluidez conjuntural, a dificuldade de aprender conceitualmente a realidade e o fato de que a aceleração da História não se acompanhava de movimentos institucionais paralelos, que garantissem, de forma permanente, a ampliação dos quadros de decisão internacional. Acentuava-se o distanciamento entre o fato universal do progresso histórico e a participação limitada no leme

da história. O afastamento e o bloqueio à participação só fazem gerar problemas que só podem ser adiados ou escamoteados com índices crescentes de violência internacional. E a aceitação da violência como inevitável é o erro maior que as grandes potências freqüentemente cometem.

Gostaria, porém, de ilustrar minhas observações com uma revisão rápida e certamente seletiva dos acontecimentos internacionais importantes e bem conhecidos nesses últimos meses. Farei uma lista:

I) a invasão do Afeganistão, com violação do princípio da não-intervenção, condenada claramente pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, elevou a temperatura do confronto Leste-Oeste. O impasse persiste até hoje;

II) o aumento da tensão no Oriente Médio. O funcionamento e as perspectivas de Camp David, a paz patrocinada pelos EUA e negociada diretamente pelo Egito e Israel foi frustrada, em boa parte em virtude de atitudes intransigentes como, agora, a tentativa de unificação de Jerusalém; alternativas mais amplas para a consecução de paz na região, com efetiva participação dos atores interessados, estão postas num perigoso segundo plano;

III) os conflitos no Sudeste da Ásia; o equilíbrio de Poder é a base da política regional e, alimentado por exacerbadas disputas históricas e ideológicas, tem feito com que a área viva em permanente conflito. A situação continua sem perspectivas de solução;

IV) a transição pacífica no Zimbábue, feito que deve ser tributado a um equilibrado processo de negociação e à democracia eleitoral implantada, não resolve os problemas do Sul da África. O caminho zimbabuense não se transfere fácil

ou automaticamente para a Namíbia, nem, muito menos, para a África do Sul, único país do mundo em que persiste institucionalizada uma política de discriminação racial; as incursões armadas sul-africanas em Angola são um dos exemplos correntes de violência internacional, que gera inevitáveis e prolongados problemas políticos;

V) o recrudescimento do terrorismo na Europa com o violentíssimo atentado de Bolonha, que é deplorado por todos, dentro e fora do mundo desenvolvido;

VI) o desaparecimento de Tito abre um espaço e uma interrogação na Europa do Leste e, além disto, pode agravar, talvez, as dificuldades que viveu, nesses últimos anos, o Movimento Não Alinhado. A morte de Tito transcende, em sua significação, a Iugoslávia e vai repercutir sobre o próprio processo internacional;

VII) as disputas internas na Aliança Atlântica são outro sinal da dificuldade de criar valores comuns para a atuação concertada, mesmo quando se analisa o foco limitado da vida intrablocos;

VIII) a renovação das disputas sobre armamentos, especialmente os nucleares, e a criação de novos e temíveis patamares de equilíbrio do terror na Europa formam tendência que coloca em risco os mínguados ganhos da détente e das negociações SALT;

IX) as dificuldades de transformação política no Caribe e na América Central, onde, por infelicidade, a violência parece estar inexoravelmente ligada aos processos de superação da estagnação política e econômica;

X) os impasses conhecidos para a democratização dos países da América do Sul. Aqui, é evidente que, de acordo com a tradição brasileira, não expressamos, em nenhum momento, preferências concretas, em relação a países determinados.

por essa ou aquela forma de regime. Não se trata disto. Não obstante, como valor político, o Governo brasileiro prefere nitidamente a democracia e manifesta sua determinação de que a mesma se implante forte e amplamente no seio brasileiro, o que não deixará de ter reflexos externos;

XI) persiste o impasse no relacionamento Norte-Sul. Os países desenvolvidos se fecham ainda mais em suas reuniões de cúpula e dedicam atenção decrescente aos problemas dos países do Sul. A segunda reciclagem dos petrodólares coloca novos e difíceis desafios para o sistema econômico internacional.

Propositalmente, não busquei hierarquizar esses acontecimentos, nem ligá-los dentro de algum esquema interpretativo, embora seja óbvio que todos, ou quase todos, contribuem para gerar tensão internacional. Minha preocupação é outra. Desejo apresentar observações de feitiço muito geral, direta ou indiretamente pertinentes aos fatos apontados, observações que, a meu ver, constituem uma base para a análise dos acontecimentos conjunturais e das tendências que os mesmos denotam.

Começaria essas observações com a questão da "estrutura da convivência internacional". Na verdade, vejo aqui duas questões.

Em primeiro lugar, há uma *dimensão estática*. A convivência se sustenta (ou se deve sustentar) num quadro de regras que garantam minimamente a segurança e a integridade de cada Estado. Essas regras estão fixadas juridicamente na Carta da ONU e, simplificando, poderia dizer que o seu pilar fundamental é o princípio da não-intervenção. O desrespeito a esse princípio vital perturba a interação internacional, engendra desconfianças, enseja reações e, como a história

contemporânea demonstra cabalmente, gera frutos amargos para o interventor e ainda mais amargos para a população do Estado que sofre a intervenção. Não preciso mencionar os limites a que, mesmo essa regra tão fundamental e tão aceita, está sujeita hoje, com a manifestação, nos mais variados quadrantes, de vocações hegemônicas que atropelam os limites de Estados fracos ou indefesos, sob variados pretextos. Concluindo: se a convivência é viciada, desrespeitosa, como enfrentar os problemas comuns? Como suplantar os impasses que se acumulam? Como diminuir os níveis absurdos de armamentismo, principalmente nuclear? Como vencer os interesses egoístas e imediatistas que impedem uma visão mais aberta e ampla dos interesses econômicos? Como experimentar verdadeiramente o potencial do Estado-nação, como base para organização do mundo, se apenas alguns dentre eles podem fazer valer direitos plenos?

É fácil, infelizmente muito fácil, explorar algumas das consequências negativas desse quadro. Em primeiro lugar, existe e se difunde uma espécie de dificuldade de negociar, com a perigosa substituição da diplomacia pela força ou pelo discurso ideológico. É sintoma da prevalência de um certo autoritarismo no plano internacional, em que o *outro* é visto como adversário a ser diminuído, humilhado ou isolado. É paradoxal que, num momento em que aumentam dramaticamente as interações internacionais, esteja tão racionada e tímida a interação fundamental, organizadora, que é a interação política. Ou melhor, a interação política que existe é limitada a pequenos círculos e se destina a resolver questões específicas, sem sentido de generosidade e de futuro.

Há, porém, uma segunda dimensão da questão da convivência internacional, que tem *contornos dinâmicos*, a que apresenta especial interesse para os países em desenvolvimento, como o Brasil. Discutir o problema da convivência diplomática é insuficiente, quando vemos a cena internacional com os olhos de um país em desenvolvimento, preocupado tanto com as manifestações de poder quanto com a estrutura, que confere uma aparência de valor e legitimidade aos atos de poder; um país preocupado, afinal, com problemas de alimentação, moradia, saúde, e outros tantos que, talvez, precedem a problemática do poder. Estamos preocupados porque a estrutura internacional cristaliza estratificações indesejadas e se perpetua em termos de poder. Na verdade, repele os projetos de transformação não mediados pelo próprio poder. A esse respeito, não poderia ser mais ilustrativa a nossa experiência no diálogo Norte-Sul.

A evolução da vida internacional está bloqueada pela consagração estrutural de desigualdade, no que diz respeito tanto à substância dos problemas políticos, econômicos e sociais, quanto à restrição à participação no processo decisório.

Vivem-se mudanças, de fato existe movimento na história, mas a estrutura da convivência se altera apenas marginalmente, por adições tópicas, não incorpora novidades, não abre espaço para o processo de criação política, para a solução de problemas fundamentais. Chega-se ao aparente paradoxo de existirem países subdesenvolvidos que, embora descritos como "afluentes" ou "em processo de industrialização", permanecem efetivamente subdesenvolvidos, sem que possam alterar seu modo de inserção internacional.

Nesse sentido, o presente sistema internacional sequer chegou a viver plenamente em toda a sua potencialidade. Veja com ceticismo as fórmulas para transcender o Estado, através de Governos ou instituições supranacionais. Hoje, essas formulações não passam de transparente disfarce para novas hegemonias.

Ainda não se reconhece, por exemplo, que a reforma do sistema econômico internacional não é, apenas, um ato de benemerência, e, sim, a reinterpretção do próprio jogo de interesses entre o Norte e o Sul. Não há desejo, de parte dos países industrializados, de agir em conformidade com a constatação simples de que os interesses que os ligam aos países em desenvolvimento podem e devem ser transformados num quadro de mutualidade. O status quo não só reproduz as equações de poder mas também bloqueia a articulação e o curso de fórmulas alternativas às determinadas pelo presente esquema de distribuição de poder.

Outro exemplo dessa situação está ligado à dinâmica das tensões regionais. Na verdade, quem sofre com o status quo não são evidentemente as nações poderosas, que são imaginativas a ponto de descobrirem funcionalidade estratégica e econômica para os maiores e mais temíveis arsenais de armas, nucleares e convencionais. Quem sofre são as nações do Sul.

Não quero, por outro lado, adotar versões simplistas que vêem, em cada conflito regional, a mera superposição de conflitos globais entre as superpotências. Além de objetivamente erradas, atribuem imediatamente às superpotências o condão mágico da paz: se são elas os mentores da guerra, não haveria paz, nem desenvolvimento autônomo, sem o

correspondente patrocínio que possam dispensar.

Insisto em outros pontos. Enquanto persistir a resistência à reforma da ordem econômica internacional, enquanto estiver bloqueado o acesso dos países pobres ao desenvolvimento e aos processos de decisão internacional será difícil evitar que as formas de intervenção e de interferência se manifestem, clara ou subrepticamente. De outro lado, a própria incapacidade das superpotências de criar um *modus vivendi* estável contribui para acelerar as instabilidades regionais. As superpotências não deixam de ver oportunidades de influência em conflitos regionais, tantas vezes motivados fundamentalmente pela dinâmica local. Quando se adota essa ótica, e quando as partes do conflito a aceitam, está estabelecido o caminho para a estratificação da disputa.

Em suma, não haverá ordem internacional consentida e legítima se não houver Estados verdadeiramente autônomos e, para tanto, é fundamental que se alterem as regras internacionais que fecham os caminhos para o desenvolvimento. E isso só ocorrerá se houver participação ampla e democrática dos Estados membros da comunidade internacional nas decisões sobre o seu destino. Caso contrário, a estrutura de convivência com os efeitos que aponte se reproduzirá sem solução e sem transcendência.

Não quero armar com essas observações um amargo círculo vicioso, o da indignância política. Não é essa a minha intenção. Quero assinalar, por enquanto, a dificuldade das tarefas que enfrenta a diplomacia de um país em desenvolvimento nos dias de hoje; de outro lado, insisto em que não existem solução e caminhos óbvios, sobretudo se pensarmos em soluções isoladas, egoístas, que simples-

mente procurem tomar a trilha percorrida pelas potências atuais. Aí, aliás, está a base para o sentido democrático e aberto da visão brasileira sobre o sistema internacional que não a democracia que gere segurança para todos os Estados e distribuição equitativa dos benefícios do sistema internacional.

Abriria um parêntese para um exemplo recente de cooperação internacional, que demonstre a possibilidade de negociação aberta, de trocas mútuas de vantagens e de fixação consensual de regras: a Conferência sobre o Direito do Mar, que se encaminha para sua fase conclusiva.

Uma segunda área de reflexão tem que ver com a posição brasileira, concreta, em relação aos temas e problemas apontados. Não vou repetir, uma a uma, as atitudes que adotamos diante dos acontecimentos que marcaram a conjuntura internacional. Serão elas amplamente conhecidas dos senhores, não só porque constituem, em geral, matéria de estudo nesta Escola, mas também porque temos procurado, através do contato cotidiano e franco com a imprensa, informar amplamente a opinião pública brasileira sobre os passos de sua diplomacia. Nesta parte, prefiro colocar alguns dos dilemas da construção da própria posição brasileira em relação às questões que coloquei. Farei apontamentos gerais, indicações sumárias, que, espero, no debate, possam ser suplementadas.

Minha exposição centrou-se até aqui em revelar tendências da conjuntura, que escondem, infelizmente, formas estruturadas do sistema internacional. A lista de acontecimentos que apresentei era de exemplos claros, alguns mais que outros, do que venho dizendo. O tema do poder e o tema da necessidade de reforma dominaram minhas palavras. Mas

não indiquei como nos devemos situar diante da influência do poder nos negócios internacionais e da necessidade coerente de reforma do sistema econômico e político.

Seria má a resposta de que com mais poder mais conformaremos o sistema internacional. Estaria o país ganhando *status* de potência e passaria a comportar-se como tal. É má essa resposta porque parte de três falsas premissas. Em primeiro lugar, a reforma do sistema pelo caminho do Poder em novo patamar, com novos atores, em que nos incluiríamos, para o qual seríamos co-optados. Não é isto que pretendemos.

Em segundo lugar, não pensamos em copiar ou repetir a trajetória das potências atuais, o que seria contra as tradições do Brasil em política externa, e contra a própria lógica do sistema internacional contemporâneo. Viver (ou pretender viver) como potência implica a adoção de comportamentos hegemônicos e a utilização de instrumentos, que condenamos. Em terceiro lugar, não recebemos (nem o pretendemos) qualquer legado ou manto imperial; o Brasil não substitui ninguém no plano internacional, o Brasil pratica sua própria política. A influência que tiver será resultante da coincidência de sua linha de ação com o interesse real da maioria dos Estados.

Seria igualmente ineficaz imaginar, contra a realidade, que o Brasil tenha deixado de ser um país em desenvolvimento ou esteja próximo a fazê-lo. Sim, progresso houve e tem havido, graças aos nossos próprios esforços. Mas continuamos, Governo e povo, a enfrentar sérias disparidades regionais e sociais em nosso país; subsiste o hiato que nos separa dos países desenvolvidos, como indica a simples vivência de nossos pro-

blemas cotidianos. O Brasil, envaidecido, não se deixará enganar pelos rótulos de "país recentemente industrializado" ou de país em desenvolvimento "avançado", rótulos cujo objetivo é simplesmente o de nos separar dos demais países do Sul e, assim, com aparente legitimidade, nos negar os benefícios de cooperação internacional. Isso não faremos enquanto permanecer inalterado o nosso modo de inserção na realidade internacional. Prosseguiremos em nossos esforços no plano Norte-Sul e, complementarmente, aceleraremos tanto quanto pudermos a nossa cooperação com os países do Sul.

Como definir, então, nosso perfil? Como país em desenvolvimento, o Brasil é um país afetado, em diversas dimensões, pelo sistema internacional, que nos aparece, em boa medida, como um dado. Nossos meios de projeção externa são limitados. Não afetamos o destino do sistema internacional da mesma forma ampla pela qual este molda o cotidiano da vida brasileira. Trata-se de um problema estrutural: a nossa dependência de importação de petróleo, tecnologia e capitais.

Nossa preocupação é assim de criar filtros para que as influências recebidas sejam as que desejamos, como nação, receber. Este problema não se resolve simplesmente pela adição mecânica de "quantidades de poder". Poder sim, mas no seu sentido mais amplo: coesão interna construída democrática e livremente, a formação de consenso nacional, a criação de estruturas econômicas, sociais e políticas sólidas, que possam sustentar a nossa autonomia, a nossa independência.

O alargamento da presença internacional do Brasil é necessidade do pró-

prio desenvolvimento nacional, mas não se fará em termos de poder.

Nossa presença externa tem que ser rigorosamente compatível com a filosofia que adotamos. Se desacreditamos das soluções de poder, não devemos implementá-las e sim condená-las; se acreditamos em necessidade de reformas amplas, que beneficiem os países necessitados, não devemos transformar pontas mínimas de vantagens localizadas em subtos apanágios de "nova potência"; se confiamos na diplomacia, na persuasão, no convencimento, não adotamos a força como norma de ação externa, mas, ao contrário, condenamos o seu uso, efetivo ou potencial; se acreditamos que a Paz deve ser pluralista, democrática, com espaço para a manifestação de todos os Estados, não admitimos movimentos que levem a intervenções externas, seja qual for o seu promotor; se defendemos soluções solidárias e éticas, devemos praticá-las em cada momento de nosso relacionamento, em cada instância de nossos empreendimentos internacionais. Se condenamos o egoísmo e o imediatismo, advogamos sinceramente a importância da combinação de esforços através de organizações mundiais e regionais, que sirvam a seus membros sem discriminação e sem artifícios hegemônicos.

Para terminar esta parte, em que procurei sublinhar os efeitos complexos da conjuntura internacional, e definir alguns aspectos da atuação diplomática do Brasil, insistiria somente num ponto. O Brasil vive, no sistema internacional, uma situação que é dada. As nossas possibilidades de modificar traços básicos do sistema são limitadas. Essa circunstância não nos deve intimidar, nem conduzir a um fechamento ou a um isolamento. Ao contrário, a nossa posição in-

ternacional convida à participação intensa, sem preconceitos, nos negócios do mundo. Porque dependemos do sistema, devemos vivê-lo plenamente, em todas as suas dimensões, com *universalismo e dignidade*, como bem definiu o Presidente João Figueiredo. É esse o caminho para absorver as influências externas e abrir espaço para a demonstração de nossas possibilidades e de nossas teses. Nossa diplomacia terá que ser sumamente inventiva e dinâmica. Nossas melhores armas, o exemplo, a ética e a imaginação, ou seja, a criação da confiança e a capacidade de convencimento, coadjuvadas por ação prática, mesmo com nossos meios modestos, inspirada nos mesmos conceitos.

Antes de passar aos temas que integram a agenda diária da diplomacia brasileira, desejaria assinalar que o nosso comportamento externo, em suas posições de princípio e em suas ações, concretas, tem sido invariavelmente voltado para a Paz e o Desenvolvimento. Temos consciência clara sobre os modos pelos quais poderemos ser úteis ao sistema internacional. Temos diretrizes firmes de ação. Temos compreensão de que as responsabilidades que queremos devem ser partilhadas e devem ser medidas pelo nosso compromisso com a Paz e nosso interesse no desenvolvimento. Não nos queremos atribuir responsabilidades maiores que as da dimensão externa do país, nem desejamos que nos atribuam, por delegação ou solicitação, responsabilidades derivadas de conflitos ou disputas, cuja origem não está em nosso controle. Embora modesta, essa é a forma genuinamente brasileira de fazer diplomacia.

Minhas observações até agora são, direta ou indiretamente, modulações e adaptações do que constitui o cerne

doutrinário de nossa política externa, tal como definida pelo Presidente João Figueiredo. São elementos que se entrosam coerentemente e criam o modo brasileiro de participar do cenário político internacional.

O universalismo não é uma aposta na quantidade de contatos e de número de intercâmbios. Ao contrário, implica tomada de posição sobre a substância do relacionamento internacional. Implica admissão de que a variedade de tendências e propostas deve fundar o que tenho chamado de "estrutura democrática de convivência internacional". O universalismo, bem aceito e compreendido, é antiintervencionista. É promotor da dignidade nacional, porque propõe o pleno respeito às individualidades nacionais, ou seja, a ampla aceitação da igualdade soberana dos Estados como modelo da organização da vida internacional.

A preservação da dignidade nacional e a regra da boa convivência são os elementos que, nos casos concretos, indicam o feitiço da ação brasileira. Frequentemente, como parâmetros, os encontros diplomáticos brasileiros bilaterais, regionais ou multilaterais. Constituem, assim, o substrato de uma ética de comportamento, que se baseia na não intervenção, na busca das soluções pacíficas, e na preocupação com o equilíbrio de compromissos nos negócios concretos. Uma ética que busca em cada ação projetar a intenção de paz e desenvolvimento.

Não quero (nem creio necessário) alongar-me nessas reflexões. Não tenho dúvidas de que a diplomacia brasileira, pela serenidade e objetividade com que tem atuado, cristalizou socialmente o seu corpo doutrinário. As premissas que nos orientam são conhecidas e aceitas; existe consenso sobre as metas e propo-

sitos; o sentido de interesse nacional é amplamente reconhecido; e, apesar de nossa disposição permanente para o debate e para o ajustamento, constato, com felicidade, que as críticas são episódicas e não tocam no cerne de nosso fazer. Sinto assim que a diplomacia do Presidente Figueiredo está plenamente integrada no esforço nacional de desenvolvimento e de construção de uma nação democrática, soberana e aberta aos contatos e a convivência.

Penso que isto foi conseguido com a contribuição do Itamarati. Temos procurado ligar claramente a proposta de ação e o trabalho efetivo. A continuidade das ações, sua coerência interna, a preocupação em recolher a tradição de comportamento diplomático, o cuidado em adaptar o trabalho diplomático às modificações conjunturais, a visão de projeto são fatores que, creio, estão na base de ligação entre a proposta e a ação.

Olhando, agora, para o conjunto das ações nestes últimos 12 meses, registraria que a América Latina foi área prioritária da ação diplomática brasileira. O Presidente Figueiredo deu clara relevância aos nossos relacionamentos continentais e, através de uma série de encontros de alto nível, estimulou grande dinamismo na presença brasileira entre seus vizinhos do continente.

É importante fixar o sentido geral da política brasileira na região, antes de tocar em alguns temas bilaterais.

O dado fundamental é nossa identidade como país latino-americano. Na verdade, a intensificação é sequência natural de um modo de ser do Brasil. Somos latino-americanos, o que faltava era explorar a fundo as consequências de nossa identidade.

Temos uma preocupação básica em nosso relacionamento continental, o de

traduzir em ações e empreendimentos o vocabulário da solidariedade latino-americana. Não é tarefa simples, e creio que, hoje, todos nós, latino-americanos, reconhecemos a dificuldade do processo. Nossa história nos afastou um dos outros ao estabelecer como privilegiadas, nossas relações com os países do Norte, os centros dinâmicos da economia internacional. Ainda há numerosas dificuldades de comunicação e mesmo a identificação de uma cultura latino-americana e o reconhecimento de problemas comuns não estão enraizados. O esforço de unidade deve, assim, ser consciente e criativo, de luta, mesmo, contra estruturas que nos afastam e nos cegam para o potencial da cooperação e do trabalho conjunto.

O esforço no sentido da unidade já começou. As viagens do Presidente Figueiredo se inserem, sem dúvida, na busca e no encontro de caminhos novos. E, é fundamental que se estimulem encontros num momento particularmente difícil da conjuntura internacional. Não quero isolar o continente das mazelas do mundo, mas devemos reconhecer que, em regra, temos conseguido um alto nível de harmonia entre vizinhos, harmonia talvez inédita entre os países do Terceiro Mundo (para não falar evidentemente dos dramas que são a história dos desenvolvidos). É uma harmonia histórica, que não mais deve ser quebrada. É a base necessária para a intensificação do diálogo político e para o reconhecimento de relacionamentos econômicos mais férteis e proveitosos.

Temos um trunfo importante que é o da nossa diversidade e o da tradição de respeito às individualidades nacionais. Com base nesta diversidade, torna-se viável a unidade, tão necessária nos dias de hoje, inclusive para permitir melhor

enfrentarmos as variações adversas na conjuntura internacional. A unidade não é um sonho; pelo contrário, é algo em pleno processo de construção. O Presidente Figueiredo tem, em várias ocasiões, mencionado o interesse brasileiro na preparação de uma posição mais homogênea de negociação para a América Latina em seus contatos com o Norte industrializado.

Um outro ponto importante é o reconhecimento de que ventos de mudança prevalecem na América Latina. Situações de injustiça social, formas estratificadas de dominação política, social e econômica, imobilismos de todo o tipo, estão sendo questionados e muitos deles superados. Processos de transformação rápida são iniciados, com ânsia de renovação se misturando com a vontade de superar o passado. São momentos em que temos que agir com compreensão e com sentido de história, evitando tomar sintomas, detalhes, pelo significado profundo da mudança. Mas a nossa postura é de rigorosa não intervenção.

É claro que, no âmbito do nosso território, ao fazemos opções, aderimos a valores, a condutas, que encarnam a vontade nacional. São nossos esses valores políticos e, por isto, acreditamos que, embora incompletos e irrealizados, desenhem o melhor para o Brasil. Incorporam, neste momento, o sentido de mudança que vive a América Latina, que acreditamos irreversível e não aprisionável por artifícios ou adiamentos. Nem acreditamos possam ser legitimamente estimulados por pressões ou juízos de valor externos.

Reconhecimento de oportunidades, disposição política, aceitação da diversidade, adaptação a mudança, busca do novo, mútuo reconhecimento em todas as dimensões, com esses elementos, mais

à identidade latino-americana, procuramos construir nossa presença continental neste momento. As viagens do Presidente Figueiredo à Venezuela, ao Paraguai e à Argentina; a visita dos Presidentes do Peru, do México e da Argentina, o contacto com o Grupo Andino, a entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica, o apoio aos novos mecanismos de integração continental (ALADI), os meus próprios contactos com colegas latino-americanos, são momentos que coerentemente formam o quadro de nosso relacionamento.

Dos vários encontros bilaterais, talvez mais do que os atos e negócios que abrem perspectivas para empreendimentos conjuntos, tenha ficado a sintonia da diplomacia brasileira com a dos seus vizinhos. A nota dos diálogos foi invariavelmente a do descontraimento e da solidariedade, da linguagem comum, sem dissonâncias.

Podemos assim iniciar cursos novos de ação com o Peru, que hoje vive momento fértil de sua vida nacional; com o Paraguai, parceiro em tantos empreendimentos, constatou-se a profunda harmonia que une os dois povos, que têm a consciência clara de que a intensificação dos contactos, com base no respeito e no equilíbrio, só os beneficiará; com a Argentina, país com que temos talvez o relacionamento mais denso e complexo entre os países em desenvolvimento, compatibilizamos os processos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná e, vencida essa etapa, iniciamos com rapidez uma cooperação objetiva no mais vasto espectro de atividades; com a Venezuela, o encontro presidencial foi base para a compreensão de vários elementos de complementariedade econômica e o ímpeto que se deu ao intercâmbio é evidente; da mesma forma

com o México, onde foram numerosos os projetos de cooperação entrevistados e realizados; com o Chile, poderemos aprofundar o processo de cooperação econômica; também com o Equador, cujo Presidente nos visitará proximamente.

Em suma, evidenciam-se dos encontros presidenciais, a disposição de conviver na América Latina, o sentido de solidariedade, e, mais do que isto, a certeza de que estão esquecidos, entre nossos povos, os esquemas que vêem a política internacional como um jogo de poder, em busca de hegemonias. *Não buscamos formas abstratas de equilíbrio, constituição de blocos, confrontações, reducionismos ideológicos; imagino que, na América Latina, estamos superando esses movimentos por um sentido real e operativo. Só poderá reforçar esse processo e ajudar a superar as contradições.*

Antes de passar a um outro tema, sublinharia, ainda, o meu encontro com o Conselho Andino, outra área nova de convivência para o Brasil, ou melhor, uma forma nova de estimular o convívio com países que temos relações tradicionais de amizade. Penso que o Grupo Andino tem papel positivo a desempenhar na política e na economia continentais; a constituição da ALADI, como sucessora da ALALC, que nos promete fórmulas mais dinâmicas e realistas para o processo de integração continental e que acreditamos vão-se realizar. Mencionaria, também, a próxima reunião do Pacto Amazônico, idéia generosa lançada pelo meu antecessor, Embaixador Silveira, e que começará a ser implementada proximamente. Assinalaria, finalmente, que temos procurado acertar os contactos com o Caribe, como testemunha a visita ao nosso país do Chanceler Donaldson, de Trinidad-Tobago e com a América

Central. Neste período, recebemos as visitas dos Chanceleres da Costa Rica, Nicarágua e El Salvador. São áreas novas para a diplomacia brasileira, e cujo conhecimento do potencial de encontros se inicia agora.

Passando a outra dimensão de nosso relacionamento internacional, também prioritária na definição do Presidente Figueiredo, lembraria que recebemos, nestes últimos meses, a visita de três ilustres estadistas africanos: o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, o Presidente da Guiné, Sekou Touré, o Presidente da Guiné-Bissau, Luís Cabral. Tomaria as visitas como sinal de reconhecimento de que o gesto brasileiro de aproximação com países africanos foi plenamente aceito. Além disto, a visita dos três Presidentes africanos demonstra, da mesma forma que minha viagem a cinco países da África Meridional, que a política brasileira passou da fase declaratória para a dos empreendimentos comuns, dos negócios concretos.

Não retomaria aqui os temas que têm servido de base para a construção da política externa brasileira na África. Creio que estão perfeitamente definidas e aceitas as suas premissas. O sentido de solidariedade, que nasce de laços étnicos, o profundo respeito à diversidade nacional africana, a compreensão de sua luta anti-racista e antidiscriminatória, que também é nossa, a preocupação em buscar formas de trabalho comum que funcionem como esteios da independência e da autonomia etc são os elementos que, como disse, estão na base de nossa política africana. Em minha viagem à África, creio que, se alguma dúvida ainda existisse, foi ela dissipada.

Fomos compreendidos como portadores de uma proposta de igualdade e de solidariedade, que não desejamos senão

à afirmação nacional desses países e sua prosperidade. Que coincidimos em que não sejam instrumentos de terceiros, mas agentes em sua própria causa. Alguém que compreende o drama da luta anticolonialista, e seus efeitos; alguém que repudia, como os africanos, a transformação dos países da África em área de disputas entre as potências.

Fui recebido com a naturalidade das recepções aos amigos, com afeição e respeito. A integração foi ampla e a conversa com os líderes foi absolutamente cordial. Com Nyerere, da Tanzânia, com Kaunda, da Zâmbia, promotores do movimento pela independência e, hoje, estadista de toda a África, com Machel, de Moçambique, e Santos, de Angola, governantes sérios, próximos de seus povos e com um árduo e completo trabalho de reconstrução nacional pela frente, com Mugabe, do Zimbábue, que está conseguindo o feito de superar em paz e concórdia, a aspreza da transição para a independência, com todos e com cada um, a mensagem que me transmitiam foi única: amizade com o Brasil, disposição de trabalhar juntos, vontade de aprofundar o diálogo e a cooperação.

Chamaria ainda atenção para a diversidade desses países. São histórias diferentes, são projetos diferentes. Em todos, porém, existe profundo sentido de busca de identidade nacional, de autonomia, de respeito próprio.

Por certos elementos que nos unem culturalmente aos africanos, não devemos fazer simplificações sobre a África, muito menos aos países e aos conflitos, esquemas e interpretações reducionistas, que pouco têm a ver com o que acontece. A História da África está sendo escrita pelos africanos, com direção e destino próprios. É erro grave tomar por determinantes essenciais situações con-

tingentes, episódios de processos complexos, embora tenham influência no comportamento desses países. Isto só levaria à frustração, à incompreensão, e à impossibilidade de uma aproximação autêntica com os países africanos.

A África não é uma província, nem está à espera de novos colonizadores, que substituam os antigos. Não está havendo uma nova "partilha da África", o que há, com todas as dificuldades e riscos, é um amplo processo de afirmação de independências nacionais. Não estamos ali com o espírito de concorrer com ninguém, mas apenas cuidando de que nos vejam com amizade, como a um país próximo, não apenas geograficamente, e confiável. Por isto, sentimo-nos muito próximos dos africanos e não há arestas em nosso relacionamento. Temos, nesses aspectos, a mesma visão, a mesma identidade de interpretações e propósitos. Como iguais, buscamos a aproximação.

As avenidas que ligam o Brasil e a África estão abertas, definitivamente abertas. São trilhadas, hoje com espontaneidade, com naturalidade. Posso constatar, assim, que movimentos expressivos ligam a sociedade brasileira às africanas. As publicações sobre a África se multiplicam, tomamos contacto com sua riqueza literária, empresas brasileiras prestam seu melhor serviço em vários ramos da economia africana, o comércio se intensifica. A moldura política não podia ser outra porque exprime realmente o que de mais profundo existe nas ligações históricas do Brasil e da África.

As limitações existentes são nossas e não dos africanos, que mostram receptividade inequívoca. São as nossas limitações decorrentes de falta de capital e de financiamento, e de falta de tradição de ação econômica e cultural no exterior e

até mesmo das insuficiências do pessoal e material decorrentes de rápida expansão dos serviços diplomáticos.

Pelos limites de tempo não poderia, prosseguindo, abordar, com o mesmo grau de informação, as outras áreas do relacionamento externo do Brasil. Apon-tarei adiante outras dimensões, de forma infelizmente superficial. Não quero que os senhores entendam que tenha feito uma hierarquia de contactos, que, na lógica de minha exposição, esteja embuti-da uma pretensa ciência de relaciona-mentos. Não é isto. Procurei exemplifi-car os 12 meses de política externa com a África e a América Latina, porque são áreas onde o esforço de criação política é naturalmente mais denso e mais exi-gente.

No mesmo quadro, incorporaria tam-bém o relacionamento com o Oriente Médio. De fato, se comparado com a dé-cada de 60, o relacionamento com os árabes se tem intensificado de forma ex-pressiva, em todas as suas dimensões. É claro que o elemento energético aí terá importância inegável, mas não é o único para explicar o processo de aproximação árabe-brasileira. Na verdade, o movimen-to tem que ver com o esforço que desen-volvemos, dentro do marco universalista, de aproximação com os nossos parceiros em desenvolvimento. Representa um processo de diversificação de convívio diplomático, cujos efeitos são evidentes, até na configuração das nossas pautas de comércio, e, agora, de investimento. Apesar do aumento dos contactos, sei que há ainda muito que fazer nas nos-sas relações com o Oriente Médio, verda-deiramente uma nova etapa do processo diplomático brasileiro e uma etapa de altos custos.

Só faria, neste capítulo, uma adver-tência. Se há resultados expressivos no

quadro das trocas com os países árabes, as ligações mais consistentes, mais estru-turadas, devem naturalmente obedecer a um processo de maturação lenta. Esta-mos em fase de criar canais de comuni-cação, de criar vínculos, que superem as mediações dos países industrializados em áreas estratégicas, como a reciclagem de petrodólares. É um processo lento porque tem que ver mesmo com a cria-ção de hábitos novos. Mas, sentimos dis-posição de cooperação, há exemplos marcantes do que é possível fazer e os encontros mostraram o sentido da intensificação da frequência e da pro-fundidade.

As relações com os países desenvolvi-dos ocidentais, com que partilhamos va-lores fundamentais, têm corrido, no pla-no bilateral, com a mais perfeita cordia-lidade. O relacionamento com os Esta-dos Unidos se desenvolve franco, igual, sem inibições de parte a parte: o espaço aberto permite que se discorde com a mesma naturalidade e o mesmo respeito com que se concorda; esse tipo de rela-cionamento se baseia numa história de contactos fraternos e amplos e exige maturidade, que é o que temos nas rela-ções com os Estados Unidos, hoje.

Também maduras estão as nossas re-lações com os países do Ocidente euro-peu. Existe dinamismo e renovação nos inúmeros encontros de alto nível que têm sido mantidos com autoridades eu-ropeias. Em 1979, depois da visita de Helmut Schmidt, Chanceler da Repúbli-ca Federal da Alemanha, ainda em mar-ço recebemos o ilustre Presidente do Governo espanhol, Adolfo Suarez, em agosto. Recebemos ainda a visita dos Mi-nistros das Relações Exteriores da Itália, Bélgica, Áustria e Inglaterra, no último caso a primeira vez na História em que o Ministro do Exterior do Reino Unido

vinha ao Brasil. Tive interessante reunião de trabalho em Bonn, este ano, com meu colega Genscher e, na mesma ocasião, entrevistei-me com Helmut Schmidt; os níveis de cooperação teuto-brasileira, especialmente na área da energia nuclear, são excelentes; e quero aqui deixar meu testemunho do sentido de equilíbrio, que tem presidido as negociações e conversas diplomáticas sobre o tema. Em setembro, estive em Bruxelas, tanto para contactos bilaterais quanto para a assinatura de um Acordo de Cooperação com a Comunidade Económica Europeia, que certamente bem servirão ao desempenho de comércio com os países europeus, hoje nossos maiores parceiros comerciais.

Em janeiro, o Presidente Figueiredo visitará a França, dando prosseguimento a este amplo quadro de contactos com os europeus, que tem sentido muito profundo para nós, que partilhamos com eles os melhores valores da civilização ocidental, a começar da própria crença nas formas democráticas de Governo.

O diálogo com o Japão se aprofunda e as oportunidades para empreendimentos conjuntos têm sido amplamente aproveitadas. Em agosto do ano passado, recebi em Brasília o então Chanceler Sonoda por ocasião da reunião ministerial nipo-brasileira, de que participaram os titulares de cinco pastas do Governo de cada país. Recentemente percorreu nosso país uma importante missão comercial de importadores japoneses com significativos resultados.

Recebemos visitantes de alto nível da China, e missões comerciais, que certamente constituem base para aproximação com aquele importante mercado asiático. Uma área que merecerá maior atenção são os países da ASEAN, e, no ano que passou, fomos visitados por

missões da Malásia e de Cingapura. Em Cingapura, centro financeiro e comercial da região, instalamos uma Enbaixada. Na Malásia, embora já haja autorização para tanto, teremos de esperar melhor conjuntura orçamentária.

Com os socialistas europeus e a União Soviética, temos tido relacionamento normal, fundado sobretudo nas trocas comerciais. Respeito e não ingerência, têm sido regras estritas que exigimos em nosso convívio. Outras formas de encontro diplomático dependem ainda de circunstâncias específicas e de interesses localizados. Nisto, contamos muito com a própria diversidade entre os socialistas, que revela matizes e até divergências em um ou outro ponto.

Concluiria as observações que fiz insistindo no tema da coerência. Nossa disposição de agir, nossas intenções, nossos projetos são rigorosamente os que acabo de expor aos senhores. Não há outros. Não há intenções ocultas, segundas. Não há pretensões descabidas, nem a tentação de soluções mágicas para as questões de política externa do Brasil. Neste momento, acredito que nossa ação incorpora o melhor de nossa tradição diplomática e constitui a melhor ponte entre os serviços que o Itamarati pode prestar ao Governo e à nação e o projeto de desenvolvimento econômico e de implantação de uma democracia plena. Porque estão claramente ligados projeto e ação, o trabalho tem raízes profundas e vocação de autenticidade.

Assinalei que o cumprimento cotidiano do que pretendemos não é fácil, num mundo cambiante, irredutível a fórmulas simplistas, com inúmeras áreas de tensão. Além disto, o Brasil é um país que precisa muito do sistema internacional e tem limitado controle sobre o ambiente que o envolve. Não vemos isto necessa-

riamente como um problema; não pretendemos nenhum tipo de auto-suficiência, ou de isolamento. Ao contrário, nossa vocação é para conviver amplamente e para contribuir para que essa convivência se estruture de forma tal que se

atenuem as tensões e diminuam as violentas disparidades de riqueza entre as nações, que hoje prevalecem. Sabemos que as opções concretas não são óbvias. Fazemos o melhor que podemos para que sejam sempre as melhores para o povo brasileiro.



Até o momento, a conjuntura internacional da América Latina é caracterizada por um período de relativa estabilidade política, embora com algumas exceções. A situação econômica da região é preocupante, com altos níveis de inflação e desemprego. O Brasil, por sua vez, enfrenta desafios significativos em termos de desenvolvimento econômico e social. A política externa do Brasil deve considerar essas realidades e buscar soluções que promovam a paz e a cooperação entre as nações. É importante manter o diálogo aberto e a transparência nas relações internacionais. O Brasil continuará comprometido com a defesa da democracia e dos direitos humanos em todo o mundo. A participação ativa em fóruns multilaterais é essencial para a promoção de uma ordem internacional mais justa e equitativa. A cooperação técnica e científica entre países é fundamental para enfrentar os desafios globais. O Brasil busca fortalecer sua posição como uma potência regional e global, contribuindo para a estabilidade e o desenvolvimento da América Latina e do mundo. A política de não alinhamento do Brasil é uma escolha estratégica que visa garantir a soberania e a independência do país. A defesa da democracia e dos valores democráticos é uma prioridade para o Brasil. A cooperação com o Brasil é uma oportunidade para todos os países que desejam promover o desenvolvimento e a paz. O Brasil está pronto para assumir o papel de líder regional e global. A política externa do Brasil é baseada em princípios sólidos e em uma visão clara do futuro. O Brasil é um país que acredita no poder da cooperação e na importância da solidariedade internacional. A defesa da democracia e dos direitos humanos é uma responsabilidade que cabe a todos os povos. O Brasil está comprometido com essa missão e busca inspirar outros países a seguirem o mesmo caminho. A política de não alinhamento do Brasil é uma escolha que reflete a vontade do povo brasileiro. O Brasil é um país que valoriza a liberdade e a autonomia. A cooperação com o Brasil é uma oportunidade para todos os países que desejam promover o desenvolvimento e a paz. O Brasil está pronto para assumir o papel de líder regional e global. A política externa do Brasil é baseada em princípios sólidos e em uma visão clara do futuro. O Brasil é um país que acredita no poder da cooperação e na importância da solidariedade internacional. A defesa da democracia e dos direitos humanos é uma responsabilidade que cabe a todos os povos. O Brasil está comprometido com essa missão e busca inspirar outros países a seguirem o mesmo caminho.



A POBREZA E AS ARMAS

Willy Brandt

O documento é uma advertência contra as conseqüências internacionais da miséria social nos países em desenvolvimento. Após dez reuniões, a "Comissão Independente sobre Questões do Desenvolvimento Internacional" apresentou seu relatório final. Raras vezes o futuro do mundo esteve tão ameaçado como hoje — escreve Willy Brandt, o presidente da Comissão. Por isso, a fé na justiça, na liberdade e na paz deve ser reforçada mediante uma conferência de cúpula sobre política de desenvolvimento, que reúna os principais chefes de Estado.

Sobre o diálogo Norte-Sul já se falou muito, e por certo houve contribuições sérias. Mas um número enorme de oportunidades foram perdidas. Os graves pontos de conflito que separam países ricos e pobres certamente não poderão ser solucionados por preconceitos, e tampouco por palavras bem intencionadas. Eles precisam ser abordados com a vontade de conseguir resultados úteis para países e para regiões, e, antes de mais, para os seres humanos em todas as partes do mundo.

As mudanças e reformas não podem completar-se como se fossem uma estrada de mão única. Elas precisam ser apoiadas pelos governos e pelos povos, tanto nos países industriais quanto nos países em desenvolvimento. Se, honestamente, queremos promover o entendimento internacional não podemos fugir de uma discussão franca. O desperdício e a corrupção, a dominação e a violência

podem infelizmente ser encontradas em muitas partes do mundo. Os trabalhos em prol de uma nova ordem internacional não podem esperar até que estes e outros males tenham sido superados. Nós todos, do Sul e do Norte, deveríamos conversar com mais freqüência sobre o abuso de poder das elites, as explosões de fanatismo, a enorme desgraça dos refugiados.

A maioria sabe que o atual sistema de instituições internacionais foi criado no fim da II Guerra Mundial, ou seja, há 35 anos atrás. E sabe também que o Sul — aquelas nações que em sua maioria só apareceram tarde no cenário internacional — é confrontado com numerosas desvantagens que precisam de uma correção fundamental. Daí se explica a exigência de uma nova ordem econômica internacional. É claro que uma mudança fundamental não ocorre no papel, mas na forma de um processo histórico que, em certo sentido, reflete o que se passa

na mente dos indivíduos ou nela está sendo concebido.

Um melhor conhecimento dos processos internacionais — e principalmente das questões Norte-Sul — ampliará a nossa visão e fará da participação no destino de outros povos algo que importa a nós mesmos. A Comissão julga que as escolas em todas as partes do mundo deveriam dar mais atenção e conceder maior importância aos problemas internacionais, para que os jovens possam perceber com maior clareza os perigos que os ameaçam.

Há o perigo de que no ano 2000 uma grande parte da população mundial continue vivendo na pobreza. É possível que ocorra uma super-população no mundo e não há dúvida que teremos que enfrentar um excesso de urbanização. Catástrofes de fome e perigos des-

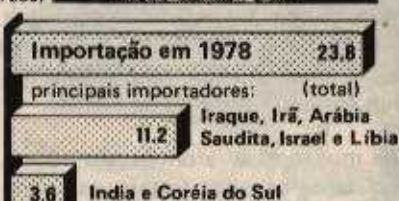
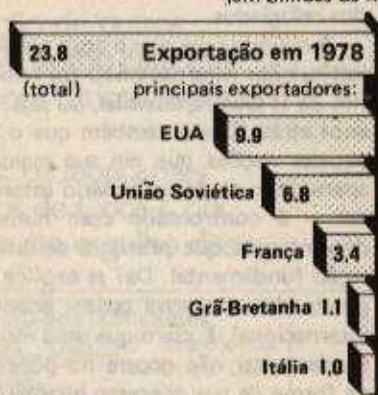
truidores se tornarão cada vez mais prováveis, se é que uma nova grande guerra não tenha destruído já as bases daquilo a que chamamos de civilização mundial. Estamos convencidos de que as presentes dificuldades são de natureza mais séria que recessões e crises econômicas anteriores. Imaginar que os atuais problemas poderão ser controlados com os meios convencionais de décadas passadas seria perigoso e desonesto.

Muitos dos que têm responsabilidades de governo, mas também outros, poderão pensar que este é o momento mais inoportuno para colocar em discussão reformas radicais. Muitos indagarão: como se pode esperar que os países industriais, tão atarefados com seus próprios problemas, venham a dar passos amplos e corajosos no sentido de ampliar, de maneira significativa, a cooperação com o mundo dos países em desenvolvi-

Exportação de armas para o Terceiro Mundo

70 % de todos os armamentos exportados vão para países em desenvolvimento

(em bilhões de marcos)



Pauta das exportações segundo as categorias dos produtos, em 1978

Categoria	USA	URSS
Sistemas de armas	39%	58%
Aparelhos, equipam. logíst.	37%	34%
Prestação de serviços (assistência p/ treinamento, etc.)	24%	7%

DIE ZEIT/Edelmann

o? Mas a nossa convicção é que precisamente nesses tempos de crise é preciso reconhecer os problemas fundamentais do mundo e tomar iniciativas corajosas.

Pode-se dizer sem exagero que rara vez o futuro do mundo pareceu tão em perigo. Por outro lado, seria enganoso supor que todos os problemas do mundo podem ser reduzidos ao conflito Norte-Sul.

Nosso mundo tem uma variedade muito maior de aspectos e, além do mais, o desenvolvimento internacional sem dúvida não é apenas um processo econômico. Como observou um membro da Comissão ao final de nossas conversações: as gerações futuras em todo o mundo precisam não apenas de soluções econômicas. Elas precisam ademais de novas idéias para inspirá-las, esperanças para animá-las, e os primeiros passos para concretizar as idéias e esperanças. O que é preciso é uma nova fé na humanidade, na dignidade dos homens e nos seus direitos fundamentais; uma crença nos valores de justiça, liberdade, paz, respeito mútuo, no amor e na generosidade, na razão em lugar da violência.

Enquanto continua o combate por novas estruturas nas relações internacionais, começa-se também a levar mais a sério considerações não econômicas: fatores religiosos e étnicos, questões de educação e de opinião pública. A paz é a meta de todas as religiões, credos e posições filosóficas. É o grande desejo de todas as raças, nações e visões do mundo. Será impossível canalizar daí uma paixão comum pela paz que se transforme no incentivo emocional e moral para as tarefas cuja importância estamos indicando? Também aqui devemos evitar ilusões. Paz, reconciliação e outros valores comuns não se desenvolvem automaticamente.

Parece ser tarefa permanente da humanidade conseguir ordem a partir de contradições. Os esforços que visam reordenar as relações internacionais são apoiados sempre que se baseiam em concepções de valor semelhantes. Os impulsos que partem das igrejas, das ciências da religião ou do humanismo podem reforçar a solidariedade internacional e assim contribuir para solucionar os problemas Norte-Sul.

As guerras, em geral, são ainda consideradas como conflito e destruição de tipo militar. Mas estende-se cada vez mais a impressão de que o caos pode representar uma fonte de perigo semelhante — seja como resultado de multidões à míngua, bancarotas econômicas, catástrofes ecológicas, ou também do terrorismo. Enfrentamos, portanto, não apenas o desafio de atenuar as causas até certo ponto clássicas de perturbação da paz, mas precisamos também conseguir ordem a partir do caos.

Temos diante e em torno de nós um mundo com enormes extensões em que dominam a pobreza e a fome; um mundo em que as matérias-primas são desperdiçadas sem considerar se elas se "reproduzem"; em que, mais do que nunca, se produzem e se vendem armas; em que se acumulou uma força de destruição que é suficiente para fazer explodir várias vezes o nosso planeta.

As interrelações entre armamentismo e desenvolvimento ainda são em grande parte obscuras. Só aos poucos as pessoas se vão apercebendo das perspectivas que seriam abertas se conseguíssemos orientar para tarefas produtivas do desenvolvimento ainda que apenas uma parte das despesas improdutivas para armamentos. As despesas anuais com armamentos alcançam a soma de mais de dois bilhões de marcos por dia, enquanto as despesas

com a ajuda estatal ao desenvolvimento perfazem menos de 5% daqueles gastos. Eis quatro exemplos:

— Os gastos militares de apenas metade de um dia dariam para financiar todo o programa da Organização Mundial da Saúde para eliminação da malária. Precisaríamos de menos ainda para vencer a cegueira por infecções, que continua sendo um flagelo para milhões de pessoas.

— Um tanque moderno custa cerca de um milhão de dólares. Com esse dinheiro poderíamos melhorar os armazéns para estocar 100.000 toneladas de arroz, que acabaria com o desperdício anual de 4.000 toneladas ou mais. (Uma pessoa pode subsistir com meio quilo de arroz por dia.) Com o mesmo montante poderíamos construir 1.000 salas de aula para 30.000 escolares.

— Pelo preço de um único avião de combate (20 milhões de dólares) poderíamos instalar cerca de 40.000 farmácias de aldeia.

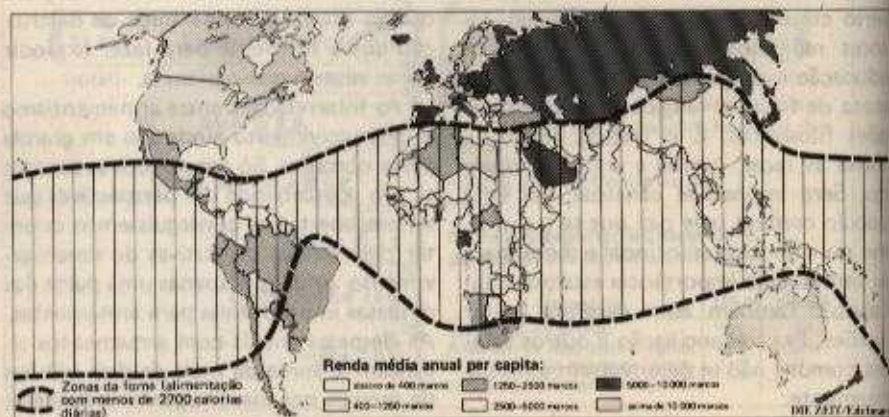
— Com um por cento das despesas anuais do armamentismo poderíamos adquirir toda a maquinaria agrícola necessária para melhorar até 1990 a produ-

ção agrícola nos países pobres com déficit alimentar e até para alcançar o autoabastecimento alimentar nesses países.

Podemos falar de uma "Nova Ordem Econômica Internacional" sem ligar a ela progressos essenciais no caminho do desarmamento?

Sob o pano de fundo de blocos militares fortemente armados, prevaleceu nos últimos trinta anos "paz" no hemisfério Norte, enquanto o hemisfério Sul teve que suportar explosões de violência e confrontos militares. Muitos países do Terceiro Mundo aumentaram consideravelmente seus arsenais de armamento — em alguns casos para atender aos seus legítimos ou compreensíveis interesses de segurança, mas às vezes também por razões de prestígio ou por terem sido induzidos por países produtores de armas. O negócio das armas mostrou-se enormemente lucrativo, tanto para antigos, quanto para novos fornecedores que, em conjunto, espalharam pelo globo um potencial de destruição quase inimaginável.

Quando as chamadas grandes potências, sobretudo as potências nucleares, se envolvem em conflitos em outras re-



ções do mundo, é evidente o risco da escalada. Concordamos com aqueles que advertem contra o intervencionismo — seja de que lado for. Problemas de energia e de matérias-primas não permitem solução militar.

Deveríamos tomar as relações Norte-Sul pelo que de fato são, ou seja, uma nova dimensão histórica para a garantia ativa da paz. Ao invés disso, observamos como as tensões entre o Norte e o Sul agudizam as contradições entre Leste e Oeste. E ninguém pode ignorar com que facilidade países do Terceiro Mundo se tornam fontes de conflito entre as potências mundiais.

Essas tensões não só ameaçam a paz, mas perturbam o desenvolvimento de relações econômicas adequadas e tornam quase impossível o crescimento econômico. Este é um dos motivos pelos quais perguntamos: quando, finalmente, os países produtores de armamentos estarão dispostos — no âmbito das Nações Unidas ou em negociações diretas entre si — a concordar com determinadas regras de comportamento? Estas poderiam ir desde a revelação do que é exportado, sejam armas ou instalações correspondentes, até acordos não-discriminatórios, pelos quais se excluiriam certas armas das exportações ou se impediria o fornecimento de armas a certas regiões.

A paz pode ser fortalecida, na medida em que promovermos uma cooperação sistemática com objetivos claramente delimitados, na medida em que controlarmos e reduzirmos o armamentismo e nos livrarmos do peso morto ideológico. É preciso esclarecer perante todos a interdependência entre questões do desarmamento e do desenvolvimento.

Vencer a fome e a miséria quando nos encaminhamos para o próximo século é uma questão humanitária: deste

modo refutaríamos os futurólogos que nos dizem que também ao passar ao século XXI teremos que nos conformar com a necessidade de centenas de milhões de pessoas ameaçadas de morrer de fome ou sofrer doenças que poderiam ser evitadas.

O organismo de ajuda à infância das Nações Unidas (UNICEF) calculou que, só em 1973, morreram de fome mais de 12 milhões de crianças de menos de cinco anos de idade.

A história nos ensinou que as guerras trazem a fome, mas estamos menos conscientes de que a pobreza em massa, por sua vez, pode levar à guerra ou terminar em caos. Onde há fome não pode haver paz. Quem quer prescrever a guerra, precisa eliminar também a pobreza em massa. Nunca a humanidade dispôs de tantos recursos técnicos e financeiros para vencer a fome e a pobreza.

A saúde é parte inseparável da qualidade da vida. E saúde, por sua vez, depende de nutrição suficiente e de um meio-ambiente sadio. São igualmente necessários mais pesquisas e recursos a fim de combater as doenças existentes nos países pobres. Serviços médicos, desenvolvimento social e progresso econômico precisam ser vistos e implementados em sua dependência recíproca, se é que pretendemos atingir nossas metas para o ano 2000.

Também o analfabetismo representa um enorme desperdício de capacidade humana. A educação — que é mais do que ensinar a ler e escrever — desperta a consciência e permite às pessoas participar de maneira mais eficaz na vida da comunidade. Assim, também ela é uma precondição para a luta contra a fome e a doença.

Gostaríamos de frisar que as necessidades básicas humanas só podem ser

atendidas pela força criadora de uma sociedade que tenha como objetivo esse atendimento. Para os países em desenvolvimento, sobretudo para os mais pobres dentre eles, isto só é possível se lhes forem dadas condições de ampliar e desenvolver suas próprias forças criadoras. Em nosso relatório sugerimos que esses esforços deveriam abranger as áreas de saúde, reflorestamento, projetos de bacias fluviais, desenvolvimento energético e exploração de jazidas minerais.

Sempre haverá campo para ajuda humanitária, creio que até mesmo no melhor dos regimes sociais — tanto mais em um mundo que precisa atender a necessidades tão imensas. Mas o debate internacional sobre desenvolvimento no início dos anos oitenta não se refere apenas, ou em primeiro lugar, a "apoio" e "ajuda", mas sim a novas estruturas. O que hoje está na ordem do dia é um reordenamento das relações internacionais, a construção de uma nova ordem e de uma nova maneira de abordar globalmente os problemas do desenvolvimento.

Tal processo de reestruturação e renovação tem que basear-se no princípio de igualdade de direitos e oportunidades. Ele deveria favorecer soluções de compromisso leais, para afastar injustiças gritantes, reduzir atritos inúteis e promover o bem-estar comum dos povos.

O direito de participar nos processos de decisão é essencial, se esperamos que os países em desenvolvimento se disponham a assumir uma parte razoável da responsabilidade em matéria de política e economia internacional.

Em busca da nova ordem internacional não devemos esquecer uma das trágicas consequências dos permanentes conflitos e tensões: os milhões de refugia-

dos, cujas vidas foram desenraizadas e que, com frequência, estão expostos a uma situação desesperada. Para expressá-lo de maneira talvez pouco diplomática: desde os campos de extermínio na Europa e a bomba de Hiroshima, nunca mais a humanidade foi tão bem degradada quanto agora na Indochina e sobretudo no Camboja.

O conjunto da comunidade internacional de Estados precisa assumir a responsabilidade pelas condições de existência daqueles que são vítimas de intolerância e brutalidade. A carga daqueles países que estão na vizinhança imediata de um regime que provoca um êxodo de refugiados deveria ser aliviada, no espírito da solidariedade, pelos países que se encontram em melhores condições.

Queiramos ou não, enfrentamos cada vez mais problemas que importam à humanidade em seu conjunto; por conse-

Capital para o Terceiro Mundo



guinte, também as soluções para estes têm que ser internacionalizadas de forma crescente. A globalização dos perigos e desafios — guerra, caos, autodestruição — exige uma espécie de “política interna mundial”, cujo horizonte vai muito além das torres das igrejas e também das fronteiras nacionais. Até agora ela tem sido feita em ritmo de caranguejo. Predomina amplamente um pragmatismo defensivo, e isto em uma época em que os verdadeiros interesses da humanidade exigem novas perspectivas e uma liderança perspicaz. Aquilo a que chamamos “comunidade internacional” ainda está muito distante do cotidiano das pessoas simples; e a recíproca é verdadeira.

Aurienta a extensão dos problemas que os países têm que resolver independentemente de seu regime político. Poderíamos falar de problemas acima dos sistemas: da energia à ecologia, dos limites ao armamentismo à transferência de postos de trabalho, da microeletrônica às novas opções científicas que apenas se entrevêem. Em toda parte há pessoas que reconhecem que o globo inteiro está sendo atingido em ritmo assustador pelos mesmos problemas de escassez de energia, de urbanização com poluição, de uma tecnologia cada vez mais moderna e complicada, em que valores humanos não são levados em conta e que os homens não mais conseguem controlar plenamente.

No setor mais importante, o do consumo de combustível, a humanidade continua se comportando como se todas essas matérias-primas, até agora mais que desperdiçadas, fossem renováveis.

As reservas de petróleo de nosso planeta foram acumuladas em um longo processo de milhões de anos, e agora são “lançadas pelas chaminés” em poucas gerações. Será que de fato queremos

deixar às gerações vindouras um planeta destruído — com desertos em expansão, a terra saqueada, a paisagem destruída, o ambiente poluído?

O interesse em manter a paz ou em acabar com a fome dispensa maiores argumentações. Mas o interesse na sobrevivência comum *precisa* ser ligado às questões transcendentais da energia e da poluição, e ao risco de autodestruição.

A médio e longo prazo, o Norte e o Sul têm mais interesses comuns do que até agora tem sido reconhecido. Não é difícil descobrir os interesses comuns no campo da energia, das matérias-primas e do comércio, da nutrição e da agricultura, nos problemas cambiais e de controle da inflação, no financiamento de projetos e programas, de inovação tecnológica, nos problemas de comunicação terrestre e espacial.

A exploração de matérias-primas renováveis e, sobretudo, não-renováveis, levada a cabo em todos os países, a poluição, o saqueio dos mares, sem falar na corrida armamentista desenfreada que não só imobiliza recursos como ameaça a humanidade — tudo isso cria problemas que afetam a paz e que se tornam tanto mais perigosos por faltar uma visão global.

Talvez se possa esclarecer parte do que hoje ocorre através de uma visão retrospectiva do desenvolvimento pelo qual passaram no século XIX e início do século XX alguns dos atuais países industriais. Foi necessário um longo e trabalhoso processo de aprendizado até que se conseguisse impor a idéia de que maiores salários para os trabalhadores aumentam o poder de compra global de modo a fazer crescer a economia nacional. Os países industriais, hoje têm de estar interessados na ampliação dos mercados nos países em desenvolvimento.

Isso terá uma influência decisiva sobre o emprego nos anos oitenta e noventa e, em geral, sobre as possibilidades futuras de emprego.

Quem reivindica maior parcela do "bolo" econômico não pode seriamente pretender que o bolo se torne menor. Os países em desenvolvimento não podem estar desinteressados do bem-estar econômico dos países industriais, pois deste depende não só a sua disposição de importar, como sua boa-vontade em colaborar para uma transferência construtiva de recursos.

Um abastecimento constante e seguro de matérias-primas só poderá ser alcançado se os países em desenvolvimento estiverem em condições de decidir livremente e sem quaisquer pressões, e se preços estáveis e justos, além de melhores oportunidades de elaborar por si mesmo as matérias-primas, fizerem com que eles tenham interesse em prosseguir o abastecimento. Isto se inclui na interpretação da "comunidade de interesses".

Países emergentes não são intrusões

Deve ser refutado com insistência o ponto de vista de que "newcomers" do Terceiro Mundo, com capacidade de concorrer, devem ser encarados como intrusos ou "oponentes do sistema". Ao denominá-los "países à soleira do desenvolvimento" ou "novos países industriais" não se deve supor, ao mesmo tempo, que os países industriais mais antigos tenham direitos de prioridade. Os povos nos países industriais têm que reconhecer — e mais rápida e amplamente do que até agora — que é impossível cimentar a "divisão de trabalho" desenvolvida na época do colonialismo. As inter-relações entre exportação e importação vão se tornar mais estreitas do que

em geral se admite. Só quando o Norte ampliar o acesso a seus mercados poderá ter esperança de exportar mais no futuro.

Os créditos para o financiamento só farão aumentar o endividamento do Terceiro Mundo se com eles ali se construir indústrias, mas não se criarem, ao mesmo tempo, as condições econômicas que permitam saldar as dívidas. Por outro lado, não se deve atribuir tudo às relações Norte-Sul. A cooperação entre países em desenvolvimento vai adquirir maior significado: neste campo, existe grande potencial de relações econômicas especiais, troca de "know-how" e redução das dependências.

Estamos convencidos de que devemos nos preparar para que a ajuda — sobretudo a destinada aos países em desenvolvimento mais atingidos — se dê até certo ponto automaticamente e com certo grau de previsibilidade; assim, ela deveria ser desligada dos orçamentos nacionais e das normas que lhes são próprias. É o caso de se discutirem possíveis formas de contribuições internacionais regulares.

Por que não seria realista pensar na criação de contribuições e impostos, de uma forma adequada e segundo uma escala que leve em conta a capacidade de cada país? Poder-se-ia imaginar até um imposto mínimo sobre o comércio internacional, ou um imposto maior sobre as exportações de armas. Receitas adicionais poderiam provir, por exemplo, das propriedades comuns internacionais, como as riquezas do fundo do mar. São necessárias idéias novas, para superar as insuficiências do atual sistema de ajuda ao desenvolvimento e abrir oportunidades de uma distribuição universal e coletiva dos encargos.

Pode-se alegar que é difícil imaginar impostos internacionais sem um governo internacional. De fato, acreditamos que certos elementos do que se poderia chamar de um "governo internacional" seriam oportunos desde já, em benefício tanto dos interesses globais como dos nacionais. E imaginamos que até o fim deste século o mundo não poderá funcionar sem um mínimo de impostos internacionais viáveis — e sem um processo de decisão que vá um bom pedaço além dos atuais procedimentos. A sobrevivência da humanidade em justiça e dignidade tornará necessário abrir novos caminhos com novos métodos.

Economia mundial mais forte é boa para todos

Todos os países terão vantagem em uma economia mundial mais forte, com a contenção da inflação e um melhor clima de crescimento e investimentos. Todos se beneficiariam de maiores cuidados com as matérias-primas não renováveis, e uma estabilização da população mundial conviria a todos. Todos os países — seja industriais ou em desenvolvimento, seja de economia de mercado ou de economia planejada — têm um interesse evidente em maior segurança e em melhor capacidade política e liderança para abordar os problemas globais. Mas não se pode esperar que uma nova visão do futuro signifique o fim das duras negociações.

Nos últimos anos tornou-se claro para os peritos e observadores internacionais que as estratégias de desenvolvimento, até agora orientadas basicamente para uma expansão da produção, precisam ser modificadas e completadas — aliás, com vista a uma distribuição de renda mais justa. Nesse sentido, é preciso considerar especialmente as necessidades bá-

sicas das camadas mais pobres e a criação de empregos. Por certo não faz sentido impor aos países em desenvolvimento processos produtivos que, em grande parte, deixam sem usar a mão-de-obra abundante.

Tais estratégias dificilmente frutificarão no Terceiro Mundo enquanto os países industriais cultivarem ideais predominantemente materialistas, baseados na crença de que o produto nacional bruto e aquilo que se considera como padrão de vida crescerão automaticamente. A expectativa de que um crescimento econômico mais rápido em países em desenvolvimento beneficiaria, por si mesmo, às amplas massas não se concretizou.

Partimos do ponto de vista de que todas as culturas merecem por igual respeito, proteção e promoção. Quanto mais entendermos o processo de modernização como essencialmente técnico, tanto mais importante se torna manter a identidade cultural e a independência.

Não deveríamos ignorar os perigos de um "imperialismo cultural". A solidariedade entre as nações tem que se basear no reconhecimento recíproco de valores. Mesmo assim, é possível que uma civilização mundial baseada na tecnologia exija uma certa atitude comum para com a sociedade e o trabalho. Dificilmente se alcançarão melhores condições de vida sem um sentido de responsabilidade pelo destino do próximo e sem um desejo de trabalho humano.

Progresso nas negociações só com diálogo sincero

O que deverá acontecer no campo das negociações internacionais? Com muita frequência as discussões se travaram como num "diálogo de surdos". O ar está denso de argumentos que são meros pretextos para desculpar o fato de

não se fazer nada. Isso se aplica a todas as partes envolvidas. Tornou-se comum dar boas notas a si mesmo e apontar apenas erros nos demais. O que daí resulta é paralisia e frustração.

Em nossa opinião, há boas razões para propor um encontro internacional Norte-Sul do mais alto nível que — depois de cuidadosos preparativos — deveria dar-se tão cedo quanto possível. Tal encontro deveria tratar algumas questões Norte-Sul particularmente urgentes e, se possível, trazer um acordo sobre como tratar determinados interesses comuns em parceria criadora, da forma mais concreta possível.

Uma conferência de cúpula poderia ser uma contribuição importante aos esforços da comunidade internacional no sentido de solucionar, ao menos, os problemas mais urgentes. Isto deveria incluir uma responsabilidade comum nos setores de energia e matérias-primas, finanças e emprego, mas deveria estender-se também a um programa mundial para eliminar as piores situações de fome e desnutrição a caminho do ano 2000.

Tal encontro deveria ser organizado em estreita ligação com as Nações Unidas, mas dele deveria participar apenas um número limitado de chefes de governo e de Estado. Depois de consultas prévias, ele deveria refletir agrupamentos regionais ou outros de importância, a fim de permitir uma troca significativa de opiniões entre um grupo de responsáveis governamentais, em dimensões que ainda permitam um trabalho eficaz (a portas fechadas e de preferência com um consultor de cada vez).

A ordem do dia para a conferência de cúpula internacional teria que incluir aqueles temas que, no mais amplo sentido, reflitam interesses comuns; o inte-

resse comum na paz, no equilíbrio e na criação de empregos.

Finalmente, gostaria de dirigir-me aqui com toda franqueza aos dirigentes em uma série de países e grupos de países. Antes de mais nada às Nações Unidas. Não creio que o povo americano possa ser indiferente à pobreza e à fome, onde quer que se depare. Organizações americanas mostraram na prática, que são engajadas e dispostas a ajudar. Mas os Estados Unidos, que lideraram nesse campo nos anos sessenta, esmoreceram consideravelmente em seus esforços. Comparada a seu produto nacional bruto, a ajuda ao exterior caiu muito. Compreendo muitos dos motivos do declínio da disposição norte-americana, mas apesar disso espero que eles não reflitam fatos inalteráveis na vida política dos Estados Unidos.

A União Soviética, no decurso de poucas gerações, muito fez para eliminar a pobreza dentro de suas próprias fronteiras. Mas os países do Leste mostraram pouca disposição de assumir mais co-responsabilidade pelos países pobres. É verdade que dirigentes da União Soviética e de outros países do Leste europeu me garantiram que acompanham com grande seriedade os problemas comuns da humanidade. Certamente existe a capacidade de analisar os problemas, e existe também a consciência de que as relações mútuas — para usar uma outra palavra para dependência — vão continuar aumentando no futuro.

Na parte do mundo à qual pertencemos encontro uma grande amplitude de abordagens das questões do desenvolvimento internacional. Alguns dos pequenos países na Europa Ocidental e do Norte foram movidos, pela enormidade das necessidades mundiais, a uma reação generosa e progressista. Outros foram

mais reservados: não se mostraram especialmente generosos em sua cooperação econômica e resistiram às sugestões de reforma da economia mundial.

O Japão tem especial capacidade de entender os problemas do desenvolvimento, já que avançou tão rapidamente para a posição de uma das principais nações industriais. Muitos de nós estamos impressionados com a política japonesa de planejamento prospectivo e de adaptações estruturais ativas. Julgo que outros países poderiam aprender dessa experiência.

Junto com meus colegas de Comissão estou convencido de que os povos deste mundo não só precisam, mas podem viver em paz em conjunto. A tarefa é livrar a humanidade da dependência e da opressão, da fome e da necessidade. Novos elos têm que ser criados, que melho-

rem para todos as perspectivas de paz, justiça e solidariedade.

O futuro é um assunto para cada um de nós

A feição que terá o futuro de todos nós é importante demais para ser deixada apenas aos governos e aos peritos. Daí nosso apelo aos jovens, ao movimento feminista e aos sindicatos, aos políticos, intelectuais e dirigentes religiosos, aos cientistas e educadores, aos técnicos e empresários, aos que estão na agricultura assim como no mundo dos negócios. Que todos tentem compreender e ordenar sua situação segundo aquilo que é necessário à luz desses novos desafios.

(Extraído de DIE ZEIT de 15.2.1980)



PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO SISTEMA INTERAMERICANO

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

Chefe da Seção de Assuntos Políticos do Colégio Interamericano de Defesa, Washington, DC, EUA.

Está prevista, para 1981, uma Assembléia Geral Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, para rejuvenescer a cooperação para o desenvolvimento, recuperando-a de um processo de abandono e deterioração que remonta aos últimos haustos da Aliança para o Progresso.

Não cabe mais discussão sobre se devam, ou não, as nações cooperarem entre si para que o desenvolvimento beneficie a todas, para que as desigualdades se reduzam e para que a intensificação do comércio internacional as levem a compartilhar os frutos do progresso.

Concentra-se, agora, a questão, numa série de conceitos que se tornarão cada vez mais decisivos à medida em que se avance no processo de preparação daquela Assembléia.

O primeiro conceito a ser fixado diz respeito ao âmbito ideal em que se deva incrementar um sistema internacional de cooperação para o desenvolvimento.

Qual a dimensão geopolítica da agência que ofereceria o melhor aproveitamento possível dos recursos disponíveis, em ações cooperativas no Continente americano? Eis como se proporia a questão.

Desde logo, os âmbitos extremos seriam descartáveis. Nem mundial, nem subregional seriam respostas satisfatórias para estruturar mecanismos continentais eficientes. O mundial, entre outros argumentos, falha na resposta às idiossincrasias da região e o subregional, também entre outros inconvenientes, atomiza demasiadamente recursos que poderiam ser concentrados e canalizados em ações de escala e de impacto.

Neste particular, o Continente americano é privilegiado, pois conta com a organização de estados mais antiga do mundo, dotada de longa experiência nos campos político, econômico e social; além disto, as ações de cooperação realizadas pela OEA utilizam, predominante-

mente, recursos humanos, soluções e técnicas da região, atendendo, assim, não só ao objetivo de desenvolvimento como ao de integração.

Nenhuma agência, nem mundial, nem subregional, tem condições, como a OEA, de promover o desenvolvimento ao mesmo tempo que integra os povos do Continente, livre de restrições conceptuais étnicas ou subregionalistas.

Por outro lado, a correta dimensão e equilíbrio, geográfico e político, da OEA, pode garantir que as ações comuns contem com recursos ótimos e com escala continental, o que não ocorre em agências de menor âmbito.

Fixado o conceito do âmbito, que reafirma a Organização dos Estados Americanos como agência apropriada para a concentração de recursos para o desenvolvimento integrado do Continente, será preciso examinar as grandes linhas do diálogo: Norte-Sul e Sul-Sul. Em outras palavras, dos diálogos que se destinam a equacionar e instrumentar os dois componentes de cooperação para o desenvolvimento: o componente maior e tradicional, que é a cooperação que parte dos países industrializados para os países em desenvolvimento, e o componente recém-introduzido, e ainda em aperfeiçoamento, que é a chamada cooperação horizontal, que se possam reciprocamente prover os países em desenvolvimento.

O diálogo interamericano não refugirá a este desdobramento. O diálogo Norte-Sul em sua reprodução continental, travado entre os Estados Unidos de um lado, como membro desenvolvido da comunidade interamericana, e, de outro lado, a América Latina e o Caribe, continuará a ser o dominante, pela imensa disparidade que existe entre a primeira potência mundial e seus aliados e consó-

cios da América. O diálogo Norte-Sul, a cooperação horizontal entre os países latino-americanos e do Caribe, apresentar-se-á, sem dúvida, promissor e com características regionais próprias, mas é autônomo em relação ao anterior, e suas possibilidades estarão todas por ser exploradas, sempre na medida em que o permita o progresso geral da região.

É oportuno deixar-se aqui consignado que o esforço que possa ser realizado na cooperação horizontal, além de ser um esforço complementar à cooperação Norte-Sul, dever-se-á constituir numa motivação a mais, sobretudo moral, para catalisar novos recursos de apoio às ações recíprocas dos países em desenvolvimento, por parte dos Estados Unidos.

Analisadas estas duas componentes do diálogo, resta claro que o êxito da futura Assembléia Geral Extraordinária da OEA dependerá da criatividade dos países membros no equacionar mecanismos eficientes e atrativos de recursos complementares na cooperação horizontal e da vontade dos Estados Unidos de abrir um franco diálogo Norte-Sul no âmbito hemisférico.

Desde logo surge o primeiro problema de saber se os Estados Unidos e alguns países da região se obstinarão a manter as conversações exclusivamente a nível global, onde os lentos avanços e o apoio dos demais países industrializados garantem a manutenção do *statu quo* e, recentemente, devido aos perigos da cooptação, já surge o risco da emergência de novas vozes na região que, embora possam estar sinceramente acreditando nas vantagens dos foros globais, acabam por alinhar-se, na prática, ao imobilismo, de interesse norte-americano, dificultando a flexibilidade de negociações, que permitiria as variações de

enfoque, numa versão contida do diálogo Norte-Sul, no hemisfério, com apenas um interlocutor.

Como argumento de reforço, há mais de dez anos o diálogo Norte-Sul tem sido freiado e distorcido nos foros mundiais. A insistência e o clamor dos países em desenvolvimento — o "sul" econômico — é certo, têm aumentado, mas até o momento não se vislumbra possível romper a monolítica barreira que os países industrializados — "norte" econômico — têm oposto. Somente neste último ano, frustrou-se o desesperado interesse dos países em desenvolvimento, em eventos tão melancólicos com o a Cooperação dos Não-Alinhados, de setembro de 1979, em Havana, a Conferência de Islamabad, em janeiro de 1980, e nos debates da Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1980, para citar apenas os de grandes repercussão.

Homogeneizados e reciprocamente reforçados, na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, os países desenvolvidos do mundo livre, nela agrupados, não têm querido alterar o *statu quo* e reconhecer a importância das pretensões de equidade dos países em desenvolvimento para a segurança global.

Na realidade, a estratégia da OCDE tem sido mais de defesa ou de confrontação que de negociação, quando chamada a enfrentar temas como o de uma nova ordem econômica mundial; não obstante, essa estratégia pode assumir matizes mais sutis como, por exemplo, a demonstração de interesse nos debates e, mesmo, a apresentação de proposições alternativas.

Tal é o caso do tema das *desigualdades*, central em todo o diálogo Norte-Sul, em que a OCDE se recusa a reco-

nhecer a gritante *desigualdade de oportunidades entre as nações* do orbe e insiste em dimensionar o problema em escala individual, como desigualdade de oportunidades *entre indivíduos*.

Realmente, causa surpresa como esta década que passou, que presenciou acontecimentos tão importantes, como a crise do petróleo, a inflação global, a recessão do comércio mundial e a desestabilização crescente do Oriente Médio, para citarmos alguns, não registrou a menor reação por parte dos interlocutores do Norte, no sentido de abrandar sua adamantina posição no diálogo Norte-Sul e de fazer concessões ao desespero dos países em desenvolvimento e à lógica das circunstâncias, que estão apontando veementemente o desacerto daquela política.

Os países do Sul, que compartilham uma percepção desanimadora do conservadorismo aristocrático dos países industrializados, que relutam em superar retrógradas prevenções, já somam cerca de 120, e já constituem um grupo que vai decantando uma consciência de que a superação das desigualdades de oportunidades não é só um imperativo *ético* como um imperativo de *segurança* — na patética defesa deste óbvio que só reformas estruturais globais, que combinem objetivos de equidade políticos, econômicos e sociais, podem evitar o processo de violência e o avanço global das tiranias, sejam de indivíduos, de ideologias ou de ambos.

Todavia, à demanda crescente por reformas institucionais, a resposta do Norte tem sido a procrastinação e a diversão.

No plano hemisférico, acrescenta-se ainda, para maior desespero e frustração da maioria, a tese, de inspiração norte-americana, da "*duplicação*", que serve

para, a pretexto de manter o debate "concentrado" nos foros mundiais, evitar que os Estados Unidos se exponham e sejam levados a soluções, sejam de abertura, de vanguarda ou de exceção, no âmbito interamericano. Aberturas e exceções desta natureza, lembre-se, já foram obtidas dos países industrializados do Velho Mundo em foros regionais, beneficiando diversas nações em desenvolvimento da órbita européia. Na verdade, os países da América Latina e do Caribe, são os mais discriminados do mundo e sequer têm podido usar o pouco que lhes resta, que é o diálogo interamericano com os Estados Unidos em sua própria organização regional.

Para consolidar sua rejeição em compartilhar responsabilidade no desequilíbrio entre as nações, os países industrializados empregam duas linhas estratégicas globais:

1. *desagregar* os países do sul, de modo a romper sua unidade de pressão e de negociação (*divide et impera*);

2. *desviar* o foco do problema da desigualdade entre países para a desigualdade entre indivíduos dentro dos países em desenvolvimento.

Para implementar a primeira linha estratégica acima — *de desagregação* da frente Sul — o Norte tem utilizado táticas várias, nas quais tem preferido a *cooptação*, acima referida de passagem, que consiste em atrair de algum modo, direta ou indiretamente, para o bloco industrializado, a determinados países emergentes que possam se revelar, por seu maior poder de influência ou de barganha, como líderes em potencial ou, pelo menos, porta-vozes de reivindicações do sul; outra tática de desagregação é o *gradualismo*, variedade mais perigosa que a *cooptação*, que consiste em propor escalas de subdesenvolvimento, clas-

sificando os países de acordo com certos critérios, de modo que, ao mesmo tempo que rompe a unidade do Sul, enseja ao Norte uma redução de responsabilidades de cooperação, limitando-a a meros paliativos de ajuda financeira a apenas alguns setores de alguns países que passam, mediante critérios arbitrários, a ser classificados como mais carentes. É claro que, com tais paliativos, nada se altera: nem nos países beneficiários nem, o que é mais grave, na ordem econômica e social global, que gerou e continua gerando as desigualdades e o subdesenvolvimento, em todos os graus.

Para a segunda componente estratégica — de *diversão* — a tática empregada é a do suposto combate à pobreza extrema, também denominada de "política de necessidades básicas". Esta tática, de fugir ao cerne do problema de desenvolvimento, além da mesma vantagem apontada acima, no caso do gradualismo, pois é limitativa à "ajuda" a alguns setores de alguns países, e de dispensar quaisquer reformas do *statu quo* internacional, põe em evidência uma implícita censura à "incompetência" dos países em desenvolvimento por "permitirem" os bolsões de extrema miséria... Ao proporem programas de erradicação da pobreza extrema, os países industrializados voltam a insistir nos paliativos, já que não combatem mais que um *síntoma* e não o verdadeiro mal gerador, que tem natureza estrutural e internacional. Além disso, a implícita censura é sumamente injusta para com os governos dos países em desenvolvimento que, em sua imensa maioria, buscam, séria e denodadamente, soluções para os problemas de seus respectivos povos, embora cada vez mais conscientes de que é a desigualdade de oportunidades entre as nações o grande impedimento ao desenvolvimento,

que lhes frustra, cada vez mais, esperanças de êxito.

No diálogo hemisférico, como dissemos, congela-se a política dos Estados Unidos, em coerência com a que mantém no foro mundial, perfeitamente concertada com seus parceiros industrializados, mantendo sob contenção, o tema estrutural. Com efeito, não se tem notícia de ter havido um avanço, em termos hemisféricos, no seio do órgão próprio, que seria o Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).

Ao contrário, basta uma ligeira avaliação do que vem ocorrendo com a cooperação para o desenvolvimento, mesmo em termos tradicionais, no âmbito da OEA, durante a década passada, para constatar o declínio de vontade política dos Estados Unidos, desde a experiência da Aliança, para debater ou prosseguir objetivos de cooperação norte-sul no Continente.

Por outro lado, persistem as objeções formais da chamada estratégia da "duplicação", que escamoteia, ao nível hemisférico, a possibilidade de diversificar e concertar um diálogo norte-sul com novas características, rico das alternativas construtivas que oferecem as específicas condições regionais.

E quais, então, as perspectivas? A América presenciará uma encenação oca e formal, em Punta del Este, em 1981, talvez com a responsabilidade da presença de Presidentes e de Primeiros Ministros, para produzir uma declaração retórica sem consequência, ou se cindirá, desencorajada e frustrada, talvez para um recesso e vazio de iniciativas até o final do século? Ou, na melhor hipótese, avançará decididamente para responder aos graves desafios que o desenvolvimento e a segurança do hemisfério propõem a seus estadistas?

Há luzes no horizonte. A disposição dos Estados Unidos, como se sabe, é crucial e, os países da América Latina e do Caribe estão atentos às mais discretas demonstrações de abertura que partam do sócio do Norte. Nos Estados Unidos, em vários níveis de estudo e de decisão, pesadas críticas começam a tomar vulto, referindo-se à inconsistência e ao perigo de manter-se a postura atual.

Inconsistência, pois como não há segredos com relação às características desagregadoras e divertidoras das táticas que vêm sendo empregadas no diálogo Norte-Sul, cada vez mais comprometem, pela ambigüidade, as grandes posições morais que têm procurado assumir os Estados Unidos, como líder do mundo democrático, causando-lhe imensa perda de confiabilidade e de prestígio.

Perigo, porquanto a segurança dos Estados Unidos, neste panorama político sombrio, numa década em que o conceito do retorno ao regional é prevalente, dependerá, cada vez mais, do desenvolvimento dos vizinhos americanos.

Uma sólida política de segurança nacional norte-americana, jamais poderá dispensar um grau razoável de estabilidade nos países que formam sua imediata vizinhança — estabilidade que só o desenvolvimento pode garantir, a médio e longo prazo.

Finalmente, dentro do conceito de volta ao regional, os Estados Unidos percebem, cada vez mais claramente, que sua segurança poderá ser função da capacidade de seu abastecimento nos países da região e, mesmo se não se agravarem as circunstâncias, de recaptar os mercados perdidos na América Latina. Um Continente próspero e estável é do maior interesse dos Estados Unidos — e o será cada vez mais.

O momento de reformulação da teimosa posição anti-reformista está amadurecendo e, nada melhor que o diálogo na escala continental, no qual estão em jogo também os compromissos com a segurança da região. Nenhum foro melhor para os Estados Unidos começarem um diálogo estrutural de cooperação para o desenvolvimento que o que congrega seus vizinhos e aliados, pois o imperativo geográfico lhes garantirá melhores e mais rápidos frutos que se o fizer em outros continentes.

O Governo americano, que está assumindo em janeiro de 1981, a julgar pelos reiterados pronunciamentos basilares

da campanha do candidato vitorioso no concernente aos temas de segurança e do papel da liderança que incumbe aos Estados Unidos, terá oportunidade de responder a este desafio, mesmo que o faça limitadamente, como por exemplo, selecionando temas palpitantes, de urgente prioridade, como energia, alimentos e comércio internacional. Mas se o fizer, mesmo em escala piloto, terá assegurado não só o êxito da Assembléia Geral Extraordinária de Cooperação para o Desenvolvimento da OEA, como um lugar na História, assinalando-o pela coragem e visão de que somente os grandes estadistas são capazes.



ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

Antonio Delfim Netto

Professor, Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Vou procurar dar, tão rapidamente quanto me seja possível, uma visão panorâmica dos nossos problemas e da estratégia que estamos adotando para enfrentá-los, estratégia que foi formulada já no início do Governo Figueiredo.

Talvez seja interessante discutirmos por que estamos hoje com os problemas que nos afligem, depois de termos passado por um período relativamente tranqüilo, em que o desenvolvimento econômico era acelerado, a taxa de inflação era decrescente e todos os indicadores da dívida externa eram extremamente favoráveis.

Basicamente, o Brasil não é uma exceção no Mundo atual. Em 1972, tínhamos uma pequena crise monetária mundial que ameaçava realmente a estabilidade de todo o sistema monetário internacional, mas que não se tinha ainda feito sentir, até que, em outubro, com a descoberta de que era possível fazer-se um

cartel dos preços do petróleo, as coisas se complicaram — e se complicaram não apenas para o Brasil, mas para todos os países do Mundo. Com a elevação rápida dos preços do petróleo — no fim de 73 e durante o ano de 74, o petróleo passou de dois para dez dólares o barril — houve realmente um grande desequilíbrio em toda a Economia Mundial. Não o desequilíbrio a que as pessoas normalmente se referem: a reciclagem dos dólares, os petrodólares que os árabes recebiam como pagamento do seu petróleo e tinham de devolver de alguma outra forma — ou por empréstimo ou por investimento direto — aos países que estavam comprando esse petróleo; mas, sim, a um desequilíbrio físico, e poucas pessoas pensam na natureza dele.

O que aconteceu, efetivamente quando se instaurou a crise do petróleo? A elevação do preço do petróleo é apenas um dos lados da moeda. *Fisicamente, o que aconteceu foi o seguinte: os países*

produtores de petróleo se reuniram e decidiram coletar um imposto do resto do Mundo. Eles elevaram o preço do petróleo — multiplicaram por cinco o dos países consumidores, imposto que tinha de ser pago com um acréscimo de exportações. O Brasil foi um dos países mais afetados com a crise do petróleo, não apenas porque — a despeito de todo o nosso esforço — não tínhamos encontrado petróleo ainda, mas também porque a nossa dependência, com relação ao petróleo, cresceu de uma forma muito rápida, como veremos a seguir.

Quando se instaurou a crise do petróleo, portanto, fisicamente isso significou que os países exportadores se apropriaram de uma parcela do PNB de todos os países importadores. Dessa parcela do produto nacional do Mundo, uma parcela muito significativa era do Produto Nacional Brasileiro. Isto é, em um ano, eles decidiram tomar quase 4% do que nós produzimos. O imposto do petróleo, no período de 73/74, equivale, grosseiramente, a 4% do nosso Produto. Isso significa o seguinte: 4% do que cada um de nós produziu, do que todos os brasileiros produziram, tinham de ser "empacotados", "peletizados" e enviados para pagar o aumento do preço do petróleo. Esta é a noção física do desequilíbrio do petróleo. Não é a alta de preço, que é simplesmente uma expressão monetária desse desequilíbrio. O que temos de entender é que a alta do preço do petróleo chegou, cortou um pedaço do nosso Produto e levou embora. Cortando um pedaço do nosso Produto e levando embora, sobrou para nós uma quantidade menor. Então, nós teríamos de fazer uma, de duas coisas: reduzir o consumo ou reduzir o investimento. Não há outro mecanismo de reequilibrar as contas, a não ser ou re-

duzindo o consumo ou reduzindo o investimento. No entanto, nós nos encontramos numa situação muito peculiar: em 74, tínhamos começado o processo de distensão política. Tínhamos começado um processo no qual era previsível que as reivindicações iam-se exacerbar. E foi exatamente o que aconteceu. A primeira coisa que se perdeu foi a política salarial. E o que significa perder a política salarial? Significa que as reivindicações por acréscimos de salário cresceram muito mais depressa do que aquilo que podia ser satisfeito com o que havia sobrado de recursos. Isto significa que o consumo não iria ser sacrificado. E era compreensível. Num processo em que estávamos fazendo uma distensão política, uma coisa que não se poderia cortar era o consumo. Mas, se não se podia cortar o consumo, nós tínhamos de cortar fortemente o investimento. Mas, também não podíamos fazer isso e, na minha opinião, por muito boas razões. O Governo tinha de optar entre usar recursos externos ou cortar os investimentos. E ele optou pela solução que era politicamente mais aceitável e socialmente menos pesada para a Nação: ele decidiu continuar investindo fortemente e ampliando a sua dívida no exterior. A dívida externa também é simplesmente a faceta monetária do comportamento que nós tivemos internamente, de forma consciente, não reduzindo os investimentos no período, digamos, de 74 a 79.

Então, o que é preciso compreender, em primeiro lugar, é porque nós nos encontramos na situação em que nos encontramos.

Nós nos encontramos, hoje, com uma inflação muito alta e com um endividamento substancial. Eles são consequência do processo de adaptação que o País escolheu para o período de crise. Como não cortamos o consumo e não podíamos

nos cortar o investimento, isso tinha de desaguar em dois efeitos: uma alta inflação e um grande déficit em contas-correntes. Foi exatamente o que aconteceu. Algumas pessoas ficam imaginando que o Brasil é um caso especial, que o Brasil precisa de uma teoria econômica própria. Não há nada disso. O Brasil é um caso comum de desequilíbrio entre oferta e procura globais, produzido, no nosso caso, de uma forma consciente. Nós tínhamos consciência de que iria acontecer o que está acontecendo. Essa opção, como pretendo mostrar adiante, na minha opinião foi correta.

Como essa crise mundial, então, se exprimiu no Brasil? Quais são as formas por que ela se transmitiu internamente para o Brasil?

De um lado, como já disse, por uma exacerbção na pressão inflacionária; de outro, por uma deterioração violenta do balanço de pagamentos. E, finalmente, pela consciência nacional de que era preciso adaptar a economia à crise de energia.

Os dois primeiros casos são manifestações monetárias do desequilíbrio — a inflação é uma manifestação monetária desse desequilíbrio fundamental que existe na economia. O balanço de pagamentos também é uma manifestação monetária desse desequilíbrio.

O fato importante, o fato decisivo, aquele em que o Governo tem de colocar toda a sua ênfase, é a adaptação da economia à crise de energia, porque é o sucesso desta adaptação que vai dar ao País a perspectiva de superar essas crises de prazo mais curto — a crise da inflação e a crise do balanço de pagamentos — e chegar ao fim disto com uma perspectiva diferente.

Era preciso, portanto, formular uma política que atendessem simultaneamente a três condições: que reduzisse as pressões inflacionárias, que reduzisse o déficit em contas-correntes e que, simultaneamente, fosse mobilizando os recur-

sos nacionais na direção da produção interna de energia.

A colocação desses três problemas limitou fortemente a escolha dos instrumentos à disposição do Governo. Foi exatamente por isso que o Governo do Presidente João Figueiredo, depois da análise de cada um desses problemas, escolheu uma estratégia que, acredito, vai nos conduzir ao resultado desejado.

Passarei, agora, à análise de cada um desses três problemas e depois vou dar uma idéia da estratégia.

A análise da inflação brasileira revela que ela tem basicamente quatro causas, sendo cada uma delas um detalhamento da causa fundamental, que é aquele desequilíbrio a que me referi.

A primeira causa da inflação brasileira é, ou foi, certamente, o excesso de dispêndio do Governo.

Naquele período em que tínhamos de cortar os investimentos se desejávamos caminhar para o equilíbrio, o Governo tomou consciência de que este era um caminho extremamente doloroso e extremamente ineficaz, porque, reduzindo os investimentos, não só reduziria a taxa de crescimento do País, como não produziria certa adaptação nas importações que eram absolutamente necessárias. O Governo decidiu, portanto, ampliar os seus investimentos. E foi o que ele fez; ampliou os seus investimentos, terminou o pólo petroquímico, construiu toda uma indústria de bens-de-capital. Neste sentido, tornou a economia menos dependente do exterior. Essa ampliação da despesa do Governo atingiu, contudo, níveis realmente muito altos, já há três anos, níveis que estão sendo corrigidos agora, lentamente. E por que lentamente? Porque existem investimentos em curso que simplesmente não podem ser paralisados.

Mas isso não nos deve enganar. Realmente, a causa fundamental da inflação brasileira foi esta tentativa de ampliar, ao mesmo tempo, o consumo e o inves-

timento. Nós sabemos que isso era impossível fisicamente e que a expressão deste desequilíbrio é a inflação. Mas, a partir do ano passado, decidimos meter o Governo de novo dentro da forma, cortando os investimentos — e os senhores são testemunhas disso — de forma dramática. Nós estamos pondo o Governo dentro da forma outra vez, para que ele tenha de fato o controle dos seus dispêndios. O déficit do Governo não vinha tanto da administração direta — que esta é realmente uma administração mais tranqüila, mais controlada — mas das empresas da administração indireta, que foram empurradas para a frente para realizar o processo de substituição de importações e o processo de investimento que foi realizado. Hoje, com o sistema de controle implantado, nós temos a convicção de que deveremos terminar o ano de 80 já quase sem tensão advinda do setor Governo e, certamente, em 81 — com um Orçamento extremamente duro, aprovado pelo Presidente Figueiredo — não advirá, do setor Governo, mais nenhuma tensão inflacionária.

Esta é uma das causas, portanto, que nós confiamos que esteja praticamente eliminada.

A segunda causa da inflação brasileira é também uma causa física: a *escassez de alimentos*.

Poucas pessoas se dão conta do que representou essa escassez de alimentos. Durante três anos sucessivos tivemos safras muito ruins, devido ao tempo. O mau tempo, a seca, nos atrapalharam fortemente nesses três anos e tivemos safras realmente rudes. Ao longo desses três anos nós consumimos todo o estoque de alimentos que tínhamos. No ano de 79, chegamos praticamente a ficar sem estoque de alimentos.

Para os senhores terem uma idéia, na CEAGESP, em São Paulo, a passagem anual sempre se faz, digamos, com três ou quatro milhões de sacas de arroz guardadas. De 79 para 80, nós passamos com

39 mil sacas, isto é, nós tínhamos consumido tudo o que existia de disponível. Para que não houvesse uma crise de abastecimento mais forte, o Governo importou alimentos; importou arroz, feijão, carne, milho — para citar os quatro mais importantes, porque importamos leite também. Isto demonstra o que foi essa escassez de alimentos.

Se os senhores olhassem o prato de um trabalhador, no ano passado ou no começo deste ano, veriam que ele estava comendo arroz que tínhamos trazido da Tailândia; feijão que tínhamos trazido do Chile; carne que tínhamos trazido da Argentina e milho que tínhamos trazido dos Estados Unidos. Se estivesse comendo macarrão, seria do trigo que tínhamos trazido do Canadá e dos Estados Unidos. Ou seja, o prato do trabalhador brasileiro era basicamente formado de produtos importados. Era como se estivesse consumindo o caviar e o champagne, porque tinha de ser pago em dólares, efetivamente. Isto levou o Governo a uma política de grande ênfase no setor agrícola, e a agricultura respondeu bem. Felizmente, a resposta foi bastante boa. Hoje, as pessoas perguntam: "Onde está a grande safra?" A grande safra está aí. Só que, como nós não tínhamos estoque de passagem, ela teve um efeito menor do que teria tido em condições normais.

Mas estamos trabalhando este ano para repetir isto e para os senhores terem uma idéia clara deste esforço, se os senhores pegarem o arroz, verão que tivemos um aumento de 35% sobre a média dos últimos cinco anos e a variação do ano foi de 30%; no feijão, tivemos menos sucesso, a despeito de termos ampliado violentamente a área plantada, porque, de novo, primeiro uma seca nos pegou e, depois, tivemos um excesso de água e ficamos fortemente prejudicados. Mas no milho tivemos uma safra de 45% superior à média e 26% superior à do ano passado; na soja, tivemos uma safra 215% superior à média e 52% superior à

PROJEÇÃO DE SAFRA DE PRODUTOS SELECIONADOS

PRODUTO	QUANTIDADE EM 1000 t			Variação %	
	1974-1979 (Média)	1979	1980 (Projeção)	1980 Média (74/79)	1980/1979
Algodão em caroço	1,624	1,600	1,750	7.8	9.4
Amendoim em casca	410	460	500	22.0	9.0
Arroz em casca	8,260	7,600	9,850	18.6	29.6
Batata inglesa	1,922	2,150	1,900	-1.1	-11.6
Cana-de-açúcar	116,000	138,000	150,000	29.3	8.7
Feijão -	2,150	2,200	2,250	4.7	2.3
Mandioca	25,500	25,000	25,300	-0.8	1.2
Milho em grão	16,740	16,500	20,300	21.3	23.0
Soja	10,600	10,000	15,150	42.9	51.5
Tomate	1,290	1,500	1,600	24.0	7.0
Cebola	489	691	700	43.1	1.3

FONTE: FIBGE

do ano passado. É assim nos outros produtos que têm menos importância, como o amendoim, com 9% de aumento; o cacau, com, 10%; o algodão, com 9,4%.

A Agricultura realmente respondeu aos estímulos do Governo, mas nós tínhamos comido de tal forma os nossos estoques, que o efeito foi pouco sensível. *Este ano vamos repetir o esforço para continuar a ampliar a área plantada e voltar a ter algum estoque, o que nos vai ajudar fortemente na política de combate à inflação.*

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores que estes são fatos físicos insuperáveis e não há truques que dêem conta disto. Nós ainda temos uma escassez de alimentos que só terminará realmente com duas ou três safras abundantes que permitam restabelecer um estoque de

passagem da ordem de 20 a 25% do consumo.

Os senhores imaginem o que seria trabalhar nas suas próprias Forças sem estoque. Quer dizer: a Aeronáutica não tem estoque de gasolina; só tem para o dia. É impossível, realmente, fazer funcionar o sistema. E, no sistema econômico, é exatamente a mesma coisa, a dificuldade de funcionamento é imensa.

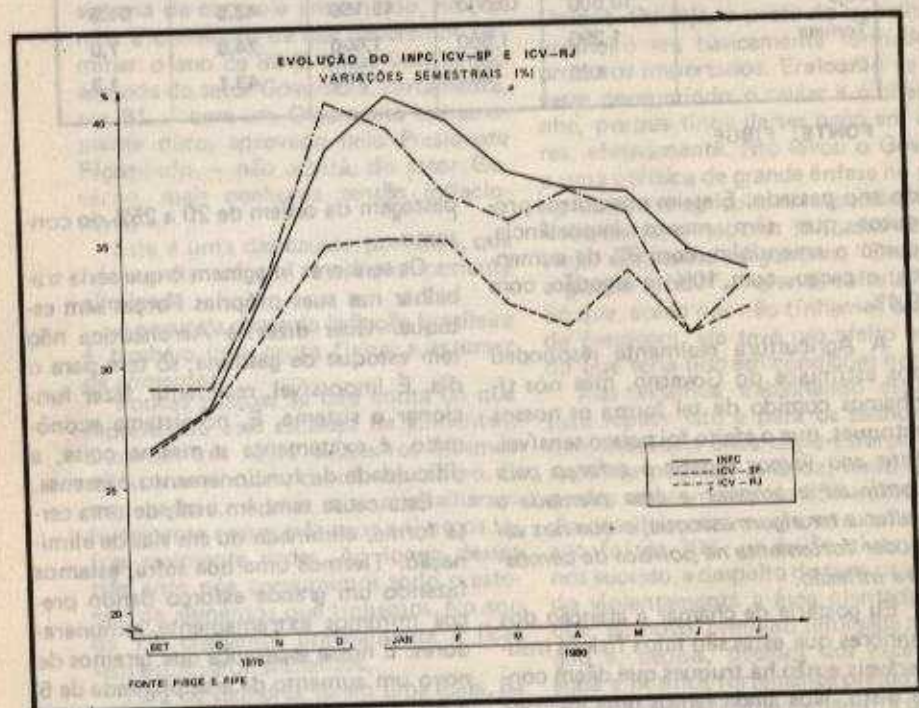
Esta causa também está, de uma certa forma, eliminada ou em vias de eliminação. Tivemos uma boa safra, estamos fazendo um grande esforço dando preços mínimos extremamente remuneradores. É nossa esperança que teremos de novo um aumento da área plantada de 5 a 6%, e repetiremos a safra de 80, na minha opinião com um pequeno acréscimo, o que vai, a pouco e pouco, restabelecendo aquele estoque.

A terceira causa da inflação brasileira — esta é uma causa sobre a qual as pessoas não gostam de conversar — foi um certo desarranjo da política salarial.

A política salarial foi perdida, as reivindicações se acumularam e realmente passamos três anos praticamente sem uma política salarial ou com uma política salarial muito frouxa. Algumas pessoas dizem que existia um arrocho salarial e eu sinto que, de vez em quando, o próprio Governo ficou um pouco envergonhado na sua defesa, imaginando que o desenvolvimento econômico ocorrido no passado foi à custa de salários, o que é um absurdo. *O mercado interno brasileiro cresceu de forma surpreenden-*

te durante todo o processo de desenvolvimento e quem consumiu os produtos que nós produzimos fomos nós mesmos. De forma que, o certo é que durante todo o período de expansão o salário real cresceu 3 ou 4% ao ano e o nível de emprego cresceu também 3 ou 4% ao ano. A partir daí, as tensões, as reivindicações cresceram de forma muito forte e isto realmente empurrou os preços um pouco.

Em novembro de 79 fomos ao Congresso e conseguimos uma lei salarial que ainda apresenta algumas dificuldades, principalmente no nível de salários mais altos. Mas ela começou a funcionar.



No gráfico acima, nós temos o INPC, isto é, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor. A curva cheia, que começa

em setembro do ano passado até o estabelecimento da lei, em novembro, passou por um pico em fevereiro e vem de-

EVOLUÇÃO DA VARIAÇÃO SEMESTRAL DOS ÍNDICES DE CUSTO-DE-VIDA EM
COMPARAÇÃO COM AS TAXAS DE REAJUSTES SALARIAIS (SEM ACRÉSCIMO DE PRODUTIVIDADE)
Em %

PERÍODO A QUE SE REFERE A VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE CUSTO-DE-VIDA	MÊS DE REFERÊNCIA	ICV-RJ (FGV)	ICV-80 (FIPE)	TAXAS DE REAJUSTE SALARIAL SEMESTRAL			
				ATÉ 3 SM	DE 3 A 11,5 SM	DE 11,5 A 20 SM	ACIMA DE 20 SM
Abril a Set/79	Nov/79	29,1	26,4	29,3	29,3 a 26,6	26,6 a 24,3	24,3 a 21,9
Maio a Out/79	Dez/79	29,0	28,1	31,0	31,0 a 28,2	28,2 a 25,8	25,8 a 23,2
Jun a Nov/79	Jan/80	33,7	31,4	36,5	36,5 a 33,2	33,2 a 30,4	30,4 a 27,3
Jul a Dez/79	Fev/80	40,7	34,8	42,6	42,0 a 38,7	38,7 a 35,4	35,4 a 31,9
Ago/79 a Jan/80	Mar/80	39,7	35,0	45,0	45,0 a 40,9	40,9 a 37,4	37,4 a 33,7
Set/79 a Fev/80	Abr/80	36,8	34,9	43,9	43,9 a 39,9	39,9 a 36,5	36,5 a 32,8
Out/79 a Mar/80	Mai/80	35,8	32,3	41,5	41,5 a 37,7	37,7 a 34,5	34,5 a 31,0
Nov/79 a Abr/80	Jun/80	36,9	31,3	40,7	40,7 a 37,0	37,0 a 33,9	33,9 a 30,5
Dez/79 a Mai/80	Jul/80	36,0	33,5	40,5	40,5 a 36,8	36,8 a 33,7	33,7 a 30,3
Jan/80 a Jun/80	Ago/80	31,0	31,0	37,8	37,8 a 34,4	34,4 a 31,5	31,5 a 28,3
Fev/80 a Jul/80	Set/80	33,2	31,9	36,8	36,8 a 33,5	33,5 a 30,7	30,7 a 27,6

FONTE: FIPE, FGV e FIBGE.

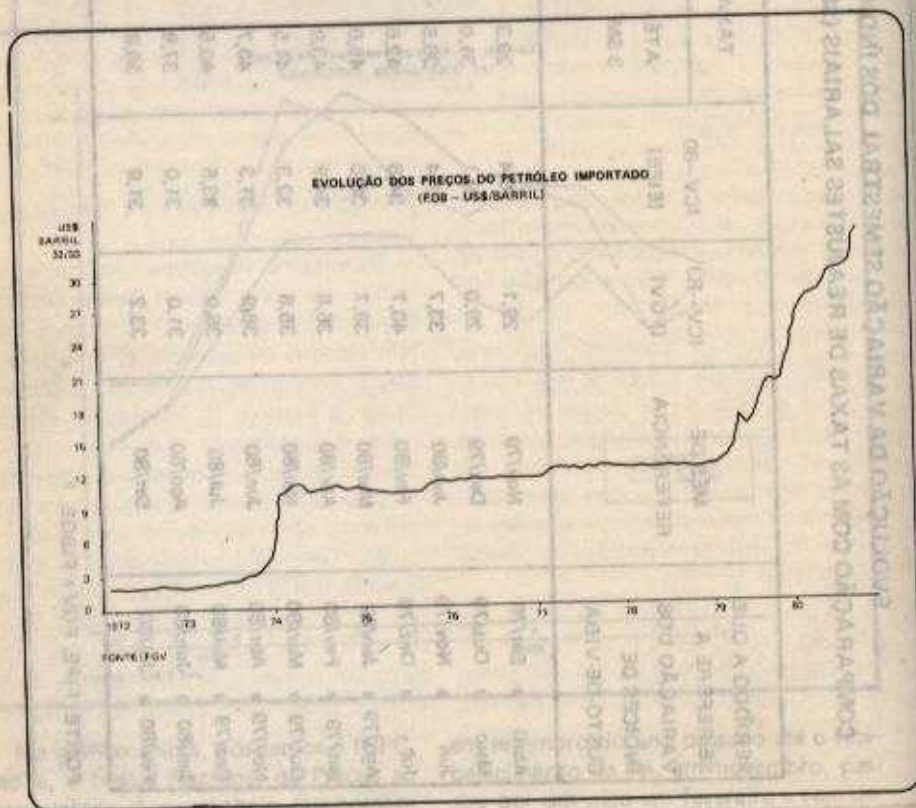
crescendo lentamente — mas vem decrescendo — o que significa que também esta causa está entrando no controle.

Nós temos ainda uma pequena dificuldade, que são os altos salários. Essa dificuldade é sensível nas empresas do Governo. Nós estamos vendo que o funcionamento da lei, para o pessoal de alto salário, está produzindo realmente níveis salariais incompatíveis com a remuneração que as empresas podem obter.

Se os senhores tomarem hoje as empresas de energia elétrica, verão que o crescimento da folha é muito mais rápido do que o crescimento da receita. Não porque a receita esteja crescendo pouco. Não. A verdade é que aumenta-

mos a receita este ano — aumentamos a tarifa de setembro de 79 a setembro de 80 em 120% — e, no entanto, as empresas estão "fazendo água". Por que? Porque a aplicação da lei, para o pessoal de salário mais alto, tem-se revelado um pouco difícil.

Na tabela 3, os senhores têm os reajustes semestrais acima de 20 salários mínimos, sem qualquer indicador de produtividade. E estamos obtendo, aí, coisa parecida com 31% a 28% por semestre, o que realmente está elevando o nível de salários a coisas que soam absurdas. Todos os senhores conhecem o caso, no setor financeiro, de um chefe-de-gabinete de um presidente de uma



instituição, que ganhava 312 mil cruzeiros por mês, mais do que o próprio presidente da instituição e mais do que o Presidente da República. Nós sabemos que alguma coisa tem de estar errada. Isto não pode ser verdade ou não poderia ser verdade. É exatamente por isso que estamos propondo uma mudança da lei salarial nestes níveis mais altos. E é nossa esperança, se o Congresso aprovar essa sugestão do Governo, que submeteremos também essa causa a controle.

Finalmente, a quarta causa da inflação — a primeira, excesso de despesas do Governo; a segunda, escassez de alimentos; a terceira, um certo desarranjo da política salarial — a quarta causa da inflação, a coisa realmente fundamental, que produziu todo esse desequilíbrio, é o preço do petróleo.

Os senhores têm, portanto, uma visão dos preços do petróleo. Em 72/73, nós pagávamos o petróleo a 1,87 dólar o barril. No fim do Governo Médici, estávamos pagando 2 dólares o barril. No começo do Governo Geisel houve uma aceleração rápida e o preço do petróleo passou para 10 dólares o barril. Este foi o primeiro choque, um choque muito importante, que desequilibrou toda a economia, um choque que, vamos ver, causou problemas gravíssimos em nosso balanço de pagamentos, mas que a economia foi absorvendo. Ao longo dos cinco anos em que o preço do petróleo permaneceu relativamente estável — de 74 a 79, o preço do petróleo passou de 10 para 12 dólares o barril. Era como se tivesse sido estabelecida uma certa lógica no mercado mundial, como se os produtores de petróleo tivessem compreendido que tinham produzido um desequilíbrio extremamente grande na economia e que não poderiam continuar a fazê-lo.

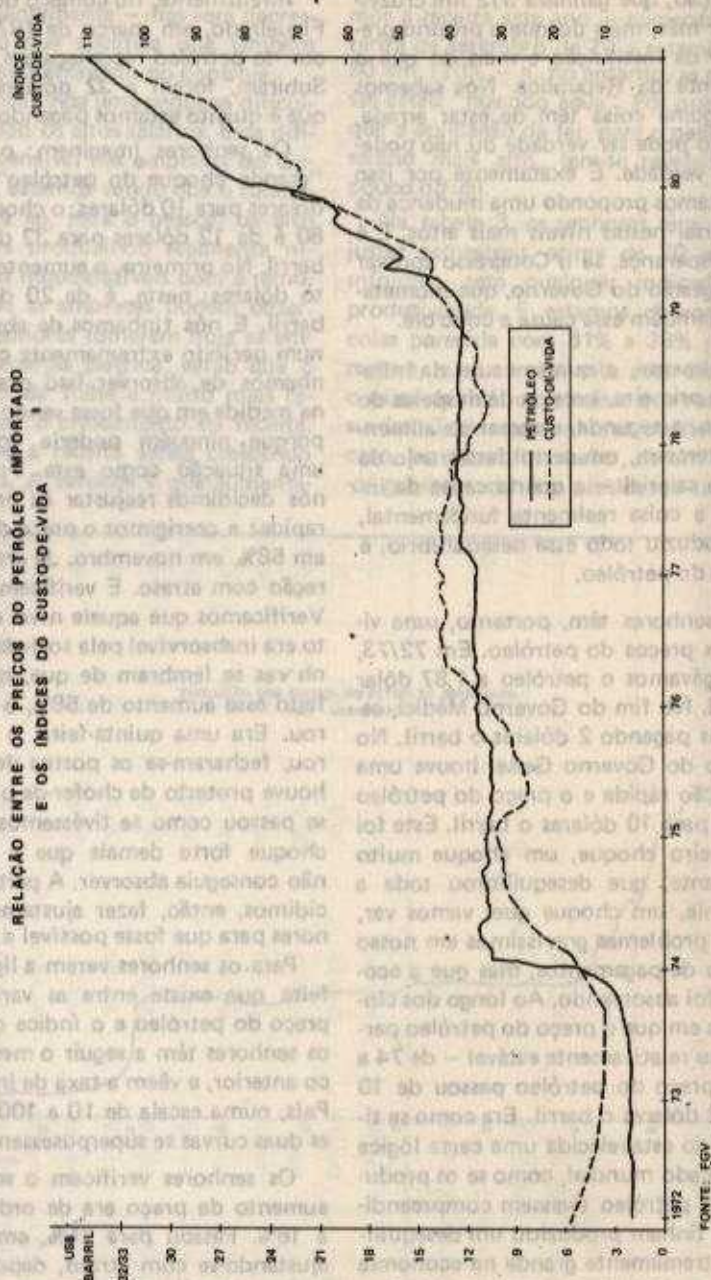
Infelizmente, no começo do Governo Figueiredo, em março de 1979, os preços do petróleo começaram a crescer. Subiram, foram a 32 dólares o barril, que é quanto estamos pagando hoje.

Os senhores imaginem: o chamado "grande choque do petróleo" foi de 2 dólares para 10 dólares; o choque de 79/80 é de 12 dólares para 32 dólares por barril. No primeiro, o aumento foi de oito dólares; neste, é de 20 dólares por barril. E nós tínhamos de absorver isto num período extremamente curto — tínhamos de absorver isso praticamente na medida em que fosse sendo realizado, porque ninguém poderia contar com uma situação como esta. Foi quando nós decidimos reajustar os preços com rapidez e corrigimos o preço da gasolina em 58%, em novembro. Já era uma correção com atraso. E verificamos o que? Verificamos que aquele nível de aumento era inabsorvível pela sociedade. Os senhores se lembram de que, quando foi feito esse aumento de 58%, o Brasil parou. Era uma quinta-feira, o Brasil parou, fecharam-se os postos de gasolina, houve protesto de chofer-de-praça, tudo se passou como se tivéssemos dado um choque forte demais que a sociedade não conseguia absorver. A partir daí, decidimos, então, fazer ajustamentos menores para que fosse possível a absorção.

Para os senhores verem a ligação perfeita que existe entre as variações do preço do petróleo e o índice de preços, os senhores têm a seguir o mesmo gráfico anterior, e vêem a taxa de inflação do País, numa escala de 10 a 100 para que as duas curvas se superpusessem.

Os senhores verificam o seguinte: o aumento de preço era da ordem de 17 a 18%. Passou para 15%, em 73; veio ajustando-se com atraso, depois permaneceu estável praticamente os cinco

RELACÃO ENTRE OS PREÇOS DO PETRÓLEO IMPORTADO
E OS ÍNDICES DO CUSTO-DE-VIDA



anos, e agora passou a se ajustar com rapidez.

Os senhores vêem o paralelismo entre as duas curvas, o que mostra que não se trata de nenhum acidente. Trata-se, realmente, de uma relação funcional, de uma relação em que o preço externo do petróleo empurrou o preço interno de uma forma que não se pôde reprimir.

Algumas pessoas imaginam que o Governo poderia fazer diferente, que o Governo poderia não transferir para o mercado interno esses aumentos de preços. Isso é rigorosamente impossível, *porque o Governo não cria recursos*. O Governo simplesmente transfere recursos de um setor para outro. Fazendo essa transferência, o Governo ainda acumulou um déficit na conta "petróleo", da ordem de 100 bilhões de cruzeiros, déficit que este mês se estabilizou e que daqui para a frente continuará constante.

Mas, a respeito da inflação, criou-se no Brasil um truque estatístico: *inventou-se a moda de medir a inflação dos últimos doze meses, abandonando-se o acompanhamento habitual das taxas de inflação do ano em curso*.

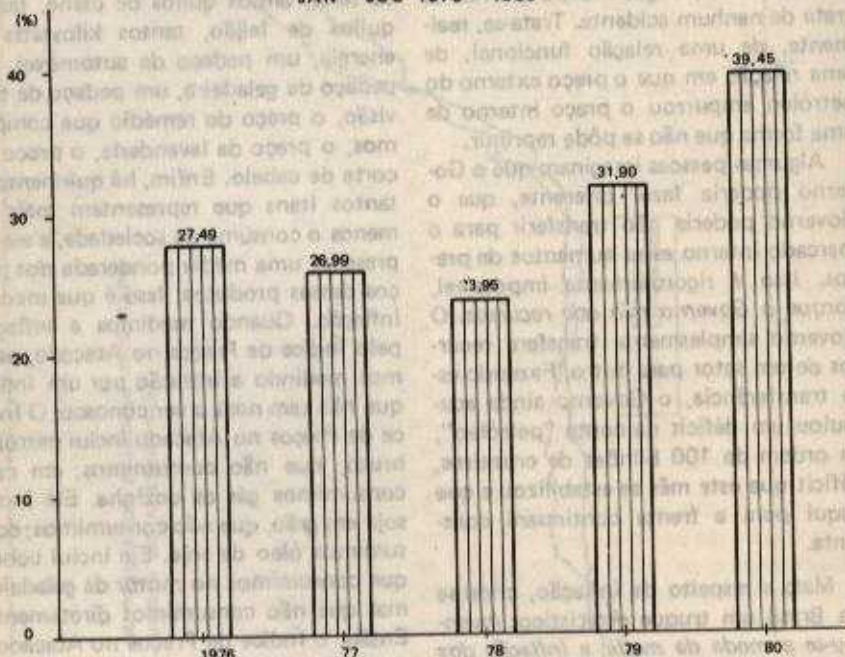
Quando se imaginava que a inflação estava chegando aos 100%, sempre "nos últimos doze meses", o Brasil todo passou a apostar nos 100%, as pessoas ficavam esperando o dia em que ela chegasse aos 100%. Gostaria de gastar dois minutos com os senhores para mostrar que aqui estamos envolvidos num certo truque estatístico, porque cada um usa a estatística da forma que lhe convém. Eu a estou usando de uma forma, a Oposição usa de outra forma, mas existem algumas formas que são melhores do que outras. A inflação se mede realmente pelo índice do custo-de-vida. *O índice do custo-de-vida representa, realmente,*

uma espécie de média do que nós consumimos com a nossa família todos os meses: tantos quilos de pão, tantos quilos de leite, tantos quilos de carne, tantos quilos de feijão, tantos kilowatts de energia, um pedaço de automóvel, um pedaço de geladeira, um pedaço de televisão, o preço do remédio que compramos, o preço da lavanderia, o preço do corte de cabelo. Enfim, há quinhentos e tantos itens que representam mais ou menos o consumo da sociedade, e ele representa uma média ponderada dos preços desses produtos. Isso é que mede a inflação. Quando medimos a inflação pelo Índice de Preços no Atacado, estamos medindo a inflação por um índice que não tem nada a ver conosco. O Índice de Preços no Atacado inclui petróleo bruto, que não consumimos; em casa consumimos gás de cozinha. Ele inclui soja em grão, que não consumimos; consumimos óleo de soja. Ele inclui cobre, que consumimos no motor da geladeira, mas que não consumimos diretamente. Então, o Índice de Preços no Atacado é um indicador muito inadequado da tensão inflacionária. Se os senhores tomarem realmente o custo-de-vida, vão ver o seguinte: que a despeito de toda aquela pressão existente, o custo-de-vida subiu, nos primeiros sete meses do ano passado, 32%, e que subiu, nos primeiros sete meses deste ano, 40%. Esta é que é realmente a diferença da taxa de inflação entre 79 e 80. E, se quiserem, entre a média anterior, que é uma média da ordem de 25%, esta é que mede a diferença produzida pelo segundo choque do petróleo... Por que eu disse que a inflação de 100% é um truque? Podemos verificar isso por um outro truque que eu preparei aqui.

Eu tenho o índice de preços e o índice do custo-de-vida mensal. Eu acumu-

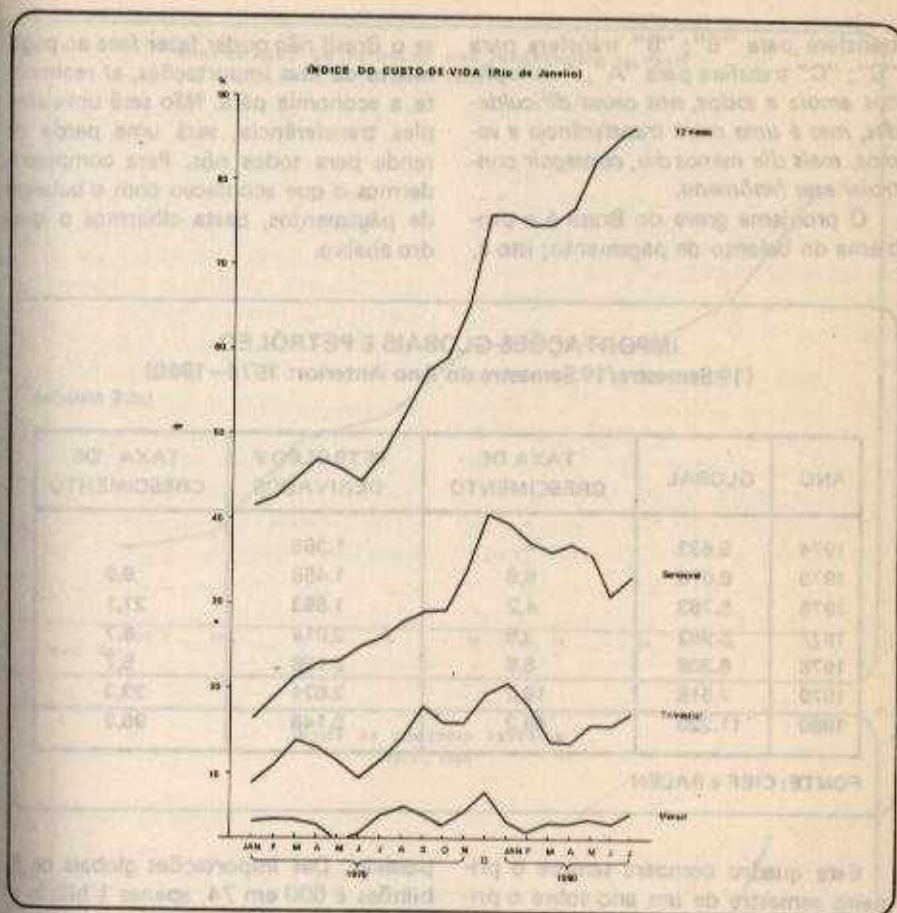
CUSTO-DE-VIDA / (Rio de Janeiro)

JAN - JUL 1976 - 1980



lo o trimestral — é claro que multiplico pelo fator 3. Acumulo o semestral — e multiplico pelo fator 6. E temos a curva dos últimos doze meses, que é aquele mesmo indicador multiplicado pelo fator 12. Se eu estivesse na Oposição, calcularia a inflação dos últimos 24 meses, o que daria 200 e tantos por cento; dos últimos 36 meses, daria muito mais. Não há nenhuma razão para se parar em algum período, mas há alguns períodos que são mais convenientes do que outros. O ano, digamos, é uma convenção gregoriana e todo o Mundo usa o ano

como referência. Mas, quando introduzimos a correção semestral de salários, introduzimos um novo módulo de medida. Tudo se passa como se o ano rodasse duas vezes: cada seis meses o ano roda inteiro. Só para nós, que somos funcionários públicos da Administração Direta, é que o ano roda uma vez por ano; para todo o resto do Brasil roda duas vezes por ano. A medida, portanto, da taxa de inflação, da tendência inflacionária, é o semestre, a inflação corrida nos últimos seis meses, e essa, se os senhores verificarem, realmente passou por



um máximo em novembro — que corresponde àquele máximo que vimos do INPC — e daí para a frente ela tem tido uma queda discreta, vem diminuindo discretamente. A inflação, medida por semestre, é hoje da ordem de 33%, quando era, em dezembro, da ordem de 41%. É uma tendência muito discreta, que também está revelada por uma variação da taxa de crescimento, mas aqui ela é bastante visível. A medida, portanto, da inflação, é a medida da inflação dentro do ano e medida pelo índice do

custo-de-vida. Desse ponto-de-vista nós podemos dizer o seguinte: no ano passado, a inflação cresceu 32% e este ano cresceu 40%, com o fato de que praticamente absorvemos todo o aumento de preços do petróleo.

Passemos agora a discutir todo o aumento que temos de resolver, que é o problema do balanço de pagamentos. Esse é um problema extremamente delicado. Esse, sim, é que é um problema sério, porque a inflação acaba sendo uma transferência entre nós: "A" ganha,

transfere para "B"; "B" transfere para "C"; "C" transfere para "A". *A inflação nos amola a todos, nos causa dificuldades, mas é uma mera transferência e vamos, mais dia menos dia, conseguir controlar esse fenômeno.*

O problema grave do Brasil é o problema do balanço de pagamento; isto é,

se o Brasil não puder fazer face ao pagamento de suas importações, aí realmente a economia pára. Não será uma simples transferência, será uma perda de renda para todos nós. Para compreendermos o que aconteceu com o balanço de pagamentos, basta olharmos o quadro abaixo.

IMPORTAÇÕES GLOBAIS E PETRÓLEO
(1º Semestre/1º Semestre do Ano Anterior: 1974-1980)

US\$ Milhões

ANO	GLOBAL	TAXA DE CRESCIMENTO	PETRÓLEO E DERIVADOS	TAXA DE CRESCIMENTO
1974	5.632	—	1.365	—
1975	6.018	6,9	1.458	6,8
1976	5.763	4,2	1.853	27,1
1977	5.962	3,5	2.014	8,7
1978	6.308	5,8	2.128	5,7
1979	7.518	19,2	2.624	23,3
1980	11.220	49,2	5.148	96,2

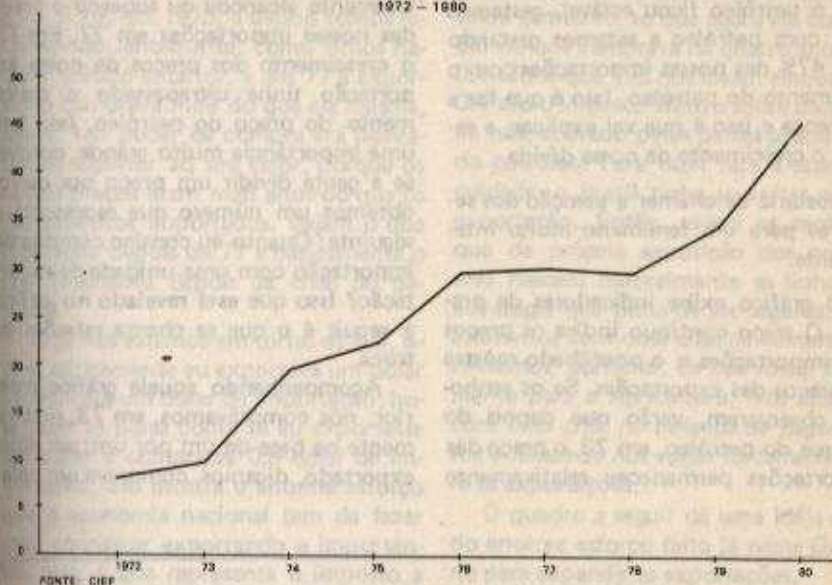
FONTE: CIEF e BACEN

Este quadro compara sempre o primeiro semestre de um ano sobre o primeiro semestre do ano anterior, porque eu queria dar para os senhores os últimos números, os mais recentes.

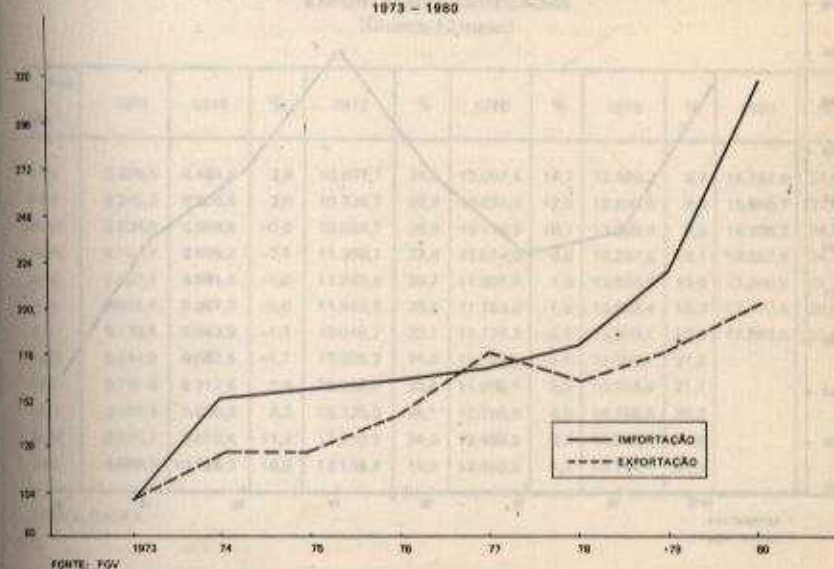
As importações totais cresceram 49% entre o primeiro semestre de 79 e o segundo semestre de 80. Mas as importações de petróleo cresceram 96%. Isto dá uma idéia da pressão que a importação de petróleo exerce sobre o total de nossas importações. Vejam que da metade das nossas importações — 5 bilhões e 100 milhões de dólares, contra uma importação de 11,2 — praticamente metade, 45%, foram gastos com petróleo. Este era um número muito diferente no

passado. Das importações globais de 5 bilhões e 600 em 74, apenas 1 bilhão e 400 milhões eram gastos com petróleo, ou seja, qualquer coisa parecida com 20%. Isto mostra que o petróleo foi pressionando o balanço de pagamentos de uma forma muito significativa. Agora vejam o que aconteceu: o petróleo permaneceu relativamente estável nesse período, como vimos naquele gráfico, tendo até, no ano de 77, com o grande aumento de nossas exportações, diminuído a sua percentagem no balanço de pagamentos. Mas notem o que aconteceu em 79-80: o dispêndio com petróleo dobrou entre o primeiro semestre de 79 e o primeiro semestre de 80.

PARTICIPAÇÃO DO PETRÓLEO NAS IMPORTAÇÕES GLOBAIS
1972 - 1980



ÍNDICE DE COMÉRCIO EXTERIOR
1973 - 1980



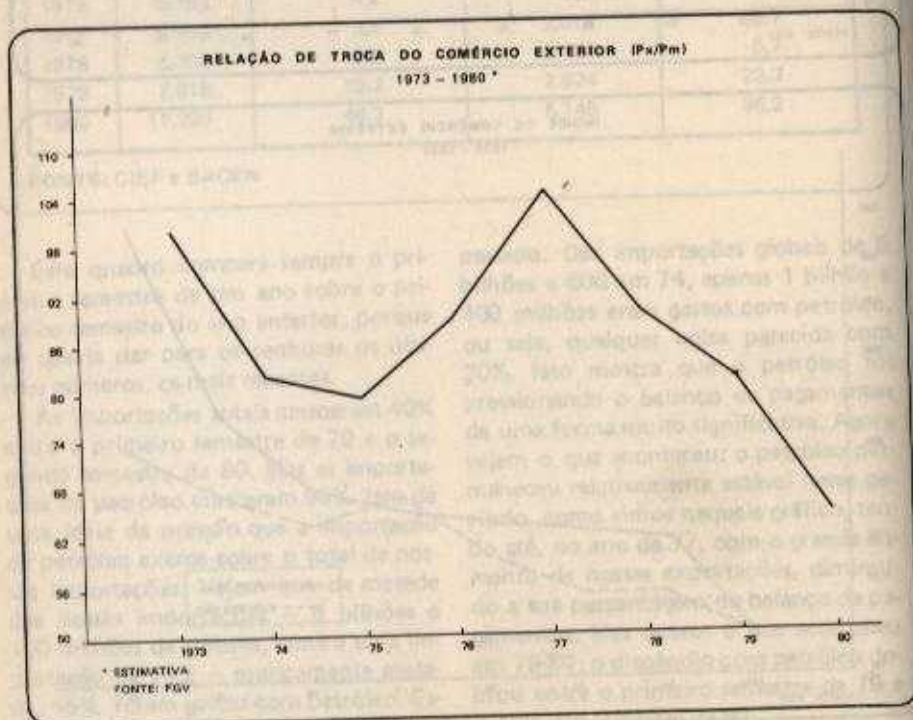
Em 72, gastávamos 8% das nossas importações com petróleo; nos anos em que o petróleo ficou estável, gastamos 30% com petróleo e estamos gastando hoje 47% das nossas importações com o pagamento do petróleo. Isso é que faz a diferença e isso é que vai explicar, a seguir, o crescimento da nossa dívida.

Gostaria de chamar a atenção dos senhores para um fenômeno muito interessante.

O gráfico exibe indicadores de preços. O traço contínuo indica os preços das importações e o pontilhado mostra os preços das exportações. Se os senhores observarem, verão que depois do choque do petróleo, em 73, o preço das importações permaneceu relativamente

estável, mas, em compensação, o preço dos nossos produtos foi crescendo e praticamente alcançou ou superou o preço das nossas importações em 77. Em 77, o crescimento dos preços de nossa exportação tinha ultrapassado o crescimento do preço do petróleo. Isso tem uma importância muito grande, porque, se a gente dividir um preço por outro, obtemos um número que representa o seguinte: Quanto eu consigo comprar de importação com uma unidade de exportação? Isso que está revelado no gráfico a seguir é o que se chama relações de troca.

Acompanhando aquele gráfico anterior, nós comprávamos, em 73, praticamente na base de um por um: um dólar exportado, digamos, comprava um dólar



importado. Com a crise do petróleo, a relação piorou: nós passamos para 0,8, 0,78, 0,76, em 1975, e depois fomos recuperando lentamente, como vimos naquele gráfico anterior, e em 77 a exportação comprava mais do que ela mesma, isto é, seu poder de compra era ligeiramente superior ao seu valor, porque os nossos preços eram mais altos do que os dos produtos importados. Vejam o que aconteceu depois de 77 e basicamente o que aconteceu depois da crise do petróleo.

Hoje nós estamos em torno de 0,6, isto é, antigamente eu exportava um dólar e comprava um dólar de importação; hoje tudo se passa como se eu exportasse um dólar e comprasse 0,6 dólar de importação. Isso mostra o enorme esforço que a economia nacional tem de fazer para continuar exportando e importando. Isso é que representa o imposto a

que me referi no início da palestra. O esforço para cada unidade exportada continua o mesmo, só que agora ela compra 0,6 do que comprava há quatro anos. Os 0,4 são o que eles nos levam embora, os 0,4 são o imposto efetivo sobre cada um de nós, cobrado pelos países produtores do petróleo. Para fazer face a essa dificuldade, o Brasil tinha se voltar para a exportação. Então, vejam os senhores que da própria exposição dos problemas nascem naturalmente as linhas da estratégia que tinha de ser seguida. *Nós estávamos com uma crise de alimentos e tínhamos, portanto, de nos voltar fortemente para a Agricultura. Nós estamos com uma crise no balanço de pagamentos e temos de nos voltar fortemente para as exportações.*

O quadro a seguir dá uma idéia clara do enorme esforço feito já neste Governo para expandir as exportações.

EXPORTAÇÕES AGREGADAS

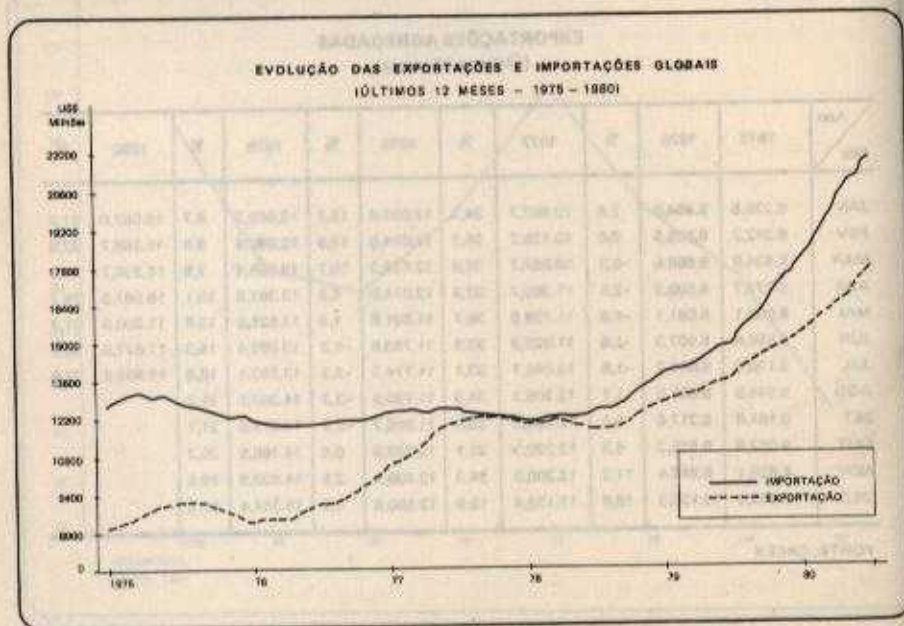
(Últimos 12 meses)

Ano Mês	1975	1976	%	1977	%	1978	%	1979	%	1980	%
JAN	8.236,5	8.454,0	2,6	10.507,7	24,3	12.057,4	14,7	12.860,2	6,7	15.557,0	21,0
FEV	8.342,2	8.505,5	2,0	10.735,2	26,2	12.024,9	12,0	12.990,6	8,0	15.955,7	22,8
MAR	8.534,9	8.508,6	-0,3	10.964,7	28,9	12.134,3	10,7	13.089,4	7,9	16.236,7	24,0
ABR	8.727,7	8.509,3	-2,5	11.300,7	32,8	12.074,0	6,8	13.287,5	10,1	16.567,5	24,7
MAI	8.937,1	8.581,1	-4,0	11.729,5	36,7	11.901,5	1,5	13.525,0	13,6	17.200,9	27,2
JUN	9.056,6	8.907,3	-1,6	11.923,9	33,9	11.783,8	-1,2	13.592,4	15,3	17.877,5	30,0
JUL	9.176,5	9.043,2	-1,5	12.040,7	33,1	11.774,3	-2,2	13.993,1	18,8	17.892,5	27,9
AGO	9.244,9	9.087,5	-1,7	12.205,2	34,3	11.799,9	-3,3	14.303,1	21,2		
SET	9.161,6	9.217,6	0,6	12.262,8	33,0	11.985,7	-2,3	14.515,9	21,1		
OUT	9.052,8	9.536,3	5,3	12.220,3	28,1	12.289,8	0,6	14.766,5	20,2		
NOV	8.826,1	9.818,4	11,2	12.200,2	24,3	12.499,9	2,5	14.932,5	19,5		
DEZ	8.669,9	10.128,3	16,8	12.139,4	19,9	12.650,6	4,2	15.244,4	20,5		

FONTE: CACEX

Os senhores vêem na coluna relativa a 78 a exportação acumulada de 12 meses. Os senhores vêem que em 78 a nossa exportação vinha realmente caindo; permaneceu praticamente estável; no final de 1979 nós estávamos realmente com grandes dificuldades: fizemos a correção cambial — e este é um ponto importante, porque algumas pessoas acreditam que fizemos a correção cambial porque gostamos de fazer festa. Outras pessoas imaginam que o Governo desvalorizou o cruzeiro simplesmente porque é elegante fazer uma desvalorização. Desvalorizou o cruzeiro porque era o único caminho que havia à disposição do Governo para mobilizar a economia na direção das exportações. O quadro mostra os efeitos dessa política. Em fins de 79 estamos com uma taxa de crescimento de 20%. Em 1980 a taxa começa a crescer e terminamos julho com um crescimento total das exportações da ordem de 28%.

Isso significa um violentíssimo esforço da economia brasileira. E por que? Porque, primeiro, vimos que nossas relações de troca estão piorando, isto é, nossos preços estão crescendo muito menos do que os preços dos produtos que importamos. Segundo, o Mundo está realmente numa recessão e para Você exportar, Você tem que brigar muito mais fortemente com os seus competidores. No gráfico estão as importações e as exportações — mostra o buraco que se criou em 75, 76, mostra que em 77, graças ao aumento de preços dos produtos brasileiros exportados, nós equilibramos o balanço e, a partir daí, a diferença foi crescendo. Hoje a nossa esperança é de que já se esteja estabilizando. As indicações são de que realmente as importações tendem para uma estabilização; tanto quanto se pode saber, os preços do petróleo não deverão mudar de forma violenta nos próximos dez ou 12 me-



BRASIL: INDICADORES PARA O SETOR EXTERNO

1973/1980

INDICADORES	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
PIB (US\$ Bilhões)	81,3	106,0	124,2	146,2	166,4	191,0	205,5
Exportações, F.O.B. (US\$ Bilhões)	6,2	8,0	8,7	10,1	12,1	12,7	15,2
Importações, F.O.B. (US\$ Bilhões)	6,2	12,6	12,2	12,3	12,0	13,7	18,0
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	0,0	-4,6	-3,5	-2,2	+0,1	-1,0	-2,7
Déficit em Conta- Corrente do Balanço de Pagamentos (US\$ Bilhões)	-1,9	-7,1	-6,7	-6,0	-4,0	-5,9	-10,5
Dívida Externa Bruta (US\$ Bilhões)	12,6	17,2	21,2	26,0	32,0	43,5	49,9
Reservas (US\$ Bilhões)	6,4	5,3	4,1	6,6	7,2	11,9	9,7
Dívida Externa Líquida (US\$ Bilhões)	6,2	11,9	17,1	19,4	24,8	31,6	40,2
Serviço da Dívida (US\$ Bilhões)	2,6	2,6	3,7	4,8	6,2	8,0	10,6

FONTE: Relatórios do Banco Central do Brasil

ses, o que significa que a curva da importação deverá inclinar-se um pouco, e a curva da exportação continuará subindo; é a nossa esperança terminar o ano com um déficit na balança comercial da ordem de 1 bilhão de dólares e, se realmente os preços do petróleo não subirem por um período de dez — 12 meses, não tenho dúvida de que iremos ao equilíbrio da balança comercial.

Os indicadores para o setor externo mostram, acima, a posição a que fomos levados exatamente por esse comportamento do mercado exterior, por essa violenta elevação do preço do petróleo. Nós, em 73, tínhamos uma dívida de 12,6 bilhões de dólares; tínhamos reser-

vas de 6,4 bilhões de dólares e a dívida líquida era 6,2 bilhões de dólares. Vejam os senhores a relação: nós produzíamos 81 bilhões de dólares, isto é, bastavam 8% da produção de um ano para pagar toda a dívida externa, porque tínhamos 6,4 de reserva, a dívida líquida era 6,2 e nós poderíamos, com 8% do Produto, liquidá-la. Isso mostra que a situação era extremamente folgada, nós tínhamos realmente os melhores indicadores mundiais, não por virtude da política, mas simplesmente porque o Brasil tinha aproveitado um período em que o mercado externo estava crescendo, estava deslançando e aumentou as suas exportações.

Agora vejam o que aconteceu em 74, com a crise do petróleo: a dívida líquida saltou de 6 para 12, depois para 17, para 19, para 24, para 31, e, no ano passado, para 40. A dívida bruta é de 50 bilhões de dólares. Nós passamos de 12 para 50 bilhões de dólares. E o interessante é lembrar o seguinte: de Pedro Álvares Cabral a 1973, acumulamos 12 milhões de dólares de dívida. Depois, com a crise do petróleo, em apenas cinco anos nós acumulamos 50 bilhões de dólares de dívida, ou seja, 38 bilhões de dólares a mais. *O que é importante compreender é que essa dívida é grande, mas ela é muito bem administrada e não tem causado nenhum problema.* Estou convencido de que foi a política mais correta que nós adotamos. Pois se o mundo externo estava disposto a financiar o aumento dos nossos investimentos, não havia nenhuma razão para deixarmos de aproveitar esse fato. Se, no governo anterior, desejássemos impedir o crescimento dessa dívida, deveríamos ter feito uma enorme recessão, deveríamos ter feito uma redução da taxa de crescimento do Produto. E para beneficiar quem? Isso é que é preciso compreender, porque as

pessoas imaginam que essa dívida não tem sentido, que 50 bilhões de dólares foram jogados no lixo. Não. Essa dívida hoje é o Pólo Petroquímico de Camaçari, é todo o programa siderúrgico que está terminando, é o programa de Itaipu que está terminando, é um pedaço de Tucuruí, é um pedaço da Ferrovia do Aço, é um pedaço do plano de produção de energia elétrica por meios atômicos. A contrapartida desta dívida são os investimentos que estão aqui hoje, alguns operando, outros ainda por operar, mas são investimentos que vão produzir seus rendimentos. Não há nenhum mal nessa dívida, não haverá nenhuma dificuldade em pagá-la, se as condições mundiais continuarem como estão.

Fizemos um quadro para mostrar para os senhores que as pessoas tendem a magnificar o efeito da dívida: dever 50 bilhões de dólares dá a impressão de que se está devendo a alma. Não há nada disso. Nós estamos devendo realmente um quarto do que estamos produzindo por ano. Esta é que é a magnitude da dívida. Mas olhem a magnitude da dívida de outros países com relação ao produto.

**RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA EXTERNA
E PRODUTO INTERNO BRUTO - 1979**

PAÍSES	DÍVIDA/PIB EM %	
Brasil	25	
Argentina	14	
Chile	42	
Colômbia	22	
Dinamarca	38	
Suécia	21	
Finlândia	32	
Nova Zelândia	32	
México	32	
Venezuela	46	
Noruega	63	
Indonésia	34	Produtores de Petróleo

A Argentina está numa posição favorável hoje. Os demais países têm as seguintes posições, em relação aos respectivos PIB: o Chile, 42; a Colômbia, 22; a Dinamarca, 38; a Suécia, 21; a Finlândia, 32; Nova Zelândia, 32. E os países produtores de petróleo têm, todos eles, índices maiores do que o Brasil: o México, 32; Venezuela, 46; Noruega, 63; Indonésia, 34. O que nós nos deveríamos perguntar era o seguinte: por que os países produtores de petróleo têm uma dívida superior a do Brasil? Por uma razão óbvia: é que sendo produtores de petróleo eles têm crédito. Então, além de exportar petróleo, eles ainda tomam emprestado, porque há disponibilidade de recursos. Eles estão fazendo realmente a política mais inteligente possível: exportando muito e tomando muito emprestado. Isso significa poupança externa que eles estão internando em seus países e realizando seu desenvolvimento econômico. É claro que o Brasil não pode chegar a esses níveis simplesmente porque não tem quem empreste. Não é porque seja errado, não; é simplesmente porque passamos dos limites de segurança. *Mas é absolutamente correto utilizar a poupança externa para realizar o desenvolvimento interno, desde que se invista adequadamente e desde que se tenha a confiança de que a expansão das exportações vai gerar os recursos necessários para pagamento dessa dívida.*

Com isso expusemos os problemas e chegamos às duas linhas de ação do Governo. De um lado, o Governo colocou todo o seu peso na expansão da Agricultura. Por que? Porque a Agricultura representava a possibilidade de eliminar, tão rapidamente quanto possível, a escassez de alimentos. A Agricultura representava a possibilidade de gerar produtos exportáveis e, mais do que isso, a

Agricultura representa o setor de menor coeficiente de importação; isto é: quando eu invisto um dólar na Agricultura, eu importo muito pouca coisa, talvez 10 centavos, que são fertilizantes. Então, *o investimento na Agricultura produz rapidamente alimentos, produz rapidamente excedente exportável e não produz nenhuma importação importante.* A Agricultura, portanto, era o setor privilegiado que tinha de ser agilizado como está sendo. De outro lado, as dificuldades do balanço de pagamentos nos induziram a dar toda a ênfase ao setor exportador, e foi o que o Governo fez. O Governo fechou todo o sistema, o Governo estabeleceu restrições financeiras, restrições creditícias, restrições fiscais, restrições de toda ordem a todo o sistema econômico e deixou duas avenidas abertas: a da Agricultura e da Exportação, de tal modo que a sociedade, atendendo aos apelos do mercado, se mobilize na direção correta, como se está mobilizando. Mostrei aos senhores que os indicadores já caminham na direção certa. E tenho confiança de que vamos chegar realmente a superar os dois problemas, que são os problemas, digamos, de curto prazo.

Ora, o Brasil vai sobreviver, não apenas se resolver o problema da inflação ou o problema do balanço de pagamentos, porque isso é certo que vai acabar resolvendo. *O Brasil vai sobreviver, ou não, se for capaz de ajustar-se à crise de energia.* Esse é que é o problema de longo prazo, esse é que é o vetor no qual o Governo está montado e pondo toda a sua ênfase de atuação, no longo prazo: O Governo tem consciência de que o primeiro substituto do petróleo é o petróleo. Nós sabemos que não há substituto para o petróleo a não ser o petró-

leo. Mas, infelizmente, não temos tido sucesso na produção de petróleo, ou talvez tenhamos menos do que gostaríamos de ter, talvez as pesquisas sejam menores do que deveriam ser. E realmente acho que esse é que é o caso. Para os senhores terem uma idéia, este ano os Estados Unidos fazem 30 mil furos. Nós vamos furar 300. As pessoas ficam tristes: "Mas como 300? Você é um louco, deveria furar 3 mil". E só furamos 300 porque não temos pólvora para furar 301, só temos para furar 300. Esse é ou-

xas de crescimento eram gigantescas. Mesmo nos anos 78-79, quando a crise já era uma coisa muito importante, cresceu 6%. Na última coluna aparece o consumo do primeiro semestre de 80 com relação ao primeiro semestre de 79. Se os senhores observarem, verão que a gasolina e o óleo combustível já revelaram decréscimo no seu consumo — a gasolina graças à substituição pelo álcool, o óleo graças a um pouco de economia e substituição pelo carvão. E a taxa de crescimento do primeiro semestre do ano pas-

VARIAÇÃO DO CONSUMO DE DERIVADOS DO PETRÓLEO

Em %

	1971/70	1972/71	1973/72	1974/73	1975/74	1976/75	1977/76	1978/77	1979/78	1980/79 *
Óleo Combustível	9,5	18,1	18,4	2,0	8,9	3,0	3,0	9,1	5,6	-5,4
Óleo Diesel	6,8	24,6	16,7	8,1	9,9	13,0	10,2	9,4	8,1	7,6
Gasolina	6,3	13,9	13,4	0,4	6,8	1,3	-8,2	-6,5	3,1	-7,3
TOTAL	7,7	18,1	19,3	-2,5	9,3	6,1	3,2	9,8	6,0	0,8

* 1º semestre

tro aspecto da nossa pobreza; quer dizer: ainda que talvez tenhamos a riqueza aí, não conseguimos alcançá-la com a velocidade desejada, simplesmente porque não temos recursos disponíveis para fazê-lo. Mas, de qualquer forma, o correto é que, sendo o petróleo o primeiro substituto do petróleo, a primeira política que tinha de ser executada era uma política de economia de petróleo. O quadro a seguir mostra que nós começamos, pela primeira vez, a ter sucesso nessa política.

Os senhores vêem a variação do consumo de derivados no sobre ano. As ta-

sado com relação ao primeiro semestre deste ano é da ordem de 0,8 ou praticamente a estabilidade. Isso foi conseguido graças à política feroz de preços, que nos atinge a todos. *Nós tínhamos duas alternativas: ou fazer o racionamento ou realmente puxar os preços dos produtos derivados do petróleo de uma forma adequada à elevação dos preços externos. O Governo decidiu embarcar numa política de preços porque há uma consciência de que essa é a única política que pode conduzir, realmente, a resultados favoráveis. Nós não tínhamos nenhuma esperança de que o racionamen-*

to pudesse produzir qualquer resultado. Não produziu em países muito menores, em países de organização completamente diferente, e não iria produzir resultados no Brasil. Nós não poderíamos, realmente, realizar esse ajustamento através do racionamento, e foi por isso que o Governo optou pelos preços. O Governo optou por aumentar os preços dos combustíveis de forma a que o consumo se fosse acomodando. E os números mostram que já conseguimos algum resultado e vamos prosseguir nessa política, pois estamos certos de que ela vai levar aos resultados necessários.

Ao lado disso, estamos investindo na PETROBRÁS tudo aquilo de que dispomos. Nós tanto raspamos as gordurinhas todas que existem dentro do Governo, como estamos forçando a PETROBRÁS — aliás, forçando, não, porque a PETROBRÁS já estava voltada para a pesquisa —, e hoje é certo, é uma coisa bastante segura que produziremos, em 84-85, quinhentos mil barris de petróleo por dia. Este é um número sobre o qual já existem poucas dúvidas. Mesmo o pessoal da Geologia da PETROBRÁS, que é um pessoal muito cauteloso, já acha que este é um objetivo factível. Produziremos, portanto, em 84-85, quinhentos mil barris de petróleo por dia.

O PROÁLCOOL, que era um programa que começou com algumas dificuldades, está hoje em plena marcha. Já temos contratados 65% do programa; agora já estão entrando no PROÁLCOOL as grandes empresas brasileiras, os grandes empresários brasileiros e também não há a menor dúvida de que conseguiremos, em 84-85, os 10.7 bilhões de litros por ano de álcool. Já estamos em 6.5 bilhões de litros e está contratada a diferença, de forma que também esse não é mais um problema sobre o qual possa haver

uma dúvida razoável. Isso significa 170 mil barris de óleo equivalente em álcool por dia. É o programa do PROÁLCOOL.

Estamos desenvolvendo todo o programa do carvão, que se está expandindo rapidamente. As pessoas não compreendem — nós, que vivemos em Brasília; os que moram no Rio, muito menos ainda ou os que moram em São Paulo — não sabem o que está acontecendo neste País. Neste País está acontecendo uma coisa muito importante. No caso do carvão, nós aumentamos para 42 milhões de toneladas praticamente com o esforço de três meses e também aqui não há mais dúvidas de que iremos a 130 mil barris de óleo equivalentes em carvão, em 84-85. Esta revolução que se está processando neste País é muito mais ampla do que parece. Se os senhores forem para o interior, vão ver que há um país nascendo nas nossas costas e ninguém vê. E da mesma forma que este país está nascendo nas nossas costas na Agricultura, ele está nascendo na nossa frente no que respeita ao combustível. E está emergindo com uma enorme força. Portanto, não há a menor dúvida de que nós teremos 500 mil barris de petróleo por dia, mais 170 mil barris equivalentes de álcool e mais 130 mil barris equivalentes de carvão, ou seja, uma oferta interna de combustível da ordem de 800 mil barris por dia...

O que equivale a praticamente triplicar a oferta de energia em quatro anos, nesta área do petróleo e seus sucedâneos. É um esforço ressaltante monumental, que está consumindo uma parte importante das poupanças nacionais, mas que se está fazendo sob nossos olhos. Só quem não quer ver é que não percebe isso. Se nós continuarmos crescendo a 5 ou 6% ao ano — e esta é minha esperança, não que nós só possamos

crescer isso, mas porque o balanço de pagamentos constitui um constrangimento insuperável... Nós não podemos crescer mais depressa, senão nós explodimos o balanço de pagamentos —... mas, se nós crescermos a 5 ou 6%, nosso consumo de combustível estará pela ordem de 1.4 ou 1.5 milhões de barris por dia, ou seja, as importações de petróleo estarão em torno de 600 a 700 mil barris por dia, quando, hoje, são de 850 mil. Isto mostra que nós estamos caminhando na direção correta, que nós já estamos vendo ou que já se está acendendo a luz lá na ponta. Isto é: *a longo prazo, as coisas já vão caminhando na direção certa. A economia está sobre os trilhos corretos; ela vai realmente adaptar-se à crise de energia.*

Os sintomas dessa adaptação são óbvios. Quando chega aqui o Governo do Kuwait e compra 10% da Volkswagen, as pessoas imaginam que isto é um mero acaso, que eles são especuladores. Mas, quando se conversa com o sujeito, que negociou, entende-se porque ele comprou e porque ele está tentando comprar mais 10% agora. É porque o petróleo, daqui para a frente, vai ser cada vez mais um produto nobre, não vai ser usado para queimar em automóvel. Esta civilização do automóvel só vai ser factível para quem tiver terra, mão-de-obra e sol. Quem tiver só terra e mão-de-obra também não vai ter essa civilização do automóvel. Nós somos um dos poucos países do Mundo que possivelmente vai continuar motorizado, simplesmente porque o Brasil realmente avançou nessa linha, desenvolveu uma tecnologia de produção de álcool, que é extremamente eficaz. Nós temos, certamente, a máquina mais perfeita para transformar energia solar em combustível, que é a cana. E desenvolvemos a tecnologia de

transformar a energia solar em energia líquida, que é o álcool.

E é exatamente por isto que eles estão investindo no Brasil. Porque eles sabem que se há uma indústria automobilística que tem futuro é a brasileira. E não é por outro motivo, mas, sim, porque realmente o programa do álcool já é uma realidade. Mesmo que venhamos a descobrir petróleo, é uma ilusão pensar que nós vamos vender gasolina a preço de água mineral! Isto é um equívoco total! Se nós viermos a descobrir petróleo, nós vamos cobrar pelo petróleo o mesmo preço que se cobra no Mundo, já que se trata de produto extremamente raro. E hoje o Mundo tem consciência de que ele é raro e finito, de que ele pode demorar dezoito anos, pode demorar vinte anos. Esta crise que apareceu aqui é rigorosamente fatal, ela vai acontecer no futuro. Então, nós vamos ter que continuar desenvolvendo essas linhas.

Mas estas são duas linhas já assentadas — o álcool e o carvão. E existem ainda várias possibilidades, como o etanol de madeira, no qual nós temos alguma pesquisa. E na Agricultura, hoje, já não há mais dúvida de que nós podemos fazer uma geração de gás pobre para tocar tratores e motores estacionários sem maiores dificuldades.

Se os senhores olharem, portanto, hoje, para o que se chama elegantemente de "matriz energética", irão ver que o Brasil, quieto, mas com um trabalho firme, persistente, desenvolveu substituto para quase todos os derivados de petróleo combustível. Para a gasolina, nós já fizemos o álcool, que vai muito bem; para o diesel, as pesquisas com óleos vegetais vão muito bem. Hoje nós sabemos que, no caso de uma guerra, ou no caso de uma dificuldade no abastecimento, basta plantar e produzir óleo vegetal e

substituiremos realmente 30% do diesel. Vai ficar mais caro, é verdade; vai haver um pouco mais de inflação, mas o Brasil vai continuar funcionando. E isso não é qualquer país que vai poder fazer, mesmo com inflação! E nós sabemos que essa substituição é possível. E, para o óleo combustível, não há mais dúvida de que o carvão, realmente, em todas as suas formas, já é um substituto muito eficaz.

CONCLUSÕES

O que eu gostaria de dizer-lhes, portanto, é o seguinte: nós temos grandes problemas. Nós temos um grave problema de inflação, nós temos o grave problema do balanço de pagamentos, nós temos um grave problema que é o de adaptar a economia à crise de energia. Mas nós estamos cuidando desses problemas. E aquele que é, talvez, o mais importante de todos — o da adaptação à crise energética — caminha, e caminha bastante bem, vai andando sem que as pessoas estejam percebendo. Nós avançamos enormemente, nos últimos tempos, nessa direção, e hoje é claro que mesmo um colapso no abastecimento não produziria mais, no Brasil, um racionamento do tipo do que aconteceu

durante a Segunda Guerra. Nós temos estoques, af, de quatro meses, e em oito meses nós teríamos produzido os cereais necessários à obtenção do substituto do óleo diesel e da gasolina.

O Brasil é, portanto, um país viável. O Brasil, em toda essa constelação mundial, tem mais viabilidade que a maioria dos países da Europa Ocidental. Eles dependem de um desenvolvimento tecnológico — vão descobrir lá qualquer coisa. Mas, quem olhar hoje verá que o Brasil já construiu o seu caminho. O Brasil tem que perseverar nessa direção. E, mais cedo ou mais tarde, nós venceremos o problema da inflação. Por que? Porque nós corrigimos as causas da inflação e é certo que os efeitos vão ser corrigidos em um prazo maior ou menor. Nós vencemos o problema do balanço de pagamentos, porque nos voltamos para a exportação, e é certo que vamos conseguir esse equilíbrio. E nós já estamos construindo um País ajustado à nova realidade energética, um País que já está usando como combustível os seus próprios recursos e que, portanto, será muito mais independente do que é hoje ou do que foi no passado.



CASTELLO BRANCO - O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR, O CHEFE MILITAR E O ESTADISTA

Carlos de Meira Mattos

General-de-Divisão R/1, autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, DC, EUA.

INTRODUÇÃO

Ao ser honrado por este convite do Grêmio Marechal Castello Branco, dos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, senti-me inclinado a dar o meu testemunho pessoal de fatos e episódios que presenciei, e de alguns que participei, durante uma amizade estreita que durou 27 anos, interrompida pelo acidente lamentável de aviação que lhe roubou a vida, em julho de 1967. Meditando melhor, querendo prestar-lhe uma homenagem mais significativa, considerando tratar-se de uma palestra dirigida aos alunos desta Escola de Formação de Chefes para os mais altos escalões do Exército, preferi vir aqui lhes dizer o que, de Castello Branco pensam os seus principais biógrafos e também aqueles que, sem se poderem alistar nessa categoria, traçaram perfis nítidos de sua personalidade de Oficial de Estado-Maior, de Chefe Militar e de Estadista.

Castello Branco tem, até hoje, quatro biógrafos: Luiz Vianna Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, ex-Governador da Bahia, e atual Presidente do Senado, lançou em 1975, uma obra notável do rol das biografias a que vem se dedicando (de Nabuco, Rui Barbosa, de Rio Branco, de Machado de Assis e José Alencar), livro que carrega a par do talento do pesquisador emérito, o testemunho de quem acompanhou o biografado no dia a dia, durante os seus 3 anos de governo; John Foster Dulles, professor de História das Universidades dos Estados Unidos do Texas e do Arizona; que já se dedicara antes à biografia de Getúlio Vargas e já havia escrito dois outros livros sobre a política brasileira; o jornalista José Wamberto, também seu auxiliar na direção do Serviço de Imprensa do Palácio do Planalto e, finalmente, a obra esta própria Escola de Comando e Estado-Maior, coordenada pelo dedicado pesquisador da história militar, o Cel. Francisco Ruas Santos; nesse livro —

"Marechal Castello Branco e seu Pensamento Militar" —, a ECEME teve a preocupação louvável de reunir imediatamente após a morte de Castello Branco, para que se não perdesse no esvoaçar do tempo, o que de mais importante havia em seus arquivos, marcando a presença brilhante de sua inteligência por este alto instituto de estudos, particularmente como Diretor de Ensino nos anos de 1946 a 1948 e depois como Comandante entre 54 e 55.

Entre aqueles que através de seus escritos oferecem-nos excelentes traços biográficos sobre a personalidade de nosso homenageado de hoje, desejo destacar o General Vernon Walters, autor da "Silent Missions", obra de sucesso nos Estados Unidos e traduzida já para o francês e português, o Marechal Mascarenhas de Moraes, seu Comandante na Força Expedicionária Brasileira, o Gen. De Gaulle (em suas opiniões citadas por Luiz Vianna Filho), os Generais Celso Daltro Santos e Octávio Pereira da Costa que, em conferências realizadas neste auditório, pelo mesmo motivo que hoje me traz aqui, marcaram aspectos notáveis dessa figura inesquecível do nosso Exército e da Nação Brasileira. Vários outros pesquisadores políticos e historiadores estrangeiros também dedicaram importantes partes de suas obras ao estudo da personalidade e da ação governamental de Castello Branco, e devemos salientar entre estes Ronald Schneider, Thomas Skidmore e Roger Fontaine (norte-americanos), Georges Andrés Flechter (suíço) e Michel Schooyans (belga).

O Oficial de Estado-Maior

O Marechal Mascarenhas de Moraes, cujo nome é a maior glória do Exército contemporâneo, pois levou sob seu co-

mando e trouxe de volta ao Brasil cobertos de glória os jovens soldados que combateram ao lado de norte-americanos, ingleses e franceses e tiveram por inimigo o famoso Exército alemão, assim se expressa sobre o oficial de Estado-Maior que foi o Tenente Cel e depois Coronel Castello Branco chefe da 3ª Seção de Estado-Maior (operações) da FEB, no seu livro Memórias:

"Oficial de estado-maior. Inteligência privilegiada: lucidez e objetividade na apreensão da situação tática e estratégica; firmeza e serenidade nas situações críticas; caráter e pensamento; energia e ação; patriotismo e desambição —, são as maiores das excelsas virtudes desse modelo e guia do oficial de Estado-Maior. Foi o meu grande e emérito auxiliar no planejamento das operações e nos estudos de situação durante a Campanha da Itália. No após-guerra continuou a prestar-me eficiente e denodada colaboração".

Após este retrato intelectual e moral, "do modelo e guia de oficial de estado-maior" traçado pelo Comandante da FEB, que todos que o conhecemos o sabíamos cauteloso e medido nas suas palavras, pouco poderemos acrescentar, senão reproduzir como ele próprio, então Coronel Castello Branco, Diretor de Ensino desta Escola, imaginava que devesse ser o oficial de estado-maior do Exército Brasileiro (palavras de agradecimento à homenagem que lhe foi prestada pela turma de diplomandos da turma 1946/48).

"Mas a tarefa transformadora da turma apenas começa. Tomará vulto quando seus componentes estiverem nos postos de Estado-Maior e na tropa, lutando em benefício do Exército.

A turma deve lembrar-se, então, do pensamento de um velho soldado encar-

regado de renovar as forças criadoras de sua classe. De começo ele filosofou em torno de três coisas contra as quais o espírito humano luta em vão: a tolice dos homens, a burocracia e as fórmulas feitas. Quanto à tolice humana, reconheceu que a luta com a qual se procura vencê-la é sem esperança de vitória. Declarou-se completamente batido na luta contra a burocracia militar. E disse, porém, que empreenderia, no domínio da profissão das armas, decididamente, a luta contra as fórmulas feitas.

Essa a luta que está à espera da turma.

As fórmulas feitas, encerrando aparentemente uma legenda ou um pensamento, cobrem a ausência de idéias e a inação. Vêm a ser, por outro lado, o escudo da rotina. 'Não vos intimideis, nem recueis. Se levantarem a barreira do amor ao passado, não vos esqueçais de que a nossa tradição é, ao contrário, a base de nossa evolução e não da estagnação'.

Quebrai a fórmula de que, por um falso determinismo geográfico e histórico, só devemos estudar a chamada *guerra crioula*, com combatentes e chefes improvisados, na base da velocidade de muarés e cavalos. Demonstrei a fraqueza da fórmula de que as estradas e a rudeza dos terrenos sul-americanos paralisam os meios e dominam a vontade do homem. Vencei a fórmula da única possibilidade de guerra defensiva. Arredei a fórmula de que só se deve planejar com os recursos existentes, fazendo a demonstração de que, dessa maneira, será perpetrado o haraquiri pela própria nação. Dominei a fórmula de que a guerra será inelutavelmente no interior de nossas fronteiras. Afastai a fórmula de que a participação do Brasil numa guerra mundial é uma cogitação teórica. Removei a fórmula de

que não é para nós a batalha anfíbia e a batalha aeroterrestre.

E tereis idéias e energia para trabalhar e dar o exemplo.

Mas não façais a demolição das fórmulas feitas com obra de imaginação. Deveis preferir a visão concreta dos problemas militares em vez das sentenças abstratas dos cômodos doutrinadores de Estado-Maior. Deveis ter bem presente que um plano não tem nenhum valor próprio, e o único valor que se lhe pode atribuir é o relativo, por se relacionar com a execução. Concepção e execução só são independentes para se definir responsabilidades."

Como Diretor do Ensino desta Escola, foi *seu inovador*, no dizer do General Tristão de Alencar Araripe, então Comandante. Assim analisa o Gen. Alencar Araripe o período em que o Cel. Castello Branco exerceu essas funções:

"O período de 1946-1949 pode ser encarado um período de renascimento, de renascimento e de franca evolução; encarou a Escola nesse período a necessidade urgente de aproveitar os frutos da cooperação na guerra mundial que findara e as lições que dali emanaram. Havia, nessa época, dois problemas de ordem doutrinária de suma importância: o método de raciocínio e a doutrina, organização e processos de emprego. Essa atualização foi processada através da codificação do Trabalho de Comando. Importou isso em tornar muito mais pormenorizada a análise dos fatores da decisão e em repartir a tarefa da tomada da decisão entre o Comandante e os membros do seu estado-maior."

Sabem os que conviveram com o então Cel. Castello Branco nesta Casa, nos anos citados pelo Gen. Alencar Araripe, que ele se dedicou de corpo e alma a este Trabalho de Comando, um verda-

deiro método de raciocínio para o estudo da situação e a tomada da decisão. Recém chegado, dos campos de batalha da Europa, Castello Branco procurava conciliar os ensinamentos que acolhera no convívio com outros Exércitos, outros chefes e outros estado-maiores, com as peculiaridades do homem brasileiro; por isto, na pregação do seu Trabalho de Comando inseria cotidianamente, o combate sem tréguas "à roupagem retórica do oficial de estado-maior que assim procurava encobrir a indecisão, a inação", e também sua aversão "do gosto pelas idéias feitas", duas falhas alienantes de "um oficial de estado-maior que deve *ser toda ação e imaginação*".

O Chefe Militar

Abrimos este Capítulo com palavras de seu discurso ao deixar o cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército para assumir a Presidência da República:

"Ao Exército tudo devo, minha educação, a formação do meu caráter e as habilitações que me foi dado adquirir".

As pompas da Chefia Suprema da Nação, a que era alçado, na euforia nacional de uma Revolução vitoriosa, não ofuscaram o espírito deste Chefe Militar que sempre destacara, como qualidade de chefia fundamental, a lealdade à Nação e ao Exército. Ali naquele momento em que depositário da confiança da Nação, saía para galgar a mais alta magistratura da nação, com a modéstia e a sinceridade de um cruzado, consignava o seu preito de lealdade ao Exército.

Em suas "Reflexões sobre o Exercício do Comando" diz o então Cel Castello Branco nesta Escola:

"A palavra *Responsabilidade* deve reter no espírito dos que aqui ingressam para encetar a tarefa de aprendizes de

estado-maior. Ela persiste aqui nos trabalhos escolares. Ela será o final na obra gigantesca dos estados-maiores e dos *Chefes de todos os escalões*, na solução dos problemas das Forças Armadas Nacionais".

"A Responsabilidade representa bem a *mística dos Chefes* e dos Estados-Maiores.

Ela assenta as suas bases na circunspeção, na seriedade, na sinceridade de propósitos com que se encaram os problemas e sua energia com que se leva avante a solução dos mesmos e a efetivação das medidas que fortalecerão a Nação para a eventualidade da luta.

Associar esse conceito de Responsabilidade, ao de Autoridade e tereis a base do exercício do Comando.

O Comando deve possuir, como vimos, as qualidades de Chefia para exercer a sua ação de comando. As que nos referimos poderiam enfeixar-se no atributo básico da *força moral*. Mas só a *força moral* forma a base da personalidade do Chefe?

A sua autoridade não se assenta, também, em outro tipo de valor? Para se elevar a altura de suas responsabilidades não necessita, ainda, de mais um meio que enobrece a hierarquia? A autoridade funcional tem, necessariamente, a vida ao lado da força moral, isto é, a *face intelectual do chefe*, a competência profissional como se diz comumente".

Os testemunhos das excelsas qualidades de Chefia Militar transmitidas aos instrutores e alunos desta Escola, nós as encontramos vividas em passagens citadas no livro do Gen. Vernon Walters, então Capitão e seu acompanhante como intérprete na sua visita ao "front" numa noite crítica de combate. Passamos a palavra a Vernon Walters:

"A integridade moral deste homem (Castello Branco) estava acima de qualquer desafio. Nos momentos de perigo, ele devia sentir medo, como qualquer outra pessoa, mas possuidor de uma auto-disciplina de ferro, era sempre capaz de manter sua calma imperturbável. Ele transmitia isto àqueles que o acompanhavam. Numa noite gelada de dezembro, às duas horas, eu fui acordado pelos estrondos do fogo de nossa artilharia de apoio caindo perto de nosso posto de comando. Preocupado continuei dentro de meu saco de dormir, relutando em levantar, ainda que consciente de que deveria fazê-lo. Finalmente saltei da cama e fui bater na porta do quarto de Castello Branco, mas ele já não estava. Desci até a 3ª Seção e o encontrei vestindo pesado capote e visivelmente preparando-se para sair. Perguntei-lhe o que estava acontecendo. Respondeu-me que não sabia, mas que algo estranho provavelmente ocorrera na ponte de Sila, cerca de três quilômetros ao Norte. A seguir, convidou-me para ir com ele, pois o IV Corpo provavelmente não demoraria em me chamar para saber o que havia acontecido. Nessa altura não tive dúvidas de que os alemães estavam na ponte de Sila e lá seríamos recebidos por eles, mas concordei em ir. Tentando esconder os meus 1,90 m atrás de seus 1,67 m, saí com ele, sentei-me no banco de trás do "jeep" e rumanos para a ponte de Sila, enquanto o bombardeio prosseguia. Chegando à ponte encontramos um grupo de soldados brasileiros. Castello Branco procurou o Tenente que os comandava e perguntou asperamente quem era ele e o que estava fazendo ali. O oficial, em posição de sentido, informou que ele e seu pelotão haviam chegado ao local naquela noite, vindos do centro de recompletamento de pessoal, situado bem à

retaguarda; que cerca de duas horas tinham sido atacados pelos alemães. Muito nervoso, o Tenente informou que milhares de homens louros e muitos altos tinham irrompido em nossas posições, gritando "heil Hitler". Castello Branco encarou o oficial friamente e disse que não havia milhares de alemães naquela frente e que, desde a Tunísia, ninguém mais gritava "heil Hitler". O Tenente, ainda muito nervoso, insistiu em sua versão, sendo interrompido asperamente por Castello Branco:

— O senhor tem ordens para abandonar a posição?

— Não, senhor.

— Então volte imediatamente para o seu posto.

— Coronel — disse o Tenente — estou disposto a morrer pelo Brasil, mas não quero que meu filho fique órfão por eu estar defendendo uma posição insustentável.

Castello Branco o olhou fixamente, desabotoou o coldre da pistola e ordenou:

— Tenente, vá imediatamente para a posição ou o seu filho será de fato um órfão antes que amanheça.

O oficial percebeu que a ameaça não era em vão e, visivelmente impressionado pela frieza das palavras de Castello Branco, bateu os calcanhares, fez a continência e, seguido por seus homens, desapareceu em silêncio dentro da noite, em direção ao seu posto. Seis semanas depois, o mesmo Tenente foi condecorado com bravura. A calma e a energia de Castello Branco fizeram com que o oficial e seus homens compreendessem que deveriam comportar-se como soldados do Brasil".

Continua o Gen. Vernon Walters:

"Nem sempre se tem oportunidade de se observar um homem na guerra sub-

metido a tais pressões. A verdadeira grandeza da coragem e da energia de Castello Branco ficara claramente demonstrada para mim. Em nenhum momento o vi perder o humor ou a sagacidade. Sempre tinha um gracejo irônico ou um comentário mordaz. Dotado de inteligência brilhante, impacientava-se com a incompetência e não tolerava a fraqueza e a mentira. Nunca hesitou em expressar os seus pontos de vista, quer aos superiores hierárquicos, quer aos oficiais norte-americanos. Jamais o vi embaralhado, arrogante ou servil”.

Sua trajetória de Comandante e Chefe Militar, após ter alcançado o generalato, percorre o seguinte itinerário: Cmt. da 10ª Região Militar, Sub-Chefe do EMFA, ECEME, Escola Superior de Guerra, Cmt. da 18ª Região Militar, Diretoria Geral de Ensino, Cmt. do IV Exército, Chefe do Estado-Maior do Exército. Em todos estes postos, sua figura de chefe militar invulgar assentada no culto da *responsabilidade*, na *sólida força moral* e na *irradiante inteligência e cultura* postas a serviço da profissionalização e prestígio Exército foram inextinguíveis. A trajetória deixada pela passagem do Gen. Castello Branco em todos os postos da hierarquia foi balizada pela constante admiração por suas excelsas virtudes de cidadão e de Chefe Militar. Para os profissionais das armas, era um orgulho inigualável tê-lo como Comandante ou Chefe — o Marechal Mascarenhas de Moraes já o chamara, quando ainda Tenente Coronel, de “modelo e guia de oficial do estado-maior”. Nós todos os que com eles convivemos em inúmeros postos do seu generalato, somos unânimes em parafrasear o Comandante da FEB dizendo “modelo e guia de Comandante”.

Enfrentou duras situações na controvérsia e confrontações que se estabeleceram por ocasião da montante de subversão da esquerda que inundou o país nos anos de 1963 e começo de 1964, cuja gravidade maior estava na convivência do governo de então com o processo que visava, através da estratégia da guerra revolucionária que procurava confundir legalidade e direito, na sua meta de implantar no Brasil uma república socialista (pseudo sindicalista). Infelizmente, alguns profissionais das Forças Armadas, de Generais a sargentos e cabos, deram seu apoio aberto ou velado, a este processo que intentou a jugulação da democracia brasileira, gerando um clima de insegurança a que não ficaram imunes os nossos quartéis. Foi aí que cresceu e alcançou altura incomparável, a figura do General de Exército Humberto de Alencar Castello Branco, como Chefe Militar respeitado por sua autoridade moral e por seu alto discórdio da missão constitucional das Forças Armadas. O sentido correto dessa missão estava sendo posto em jogo pelos interessados na subversão.

Como Comandante do IV Exército posicionou-se claramente contra a tentativa de subverter a hierarquia na sua área pela intrusão das artimanhas sub-reptícias de comando paralelo (as ligações dos “generais do povo” com os “sargentos e cabos do povo” utilizando a rede de comunicações do comando).

Prontamente tomou medidas firmes e corajosas para coibir a tentativa de abuso, cujas origens estavam na convivência de altas autoridades instaladas nos palácios (os “generais do povo”), com a rede de “sargentos do povo”. Sabia que aqueles abusos traziam o beneplácito de altas autoridades. Não vacilou em cortar o mal pela raiz. Tamanha sua autoridade

moral, que ninguém teve a coragem de reclamar os encapuçados do comando paralelo, "encapuçados ficaram".

Nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército, sentiu em cheio de perigos a que a Nação estava exposta, ante a extensão da infiltração subversiva que, estimulada por setores instalados no governo, tentava assegurar, pelo menos, imobilidade conivente das Forças Armadas, em nome de uma pretensa vontade popular, na hora em que a avalanche liderada por organismos espúrios — CGT, UNE, FPN, UBES, PUA, Clube de Sargentos, Clube de Cabos, desencadeasse o seu assalto ao poder.

Nesse período de apreensões, escreve o Chefe do EME a um amigo "A minha tomada de posição muito me tem preocupado no Estado-Maior do Exército. A situação é difícil e o 6º andar (EME) está mergulhado num desprestígio avassalador. Que fazer, como fazer?" N'outra carta do mesmo período "Fica-se bloqueado, neutralizado. Mas enquanto estiver aqui não desertarei da luta. Assim, o meu passatempo, quando fora do EME, longe de suas horas de trabalho, é constituído por estudos e preocupação".

O processo subversivo tendo à frente o próprio Chefe do Executivo e seus auxiliares diretos, chega ao auge da ameaça. No próprio Palácio das Laranjeiras, são articulados os golpes sucessivos contra democracia, a serem desencadeados em série — o comício da Central do Brasil, a revolta dos Marinheiros, a reunião dos Sargentos no Automóvel Clube com representações de todo o país. O primeiro ato da maré montante da subversão, o comício da Central do Brasil é realizado num grande cenário pré-montado, usando-se o Exército, a pretexto da manutenção da ordem, como decoração para

o espetáculo. Comparecem o Presidente da República, quase todo o Ministério, e entre estes o Ministro do Exército. Sobre a participação do Ministro do Exército nesse comício subversivo conta-nos o historiador Luiz Vianna Filho:

"Contou mais tarde o General Costa e Silva, na presença do General Ururahy que o Ministro do Exército dissera-lhe — "Não vou a este comício, já disse ao Presidente que não vou" — Também o Gen. Castello Branco, Chefe do EME, tivera a segurança da ausência do Ministro e transmitira-a a outros generais. Daí a surpresa com que, do próprio gabinete, no conhecido 6º andar, Castello viu o Ministro no palanque."

Continua Luiz Vianna Filho:

"O comício foi a gota d'água: ninguém mais duvidava sobre o rumo e os objetivos do Presidente e dos que o orientavam ou dominavam. O próprio General Castello Branco, até então cingido a um estado de contenção, não só visando preservar o Exército, mas também conservar-se leal aos ideais democráticos da Constituição, reconheceu que a observância da legalidade conduzia ao comunismo. Realmente, um regime do tipo fidelista batia às portas do país."

Daí ter o Chefe do Estado-Maior do Exército decidido expedir a famosa Circular de 20 de março de 1964, que teve a virtude de amalgamar o que de mais autêntico havia nas instituições armadas do país, na defesa da salvação dos ideais democráticos contidos na Constituição, dirigida aos Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército. Em certo trecho dessa Circular afirma:

"Entrarem as Forças Armadas em uma revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o

poder? Para garantir a plenitude do agrupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não, as Forças Armadas não podem atrair ao Brasil. Defender os privilégios das classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir ditaduras fascistas ou anticomunistas."

Estava lançada a sorte do Exército naquela encruzilhada sombria da vida política nacional. Entre a lealdade a um governo que traía a Constituição e a lealdade à própria Constituição, a escolha estava feita.

Eclodiram numa sequência de dias os novos desafios já esperados — a revolta dos Marinheiros, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube. Chegara-se ao clímax. O povo, em Belo Horizonte e principalmente em S. Paulo (marcha por Deus, pela Pátria e pela Família), veio às ruas pedindo proteção das instituições contra a ousadia comunizante.

Estourou o 31 de março para conter essa avalanche comunista aliada ao aventureirismo peleguista. E para surpresa dos pregadores da desordem que anunciavam aos quatro ventos a força de seu dispositivo militar, lançado o rastilho em Minas Gerais, encontrou um Exército democrático sólido na defesa da preservação de uma sociedade livre neste país. O pólo de confiança para o qual convergiam todas as esperanças, de civis e militares, foi a figura destacada de um Chefe Militar, sem mancha, sem jaça, e de grande e cultivada inteligência — o General Castello Branco. Os acontecimentos que se seguiram levaram-lhe, naturalmente, ao poder, "que não pediu e não pleiteou". Seu passado de Chefe Militar grangeara-lhe a confiança da Nação.

O Estadista

O conceito de estadista tem merecido interpretações várias, de historiadores e cientistas políticos. O inglês Arnold Toynbee tratou da matéria com a sabedoria que o consagrou. Entre os americanos, Hans Morgenthau e Henry Kissinger, ambos de origem germânica, em seus livros procuraram trocar o perfil do estadista. Outros, como o francês Octave Aubry, nos seus estudos históricos, têm tentado chegar aos contornos dessa personalidade da política. Nossos cientistas políticos, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Themistocles Cavalcanti, Afonso Arinos, também buscaram modelar os traços do homem do Estado.

Num ponto todos concordam: A missão do estadista é a de defender os interesses da Nação que representa. Será julgado pelos seus contemporâneos, pelos seus pósteros e pela história, levando em conta sua visão e seu valor na defesa do interesse nacional.

Perante a história, por exemplo, ninguém terá dúvidas no julgamento de um Churchill e de um Chamberlain, independentemente, do mérito particular de cada um.

A maioria dos estudiosos da ciência política e da história entende que o estadista é aquele que na direção dos negócios do Estado revela visão ampla dos problemas, orientação esclarecida e dedicação desinteressada nos superiores interesses nacionais. Outro conceito seria o de que, o estadista pensa devotadamente nos interesses do povo e do país, enquanto que o político pensa em interesses menores da política setorial ou nos seus próprios.

Castello Branco, realmente nos três anos em que governou o país, deixou a marca indelével de sua figura de estadista. E, já é a história que o consagra, poi-

a sua imagem, a admiração nacional e internacional pela sua personalidade e sua obra, crescem cada dia que passa.

Vernon Walters, que serviu a cinco Presidentes dos Estados Unidos, acompanhando-os nas conferências internacionais mais importantes como "master of the idioms" como escreveu o ex-Presidente Johnson, assim se refere a personalidade de estadista de nosso homenageado de hoje:

"O Presidente Castello Branco foi um dos homens mais extraordinários que conheci no decurso de uma longa carreira, tratando com Chefes de Estado e outras personalidades importantes. Seu espírito ágil e sua capacidade de apreender os problemas mais complexos impressionaram-me de imediato. Seu senso de humor e sua habilidade em ser sarcástico até consigo mesmo marcavam sua personalidade singular. À medida que o fui conhecendo melhor, o que talvez mais tenha despertado minha admiração foi sua inteligência brilhante, seu interesse por todos os problemas, e sobretudo, sua extraordinária integridade pessoal."

Diz John Foster Dulles:

"Gradativamente, as características do novo Presidente do Brasil tornavam-se conhecidas. Castello Branco recusava a omitir-se de qualquer tipo de responsabilidade, mesmo as desagradáveis, tomava decisões mais graves e as enfrentava. Era do seu feito de governo o estudo das situações em grupo" (conjuntamente com os Ministros responsáveis e alguns especialistas convocados).

O Embaixador Roberto Campos, seu Ministro de Planejamento, novo ministério criado pelo primeiro governo da Revolução, assim se expressa:

"Ele nunca foi sujeito a medo, desânimo ou preconceito. Neste sentido ele

alcançou aquele tipo de glória que Charles De Gaulle certa vez descreveu como "la plus grande gloire du monde: celle des hommes qui n'ont pas cédé".

Luiz Vianna Filho assim analisa o estadista:

"Difícilmente haverá personalidade mais rica e mais completa do que a do Presidente Castello Branco, que aliava a energia do Chefe à visão do Estadista. Era dos que conservavam autoridade inata, embora havendo bebido o leite da ternura humana."

E mais adiante:

"Não lhe importava o peso das responsabilidades que sempre se recusou a repartir com os auxiliares, por mais presentes que houvessem sido numa decisão. Das múltiplas facetas em que se dobra a sua vigorosa personalidade, poucas tão marcantes como a bravura de se manter sobranceiro ante a impopularidade. Virtude sem a qual não teria levado a bom termo a ciclópica obra empreendida. A menor fraqueza, a mais leve concessão, qualquer vacilação teria feito malograr muito do que se fizera em árduos sacrifícios. Ele possuía, porém, a convicção de lhe caber enfrentar e suportar as agruras de um governo de "entressafra" isto é, um duro período de semear sem colher. E nada o demoveria visto que tinha como a missão a ele confiada pela Revolução. A colheita seria de outros."

Seguindo, Luiz Vianna Filho:

"Acreditamos emergirá aqui (deste livro) a figura do Chefe de Estado incansável em restaurar moral e materialmente o país. Um país que recebera devastado pela mais grave crise política, social, econômica e financeira de sua história, e que integrou colocado no caminho do progresso e da segurança. Fê-lo, nisso também, fiel a sua formação, graças a



CARLOS DELGADO DE CARVALHO: IDÉIAS E IDEAIS

Eurípides Cardoso de Menezes

Com o desaparecimento de Carlos Delgado de Carvalho perdeu o Brasil um de seus maiores valores, uma personalidade de exceção, exemplo de honestidade intelectual, de operosidade, de acendrado e esclarecido patriotismo, e cuja obra enriqueceu sobremaneira o nosso patrimônio cultural.

Data de abril de 1884 a primeira notícia a seu respeito. Escrevendo de Paris ao Imperador D. Pedro II, dizia-lhe com familiaridade a Condessa de Barral que no dia 10 a Lidia Tourinho havia dado à luz um menino, que era, porém, tão fraquinho que seria capaz de jurar que não vingaria. Mas a criança vingou e viveu 96 anos muito bem vividos. A mãe é que não sobreviveu, pois veio a falecer vinte dias depois.

Nascido na Legação Brasileira em França, em que exercia seu pai, Carlos Dias Delgado de Carvalho, as funções de Secretário, e batizado na igreja de Saint

Philippe de Rouille, em Paris, foi entregue o pequenino órfão aos cuidados de sua avó materna, que morava em Londres com uma filha casada. E pela avó e por esses tios, que não tinham filhos, foi criado até os 7 anos, quando seu pai, casando-se pela segunda vez, resolveu levá-lo consigo para Montreux.

Em consequência, porém, das freqüentes desinteligências entre o menino e sua madrastra, mais velha do que ele apenas oito anos, determinou o pai interná-lo num colégio dos Dominicanos em Lyon. Ao recebê-lo, pergunta-lhe o diretor quais as línguas que conhecia, respondendo o menino, de 11 anos, que falava inglês, francês, um pouco de alemão, e que também entendia o português, embora o não falasse.

— E de História, que sabe você?

— A História, conheço toda, desde Adão a Sady Carnot (na época presidente da França).

— Pois bem, pode então se despedir de seu pai.

E o menino o acompanha até um portão grande, de ferro. E enquanto o ex-diplomata se distancia, acena-lhe o garoto em despedida, dizendo, entre lágrimas, consigo mesmo:

— Não compreendo meu pai. Soltou-me, primeiro, como a um passarinho... e agora me prende aqui!

Com efeito, tendo vivido dos sete aos onze anos inteiramente livre em Montreux, às margens do lago Genebra, dera-lhe o pai, pouco antes de o internar, um bilhete para viajar de trem, sozinho, pela Alemanha... E, logo depois, a reclusão!

No colégio ficara só, longe do mundo e de todos os seus queridos. Em Londres, a avó, inconsolável, não suportando a dolorosa separação, falecia logo após a sua partida. E, desde então, desconheceria o menino por muito tempo o que fosse uma vida em família.

Quanto às suas recordações do tempo de colégio, dizia que o dia de que mais gostava era o sábado. Era o dia das batatas fritas... Esse, aliás, até a velhice, o seu prato predileto.

Comentava também na intimidade ser costume no colégio tomar-se banho apenas uma vez por mês. Dividiam-se os alunos em grupos: cada semana era um grupo que se banhava. Mas sempre havia os recalcitrantes, que se diziam doentes, resfriados, apresentando um pretexto qualquer para se livrarem do banho. E o "Carlôs" (como lhe chamavam) se oferecia sempre como "voluntário" para os substituir.

Aos 18 anos deixava o colégio; e não querendo viver com o pai, então em Lausanne, na Suíça, sentou praça no Exército francês. Não sabia que assim perderia a sua nacionalidade, pelo que

teve, mais tarde, de se tornar de novo brasileiro pela naturalização.

Optando pela Cavalaria, pretendia cursar Saint Cyr e fazer carreira. Vitimado, porém, pelo tifo, em manobras realizadas em Marselha, frustrou-se-lhe o intento.

Sua grande recordação dessa época seria a "Bagace", uma égua do exército, muito mansa, que lhe tinha sido destinada. E aqui um pormenor que não escaparia a um psicólogo: de tal maneira se afeiçoara à "Bagace" que dormia frequentemente com a cabeça recostada no dorso do animal. Por aí se pode imaginar quão carente de afeto se sentia!

Preso pelo tifo vários meses num hospital militar, entre a vida e a morte, chegou a receber a extrema-unção. Restabelecido, não pôde, porém seguir a carreira militar, nem mesmo na Legião Estrangeira, espécie de batalhão suicida que então operava na Argélia.

Foi a Lausanne visitar o pai, que o queria diplomata. E seguiu para Paris, entrando em 1905 na "École Libre des Sciences Politiques". Dividia o quarto com o que foi o seu maior amigo na "Cidade Luz", Pierre Daniel, que veio a ser grande médico homeopata e a quem sempre se referia. Falava também com muito carinho de uma fiel empregada que lhe arrumava o quarto, por ele apelidada de "Curigane".

Em Paris teve vida mais livre e alegre. Frequentava a Ópera, mas como "penetra", pois era pouco o dinheiro que a mãe lhe deixara. E para reforçar a sua caixa, escrevia para jornais franceses e suíços artigos sobre política internacional, que às vezes desagradavam ao pai, monarquista ferrenho; tanto mais que os leitores de Carlos Delgado de Carvalho, como se assinava o redator, poderiam confundir o pai com o filho. Chamando-

se pai Carlos Dias Delgado de Carvalho, passou ele então a se assinar Carlos Miguel Delgado de Carvalho, o que fez, porém, só por pouco tempo.

Vivia em Paris no meio dos exilados brasileiros que deixaram a pátria quando da proclamação da república. Eram estes, como seu pai, monarquistas, pelo que, na sua exaltação exacerbada, pareciam mesmo odiar a sua pátria, a que se referiam desdenhosamente.

Em Paris teve oportunidade de frequentar a casa da Princesa Isabel, onde se familiarizou com os doces brasileiros e as estórias saudosistas do Conde D'Eu a falar afrancesadamente de "Perrebebuí" e "Campô Grandê" (batalhas da guerra do Paraguai).

Desejava, porém, ardentemente saber se era mesmo tão detestável aquele país onde nasceram seu pai e sua mãe, onde seu bisavô, um dos fundadores do Banco do Brasil, e pertencente à nobreza, fora tão respeitado.

Terminado o curso na Escola de Ciências Políticas de Paris e tendo, para se douturar, de defender uma tese, desejava fazê-la a respeito do Brasil.

Um tanto confuso, porém, pelo que sempre ouvia contra o seu país, foi a Lausanne em visita ao pai, encontrando casualmente o Encarregado de Negócios de Portugal na Suíça — Alberto d'Oliveira, que lhe deu este conselho:

— Vá, meu filho, primeiro porque o Brasil é a sua pátria; e em segundo lugar porque é de fato um país promissor, e onde você terá o futuro à sua frente.

O pai, irredutível, chegou a ameaçar: se pusesse os pés no Brasil, cortaria relações com ele e o deseritaria. Os amigos brasileiros tentaram dissuadi-lo. Quanto mais o faziam, porém, mais decidido se tornava. E veio, afinal, conhe-

cer esta sua pátria, que tão enternecidamente amou.

Custou-lhe essa viagem 600 mil réis; e a herança também, pois o pai, inconformado, doou à esposa a parte que tocava ao filho, e esta, ao morrer, a transferiu à municipalidade de Lausanne. Hoje ainda existe ali a "Rue Delgado de Carvalho" em homenagem ao "benfeitor da cidade". Poderia certamente ter reivindicado os seus direitos. Mas não o quis fazer. Tudo o que depois veio a possuir foi produto exclusivo de seu próprio esforço.

Chegando ao Rio a 13 de agosto de 1906, com 22 anos, foi recebido com a maior cordialidade por um de seus amigos de Paris — Mathias Roxo, que logo o levou para o seio de sua família, Monteiro de Barros, residente na rua Senador Vergueiro. Foi quando pela primeira vez começou a ter vida em família, que se dividia entre o Rio, Paris e a fazenda de Três Poços, perto de Volta Redonda, no Vale do Paraíba.

Conhecendo a jovem Maria Vera Roxo, irmã do seu amigo Mathias, torna-se seu noivo, intimamente, no mesmo dia.

Terminada a sua tese, intitulada "Un Centre Economique au Brésil — L'Etat de Minas", editada em 1910, voltou a Paris, defendeu-a, doutorou-se, e foi a Lausanne procurar o pai, que o recebeu friamente. Retornando ao Rio, casou-se a 9 de janeiro de 1908; e começou a sua vida de jornalista como redator de política internacional do Jornal do Comércio, onde também começava um jovem recém-chegado de Pernambuco, Assis Chateaubriand.

É dessa época (1910) o seu livro "Le Brésil Meridional", que escreveu em francês. Aliás seus artigos para o Jornal do Comércio eram também feitos em francês e posteriormente traduzidos

Mas aprendeu rapidamente o português, tanto assim que em 1913 publicava a sua célebre "Geografia do Brasil", dedicada ao Imperador Pedro II, livro que lhe valeu o título de "pai da nossa Geografia Moderna". Contou Delgado de Carvalho à Revista do Gaz (junho de 1975) que escreveu esse livro porque: "A geografia brasileira era ainda estudada por Estado. Em nenhum país se estudava Geografia assim. Então achei que devia fazer alguma coisa".

E seu interesse inicial pela Geografia é assim explicado: ao chegar ao Brasil Delgado de Carvalho comprou três livros — um de História, outro de Geografia e o terceiro de Gramática. A história, de João Ribeiro, achou interessante; péssima a Geografia, cujo autor delicadamente nunca mencionou; e a Gramática, com tantas exceções... que resolveu ser ele mesmo outra exceção, ao escrever...

Nascera, porém, Delgado de Carvalho para professor. Aliás, "Bachelier de l'Enseignement secondaire classique" (28 de setembro de 1905), e quando em Lausanne tentava aproximação com o pai, já se iniciara no magistério lecionando, nesse ano de 1905, História Moderna no Colégio Champitet.

Em 1920, abrindo-se concurso para catedrático de Inglês no Colégio Pedro II, candidatou-se apresentando a tese intitulada "Esboço Histórico da Origem e Formação da Língua Inglesa". Seus opositores tentam afastá-lo sob a alegação de ser ele estrangeiro!

O bisneto do Visconde de Itaboraí (e por isso proclamado depois cidadão de Itaboraí), o filho de um diplomata brasileiro, nascido na própria Legação do Brasil, o patriota que arrostava com tantas dificuldades e que até deserdado fora unicamente por seu amor à Pátria, apon-tado como estrangeiro!

Com efeito, por ter servido no Exército francês havia mesmo perdido a nacionalidade brasileira, do que só deu conta diante da inesperada hostilidade de seus concorrentes.

Informado dos intentos dos adversários pelo Conde Carlos de Laet, naturalizou-se silenciosamente e derrotou os adversários exibindo seus documentos de naturalização.

Deixa, porém, pouco depois a cadeira de inglês para lecionar sociologia no Pedro II, de que acabaria diretor durante a efervescência provocada pela revolução de 1930. Sua nomeação, pelo decreto 19.398, constituiu uma feliz iniciativa do governo no sentido do apaziguamento geral.

Em princípios de 1931, acalmados os ânimos, coloca Delgado de Carvalho em seu lugar o Professor Henrique Dods-worth, cujo primeiro ato foi o de o nomear como Vice-Diretor. E orgulhava-se Delgado de Carvalho de poder ostentar a sua carteirinha-credencial de Vice-Diretor do Colégio Pedro II, cargo do qual não pedira demissão e de que nunca foi exonerado.

Certa vez, bem idoso, indo ao Pedro II a visitar o seu amigo Professor Roberto Bandeira Accioli, exibiu, com orgulho, ao velho porteiro Riziero a sua carteirinha...

Foi, pois, diretor do colégio em 1930—31, e daí por diante, vice-diretor até morrer.

Em 1923, ainda professor do Pedro II, passou a ocupar também a Cadeira de Sociologia como Catedrático da antiga Escola Normal, depois Instituto de Educação.

Nesse período escreveu várias de suas obras sobre Sociologia, sendo também dessa época dois dos três únicos livros que dedicou: a "Corografia do Distrito

Federal", às Professoras Primárias; e a "História da Cidade do Rio de Janeiro", à memória de Pereira Passos, por ele considerado um grande prefeito, e a Alfredo Américo de Souza Rangel, seu amigo e concunhado, que considerava como o seu pai no Brasil. Além dele, podem ser considerados amigos pelos quais nutria especial predileção Wanda Torok, Jorge Zarur, e, mais que todos, Therezinha de Castro.

Como catedrático de Sociologia no Instituto de Educação, lecionou sem jamais requerer aposentadoria. Certo dia descobriu-se, porém, que três meses antes já havia completado os seus 70 anos, sendo então, para tristeza sua, compulsoriamente aposentado.

Em 1936, fundando-se a Universidade do Distrito Federal, tornou-se Catedrático de História Contemporânea, tendo ocupado também, por pouco tempo, a Cadeira de Geografia do Brasil.

Em 1939, transformando-se a Universidade do Distrito Federal em Universidade do Brasil (atual UFRJ), foi sua Cátedra ampliada para História Moderna e Contemporânea.

Também não pediu aposentadoria desse cargo, que lhe veio compulsoriamente, o que muito o amargurou, mesmo porque ninguém havia mais válido do que ele; por isso foi contratado para lecionar no curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, permanecendo nessa atividade de 1954 a 1960. Foi quando começou a lhe faltar a voz em virtude de um pequeno processo cancerígeno nas cordas vocais, felizmente atalhado a tempo.

A partir de 1954, aos 70 anos de idade, quando outros declinam e param, iniciou Delgado de Carvalho a fase, que durou ainda 23 anos, da mais intensa produção intelectual ao se tornar sua

assistente a antiga e queridíssima discipula Therezinha de Castro, a quem ele transmitiu também o gosto pela Geopolítica.

Dai por diante passaram a trabalhar juntos diariamente, primeiro na Sede do IBGE, e nos últimos anos, na sua própria residência em Copacabana, de manhã à noite, na mesma sala, escrevendo de parceria ou produzindo suas obras individuais.

A partir de então deixou o magistério. Infatigável, porém, passou a prestar o seu concurso com o maior afinho ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual foi um dos fundadores ao lado de Teixeira de Freitas. Em 1960, sendo Presidente do IBGE o Dr. Jurandir Pires Ferreira, lançou Delgado de Carvalho pela primeira vez, tendo como co-autora a Professora Therezinha de Castro, o "Atlas de Relações Internacionais", que só reapareceria sete anos depois, em fascículos, dentro da Revista Brasileira de Geografia, que o publicou durante dez anos consecutivos (1967-77).

Na longa relação de suas obras se destaca a "Météorologie du Brésil", livro considerado então o mais completo na matéria, escrito durante a Primeira Guerra Mundial, no Museu de Londres, quando correspondente de guerra. Graças a essa obra (1916) foi feito no ano seguinte Conselheiro da Royal Meteorological Society of London.

A "Météorologie du Brésil" valeu também a Delgado de Carvalho a medalha J. Jansen. Em sua carreira ascensional, ainda durante o Primeiro Conflito Mundial, era nomeado Delegado do Brasil à Conferência da International Scientific Organization (1918).

A fama de Delgado de Carvalho levou o Ministro da Guerra João Pandiá Caló-

geras a nomeá-lo também, a 25 de maio de 1921, conferencista das Escolas de Intendência, para as quais produziu em fascículos a "Geografia Econômica da América do Sul" e a "Fisiografia do Brasil".

No Brasil foi nomeado a 2 de fevereiro de 1921 por Atrojado Lisboa, diretor do Serviço Pluviométrico, que tinha por finalidade organizar o serviço de estatística e coleta de dados físico-econômicos da área do nosso "Polígono das Secas", que delimitou sem injunções políticas; foi quando elaborou os 56 mapas sobre o nordeste brasileiro.

Não quis o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dispensar a colaboração de Delgado de Carvalho e o elegeu a 18 de março de 1916 para o cargo de Professor Extraordinário da Escola de Altos Estudos.

Foi Delgado de Carvalho de 1910 a 1976 um escritor infatigável. Certo dia, em janeiro de 1977, com 93 anos, sentado à mesa em que costumava passar o dia todo a escrever (das 7 às 18 horas) diz à sua fidelíssima colaboradora: "Minha filha, não vou poder fazer mais nada... Estou baixando". E depôs a caneta sobre a mesa. Efetivamente, daí por diante foi declinando sempre e se apagando até depôr, a 4 de outubro de 1980, a sua alma nas mãos de Deus.

Seus últimos livros foram tão brilhantes e preciosos quanto os primeiros: "História Diplomática do Brasil", feito com o material de suas aulas quando Professor do Instituto Rio Branco (1959); "Organização Social e Política Brasileira", quando o Conselho Federal de Educação criou a nova matéria; "História das Américas", desdobrado num trabalho didático para o MEC; e "História Documental (Moderna e Contemporânea)" que na dedicatória do exemplar

oferecido à sua discípula Therezinha de Castro classifica como último trabalho de sua vida (1976).

Foi condecorado com a Ordem Nacional da Legião de Honra da França; cujo distintivo sempre trazia na lapela; recebeu o prêmio Boilesen (1974), o último de sua vida; e foi o único brasileiro a receber a medalha David Livingstone (Centenário) oferecida, em 1952, por "The American Geographical Society".

De sua vida particular muita coisa interessante se pode registrar.

Educado na Inglaterra e na França, falava perfeitamente o inglês e o francês (inclusive com o sotaque parisiense e o marseilhês); e ainda o alemão, conhecendo também o grego. Se porém acesse zangar-se, era em francês que se expressava; se tinha insônia lia anedotas alemãs...

Dentre as recordações de infância costumava contar que, certa vez, com 5 anos de idade, fora levado a visitar, no hotel em que se hospedara em Paris, o nosso Imperador exilado. Impressionou-se o menino com aquele homem alto, vistoso, de olhos azuis, que o chamou para junto de si, beijando-lhe a testa; e dizendo-lhe algumas palavras carinhosas. Estranhou, porém, a voz fina do Imperador, que tinha desde a adolescência um defeito nas cordas vocais, o que contrastava com sua imponente figura.

Mas não é raro terem os grandes homens alguma excentricidade ou qualquer particularidade que os distingua. A de Delgado de Carvalho era de ser um péssimo fisionomista.

Certa vez, no início do Estado Novo, numa solenidade, dirigiu-se a ele um oficial que lhe disse ter ouvido e apreciado muito uma conferência sua.

— Muito bem, meu filho, mas quem é você?

Era nada menos que o Ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra, cuja fisionomia, aliás, não seria muito difícil guardar.

Em 1964, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cumprimenta-o muito amável um senhor que lhe diz ter sido seu aluno.

— Quem é este senhor? Pergunta discretamente à sua assistente.

— É o Castelo Branco...

— Mas quem é o Castelo Branco?

— O Presidente da República...

Aliás, de fisionomia também inconfundível...

Péssimo fisionomista e sempre distraído, numa de suas viagens a Nova York, estando a "Brazilian Bombshell" em pleno sucesso, perguntou-lhe um repórter que pensava ele de Carmem Miranda.

— "Who is Carmem Miranda?"

E foi esse o título dado pelo jornal à entrevista daquele que chegava aos Estados Unidos para ministrar um curso sobre o Brasil, resumido em seu trabalho "Lectures on Brazilian Affairs" (1940). Além desse curso, Delgado de Carvalho ia a Washington como Delegado do Brasil à XI Seção (Educação) do Oitavo Congresso Científico (10 a 18 de maio de 1940).

Homem de muito espírito, costumava, nas horas vagas, afim de espalhar, escrever peças de teatro, de crítica à nossa sociedade, que lia para os amigos mais íntimos. Mas só o "Canto da Sereia" é que foi publicado. As outras peças continuam inéditas.

Não usava guarda-chuva. "Eu perco o equilíbrio", dizia ele. Resguardava-se com o chapéu e a capa.

Detestava o automóvel e o táxi. Preferia viajar de bonde: "Veículo limpo e arejado". Suprimidos os bondes, viajava de ônibus ou de lotação. Este último,

por ser um transporte pequeno e mais rápido, costumava por brincadeira chamar de "táliburi", que também, por ser o mais rápido, era, na sua juventude, usado pelos médicos e parteiras.

Adorava as caminhadas a pé. Em Petrópolis, onde possuía uma casa de veraneio, costumava ir a pé de Valparaíso ao centro da cidade. E no Rio foi também a pé muitas vezes de Copacabana ao centro. Sua grande aflição, quando já bem idoso, era a de ser impedido de caminhar. E andava sempre que possível. Se se sentia mais fraco, levava-lhe a acompanhante uma cadeirinha de alumínio em que se sentava de vez em quando para descansar.

Foi melancólico o gradativo terminar de sua vida. Nos três últimos anos, no grande salão-biblioteca de seu apartamento, na esquina de Siqueira Campos com Avenida Atlântica, para onde se mudara em 1944, velhinho, cabisbaixo, dormitava a maior parte do tempo, cercado dos amigos e companheiros de toda a vida: os seus livros.

Nos rápidos momentos de lucidez costumava confidenciar: "Não sei o que será de meus livros quando eu morrer. Tenho verdadeiras preciosidades aqui dentro. Não gostaria que a minha biblioteca se dispersasse." De fato, do acervo bibliotecário de Delgado de Carvalho constam, as memórias de Metternich, de Tayllerand, a antiga Enciclopédia Larousse, a Britânica, atlas preciosos, etc.

Gostava especialmente das marchas militares e de modo particular da "Sambremeuse"; e dos doces brasileiros, principalmente quando feitos pela sua fiel empregada Luiza Quintiliano, que o servia desde os 14 anos de idade. E não dispensava, no café matinal, a "marmalade", — geléia de laranjas à moda inglesa,

hábito adquirido em Londres, na primeira infância.

Metódico e perseverante, costumava, desde 1914, escrever todos os dias em pequena agenda anual, o seu "calepin", e em estilo telegráfico, todos os acontecimentos mais importantes. E, mimeograficamente, registrava, por exemplo: nascimento de alguém, com uma estrela; morte, com uma cruz; se cortava o cabelo, uma pequena tesoura; um casamento, duas alianças entrelaçadas, etc. Em seu armário de banheiro, sete aparelhos de barbear, um para cada dia.

Quando "cometia" um livro — como dizia — costumava fazer o plano segundo o número prefixado de páginas que cada capítulo ou item deveria ter. Em seguida iniciava o trabalho em blocos de folhas destacáveis ou cadernos. Escrevia então de um só jato, fluentemente, sem nunca fazer rascunho.

Não costumava pedir a ninguém que lhe prefaciasse as obras. A única exceção se encontra na sua "Geografia do Brasil", de 1913, com prefácio de Oliveira Lima, no qual se lê esta observação: "A educação estrangeira pôs nos estudos de Delgado de Carvalho mais método do que lhe podia inculcar a educação nacional — no Brasil há que ser muito autodidata — e o seu trabalho denuncia felizmente processos de ensino franceses, feitos com clareza e precisão. O caso de Delgado de Carvalho é parecido com o meu. Educados ambos fora da terra que nos fora berço, ainda que em atmosferas morais brasileiras, assim construídas pelos círculos de família e amigos, tanto mais sedutora nos parecia a pátria distante. A mim, encantou-se cedo a História. Ao Sr. Delgado de Carvalho, atraiu-o a Geografia, a terra de preferência à gente, e quando veio para o Brasil pôs-se a palmilhá-la e sobre ela escreveu dois li-

vros de impressões." Esses livros a que Oliveira Lima se refere são a tese de doutoramento e o seu célebre "Le Brésil Meridional".

Característica marcante de sua personalidade era também o senso de humor. Gostava de ser chamado pelos netos e bisnetos pelo seu apelido íntimo de "Bread", que considerava "um tratamento mais pessoal e autêntico". Estava sempre disposto a fazer galhofas e observações jocosas; e se presenteava a alguém com um livro seu, dizia: "Vou agredí-lo"... E se alguém lhe dizia ter sido seu aluno ou que estudara num de seus livros, dava-lhe os pésames...

Na sua imensa biblioteca sabia exatamente onde estava cada livro. Era mesmo comum convidar a sua assistente para uma brincadeira. Dizia-lhe ela o nome de um livro qualquer com o respectivo autor, que ela sabia com certeza que há muito tempo ele não usava. Pois ele se virava depressa e ia direto ao lugar em que estava o livro perdido, fosse qual fosse.

Geralmente essas brincadeiras ele as fazia após o almoço, quando gostava também de conversar sobre coisas do passado, enquanto fumava o seu cachimbo (cuja fumaça nunca tragava.) Adquirira o hábito do cachimbo quando, no exército, tinha de dar serviço; então fumava e lia um livro. Se alguém lhe pedia uma bibliografia sobre determinado assunto, mostrava em sua biblioteca o local onde a encontrar: "Sobre esse assunto — dizia — eu tenho dois metros de livros".

Depois que sua esposa, D. Vera, faleceu, a 9 de janeiro de 1962, ia ele todo dia 9, enquanto teve forças, ao cemitério de S. João Batista, onde ficava junto ao túmulo por uns quinze minutos, em si-

lêncio. E daí por diante passou também a sair trajado invariavelmente de preto.

Todavia, sintetizando uma existência de quase um século, ser-me-fa defeso silenciar a respeito das idéias e ideais que tão brilhantemente sustentou Mestre Delgado de Carvalho. Pelo menos perfunctoriamente me sinto no dever de as recordar pois que um homem de pensamento vale sobretudo pelo que escreveu, pelo que disse, pelo que pensou. Limitar-me-ei, porém, apenas, e para tornar menos incompleto o seu perfil, a trazer umas poucas amostras daquelas idéias e daqueles ideais retiradas de alguns preâmbulos de suas obras e dos prefácios de sua lavra, ao que me consta feitos unicamente para os livros da Professora Therezinha de Castro, que considerava como se fora sua neta.

Todos sabem que, rejeitando o método usado antigamente de memorizar topônimos, de apresentar o Brasil dividido, como um mosaico de Estados justapostos, passou Delgado de Carvalho a ensinar a nossa geografia apresentando o Brasil como um todo, e propondo, pela primeira vez, a divisão do nosso território em regiões naturais, divisão aprovada e adotada por muito tempo pelo IBGE. "O ensino da Geografia está pouco a pouco saindo das nomenclaturas memotécnicas para entrar no campo real dos estudos geográficos; em outras palavras, estamos por fim entrando na matéria. E não é sem tempo!" Assim disse o Mestre em 1941 no preâmbulo dos "Exercícios e Práticas de Geografia".

Aos escrever o livro didático "Geografia dos Continentes", em 1943, dizia Delgado de Carvalho na nota preliminar: "Quando não existem fórmulas vernáculas já vulgarizadas ou conhecidas de todos os interessados evitamos abraseleirar os nomes estrangeiros por causa do

perigo de cair no extremo e de apresentar palavras que atlas nenhum utiliza. Se Turquestão já é vulgarizado, como Ceilão, o mesmo já não se dá com Irão (Iran)", e que hoje deturpam mais grafando com o til. Batia-se Delgado de Carvalho pela preservação dos topônimos ainda hoje tão desrespeitados com denominações por vezes ridículas como Camarões em vez de Camerum, Antártida em vez de Antártica.

Mas também propugnava Delgado de Carvalho pela renovação do ensino da História, matéria aliás de sua especial predileção. No prefácio (de 1969) à "História da Civilização Brasileira" de Therezinha de Castro, diz o Mestre: "Quando no princípio deste século cheguei ao Brasil, tratei logo de me enfiar um pouco mais na sua História. Adquiri, então o compêndio de um eminente Professor, João Ribeiro, que futuramente iria ser meu colega no Colégio Pedro II.

Li, com prazer e proveito, seu admirável manual didático, mas estranhei que das 359 páginas (edição de 1900) só as 5 últimas se referiam à república.

De então para cá, o desejo de conhecer melhor a estrutura política, econômica e social desta nova instituição me levou a procurar livros que fizessem alusão ao regime com mais circunstâncias e comentários. A república, hoje, tem oitenta anos, mas os manuais escolares a seu respeito se limitam quase exclusivamente a mencionar nomes de presidentes e notas a respeito do que fizeram ou tentaram fazer no seu período de governo. A maior discrição é observada a respeito da explicação dos acontecimentos e de suas interrelações."

E continua Delgado de Carvalho insistindo em que a História não deve ser tão passadista a ponto de ignorar o pre-

sente; e termina aquele prefácio com a humildade que sempre o caracterizou: "Se no ocaso da minha vida, eu me permito enunciar uma opinião ousada em matéria de ensino, como que fazendo a História do Brasil sair do jardim de infância em que é mantida, não o faço para criticar meus colegas."

Uma história viva, movimentada, dinâmica e, sobretudo, científica era a que pregava Delgado de Carvalho em 1968 ao escrever: "A esse propósito eu não me posso furtar ao desejo de dizer o que penso, aos oitenta anos de idade, a respeito do chamado 'ufanismo', ainda corrente em muitas atividades educacionais de nossa terra. Desde o tempo da rainha Elizabeth I da Inglaterra até os mestres prussianos no século XIX, foi admitido que o objetivo da História era o culto do civismo. O ensino no Brasil acompanhou essa tendência generalizada de procurar na História exemplos dignificantes a serem seguidos. Não resta dúvida de que o propósito é louvável e deve ser seguido quando a ocasião se apresenta.

Mas saindo um pouco dos tradicionais, monótonos e memorizados episódios de nossa História, chegou o momento de darmos vida e interesse ao nosso passado, usando outros métodos, outros processos didáticos. O aluno no curso secundário não quer saber se Fulano de Tal foi bom ou mau, se fez bem ou se fez mal: ele quer saber o que fez e porquê; não é o exemplo que lhe interessa mas a importância relativa do fato. É por isso que quanto mais se aproximam dos nossos dias os acontecimentos estudados, mais curiosidades despertam entre os alunos, mais documentos requerem". (In prefácio da "História Documental do Brasil" de Therezinha de Castro.)

"Uma História Contemporânea, hoje em dia — diz ele noutro preâmbulo —, não pode mais ser, como tem sido entre nós, uma História quase exclusivamente européia, nitidamente separada das histórias da América e dos demais continentes. O estudante brasileiro precisa no momento atual, conhecer o mundo em que vive, em toda a sua complexidade. O problema para o professor é de não tornar essa complexidade uma história complicada. Por isso procurei equilibrar os assuntos tratados, dando à Europa um número de unidades equivalentes aos dos continentes extra-europeus — América, Ásia e África". (In "História Geral — Idade Contemporânea" — Volume III.) Neste caso procurava Delgado de Carvalho mostrar que já era tempo de nos desligarmos de uma dependência histórica inteiramente européia e olharmos mais para os demais continentes que se projetavam no âmbito das Relações Internacionais.

A história dos nossos dias era sempre defendida por Delgado de Carvalho mesmo em detrimento das eras anteriores. Assim diz ele no preâmbulo de um de seus últimos livros, "Organização Política e Social Brasileira": "Há sessenta anos a História da atualidade era tida como inútil no ensino secundário. Só se cogitava de um passado quase remoto. Não contavam os últimos trinta ou quarenta anos por serem considerados como demasiado próximos para uma justa apreciação. Em França, por exemplo, o programa oficial não se referia a nada de posterior a 1871. O resultado era que, saído do colégio, o estudante aprendia a sua custa o que havia acontecido no mundo em que ia viver e do qual o ensino da História o havia desligado. O assassinato de Henrique IV, em 1610, o tinha impressionado mais do que o do

Presidente Sady Carnot, seu contemporâneo; como se a inteligência do presente não fosse da sua conta". Não teve tempo Delgado de Carvalho de ver uma enquete feita na televisão, na véspera de sua morte, comemorando os 50 anos da Revolução de 1930, em que se perguntava a uma jovem quem fora Getúlio Vargas — ao que ela respondeu não saber quem tinha sido aquele personagem! Não foi, pois, atingido ainda o ideal de Delgado de Carvalho.

É importante que os professores de hoje compartilhem com o ideal de Delgado de Carvalho, que em seu penúltimo livro, "Relações Internacionais" (escrito em 1971 e que curiosamente nem ele na introdução, como sempre fazia, nem a editora dataram) prega: "Venho, pois, mais uma vez solicitar a atenção dos nossos jovens colegas para a necessidade de manter as novas gerações a par do que se passa no mundo em que vivemos mais do que nunca integrados, a fim de torná-los leitores prevenidos de jornais, revistas, livros e outras publicações que constituem a leitura do homem moderno. O Brasil é um país grande que se está tornando um grande país, e necessita de elites jovens para compreendê-lo, para servi-lo e para amá-lo".

Na sua "História Diplomática do Brasil" o ideal patriótico de Delgado de

Carvalho, que abominava o que se chamava de patriotada, assim se revela no preâmbulo: "Estamos em vésperas de nos tornar uma Grande Potência, e, nestas condições, de ocupar no mundo uma posição que acarreta pesadas responsabilidades. Se uma fase nova se abre assim à nossa ação internacional, os nossos diplomatas em formação precisam ter consciência de um passado que foi digno, ativo e sereno, da influência que sempre exercemos no continente, para que, no cenário mais amplo do mundo, conservemos a mesma serenidade, os mesmos princípios, e conquistemos o mesmo prestígio."

Delgado de Carvalho foi antes de tudo um inovador, um velho de espírito jovem, evoluído, que gostava de citar aos inveterados conservadores a conhecida máxima de Napoleão, de que se apropriara: "Só os imbecis é que não mudam!".

Foi um privilégio conhecê-lo de perto, conviver com ele, receber-lhe as lições, das quais a maior foi a sua própria vida, dedicada integralmente ao aprimoramento moral e intelectual dessa juventude que ele tanto amava, convicto de que destarte serviria melhor à Pátria; a essa Pátria por que se sacrificava com prazer, e que dele jamais se olvidará.

Porque amor com amor se paga.



Eurípedes Cardoso de Menezes, ex-jornalista e professor universitário, parlamentar por 26 anos e meio, antigo presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, diplomado pela ESG (1972), para onde levou a tese lançada em 1956 pela professora Therezinha de Castro dos nossos direitos na Antártica e que, apresentada na tribuna do Congresso em novembro de 1970, foi vitoriosa em maio de 1975 com a adesão do Brasil ao Tratado de Washington. Conferencista em várias universidades e institutos militares de nível superior.



CREPÚSCULO DO COMUNISMO?

News and World Report

O comunismo internacional, que a um só tempo fez se levantar nações e as submeteu, no decorrer deste século, enfrenta uma grave e perigosa crise, no limiar da década de 1980. Novas ameaças surgem no horizonte, não só para a União Soviética como para os Estados Unidos e todo o Ocidente, quando desde o Caribe ensolarado às frias estepes russas os problemas se multiplicam nos 17 países sob regimes comunistas.

Para muitos analistas, começa a esboçar-se nitidamente o perfil de uma doutrina em falência, incapaz de construir ou manter de forma eficiente uma economia moderna. E o processo de desmoronamento do império comunista, surgido após a Segunda Guerra, significa que o Ocidente terá de enfrentar o crescente risco de uso de seu poderio militar, por parte do Kremlin.

De fato, Moscou deverá tentar cada vez mais, conter e contrabalançar, pela forma das armas, as frustrações políticas e econômicas que se avolumam não só

nos países do Leste, como na própria "mãe Rússia", no que pode ser, nas palavras de um especialista americano, "o começo do colapso do bloco soviético".

Por toda a parte, nas nações comunistas, onde 1,4 bilhão de pessoas vivem em "economias de escassez", o sistema está se deparando com falhas e fracassos econômicos, e com o descrédito ideológico resultante.

Próximo ao litoral americano, em Havana, o líder cubano Fidel Castro enfrenta uma economia em plena depressão, incapaz de atender às necessidades de dez milhões de pessoas. Desempregados e infratores da lei são "exportados" para os EUA pelo Governo, que prevê no mínimo mais vinte anos de dificuldades.

Na Europa Ocidental, os partidos comunistas perdem influência, apesar de seus apelos nacionalistas, que visam a ganhar popularidade. Na Polônia, os operários desafiam os próprios fundamentos do regime, ao formarem um sindicato independente do Partido que, teórica-

mente, representa os interesses do proletariado.

O desprestígio do comunismo é tão grande, que só uma invasão russa pôde garantir o poder a um regime simpático a Moscou, no Afeganistão. Na China, 30 anos de maofismo trouxeram tanto tumulto e tão maus resultados, que uma reforma fundamental do sistema está sendo realizado pela nova liderança. E na Indochina, 1,2 milhão de refugiados são a prova do fracasso dos "libertadores" comunistas do Vietnã do Sul, Camboja e Laos.

Na "mãe Rússia", os sonhos se chocam com a dura realidade: ninguém mais crê no comunismo.

Na própria "mãe Rússia", a ideologia comunista perde credibilidade: a falta de gêneros alimentícios é apenas um dos sintomas de males econômicos que, segundo a revista inglesa "The Economist", "podem ser fatais". Na URSS de hoje, "só quem acredita aparentemente em marxismo são os professores do Instituto de Marxismo-Leninismo, cujo papel é justificar qualquer orientação do Kremlin", diz Mark Popovsky, jornalista russo que emigrou para o Ocidente.

A revolução bolchevista, além de não cumprir suas promessas de uma sociedade unida e sem classes, trouxe, na prática, sérios problemas sociais e econômicos e a "praga" da burocracia. A produção agrícola, além do mau tempo este ano, sofre o desestímulo das fazendas coletivas, um sistema que criou "fazendeiros" burocratizados, que pouco se incomodou com a produtividade.

A Ucrânia, cujo solo de terras negras e férteis fizeram outrora da Rússia o celeiro de cereais da Europa, hoje não atende sequer às necessidades soviéticas.

A superpotência importa milhões de toneladas de alimentos, e uma média de 9 milhões de toneladas anuais de cereais.

Além disso, a produtividade industrial soviética em 1979 desceu aos mais baixos níveis do pós-guerra, e espera-se pouca recuperação. Decaiu a produção de aço, carvão, cimento, madeira e outros produtos-chave industriais. A produtividade do trabalho alcançou apenas a metade do aumento previsto para fins da década de 1970. E o próximo plano quinquenal (até 1985) reflete expectativas econômicas bem mais modestas do que o anterior.

A produção centralizada frequentemente está em desacordo com a demanda. Em um só ano, 70 milhões de pares de sapatos "enclanharam" no mercado, enquanto as donas-de-casa soviéticas se queixavam da falta de sabonete, papel sanitário e roupas infantis. As falhas do sistema econômico oficial estimulam uma economia de mercado clandestina, o desvio de mercadorias e os enormes lucros de grupos de atravessadores.

Mas, embora não satisfaça aos consumidores, o regime soviético nada deixa a desejar quanto à manutenção de uma formidável máquina militar. As expensas da produção de bens do consumo, 15 por cento do produto nacional bruto soviético é destinado às despesas com a defesa — mais que o dobro do percentual de gastos americanos com o setor. O desenvolvimento militar tecnológico em muitas áreas é superior ao americano.

A URSS não é apenas uma rival à altura dos EUA em poderio nuclear estratégico. Dispõe de uma força convencional do dobro do tamanho da americana, de uma Marinha com um terço de unidades de superfície a mais do que os EUA, e de uma tecnologia que supera a americana em mísseis terra-ar, sistema

anti-satélite, tanques, veículos de combate, guerra química e minagem de áreas (terra e mar).

No entanto, isso é de pouco consolo para os soviéticos, nas longas filas diante dos armazéns, onde o mau-humor e as brigas são uma constante. Os problemas sociais não faltam, o alcoolismo, a vadiagem e os divórcios chegam a recordes.

As tradicionais soluções de "acelerar a produção" não poderão, porém, ser aplicadas na década de 80, em que se prevê carência de mão-de-obra, com o aumento da população em idade de trabalhar reduzindo-se de 2,3 milhões anuais em 1978 para 300 mil por ano, em meados dos anos 80.

"Com ou sem êxito, importa é que o movimento polonês marca uma virada decisiva no Leste europeu"

A etnia russa é hoje minoritária em um país que conta com cem nacionalidades, e os sentimentos nacionalistas crescem entre os não-russos, aumentando a preocupação do Kremlin. Os soldados soviéticos são recrutados sobretudo na Ásia Central, e há o perigo de as Forças Armadas soviéticas se tornarem híbridas: oficiais russos e tropas não-russas, o que poderá prejudicar a disciplina.

De algum modo, portanto, os líderes soviéticos terão de atender às reivindicações no país, em especial quando o movimento independente dos sindicalistas poloneses ganha terreno, e o "vírus da liberalização" ameaça espalhar-se pela Europa Oriental, apesar das 31 divisões do Kremlin que a policiam, e atingir mesmo a própria URSS.

Na verdade, conforme comentou Abraham Brumberg, ex-editor de "Problemas do Comunismo":

— Não importa que os poloneses tenham ou não êxito, o que está ocorrendo na Polônia é certamente a virada mais decisiva em termos de Europa Oriental e talvez em termos de comunismo mundial...

A exigência de sindicatos não-comunistas não só demonstra o insucesso econômico, mas ameaça o próprio espírito da doutrina comunista de estatização. Os poloneses não hesitam em assinalar que o controle centralizado da economia — pedra fundamental do sistema comunista — é o responsável pela situação caótica.

A paciência dos poloneses foi, ao que parece, esgotada por 33 anos de domínio comunista que levou o país à beira da catástrofe econômica. Erros administrativos e planejamento centralizado envenenaram e quase liquidaram a indústria e a agricultura. Uma campanha ambiciosa para modernizar a economia em uma década resultou em uma dívida externa de 21 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 1,3 trilhão), obrigando a Polónia a exportar carne, carvão e outros produtos, deixando de atender o mercado interno.

Os planejadores buscaram copiar o modelo soviético, para a modernização. Na verdade, o que conseguiram foi uma espécie de imitação dos problemas da URSS — em máxima intensidade. Escassez de moradia, falta de artigos de consumo como pão, papel higiênico, sabão, detergentes e tintas, e excesso de mercadorias que têm pouca procura; má qualidade dos produtos, um imenso mercado negro — estes os principais motivos da indignação popular.

O ressentimento é ainda maior porque o regime usa "dois pesos e duas medidas": burocratas e altos funcionários

têm acesso a lojas especiais, moradia e educação inatingíveis para o polonês médio. A frustração com esse "status quo" é evidente: em uma nação que deveria ser um "paraíso dos trabalhadores", 500 mil abandonam os empregos, anualmente; o absentismo é crescente, e o alcoolismo, um sério problema social.

As autoridades dos demais países comunistas do Leste europeu tomaram providências para evitar agitações semelhantes à polonesa. Na Alemanha Oriental, uma greve ferroviária foi sufocada, e a fronteira com a Polônia controlada com rigor — medida que a Tchecoslováquia também adotou.

A Hungria, onde a economia mistura socialismo e elementos ocidentais, o regime acelerou a autonomia sindical, com cuidado para não atrair as iras do Kremlin. Mas mesmo que o "liberalismo polonês" não se espalhe, os analistas vêem os acontecimentos em Varsóvia como um primeiro sinal da desintegração do mundo comunista.

Embora as condições da Polônia sejam talvez únicas, com a influência exercida pela Igreja Católica, os observadores acreditam que os trabalhadores poloneses estão fazendo denúncias sobre males do comunismo que se fazem sentir também em outros países. Quer a URSS intervenha ou não, sua liderança e seu império estão em jogo.

Na China, o pragmático Deng Xiaoping prefere trocar a ideologia pela "verdade dos fatos"

Ao mandar desmontar os imensos retratos de Karl Marx e Friedrich Engels na Praça da Paz Celestial, as autoridades de Pequim deram uma demonstração de que estão dispostas a ir bem longe para

apagar o passado de tumultos, e tentar um novo caminho para modernizar o país.

A era da ideologia maoísta deixou a China em tal desordem, após os conflitos da "Revolução Cultural", que a nova liderança chinesa se viu forçada a voltar-se para o "socialismo científico". Como disse o "Diário do Povo": "Só com o desenvolvimento do marxismo será possível dar uma resposta aos problemas que a vida real coloca".

A "pureza ideológica" cede assim lugar aos esforços para modernizar a agricultura, a tecnologia, a indústria e a defesa. E afastando-se do pensamento ortodoxo doutrinário, Deng Xiaoping, o vice-presidente do PC e "homem forte" do regime, recomenda não a leitura das obras de Marx, mas sim "buscar a verdade dos fatos".

A revisão do passado e sua rejeição é o que significa o julgamento da "Camarela dos Quatro", liderada pela viúva de Mao Tsé-tung, Jiang Qing — na verdade, um julgamento indireto do próprio Mao. Além disso, Deng vem procurando separar o Governo do Partido — uma manobra tão importante e com tantas conseqüências, no contexto comunista, quanto foi a separação entre Igreja e Estado na Europa.

Os gerentes das fábricas estão tendo autonomia, em estilo ocidental, em uma tentativa do regime de aumentar a eficiência. "Queremos modificar inteiramente o regime, de modo que o Partido não se intrometa no sistema administrativo, e não queremos que a parte administrativa fique sob o comando dos comitês partidários" — explica Xiaoping.

A China está se afastando da ortodoxia ainda em outras áreas. Noções capitalistas de economia de mercado, incentivos à produção etc. estão sendo adota-

das. Estimativas bem calculadas substituíram o otimismo grandiloquente quanto ao crescimento econômico, e os desejos de aproximação e comércio com o Ocidente são demonstrados às claras.

O apoio chinês à chamada "revolução mundial" também se modificou, e Pequim aprova os chamados "caminhos independentes" de outros países para o comunismo, ao contrário de Moscou, que continua em boa medida a insistir no modelo soviético.

Pequim reduziu o auxílio a boa parte das guerrilhas comunistas no Sudeste da Ásia, deixando às forças locais a tarefa de fazerem suas próprias revoluções. Implicitamente, os chineses aceitaram as reivindicações polonesas, citando as "circunstâncias históricas diversas" em que se desenvolveu o comunismo na Polónia.

Mas, apesar de uma política mais pragmática, e da censura menos rigorosa, os problemas não faltam, na China. Há escassez de divisas estrangeiras, e também de energia elétrica — o que faz com que as fábricas sejam obrigadas a operarem abaixo de sua capacidade. A inflação está se fazendo sentir, devido aos aumentos dos preços dos produtos agrícolas importados e aos maiores salários.

A desilusão substituiu hoje o antigo entusiasmo que o comunismo despertava no Terceiro Mundo

O entusiasmo que a doutrina marxista despertava nos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Indochina está se desvanecendo. A desilusão com o comunismo resultou não só do oportunismo de Moscou, como do nacionalismo e da crescente conscientização desses países, que recusam o domínio seja de quem for. Antigas colônias,

as nações em desenvolvimento querem o máximo de ajuda militar e econômica com o mínimo de compromisso político.

A experiência de socialismo acelerado de Fidel Castro em Cuba, causou tanta hostilidade por parte de interesses privados americanos, que o próprio líder cubano vem advertindo outras nações para que evitem provocar tais reações. Os 20 anos de regime castrista deixaram uma economia de escassez crônica, em grande medida dependente do Kremlin.

Mais de um milhão de pessoas deixou o país desde 1959, enquanto Castro tentava a industrialização do tipo soviético, antes de voltar à economia baseada na produção de açúcar. Esse processo de retorno ainda está em meio, com a renda nacional passando a ser aplicada em bens de consumo, ao invés de bens de capital, os artesãos obtendo permissão para trabalhar por conta própria, entre outras medidas.

O comunismo da "marca Moscou" já não encontra receptividade na Ásia, onde as suspeitas quanto às intenções dos soviéticos tomaram o lugar da antiga fascinação pelo sistema russo e da confiança no altruísmo do Kremlin. A influência comunista é agora visível e concreta, através do envio de tropas cubanas, conselheiros militares e armas, e não mais se mede pela capacidade de inspirar sonhos.

A tendência do bloco do Leste para fornecer assistência militar, em lugar da tão necessária ajuda para o desenvolvimento, é outro motivo de decepções. O auxílio militar da URSS aos países africanos do sub-Saara foi de 600 milhões de dólares só no ano de 1977, contra 21 milhões de dólares em ajuda econômica no mesmo período.

Por outro lado, a URSS comercia menos com a África negra hoje do que há uma década, privando os países em desenvolvimento dos mercados e rendas de que necessitam para pagar empréstimos contraídos a fim de se desenvolverem.

Nos países africanos, é crescente o repúdio às atitudes racistas e ao colonialismo soviéticos

"Mesmo nos países onde já se enraizou a chamada 'amizade coletiva' está se tornando muito claro que os russos visam a introduzir o colonialismo econômico na África", comentou o "Daily Nation", jornal independente do Quênia, há poucas semanas. E há ainda a questão da alegada discriminação contra os negros por parte dos soviéticos.

É voz corrente que muitos africanos jovens, estudantes em Moscou, regressam da capital da URSS contando histórias sobre como foram destratados devido a sua cor. "De modo geral, os africanos notam sinais de latente racismo nas atitudes dos russos para com as pessoas de cor", segundo Clin Legun, escritor britânico especialista em África.

Assim, mesmo em Angola, Moçambique e na Etiópia, onde os regimes pró-soviéticos detêm o poder, os governantes mesclam características do Leste e do Oeste, e procuram evitar o envolvimento na rivalidade entre as superpotências.

Na Indochina, o comunismo está sendo também repudiado por forças locais. Embora Hanói culpe as calamidades naturais e a "interferência externa" pelas dificuldades econômicas, estas são consequência de graves erros. A tentativa de impor um socialismo ao estilo soviético, baseado na industrialização, à economia agrária no Vietnã simplesmente não

funcionou. Um milhão de refugiados deixaram o país.

Hanói perdeu ainda grande número de técnicos e especialistas em diversos setores, em razão das suspeitas constantes quanto a qualquer pessoa com vínculos, os mais remotos que fossem, com o Ocidente. A corrupção tornou-se lugar-comum na Cidade de Ho-Chi-Min, a ponto de o Conselho do Povo ter forçado, há um ano, a lançar uma campanha contra o "negativismo, burocratização, a prática do roubo, suborno, contrabandos e especulação financeira" entre os quadros.

Em todos os demais pontos da região, o comunismo está na pior fase de "maré baixa", em anos. A guerra de Hanói contra os rebeldes do Khmer Vermelho, no Camboja, transformou aquele país em uma nação de famintos agonizantes.

Na Malásia calcula-se que três mil comunistas estão divididos por divergências quanto à liderança e questões raciais; os comunistas da Indonésia contam com mais apoio no exterior do que em seu próprio país, e em Burma os militantes comunistas passaram a dedicar-se ao comércio de ópio, para financiarem sua revolução, depois da redução da ajuda chinesa.

Analistas temem que a crise mundial do marxismo leve ao endurecimento da política da URSS

As frustrações para o comunismo, em todo o mundo, marcam o surgimento de novos desafios para os Estados Unidos, e não, como se poderia imaginar, o fim das dificuldades hoje existentes. Apesar da economia em má situação, o poderio militar soviético continua a crescer.

A invasão soviética do Afeganistão, o apoio às tropas cubanas na África e a concentração de soldados soviéticos próximo à fronteira da Polónia são exemplos do que os analistas ocidentais qualificam de crescente disposição da URSS para o recurso à "política armada".

O Kremlin está aumentando suas forças estratégicas, o número de seus mísseis intercontinentais de base terrestre, o número de seus bombardeiros de médio alcance "Backfire", e seu arsenal nuclear, em geral. Está em andamento, também, um ambicioso programa soviético de missões especiais tripulares, em preparação para uma estação orbital — realizações que podem ter aplicações militares.

A URSS conta com 4,2 milhões de homens em armas, e pessoal militar de segurança interna, e está reforçando também sua Marinha, que dispõe agora de dois porta-aviões e 289 outros navios de superfície, contra 173 belonaves americanas e treze porta-aviões.

Levando em consideração todo esse poderio militar, alguns analistas prevêem choques regionais entre as superpotên-

cias. Como explica George Kenan, especialista em assuntos soviéticos:

— Infelizmente, a experiência já provou que em conflitos menores, em áreas remotas, onde estão em jogo objetivos limitados, e não totais, as forças armadas, em escala limitada, poderão continuar a desempenhar um certo papel, quer isso nos agrade ou não.

Permanece um outro desafio, além disso: em muitos países em desenvolvimento, os marxistas alinham-se às forças da justiça e da mudança. Há forças marxistas liderando esforços reformistas na América Central, uma área madura para futuros regimes esquerdistas. E cerca de 45 mil cubanos, dos quais três quartos militares, estão trabalhando ou combatendo em 14 países africanos.

Nos países centro-americanos, a aliança entre lideranças comunistas e outras correntes pode ser bem ilustrada pelo exemplo da Nicarágua, onde as guerrilhas sandinistas, embora com uma ala marxista, tornaram-se o braço armado da coalizão combatente, que reunia homens-de-negócio, camponeses, e a Igreja Católica, com a meta comum de derru-

COMPARAÇÃO ENTRE O PODERIO MILITAR AMERICANO E O SOVIÉTICO

	EUA	URSS
Forças armadas	2.050.000	△ 4.158.000
Bombardieiros e lança-mísseis estratégicos	2.048	2.557
Ogivas nucleares estratégicas	7.301	6.000
Tanques	12.300	50.000
Submarinos	81	257
Belonaves de superfície (principais)	173	289
Aviões de combate tático		5.775

△ Inclusive guardas de fronteira

Dados: Instituto Internacional de Estudos Estratégicos

bar Anastasio Somoza. Em El Salvador, igualmente, a classe média está aderindo a movimentos esquerdistas, convencida de que assim conseguirá transformações sociais e econômicas que há muito se fazem necessárias. E na Guatemala, os grupos guerrilheiros de inspiração marxista conseguem recurtar as populações das aldeias indígenas, revoltadas com a ditadura militar que assassina os que favorecem mudanças.

Resta saber qual será, a longo prazo, o resultado final, descontados os ganhos soviéticos com esses movimentos revolucionários da decadência de atrativos que parece marcar o envelhecimento da ideologia marxista.

De qualquer forma, como assinala Kenan, "passou ou está passando aquele fervor revolucionário que caracterizou os inícios do poder soviético. Mesmo os esforços da URSS para conquistar influência no Terceiro Mundo são vistos,

primordialmente, em termos de seus efeitos quanto ao equilíbrio mundial do poderio militar".

Uma coisa é certa, neste momento em que Ronald Reagan, o novo presidente americano, se prepara para tomar posse, à frente de um Governo republicano: a crise que o comunismo mundial começa já a atravessar, nos anos 80, embora possa ser saudada por alguns países do Ocidente, não representa um alívio para os EUA e seus aliados, quanto à ameaça militar russa.

Ao contrário, essa ameaça poderá ser intensificada, caso a liderança do Kremlin, insegura e frustrada pelos fracassos econômicos e ideológicos, se decidir a buscar maior apoio ao poderio militar para, a partir de posições de força, procurar impor-se frente ao Ocidente.

(Publicado no "O Globo" em 21/12/80)



A CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO GLOBAL DA ESTRATÉGIA POLÍTICA

Omar Emir Chaves

General-de-Exército da Reserva de 1.ª Classe, autor de numerosos trabalhos de História, entre os quais se destaca o livro "Fronteiras do Brasil", publicado em 1943 pela Biblioteca do Exército. É sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Só, não faz muito tempo, os EUA, pelas idéias de Spykman, compreenderam que o isolacionismo americano foi uma estratégia adotada em consequência de interpretação deformada da perspectiva geográfica mundial.

Segundo o entendimento americano, logo após a primeira guerra mundial, os oceanos que circundam o país e as Américas, constituíam áreas passivas, facilmente defensáveis; seja por uma força naval, mediante tática flexível baseada a curta distância no território nacional, seja por um sistema de defesa de costa, por fogos em barragem, colocando o inimigo a uma distância de neutralização pelo alcance. Esta concepção e a consequente visão estratégica e política dos estadistas e dos militares americanos, eram fundadas em falsos conceitos decorrentes da interpretação cartográfica segundo a projeção de Mercator.

A Alemanha utilizando a guerra submarina desde o primeiro conflito mundial, intentou descartar-se da concepção de uma barreira naval de superfície, essencialmente possibilista, predominante durante a época da superioridade do poder marítimo inglês.

A vitória gera a confiança e os vencedores de 1918, por muito pouco escaparam da derrota, não fossem as forças americanas em adestramento na área do Chemin des Dames. Na interpretação geográfica deformada pela projeção de Mercator, na finalização do conflito, essa confiança caolha produziu um completo desconhecimento da situação real do mundo, de consequências quase fatais.

No campo político, a geografia não pode ser interpretada em termos regionais, senão que pela avaliação conjunta do "mapa mundi". Sem uma visão global equilibrada e realista dos cinco continen-

tes, não será possível decidir com acerto em termos de estratégia política e militar. A Coreia e o Vietnã são exemplos frizantes da má interpretação geopolítica considerada pela cúpula americana. Poucos compreendem as implicações conseqüentes desta política, quando se afirma que se trata de um mundo redondo e já hoje pequeno, rodeado de oceanos navegáveis e de espaço aéreo permeável pelo mais pesado que o ar até para além da atmosfera.

Infelizmente a representação cartográfica do mundo redondo e pequeno, em qualquer das projeções adotadas não indica com precisão o verdadeiro posicionamento das massas terrestres no conjunto do relacionamento geopolítico das nações. Só as duas guerras globais que ocorreram em 1914 e 1939, permitiram, a um preço alto em vidas, compreender a lição correspondente às destruições e às baixas nos conflitos armados, o que nos viabiliza ver, pela geopolítica, o verdadeiro quadro global de um futuro próximo. Compreendemos então que não temos olhado o mundo nas suas verdadeiras dimensões, o que tem sido responsável por uma visão míope dos fatos e dos determinantes de conflitos por vezes adiáveis ou superáveis, mediante compensações reequilibrantes do poder, o que quase sempre ocorre, trazendo como conseqüência a corrida armamentista.

Até hoje o mapa do mundo que domina a imaginação dos estadistas, com vistas específicas ao comércio internacional, é a carta de Mercator. Só agora começamos a compreender que esta projeção cilíndrica do mundo redondo, engendrada por um cartógrafo flamengo há 400 anos, destinava-se, sobretudo, a fazer a história do mundo baseada no estudo das rotas comerciais e na prevalên-

cia do espaço marítimo. Esta concepção, para além do "mare nostro", apareceu com a navegação do Mar Oceano, as possibilidades da circunavegação e da pirataria inglesa desde o século XIV. Os "Vikings" não representaram papel importante na conceituação do poder marítimo, uma vez que as suas incursões transoceânicas foram esporádicas e não traduziam um plano geopolítico, como as portuguesas do século 15, comandadas por D. João II, o Príncipe Perfeito, nem significavam conquista e ocupação territorial.

As impressões da projeção Mercator, tão fascinantes e importantes para os políticos ingleses, criaram um conceito que permitiu o domínio e a conquista do mundo desconhecido ou fracamente defendido, pelos marítimos e militares de todas as nacionalidades. Assim sendo, para uma guerra global, a justificação de estratégia do inimigo permite uma compreensão visual do mundo, ocasionada pelas estratégias em confronto. Não se tem olhado o mundo globalmente. Tem sido aceita invariavelmente a imagem que nos proporciona a Projeção de Mercator. Este esquema tem prestado, certamente, admiráveis serviços, sempre que possa interessar às regiões equatoriais que constituem a faixa de tangência do sistema e nela se enfatizam as rotas mantidas pelas loxodrômicas que determinam. Os troços começaram quando foi concedido ao sistema Mercator o monopólio da interpretação cartográfica global como instrumento evolutivo de avaliação política. E isto aconteceu ainda quando o espaço terrestre e o espaço aéreo foram considerados fatores vitais de uma geoestratégia pertinente e irreversível, em presença do poderio tentacular das nações continentais. Na segunda guerra mundial, esta

concepção resultou num completo desajuste político, na interação dos beligerantes em confronto, porque a projeção Mercator deformando as áreas tropicais e polares, não permitia expressar as relações entre as esferas de poder e o poderio das potências em oposição. Todas essas coisas fazem parte da história. Tudo indica que os governos, atualmente, estão considerando melhor as inter-relações de poder entre as nações e revendo, em tempo, os erros e a ignorância geográfica de cada país como fator determinante da estratégia de guerra, alterando assim "os fundamentos da política internacional em termos de equilíbrio de poder, única solução compatível com o progresso da tecnologia da guerra. Temos que, pela informática e pela propaganda, apreciar, com flexibilidade necessária, a imagem exata e suficiente da potencialidade da cada nação. As distâncias e os obstáculos naturais, diante do possibilismo humano, não representam mais linhas naturais de defesa e de segurança, intransponíveis. As distâncias não são mais medidas pelas derrotas marítimas, senão que, e principalmente, pelo tempo de voo nas rotas aéreas. Isto constitui uma expressão dinâmica do movimento estratégico em face de uma geopolítica de guerra. O dinamismo que se deve aplicar à imagem geográfica, decorre de uma constante mobilidade imaginativa com vistas a facilitar a consideração do mundo, apreciada de um centro permanente de tomada de decisões como Washington ou Moscou, ou qualquer outro que, em dado momento, estrategicamente, detenha tal privilégio como um centro de poder militar. Somente a avaliação política da terra como um globo, permite uma mudança de perspectiva. Daí porque a consideração de uma única proje-

ção cartográfica como a de Mercator, impede a justa estimativa dos problemas geopolíticos vistos como centros de poder, que representam em dado instante potencialidades efetivas, para a tomada de decisões ponderáveis. Para cada centro de poder como Washington, Londres, Paris, Bonn, Moscou, Nova Dhely, Pequim, Tokio e Rio de Janeiro, a visualização no campo político apresenta conotações típicas do ponto de vista das possibilidades de cada um. Daí a necessidade de uma representação cartográfica que indique as correlações políticas consideradas a partir de cada centro, exigindo, portanto, ampla diversificação nos sistemas de projeção, de acordo com a posição geográfica de cada país. Precisamos ver o nosso mundo, mas, também, avaliar adequadamente o mundo do inimigo. A verdade importante consiste em que os grandes líderes políticos, embora possam ter uma inata compreensão da tática militar, pelo conhecimento do equipamento em uso e dos processos de combate, não têm, nem facilmente adquirem, como dizia Napoleão, o requisito principal da estratégia — o sentido geográfico. Normalmente, quando se apercebem das condições geoestratégicas como fator de decisão, já é tarde demais e então sobrevém a derrota. A derrota de Napoleão em Waterloo, não foi por falta de visão geoestratégica, senão que pela inobservância de princípios táticos que prescreviam a perseguição como ato final da batalha, para destruir o inimigo, desativando-o. Ocorreu também que pela desmobilização do Grand Armée, por motivo do seu exílio na Ilha Elba, os quadros intermediários recrutados não possuíam a competência necessária para o desempenho das funções de comando das unidades combatentes. Este é o nosso ver.

Hausshofer, desenvolvendo o pensamento de Mackinder sobre a "terra-coração", formulou um sistema geopolítico que devia permitir à Alemanha dominar do Atlântico aos Urais e do Mediterrâneo ao Báltico, a partir do Lebensraum, a despeito da Royal Navy e do poder marítimo das nações aliadas, excluídos os EUA que persistiam na sua política isolacionista. A sua visão ampliada encarou o poder dominador de um bloco transcontinental em alianças com a Rússia e o Japão que felizmente desfez-se quando Hitler atacou a URSS. A evidência das nossas afirmações reportam-se aos mapas e propagandas que concordam plenamente com os do Zeitschmit que informou o planeamento da Geopolítica Alemã. Ainda desta vez a projeção Mercator serviu de fundamento às concepções de Hausshofer. Pelo exame do tal documento, ficou patente o interesse que podia despertar a América do Sul, em convergência, para a avaliação da cobiça de cada um, olhada de Berlim, Tokio, Moscou e Washington. Dessas concepções poderíamos concluir certas evidências que denunciam os possíveis interesses dos centros de poder situados no hemisfério norte pela América do Sul e conseqüentemente pelo Brasil.

Numa primeira regra para o uso de uma cartografia adequada, impõe-se a adoção de um sistema de projeções condizentes com a temática na qual deve predominar o problema político a resolver. Para a solução de situações de estratégia de guerra, se faz necessário que todas as áreas estratégicas sejam representadas, em conjunto, por valores equivalentes de superfície e população. Não há pois como confundir a estratégia com

a tática e, para cada situação, a cartografia requerida deve representar, sem escala conveniente, as áreas, as distâncias, os rumos e os aspectos culturais do espaço em estudo.

A estratégia do Japão, país que considerava o espaço marítimo como capital para o desenvolvimento da sua estratégia global, conforme se verifica no Plano Tanaka, tinha para o Pacífico Central um programa de operações que deu certo por causa dos efeitos da surpresa e do perfeito adestramento das suas F.A.. Ainda mais, sendo uma área equatorial, a projeção Mercator atendeu satisfatoriamente à interpretação dos aspectos geoestratégicos e políticos. O erro maior da estratégia política japonesa em relação aos EUA, foi considerar a política isolacionista americana, como uma consequência geográfica e não como uma atitude de pura política interna, decorrente de uma errada interpretação do espaço marítimo como fator preponderante nas possibilidades de um conflito global. Aliás, a estratégia americana foi muito influenciada pela teoria de A.T. Mahan que considerava uma estratégia global naval e que colocava as ilhas Hawai como fundamentais para a defesa da costa oeste americana. Mahan não recomendava igual prioridade para o Alasca. Foi, sem dúvida, mais uma influência errônea da interpretação do quadro geográfico, segundo o visual da projeção Mercator.

Nenhum país pode possuir ou impor o monopólio geográfico da interpretação política. O sentido geográfico e a visão estratégica de um conflito global são armas importantes nas decisões da guerra.



AS FORÇAS ARMADAS ESPAÑHOLAS

César Ruiz-Ocaña

As Forças Armadas espanholas somam um total de aproximadamente 320.000 homens, dotados, como principais armas, com 400 carros de combate médios, um porta-aviões e 25 navios escolta, e 175 aviões de combate.

Comparados com os da OTAN, os efetivos totais espanhóis são aproximadamente iguais aos da Inglaterra, maiores que os da Bélgica, Canadá, Dinamarca, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Portugal, e quase iguais à soma dos efetivos da Bélgica, Canadá, Dinamarca, Holanda e Noruega.

O total de seus carros de combate médios (contando só os modernos e modernizados) é maior que o da Bélgica, Canadá, Dinamarca, Luxemburgo, Noruega e Portugal. O de seus navios de escolta (destróieres, fragatas e corvetas) é maior que o da Alemanha Federal, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Grécia, Holanda, Noruega, Portugal e Turquia, e pouco menor que o da Itália (27 navios).

Não obstante, cada espanhol gasta em defesa nacional 90 dólares por ano (1979), quantia inferior a que gastam todos os cidadãos dos países membros da OTAN, salvo os de Portugal e Turquia. O percentual do Produto Nacional Bruto investido em gastos de defesa (1,8\$ em 1979), só é maior que o de Luxemburgo e igual ao do Canadá.

ÓRGÃOS DA DEFESA NACIONAL

Os órgãos superiores da Defesa Nacional, de acordo com: a Constituição de 1978, a Lei reguladora das atribuições dos órgãos superiores da Defesa Nacional de 1978 e o Projeto de Lei (na Corte ou Parlamento, em janeiro de 1980) Orgânica da Defesa Nacional e da Organização das Forças Armadas, são: o Rei, o Presidente, o Governo, a Junta de

Defesa Nacional, o Ministro da Defesa, a Junta de Chefes de Estado-Maior e os Chefes de Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O Governo, assessorado pela Junta de Defesa Nacional, define e assegura a Política de Defesa, que é dirigida pelo Presidente do Governo e, nas atribuições que não lhe são específicas, pelo Ministro da Defesa. A Junta de Defesa Nacional, assessorada pela Junta de Chefes de



Um dos obuses autopropulsados de 155mm M-109A da Artilharia da Divisão Blindada "Brunete"

Estado-Maior, formula e propõe a Política Nacional. Compete ao Governo defini-la e assegurá-la. Sua execução é encargo do Ministro da Defesa. A Junta de Chefes de Estado-Maior formula e propõe o Plano Estratégico Conjunto (PEC), que é aprovado e conduzido pelo Governo.

O Rei é o comandante das Forças Armadas. O Presidente — exceção do que foi visto no parágrafo anterior — exerce a direção da guerra e preside a Junta de Defesa Nacional quando o Rei não a presidir. A Junta de Defesa Nacional é o órgão superior de assessoria e consultoria do Governo para assuntos de Defesa Nacional. Está formada pelo: Presidente, Vice-Presidente para Assuntos da Defesa e Segurança Interna, Ministro da Defesa, Presidente da Junta de Chefes de Estado-Maior e os Chefes de Estado-Maior do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A Junta de Chefes de Estado-Maior é o órgão colegiado superior da cadeia de comando das forças militares (formada pelos quatro chefes indicados ao final do parágrafo anterior). Os Chefes de Estado-Maior de cada uma das forças são as autoridades máximas da cadeia de comando militar, de suas respectivas forças, sob a autoridade política do Ministro da Defesa.

O EXÉRCITO

O Exército espanhol tem um efetivo de 240.000 homens aproximadamente, que o situam como o 14º do mundo e o 6º da Europa (depois da URSS, França, Alemanha Federal, Itália e Turquia) e quase igual ao da Inglaterra e Polônia.

Deste efetivo, uns 191.000 procedem do serviço militar obrigatório (menos de 15 meses) e o restante são profissionais.



Desfile de carros de combate médios AMX-30E da Divisão Blindada "Brunete"

O serviço militar está atualmente pendente de revisão, procurando diminuir a permanência nas fileiras do Exército, mas também atender o máximo possível os planeamentos (até agora só foram considerados os 70% correspondentes às Forças de Intervenção Imediata e os 30% restantes, embora ultimamente estejam sendo computados os de unidades, por exemplo, como os das Companhias de Operações Especiais, especializadas na guerra contra a subversão, as de Polícia Militar, as das Unidades de Montanha, etc.).

Desde a modernização das Forças Armadas, iniciada em 1965, o Exército se divide (como até há pouco tempo o francês) em Forças de Intervenção Imediata (FII) e Forças da Defesa Operativa do Território (DOT). A missão das FII é intervir, no menor prazo possível, em qualquer parte da Espanha, seja dentro ou fora da península Ibérica, para fazer frente a uma agressão externa ou interna, além de estar em condições de participar de alianças defensivas vigentes ou em potencial, tanto em operações clássi-

cas como sob a ameaça ou emprego limitado de armas nucleares. Algumas destas unidades intervieram nas operações no Saara Espanhol, em 1974-75.

A organização das FII equivale a um Corpo de Exército com: uma Divisão Blindada (a "Brunete" — Nr1), localizada próxima de Madri; uma Divisão Mecanizada (a "Guzmán El Bueno" — Nr2) em Sevilha; uma Divisão Motorizada (a "Maestrazgo" — Nr3), em Valência; uma Brigada de Cavalaria Blindada Leve (a "Jarama"), em Salamanca, uma Brigada de Artilharia para Corpo de Exército, em Burgos, um Regimento de Guerra ABQ (Atômica, Biológica e Química); cada GU com seus Regimentos de Sapadores e de Comunicações, e Agrupamento de Serviços (Intendência, Saúde, Farmácia, Mnt Auto, etc.).

Cada Divisão das FII consta de três Brigadas (duas completas e uma em planejamento). Todas estas Unidades estão dotadas com armamento e material mais moderno provido pela indústria nacional ou adquirido no estrangeiro. Entre este último se destacam os carros de combate médio Amx-30E (180 já entregues e 100 outros encomendados, fabricados na Espanha com licença francesa), M-47E e M-48E (220 aperfeiçoados recentemente pela "Chrysler" espanhola), as peças autopropulsadas de 175mm M107, de 155mm M-109B, as viaturas blindadas sobre lagartas M113A, lançadores múltiplos de 8 a 32 tubos para foguetes de 108 a 381mm, fabricados na Espanha, helicópteros de ataque "Ból-kovo" Bo-105 (60 encomendados recentemente para construção parcial na Espanha), de transporte "CHINOOK", utilitários "Bell205", etc. E os novos blindados de transporte BMR-600 e de reconhecimento VEC, sobre rodas de 6x6, fabricados pela ENASA (Empresa Na-



Lançadores-múltiplos CETMEL L-10 de 21 tubos, autopropulsados, calibre 300 mm, com foguetes D-3 e alcance de 17.700 m

cional de Autocamionhões). Pertencem também às FII: a Brigada Paraquedista, a Brigada Aerotransportada e as Forças Aeronáuticas do Exército (FAMET — com helicópteros de treinamento, observação e ligação, ataque, transporte e utilitários). A Brigada Paraquedista, a Aerotransportada e o Tercio Real¹ somam o equivalente a uma Divisão apta para ser empregada e deslocada rapidamente como reserva móvel.

As Forças de Defesa Operativa do Território (DOT) têm por missões: a cobertura inicial de zonas, defesa de costas e fronteiras, ações contra núcleos hostis, redução de guerrilheiros, guerra de guerrilhas, defesa permanente de zonas fundamentais e pontos básicos da região militar (a Espanha está dividida em 9 Regiões Militares, mais as Capitánias Gerais de Baleares e Canárias), implantação de medidas de extrema segurança e urgência, e outras. Dependem diretamente do Comando de cada Região Militar. Além destas missões tem que acionar a mobili-

zação e enquadramento de unidades em casos de necessidade.

As unidades básicas das DOT são as Brigadas de Defesa Operativa do Território (nove — uma para cada Região Militar — mais a de Reserva, nas proximidades do Estreito de Gibraltar). Cada Bda consta de Batalhões de Infantaria, um Grupo de Cavalaria Leve e outro de Artilharia média, um Batalhão Misto de Engenharia (Sapadores e Comunicações) e os serviços correspondentes. Também contam com Companhias de Operações Especiais (COEs), unidades das mais selecionadas do Exército espanhol, tipo "comandos", especializadas em guerrilha e contra a subversão (inicialmente cada Região dispunha de uma a duas destas Companhias, entretanto, há idéia de aumentá-las até formar um Batalhão por Região, mais um Agrupamento independente ou de reserva).

Outras grandes unidades normais das DOT são as Divisões de Motanha (a "Urgel" — Nr4 e a "Navarra" — Nr6),

em Lérida e Navarra, e a Bda de Alta Montanha, em Jaca-Huesca. Todas desdobradas ao longo dos Pirineus, desde o Golfo de Viscaia ao de Rosas, no Mediterrâneo. Unidades típicas da terra e do homem espanhol, durante muitos anos — ainda que em maior número — foram a coluna vertebral da neutralidade espanhola, tanto frente aos exércitos de Hitler como no pós-guerra e primeiros anos da guerra fria. Outra unidade é a Bda de Artilharia do Estreito de Gibraltar, com guarnições em Algeiras e no Campo de Gibraltar, com reduzido número de "SAM Hawk" e "Nike-Hércules".

O armamento e material destas unidades compreende, em geral, o fabricado na Espanha: fuzis de assalto CETME (o filho do MP-43/44 e pai do G-3, alemães), subfuzis STAR Z-70, metralhadoras MG-1 (licenciada pela Alemanha, da MG-42/58), morteiros ECIA de 60, 81, 100 e 120 mm, lança-granadas "Instaloca", canhões "Reinosa" de 122 mm, etc. Material utilizado também, em sua maioria, pelas FII.

Com missões semelhantes as da DOT, mas com quadros completos, material e instrução equivalente às FII, estão as Guarnições de Baleares, Canárias, Ceuta e Melilha (estas duas últimas, baluartes da soberania espanhola desde antes, inclusive, da unificação da Espanha). Suas guarnições compreendem os efetivos semelhantes aos de divisões de Infantaria, com Regimentos e Batalhões de Inf, Grupos de Cav Mec, Regimentos Mistos de Art, Regimentos Mistos de Engenharia, serviços e, em Ceuta e Melilha, cada uma com seus "Tercios"^{1,2} (mais o de "Fuerteventura", nas Canárias) da Legião e Agrupamentos de Forças de Regulares, unidades tradicionalmente de elite do exército espanhol desde as cam-

panhas do Marrocos no primeiro quarto do século XX.

Finalmente, a Reserva geral compreende um Regimento de Defesa Contra Carros, Regimentos de Artilharia, de Sapadores, de Comunicações e unidades equivalentes de Serviços, assim como Regimento de Transporte da reserva geral (descendente daquele criado por Franco durante a guerra civil para deslocar rapidamente suas reservas quando sofria um ataque diversionário — Brunete, Belchite, Ebro — dos republicanos no curso de suas ações ofensivas, no Norte e em Valência, e deste modo evitar o desvio de seu esforço principal).

A MARINHA, COM OS FUZILEIROS NAVAIS MAIS ANTIGOS DO MUNDO

Para defender os 6.000 km de extensão das costas espanholas, o tráfego marítimo por onde chegam à Espanha quase a totalidade de suas importações (97%) e quase outro tanto de suas exportações (mais de 86%), e o tráfego com suas províncias insulares de Baleares e Canárias, a Marinha espanhola conta atualmente com 134 navios, 60 aviões e em torno de 40.000 homens.

Em efetivos humanos, a Marinha espanhola é a 12ª do mundo e a 6ª da Europa (depois da URSS, Inglaterra, França, Itália e Turquia). Os Fuzileiros Navais, com uns 10.000 homens, ocupam o 2º lugar na Europa (só superados pelos da URSS) e o 8º no mundo.

Depois de um longo período, a partir de 1965 e através dos dois Programas Navais, o material da Marinha espanhola se encontra em período de modernização, mas dificultado e retardado por circunstâncias internacionais e nacionais da crise econômica. Uns 12 navios e 64 unidades menores do que 1.000 Ton se en-

contram atualmente em construção em estaleiros espanhóis, em fase de montagem ou encomendados, entre os quais um porta-aviões.

A Marinha se compõe da Força Naval, os Serviços e os Órgãos Auxiliares de Comando, de Direção ou de Chefia. A Força é "o conjunto de meios ofensivos e defensivos capazes de ser empregados no cumprimento da missão da Marinha", navios, aeronaves, tropas ou qualquer outro meio bélico para atacar no espaço marítimo.

Os núcleos orgânicos da Força Naval são a Frota, as Forças Especiais e as Unidades Auxiliares. A Frota é o conjunto de navios e outros meios de combate, Fuzileiros Navais, e instalações de apoio terrestre, sob o comando do Comandante Geral da Frota. Seus meios estão estruturados em Comandos Tipo (Comando de Escolta, Anfíbio, Grupo Aeronaval da Frota, outros) para sua melhor organização tática e logística. Para seu emprego, de cada um destes comandos

se retiram os meios necessários à formação de Forças ou Grupos operativos.

O Núcleo operativo da Frota é formado atualmente pelo porta-aviões "Dedalo" — com seus aviões de combate "Matador" e helicópteros antisubmarinos — e os destróieres e fragatas lançamísseis. Na primeira metade desta década, serão substituídos por um novo porta-aviões e fragatas lançamísseis encomendados aos estaleiros ferrolanos.

Entre as Forças Especiais, ou seja, aquelas que por suas características exigem uma composição diferente do conjunto da Força, se destacam os Fuzileiros Navais, criados no século XVI dos famosos "Tercios"² espanhóis e que adotou o título de "Tercio Real de la Armada"¹.

As Unidades Auxiliares são as que por seu reduzido valor militar (rebocadores e outros) ou por seu emprego (antigos navios de combate utilizados agora como meios de ensino) nem pertencem à Frota nem às Forças Especiais.

A Marinha espanhola foi a primeira a operar com aviões "Harrier" partindo da coberta de um porta-aviões



A Marinha, assim como a Aeronáutica, pelas suas características e local de emprego, necessita de bases navais, os meios logísticos que apoiam a Força. As três bases tradicionais — de Ferrol, São Fernando e Cartagena — hoje se incorporam a importantíssima base de Rota, várias estações navais nas costas atlânticas e do Mediterrâneo, e no futuro a de Gando (Canárias).

Os danos sofridos durante a guerra civil e as restrições técnicas e econômicas da última guerra mundial e do após-guerra, influíram gravemente sobre a Marinha espanhola. A ajuda norte-americana, iniciada em 1953, ainda que com material do último conflito bélico internacional ou do após-guerra, serviu para reaparelhar a Marinha, até a execução dos modernos programas navais hoje em curso.

A Marinha Espanhola conta hoje com as seguintes unidades em serviço:

- 8 submarinos oceânicos (4 americanos e 4 construídos em Cartagena, sob licença francesa);
- 1 porta-aviões (o "Dedalo"), com aviões STOL (decolagens e aterrisagens curtas) e helicópteros ASW (guerra anti-submarinos);
- 12 destróieres (10 americanos e 2 construídos em Ferrol);
- 8 fragatas: 5 com mísseis da classe "DEG", patente americana, construídas em Ferrol, e 3, também reformadas na Espanha, antigos destróieres, contra-torpedeiros ou canhoneiras;
- 8 corvetas: 4 modernas lança-mísseis do tipo "Descubierta" (as unidades de deslocamento mais bem armadas no mundo, incluídos mísseis superfície-superfície e superfície-ar), projetadas e construídas na Espanha, outras mais antigas, também construídas nos estaleiros de Cartagena);

1 petroleiro, 6 navios cisterna, 6 rebocadores, 1 navio lança-redes, 1 navio de salvamento, 6 navios hidrográfico-oceanográficos e outros 4 hidrográficos auxiliares).

Um *Tercio*¹ (TEAR) com: Grupoamento de Desembarque, de Apoio ao Combate (carros de combate, canhões autopropulsados, viaturas blindadas, etc.) e de Apoio Logístico.

Três Tercios (Norte, Sul e Levante) e dois Grupamentos de Guarnição (Madri e Canárias). A Aviação Naval conta atualmente com uns 50 helicópteros e 7 aviões STOL. Os helicópteros são AUGUSTA BELL AB-204B, BELL 47 e HH-1G, HUGHES 369HM e SIKORSKY S-61 SEA KING. Os aviões, HARRIER AV/TV-8A (rebatizados pela Marinha espanhola com o apelido de "Matador").

Em estaleiros espanhóis, encomendados ou pendente de entrega, estão 1 porta-aviões da classe SCS (de 14.300 ton, para 3 "Matador" e 14 helicópteros

- 15 navios de patrulha pesados e leves: 12 construídos em S. Fernando (Cádiz) com patente alemã, e as restantes, mais antigas;
- 28 lanchas de patrulha, anti-submarinos e de vigilância interna, todas construídas na Espanha;
- 17 varredores de minas (4 oceânicos e 13 costeiros), adquiridos ou cedidos pelos Estados Unidos;
- 3 navios transporte de assalto, de origem americana;
- 3 navios de desembarque, também americanos;
- 7 embarcações de desembarque, construídos na Espanha;
- 27 unidades auxiliares, em sua maior parte construídas em estaleiros espanhóis (o navio-escola "Juan Sebastian Elcano", 1 pontão-escola de manobra,

ASW, previsto para 1983), 4 submarinos da classe "Agosta" (de 1.200 ton, 4 tubos lança-torpedos, para 1980-1983), 3 fragatas lança-mísseis da classe FFG (de 3.600 ton), 4 corvetas da classe "Descubierta" (de 1.400 ton, a última das quais se espera que esteja terminada em 1981), 10 Patrulhas de Vigilância Marítima (PVM, de 280 ton), de 4 a 8 Lanchas de Vigilância Externa (LVE, de 85 ton), 20 Lanchas de Vigilância Costeira (LVC, de 21 ton) e 30 de Vigilância Interna (LVI, de 8 ton). Estas 64 unidades menores começaram a entrar em serviço no ano passado e se espera que a entrega esteja concluída em 1981.

Tanto as fragatas da classe "DEG" em serviço, como as 3 da classe FFG encomendadas, as 8 corvetas da classe "Descubierta" e as 6 patrulhas pesadas da classe "Lürrsen", possivelmente serão armados com mísseis "Harpoon", e canhões múltiplos anti-aéreos "Meroka", estes últimos de projeto e fabricação espanhola.

A AERONÁUTICA E A FORÇA AÉREA

Com a reorganização da Aeronáutica em 1978 (Plano ORGEA), seus aviões de combate mais potentes (PHANTOM e MIRAGE) além da missão de vigilância e controle do espaço aéreo, que também integram o novo Comando Aéreo de Combate ("Comando Aéreo de Combate — MACOM"), representam o instrumento de dissuasão mais eficaz das Forças Armadas (uma unidade aérea espanhola poderá, no mesmo dia, efetuar missões do outro lado dos Pirineus e no Estreito de Gibraltar).

Os efetivos da Aeronáutica são de 34.500 homens, uns 600 aviões de vários tipos e 75 helicópteros. Por seus efetivos ocupa o 21º lugar entre as 64

nações mais importantes do mundo e o 11º na Europa (atrás de URSS, França, Inglaterra, Alemanha Federal, Itália, Turquia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Polônia e Iugoslávia). Em aviões de combate (armados) é a 36ª do mundo, apesar de que qualitativamente esteja melhor situada. Os PHANTOM, por exemplo, só estão em serviço em dez forças aéreas do mundo. Os ORION, em cinco e os MIRAGE F-1, em seis.

Para o cumprimento de suas missões, a Aeronáutica está organizada em um Quartel General do Ar, a Força Aérea e a Logística Aérea. A Força Aérea está constituída pelo Comando Aéreo de Combate (MACOM), o Comando Aero-Tático (MATAC), o Comando Aéreo de Transporte (MATRAN) e o Comando Aéreo das Canárias (MACAN).

O material bélico do MACOM, em sua dupla missão defensiva-ofensiva, compreende 34 aviões de combate C-13 (McDonnell Douglas F-4C PHANTOM), 30 C-11 (Marcel Dassault MIRAGE III EE/DE) e 15 (outros 48 encomendados desde 1978) C14 (Marcel Dassault MIRAGE F-1). Na próxima década, de acordo com o Programa FACA (Futuro Avião de Combate), serão substituídos, respectivamente, por F-16, F-18 ou F-18L, americanos, e, possivelmente, por MIRAGE 2000, francês. Também se completarão com aviões cisternas de reabastecimento em voo.

Para o controle e vigilância do espaço aéreo o MACOM dispõe de um moderno Sistema de Defesa Aérea Semiautomatizado (SADA), com instalações de radar de longo alcance, rede de comunicações e um Centro de Operações de Combate (COC), em Madri. O sistema desenvolvido nos últimos anos com o programa "COMBATGRANDE", permite defrontar-se com a guerra eletrônica mais com-



Transporte leve STOL CASA C-212 "Aviocar", que constitui atualmente a maioria do Comando Aéreo de Transporte

plexa e pode ligar-se automaticamente com os sistemas dos países vizinhos amigos (França, Itália e Portugal).

O MACOM conta com 5 esquadrões de combate e 8 de vigilância aérea. O material aéreo do MATAC compreende 20 aviões de ataque A-9 (CASA/Northrop F-5A), 25 de ataque leve A-10C (CASA-220 SUPER-SAETA), 20 aviões de levantamento fotográfico AR-9 (F-5A), os três modelos fabricados na Espanha, ACR-12 (PHANTOM) e 6 de patrulha marítima P-3 (Lockheed ORION), recebidos recentemente. No total, quatro esquadrões.

O Comando Aéreo de Transporte é formado por 12 aviões médios T-10 (Lockheed C-130H-Hércules), alguns deles equipados como cisterna para reabastecimento em voo, 12 aviões leves T-9 (De Havilland Canada DHC-4 CARIBOU), que logo serão desativados e 44 aviões leves T-12 (CASA C-212 AVIOCAIR), com características STOL e projetado, fabricado e exportado pela Espanha. O MATRAN necessita, a curto prazo, aviões de transporte médio. Ainda

que o preferido pareça ser o futuro HERCULES bimotor, não é descartada a possibilidade do italiano FIAT G-222 ou o projeto espanhol, abandonado há poucos anos por restrições econômicas, CASA C-401, com quatro motores. No total, integram o MATRON 4 ou 5 esquadrões.

Finalmente, o Comando Aéreo das Canárias (comando combinado das três forças singulares, desde a crise do SAARA, em 1975) compreende uns 20 aviões de ataque e de reconhecimento A/AR-9 e transporte leve. Em breve se pensa reforçá-lo com os novos MIRAGE F-1, a medida que forem sendo recebidos.

Os aviões de treinamento começam a ser substituídos pelos de turbinas e apoio tático leve CASA C-101 AVIOJET (60 encomendados, de projeto e fabricação espanhola). Atualmente os que estão em serviço são, na maioria, E-14A/B (Hispano-Aviación HA-200 SAETA), E-15 (Lockheed 33-A), E-17 (Beech T-34 MENTOR), E-24A/B (Beechcraft F33-BONANZA), 33 de treinamento

AE-9 (CASA/Northrop F-5B) TEXAN, aviões biplanos CASA/Bücker, e outros. A Aeronáutica dispõe também de uns 30 helicópteros Z-7 (Bell 47), Z-10 (Bell-205), Z-11 (Bell 47J) e Z-12 (Bell 206) para missões de treinamento e resgate (SAR) principalmente.

Dentro das Forças Armadas espanholas há que incluir as da GUARDA CIVIL, corporação similar aos "CARABINIERI" italianos, mas fundada antes, em 1844. Por sua formação, organização e tradição, é uma instituição militar. Seus efetivos atuais são superiores a 63.000 homens, com 26 Tercios³, um dos quais totalmente motorizado. Em breve seu material será reforçado com viaturas

blindadas BMR-600, espanholas, e aumentado o total de seus helicópteros Bolkow Bo-105).

NOTA:

Tercio — termo para designar corporações militares, com base em organização ternária. Uso corrente:

- (1) — Equivalente a regimento, especialmente de fuzileiros navais. O "Tercio Real de la Armada", título tradicional, designa toda a Corporação de fuzileiros navais da Marinha espanhola, correspondente a uma brigada.
- (2) — Equivalente a um regimento de infantaria reforçado.
- (3) — Na Guarda Civil equivale a um regimento de infantaria leve.



A ESTRATÉGIA CUBANA NA ÁFRICA: A LONGA ESTRADA DA AMBIÇÃO

Roger W. Fontaine

RESUMO

A guerra de "duas frentes" deflagrada por Cuba no Continente Africano, motivada pelas ambições dos irmãos Castro e pelas prévias frustrações na América Latina, não alcançou seus objetivos. Em Angola, o regime dos sucessores de Agostinho Neto (agora com plenas credenciais comunistas) ainda não se assegurou totalmente contra as forças rivais no país; nem foram atingidas as metas cubanas e soviéticas, no que concerne ao Zaire e à Namíbia. No Chifre da África, enfrentam os cubanos o embaraçoso dilema de pesar o risco ideológico e político contra os aceitos da Etiópia para um apoio total na guerra contra os rebeldes da Eritreia.

O título deste artigo sugere duas perguntas. Tem Cuba uma estratégia? Mais especificamente, tem Cuba uma estratégia africana? A resposta à primeira pergunta é afirmativa. A segunda pergunta

exige um sim suplementar — ou seja, a África é apenas parte de um plano mais amplo prefigurado pelo regime de Havana. Neste contexto, quer-se dizer por "estratégia" o sistemático compromisso de forças contra adversários, em ocasiões, em lugares e por motivos que se escolher.

Se Cuba tem tal estratégia, não é ela estritamente independente. Os gambitos de Havana estão estreitamente ligados às ambições soviéticas. Evidentemente, esse problema de articulação tem suscitado consideráveis debates no Ocidente, em que se acusam os cubanos de mercenários da União Soviética — uma Legião Estrangeira Russa subserviente dos ditames de Moscou, gurus das Caraíbas.

Tal descrição não é correta. Há muito tempo, observou Maquiavel que os mercenários são desprezíveis — "desunidos, ambiciosos, indisciplinados, desleais... Não têm eles outro amor ou outra razão para estar num campo de batalha senão

um magro estipêndio, insuficiente para fazê-los querer morrer por alguém". Como sabem os soviéticos e crescente número de vítimas africanas, esta não é uma precisa caracterização das forças armadas cubanas.

Apropriadamente, a China Continental rotulou as forças cubanas de "auxiliares", em vez de mercenárias — para (por falar nisso) o desagrado de Havana. Por auxiliares não se quer dizer meras armas de aluguel — embora Maquiavel, que corretamente distinguiu entre mercenários e auxiliares, tenha, não obstante, amesquinhado esta última palavra, taxando-a de "outra espécie de exércitos inúteis". Ele chegou a essa conclusão porque, em sua experiência, os auxiliares tinham o hábito de lutar demasiadamente bem, pondo assim também em risco o seu patrocinador. Naturalmente, a superpotência União Soviética não abriga nenhuma verdadeira apreensão no que diz respeito a isso, *vis-à-vis* o seu auxiliar cubano.

Os Geradores Básicos da Ação Cubana

Contudo, dois conjuntos de interesses estão claramente em jogo na África: o soviético e o cubano. Embora similares, não são eles idênticos, e devemos distingui-los, se quisermos compreender acontecimentos passados e futuros na África.

Os interesses soviéticos não são difíceis de compreender e não precisamos perder tempo com eles. A criação de regimes marxistas dependentes na África, a pequeno custo e pouco risco, é manifestamente uma vantagem para a União Soviética, particularmente se a posição estratégica de Moscou melhora com isto. Nesse empenho, servem as tropas cubanas de instrumentos convenientes. Não sendo Cuba um membro oficial do Pac-

to de Varsóvia, mas um participante confesso do "movimento não-alinhado", os cubanos são mais "aceitáveis" para os africanos, cautelosos com o peso direto da presença militar da superpotência em seu Continente.

Os motivos de Havana são mais complexos que os de Moscou. Em primeiro lugar está o motivo ideológico. Formam a liderança cubana sinceros marxistas, convencidos da exatidão de seus pontos de vista históricos — pontos de vista que projetam a dominação do planeta pelos regimes socialistas. São eles também leninistas que acreditam em que o seu país pode estimular esse processo histórico mediante a ação direta. Justificam-se tais ações como "dever proletário internacional" auto-imposto — uma frase muito em voga na Havana de hoje, destinada a chamar a atenção.

Relativamente à África, Fidel Castro foi muito explícito em uma entrevista, em 1977:

"Não posso dizer se toda a África está caminhando ou não para um regime marxista-leninista. E não posso porque há nações africanas sob poderosa influência religiosa, islâmica, que determina a sua filosofia política. Por outras palavras: Se me perguntarem se toda a África será socialista algum dia, responderei que sim. Pois, estou convencido de que, um dia, ela o será. Mais ainda, uma parte da África, uma parte importante da África, está trabalhando, levando a cabo um profundo processo social. Alguns países o farão sob os princípios do marxismo-leninismo; outros, sob os princípios do Islã, e outros, possivelmente, quem sabe?, sob os princípios do humanismo cristão. Todavia, estou convencido de que a ordem econômica social de toda a África será socialista, por isso que não há alternativa."

Esses pontos de vista universais combinam-se convenientemente com o ego pessoal. Governam Cuba dois homens sumamente ambiciosos — Fidel e Raul Castro, nenhum dos quais tem-se mostrado modesto em seu pretendido papel na História de Cuba e na mais ampla História do Mundo.

Entretanto, as ambições dos irmãos Castro não têm sido tratadas com indulgência, no longo período que vem desde a crise dos mísseis cubanos. A "liberación" da América Latina, anunciada na II Declaração de Havana, de janeiro de 1962, não se materializou. O abjeto fracasso de Che Guevara na Bolívia não foi o primeiro nem o último revés sofrido pelos impacientes revolucionários cubanos na América Latina. Além disso, experimentou Fidel Castro a frustração de ver-se à margem da Guerra no Vietnã — uma luta para a qual voluntariamente ofereceu tropas, que não foram aceitas por Hanói.

Simultaneamente, registraram-se frustrações na frente externa e fracassos na frente interna. Os primeiros anos da grande experiência do regime Castrista produziram problemas econômicos ainda maiores — problemas criados por mau projeto *fidelista* após outro, projetos que culminaram no pior de todos, a safra de dez milhões de toneladas, em 1970. Não só não se produziram dez milhões de toneladas de açúcar, senão que a economia do país também quase soçobrou no processo.

A mais acerbica frustração deve tê-la experimentado Raul Castro. Durante aquela década, descambou ele para uma relativa obscuridade. Na qualidade de Ministro da Defesa, sua principal tarefa era adestrar as forças armadas cubanas, que, como todos os exércitos em tempos de paz, impacientavam-se com a

inação. Assim, a ideologia, a ambição e um cortejo de desapontamentos, tudo contribuiu a aumentar a sede de aventuras estrangeiras — no gênero das que lhes tinham sido negadas na América Latina.

O mergulho de Cuba na África foi grande. Esta análise focalizará a estratégia cubana nas principais arenas do momento: Angola e Chifre da África. Como demonstraremos, a guerra cubana de duas frentes na África está longe de acabar.

Cuba em Angola

Angola representa a mais velha e, paradoxalmente, a menos bem sucedida aventura de Cuba na África (três anos). Esta falta de êxito dificilmente pode atribuir-se a uma falta de esforço. Os frios dados estatísticos são impressionantes. Atualmente, Cuba mantém mais de 20 mil homens de tropas de combate e talvez 10 mil civis no apoio do auto-declarado regime marxista-leninista dos sucessores de Agostinho Neto, em Luanda. Ademais, Cuba treinou em solo angolano pelo menos dois outros grupos de guerrilheiros, a Organização do Povo da África Sul-Occidental (OPASO) e a chamada Frente de Libertação Nacional do Continente (FLNC) — atual título dos irregulares catangueses. Nenhum desses esforços, todavia, atingiu plenamente seus objetivos.

O MPLA não derrotou seus três inimigos e a OPASO ainda não é uma real ameaça para a África do Sul e Namíbia. Apenas os catangueses (que, ironicamente, receberam a menor ajuda dos cubanos) parecem estar à beira de algum êxito.

Não obstante, os objetivos cubanos (e agora soviéticos) naquela região continuam firmes. O primeiro objetivo é preservar e proteger o MPLA de Agostinho Neto e seu governo em Angola. O

segundo é criar em Angola um seguro e dependente aliado comunista, cujo território possa ser usado em efetivas atividades de subversão nos países vizinhos da Namíbia e Zaire.

Os instrumentos na busca desses objetivos são o profuso suprimento de armas soviéticas, bem como o emprego de soldados e de um quadro civil cubanos. Muito já se escreveu acerca do esforço militar de Cuba em Angola, mas muito pouca atenção tem-se dado às atividades dos corpos civis em Angola.

Havana tentou retratar seus nacionais não-uniformizados em Angola como uma espécie de Voluntários da Paz, mas a descrição está muito longe da realidade. Primeiramente, os "civis" cubanos estão sendo usados em apoio direto de atividades militares, principalmente em trabalho de construção. Depois, Havana mandou a Angola o chamado Destacamento de Ensino Internacionalista Che Guevara, integrado de 732 professores (primários e secundários), cuja principal tarefa é doutrinar a população. Até aqui, a base política do MPLA no país continua mostrando sinais de debilidade, com a grande maioria dos angolanos sob seu controle ignorando completamente os mais simples rudimentos do marxismo. Não pode criar-se uma base sólida sem maciça assistência estrangeira, e Havana pretende prover o gênero de ajuda de que dispõe em abundância: treinados "apparatchiks".

Não obstante, a instituição e proteção de Agostinho Neto e do agora seu substituto, e também de sua *entourage* não têm sido fácil. Os rivais do MPLA, principalmente a UNITA, no sudeste de Angola, e a FNLA, de Holden Roberto, ao norte, continuam a mostrar ativa oposição. As repetidas incursões àquelas áreas levadas a cabo pelo braço militar do MPLA, FAPLA, em cooperação com

as tropas cubanas e (talvez) com assessores da Alemanha Oriental, não tiveram êxito, a despeito do livre emprego de blindados, artilharia pesada, poderio aéreo (com o uso de napalm) e deliberada brutalização da população civil. Uma dessas atividades começou a 8 de março de 1978, prolongando-se até a primeira quinzena de abril. Teve início com um ataque contra Meningue (Serpa Pinto), no centro-sul de Angola. Desfecharam esse ataque onze batalhões de Cuba e da FAPLA. A expedição repetiu o fracasso de seus predecessores, fugindo a um combate direto com as forças da UNITA. Posteriormente, Luanda substituiu o fracasso, qualificando a missão aliada de ataque de pilhagem, destinado a impedir a declaração de uma "república socialista negra" controlada pela UNITA. Entrementes, um ataque contra a FNLA também fracassou; teve igualmente o efeito de cimentar uma aliança oficial entre a FNLA e a UNITA. Os contratempos com o MPLA são outras preocupações para os soviéticos, e mais diretamente para os cubanos. A mais séria dificuldade ocorrida com Agostinho Neto foi criada por uma facção dissidente chefiada por Nito Alves, ex-Ministro do Interior, em fins de maio de 1977. O quase vitorioso golpe, que teve por cenário as ruas de Luanda, envolveu, além de Nito Alves, membros do Estado-Maior do Exército, do Gabinete e dos governos provinciais. Os "fracionalistas" anti-Neto foram derrotados por tropas cubanas que atuavam sob ordens diretas de Havana. A consequência foi uma dependência maior de Agostinho Neto para com os cubanos, à guisa de uma guarda pretoriana, bem como severas depurações dentro das fileiras do MPLA, reveladas inicialmente em janeiro de 1978.

Todavia, um acontecimento ajustou-se às esperanças e expectativas cubanas.

Em dezembro de 1977, o MPLA realizou o seu primeiro congresso partidário, ao qual assistiram personagens importantes, como Raul Castro e Andrei Kirilenko, o homem que, de acordo com insistentes rumores, seria o sucessor de Leonid Brezhnev em Moscou. Foi um assunto comunista genuinamente ortodoxo, em que o Castro mais moço batizou o MPLA, em nome do proletariado internacional, com essas palavras: "Nesta grande reunião, a vanguarda (o MPLA), de maneira lúcida, criativa e firmemente reta, está cumprindo o imperativo histórico de transformar-se num partido marxista-leninista".

Neste congresso, então, e com as bênçãos oficiais de Moscou e Havana, o MPLA ascendeu de um mero movimento anticolonialista a um acreditado partido socialista. Isto significa que, quando o MPLA conquistar toda a Angola, se conseguir, o país estará totalmente dentro do campo soviético.

Os Problemas do Zaire e da Namíbia

Isto deixa ainda, entretanto, o problema dos chamados estados santuários — Zaire e África do Sul (ou, para sermos precisos, o seu protetorado da Namíbia). O Zaire apresenta o problema imediato, mas, talvez, também o de mais difícil solução. O regime do Presidente Mobutu não é apenas anticomunista, mas também partidário do FNLA. Por causa dessa sua posição, já foi punido com duas invasões da província de Shaba levadas a cabo por irregulares catangues vindos de Angola — a primeira em março de 1977 e a segunda em maio de 1978. A primeira incursão foi frustrada pela chegada de unidades marroquinas, apoiadas pela logística francesa e dinheiro saudita. No segundo episódio, os invasores foram expulsos por pára-quedistas

belgas e franceses. Entrementes, o papel cubano continua um tanto ou quanto obscuro e ambíguo.

Em ambas as ocasiões, declarou o Presidente Mobutu que os cubanos tinham adestrado e liderado os catangueses, mas o líder do Zaire não pôde apresentar nenhuma prova incontestável — por exemplo, prisioneiros ou cadáveres cubanos. Funcionários norte-americanos convenceram-se de que, em ambos os casos, os cubanos pelo menos treinaram e equiparam as forças invasoras.

Em todo caso, a invasão de maio de 1978 provou o erro das expectativas que se seguiram à fracassada incursão de abril de 1977. Pretende-se, então, que a ameaça tinha passado e que, portanto, nada era preciso fazer para prevenir um segundo episódio. Reforçou esta noção certa má interpretação de uma advertência de Cuba no assunto (os irmãos Castro negaram, publicamente, em pelo menos quatro ocasiões, que Havana estivesse de algum modo envolvida). Conscientes das sensibilidades africanas e dos temores ocidentais, sabiam os cubanos que ajudar abertamente um cliente a invadir um oponente vizinho era um negócio arriscado. Todavia, uma província de Shaba "independente", de fato dependente de Angola, seria de grande vantagem para Havana e Moscou. No processo, o hostil regime de Mobutu seria derubado, o refúgio do FNLA destruído e, de maneira geral, promovida a imagem do marxismo como a "onda do futuro" na África. A Namíbia é um difícil problema por dois motivos. Primeiro, a OPASO não se mostrou eficiente como força militar. Segundo, o protegido de Cuba enfrenta um formidável adversário — a África do Sul (e, ocasionalmente, a UNITA) —, um fato que se tornou manifesto com o reide da África do Sul con-

tra as bases de "Moscou" e "Vietnã" da OPASO, em princípios de maio de 1978. No entanto, Havana continua a trabalhar por uma Namíbia livre da influência sul-africana — sobretudo livre da presença militar da África do Sul. E, nesse sentido, Cuba apoia a OPASO como o "único representante legítimo" do povo namíbio — um apoio que se estende bem além da simples retórica das Nações Unidas.

As Perspectivas Para Angola

Depois de três anos, Angola está longe da pacificação; mas, com o contínuo e crescente apoio do MPLA, terá condições de sobreviver — em última análise, talvez, por sua própria conta. O êxito dependerá da coesão interna do MPLA, do que fizerem seus inimigos angolanos e do futuro curso dos acontecimentos no Zaire e Namíbia. O resultado em todo caso, é ainda muito duvidoso.

Entrementes, o custo para Cuba de seu envolvimento tem sido elevado, mas tolerável. Havana sempre se recusou a prestar qualquer informação acerca desse assunto. Entretanto, em julho de 1977, o Ministro do Exterior da UNITA, Jorge Sangumba, disse que ascendia a 3 mil o total de cubanos mortos, desde 1975. De todas as facções contendoras em Angola (inclusive o MPLA), é a UNITA a mais digna de crédito, e, assim, a declaração de Sangumba pode ser aceita como razoável. Ainda que 3 mil baixas não se considerem excessivas — em comparação, por exemplo, com as perdas norte-americanas na Guerra do Vietnã —, esta cifra poderá ser estonteante para um país cuja população total é inferior a 10 milhões de habitantes.

Isto nos leva a fazer mais uma pergunta: Por que se mostram os cubanos

dispostos a sofrer tais baixas — a servir ostensivamente de "bucha para canhão" para os soviéticos e o MPLA? Não pode rejeitar-se totalmente a possibilidade de um elemento da presença cubana em Angola ter algo que ver com um pagamento em sangue à União Soviética de serviços prestados no passado. Tem-se também que considerar o significado específico de Angola na concepção mais ampla de Havana sobre a África. O que pode ter feito de Angola algo importante para as vistas cubanas é que o país representa não só o cenário da primeira grande aventura de Cuba na África, mas o cenário de uma aventura levada a cabo pelos cubanos quase sozinhos (muito embora com o apoio logístico soviético). A liderança cubana tem insistido em que a decisão de intervir em Angola foi de Havana e não de Moscou. Embora tal reivindicação fosse esperada, há alguns indícios em sua defesa. Carlos Rafael Domínguez, Ministro do Exterior de Cuba, declarou numa entrevista desconfiantemente franca:

"É evidente que temos estreito relacionamento com os russos. Mas, quando inicialmente enviamos tropas para Angola, não nos fiamos da possível participação soviética na operação. Demos início à operação de maneira arriscada, quase improvável, com um grupo de pessoas comprimidas em um navio e nos nossos aviões ingleses *Britannia*.

Mais tarde, a operação foi coordenada com os russos, que começavam a enviar suprimentos militares para ajudar o governo do Presidente Agostinho Neto em Angola. Porém, tudo começou como uma operação puramente cubana."

Os fracassos de Castro na América Latina, suas iterações do "dever internacionalista" de Cuba durante a Guerra no Vietnã, juntamente com o seu imodera-

do senso de auto-importância, foram motivos suficientes para levar seu país a Angola, em 1975. Esses motivos devem continuar mantendo os cubanos em Angola, por mais algum tempo, obstando improváveis contingências de um desastre militar ou uma firme réplica dos Estados Unidos. Mas, abrir um nicho pessoal em Angola é uma coisa; entalhar outro no Chifre da África é coisa bem diferente.

O Cumulativo Envolvimento Cubano no Chifre

A Etiópia é a segunda frente de Cuba na África. Entretanto, ao contrário de sua rápida e dramática entrada em Angola, a presença cubana no Chifre evoluiu lentamente, até fins do inverno de 1978, quando houve um rápido desenvolvimento militar. Distintamente do que aconteceu em Angola, as ações cubanas no Chifre até aqui alcançaram claro êxito. Todavia, é mais difícil estabelecer relações entre os interesses cubanos no Chifre e a estratégia soviética. Mais uma vez, cumpre perguntar: Por que os cubanos? Que vantagens oferecem eles?

Os cubanos têm sido meticulosos no anúncio dessas vantagens. Cuba é um país não-alinhado — embora, quando interrogado, não se desculpe o regime de Havana de seu relacionamento especial com a União Soviética. Cuba é profundamente anti-racista. Que mais poderia ser, admitida a sua população "latino-africana"? Cuba é um pequeno país, com poucos recursos, exceto a firme determinação de cumprir o seu "dever proletário". Comodamente, podem deixar-se de lado essas agressões, mas elas têm sido amplamente aceitas na África situada abaixo do Saara. Abertamente, apenas os regimes anticomunistas, como o

do Zaire (e, ultimamente, por motivos óbvios, também o da Somália), têm criticado severamente os motivos e presença de Cuba.

Todos esses temas, evidentemente, repassaram a campanha de Cuba na África. No Chifre, Havana teve mais um desses temas — Cuba ali chegou, desinteressadamente, para ajudar uma vítima da agressão, a Etiópia, e teve êxito em seu empreendimento. Certamente, nenhum observador objetivo poderia rotular a campanha em Ogaden, em fevereiro e março de 1978, com outro qualificativo que não fosse brilhante. Ousada no planejamento e impiedosa na execução, foi um exercício de vitoriosas operações bélicas no deserto, dignas de um Rommel ou de um Montgomery.

Inicialmente, todavia, o papel de Cuba no Chifre não aspirava a sua atual magnitude. De fato, esse papel foi pequeno, até começos de 1978 — em contraste com o papel desempenhado em Angola, onde as forças cubanas dominaram o cenário, desde o início da intervenção do bloco soviético.

Contudo, o envolvimento de Cuba no Chifre não tem sido apenas mais cumulativo, senão também mais complexo. Em Angola, foi relativamente simples a tarefa: instalar o regime de Agostinho Neto e derrotar os seus inimigos pela força das armas. No Chifre, Cuba fez uso da força e da conciliação na busca dos objetivos soviéticos e cubanos.

Esses objetivos são fáceis de enunciar, mas difíceis de executar. Incluem: (1) Uma Etiópia unida e pacificada, controlada por um regime marxista dependente; (2) uma Somália restaurada às fileiras das nações progressistas (isto é, pró-soviéticas) e não-alinhadas; (3) a virtual incorporação de Djibouti, completando uma cadeia de portos ao longo do

Mar Vermelho, de Massawa a Berbera, à disposição da Marinha Soviética. Ligada a Aden, no sul do Iêmem, esta cadeia daria à União Soviética um domínio quase total das vizinhanças meridionais do Mar Vermelho. Atingir esses objetivos, deixando à margem os mais ambiciosos objetivos de desestabilizar os tradicionalistas estados árabes na região do Golfo Pérsico, exigiria um sustentado esforço que abrangesse mais do que o simples uso da força militar.

O primeiro passo dado por Havana além do papel de simples auxiliar da União Soviética confirmou que os cubanos e soviéticos sabiam disto, desde o começo. Em março de 1977, durante sua incursão através da África, tentou Fidel Castro atuar como mediador entre a Somália e a Etiópia. Em suas andanças entre Addis Abeba, Mogadishu e Aden, o líder cubano vendeu uma velha idéia soviética — uma federação da Etiópia, Somália, Iêmem (norte e sul) e Djibouti. Rejeitado pelos somalis, o esquema teve apenas uma debílimo aprovação dos etíopes. Embora os somalis tenham condecorado o presidente cubano com a ordem da Estrela da Somália, Castro não demorou a expressar sua preferência pelos etíopes. Elogiou a "revolução" (isto é, o golpe do Coronel Mengistu, a 3 de fevereiro de 1977) como um "acontecimento verdadeiramente histórico" e declarou sua solidariedade e disposição "a cooperar com a Revolução Etíope".

Tendo uma sentença transformado uma revolta de quartel em revolução, Castro, em entrevista concedida aos editores do *Afrique-Asie*, e nos termos mais candentes, deu mais um pequeno passo no elogiar o líder da revolução. Entre outros atributos, Mengistu foi "calmo, inteligente, bravo e ousado", com "excepcionais qualidades de um líder re-

volucionário". E, significativamente, Castro acrescentou: "Acreditamos em que o êxito e a consolidação da Revolução Etíope é de extrema importância para a África. Creio que Mengistu é um verdadeiro revolucionário e que a revolução que ora se leva a cabo naquele país é uma verdadeira revolução".

O Desenvolvimento Militar Cubano na Etiópia

O vibrante apoio dado por Castro aos etíopes, em maio de 1977, coincidiu com a chegada do primeiro contingente de assessores militares cubanos (cerca de 50), seguido de 30 tanques soviéticos T-34. Esses primeiros cubanos treinaram os etíopes no uso dos blindados soviéticos, que foram suplementados, em junho, com 80 tanques T-54, consideravelmente superiores. Acompanhou este envolvimento inicialmente modesto (que Castro caracteristicamente negou, esta vez em visita aos parlamentares norte-americanos, em princípios de junho) um regular aumento do fluxo de forças cubanas.

O desenvolvimento militar começou a sério, em setembro, depois do rompimento com a Somália. Até então, não havia em Addis Abeba mais do que umas poucas centenas de assessores cubanos. Nos dois meses seguintes, seu número dobrou, e dobrou novamente, de modo que, em fins do ano, já se contava na Etiópia um total de cerca de 1.000 cubanos. Depois de 1º de janeiro de 1978, acelerou-se consideravelmente a chegada de cubanos ao Chifre. Somente nos dois primeiros meses de 1978, o número aumentou consideravelmente, chegando a 10 mil. Em março, 7 mil soldados foram recebidos no país, elevando o total geral de cubanos ali estacionados a 17 mil.

Aviões Ilyushin 62 e Boeing 707 fornecidos pelas linhas aéreas etíopes, em vôos secretos de Havana e Luanda para Addis Abeba, possibilitaram esse assombroso fluxo de homens e materiais, num período de três meses. Quantos soldados cubanos foram transferidos de Angola ainda não se sabe, mas eles respondem por grande percentagem da primitiva concentração militar, em fins de 1977. Todavia, contingentes posteriores chegaram diretamente de Havana, onde o Ministério da Defesa convocou unidades de reserva, em começos de fevereiro.

Por conseguinte, no espaço de dez meses, Havana conseguiu transferir com êxito para uma distante frente africana formidável força militar — uma força equipada para desempenhar as mais diversas missões. Diga-se a bem da verdade que tais forças foram suplementadas com milhares de soviéticos e nacionais de outras nações do Pacto de Varsóvia (Alemanha Oriental e Bulgária, em particular). Todavia, foram os cubanos que agüentaram o impacto desse esforço.

O papel que as forças cubanas representaram é histórico. Em 1977, Addis Abeba foi assediada por uma variedade de forças não mais sob seu controle. Para sustentar a periclitante posição militar etíope eram necessárias quatro coisas importantes: Treinamento, artilharia, apoio aéreo e uma boa infantaria. (Além disso, uma brigada cubana aerotransportada entrou em ação na batalha crítica final pela posse de Ogaden.) Nos primeiros meses do envolvimento cubano, os assessores castristas ensinaram os etíopes a usar o armamento soviético — tarefa importante, já que o Exército Etíope tinha treinamento norte-americano. Mas, em novembro de 1977, quando o fluxo de armas soviéticas se tornou considerável, a missão cubana mudou subs-

tancialmente. Em fins de 1977, unidades selecionadas cuja habilidade estava na artilharia pesada puseram-se em movimento, para missões de treinamento e combate. Como explicou mais tarde Fidel Castro, as unidades de artilharia consistiam em um misto de cubanos e etíopes, fazendo-se as comunicações entre eles por meio de "sinais e números" — aparentemente com êxito.

Nem mesmo descuidou Havana da Força Aérea da Etiópia. Desde os primeiros anos 70, vinham os cubanos treinando os sul-ienemitas na arte de voar os MIG-17. Estendeu-se tal treinamento aos etíopes, que passavam do relativamente simples F-5 para o mais sofisticado MIG-21. Além disso, há indícios (mas, nada de conclusivo) de que os cubanos participaram das missões de bombardeio em Ogaden e fazem o mesmo agora na Eritréia.

Todavia, a principal tarefa militar dos cubanos era contribuir para recapturar Ogaden das forças apoiadas pela Somália — forças que vinham mantendo a região durante mais de sete meses. A ofensiva etíope começou em janeiro de 1978 e culminou em princípios de março com a ocupação de Jijiga, o último importante bastião somali. No dia 9 de março, em entrevista coletiva com a imprensa, anunciou o Presidente Carter que as forças somalis tinham deixado a Etiópia, e acrescentou: "Logo que as forças etíopes tenham restabelecido o controle de seu território, a retirada da presença de combate soviética e cubana deve começar".

No entanto, as forças cubanas e soviéticas não se retiraram nem de Ogaden nem de qualquer outra parte da Etiópia. Uma das razões é que os etíopes ainda não são os senhores de Ogaden. Embora as forças regulares somalis te-

nham saído da área, irregulares da chamada Frente de Libertação da Somália Ocidental continuam fazendo incursões em pequena escala contra as posições etíopes e cubanas.

Essas incursões provocaram uma série de advertências de Addis Abeba. O governo etíope prometeu represálias, inclusive uma invasão da própria Somália, se as ações guerrilheiras não cessassem. Disse o Coronel Mengistu: "Seremos forçados a levar a luta através da fronteira". Tal ameaça contrasta agudamente com a série de promessas de não-invasão que fez Mengistu aos Estados Unidos, em fevereiro de 1978. Pelo menos por enquanto, são poucas as probabilidades de concretização de tal ameaça: nem os soviéticos nem os cubanos parecem dispostos a aceitar os riscos envolvidos numa clara transgressão das fronteiras. Todavia, as circunstâncias podem mudar. O grande prêmio de Berbera está acenando a menos de 200 milhas de Jijiga. Entrementes, Mengistu estabeleceu claramente os motivos para esse possível movimento — motivos que seus aliados podem considerar nos foros internacionais.

Insurreição na Eritréia

A derrota de um antigo aliado (Somália) não completou a agenda das tarefas cubanas no Chifre da África: havia ainda o problema da revolta na Eritréia. Este problema não é novo nem simples.

Revoitas convulsionam a Eritréia há dezessete anos. Segundo dizem, três grupos rebeldes controlam 90 por cento do campo (que, ao contrário de Ogaden, oferece perfeito terreno para a guerra de guerrilhas), com as sitiadas guarnições etíopes mantendo apenas as grandes cidades, inclusive Asmara, capital da Eritréia, e os portos de Massawa e Assab, no Mar Vermelho.

Todas as facções rebeldes fizeram quatro grandes exigências: (1) Imediata suspensão das hostilidades; (2) retirada das tropas etíopes e cubanas; (3) um plebiscito, patrocinado pelas Nações Unidas e pela Organização de Unidade Africana, que ofereça ao povo da Eritréia a opção de independência, e (4) imediato reconhecimento etíope do novo governo da Eritréia.

Addis Abeba não tem nenhum interesse em atender a qualquer dessas exigências. Naturalmente, Mengistu está determinado a empreender uma guerra de conquista total, se não de aniquilamento (há menos de três milhões de eritreus). Mengistu tornou isto perfeitamente claro, em Havana, na sua retórica pública. Depois de acusar os grupos rebeldes de "agentes do imperialismo" e de "reação árabe", asseverou Mengistu que, a despeito de suas provocações, seu governo tinha tentado solucionar o problema por meios pacíficos. Enquanto isso — continuou —, os rebeldes da Eritréia intensificaram a sua "conspiração contra o povo". Mengistu concluiu com uma pavorosa tirada, que deve servir de apresentação antecipada de acontecimentos futuros:

"...as grandes massas da Etiópia estão decididas a intensificar a sua justa luta revolucionária deflagrada para destruir a conspiração antipopular. E estamos certos de que as massas de Cuba estarão ao nosso lado em nossos esforços pela paz e em nossa luta de classe revolucionária."

Todavia, o que não se sabe muito claramente é se Havana e as massas cubanas estão preparadas para essa luta. No mesmo comércio em que se ouviu o belicoso discurso de Mengistu, Castro não mencionou a Eritréia, mas, em um parágrafo

de sua oração, insinuou a sua solução para o problema:

"A Etiópia também precisa de paz interna. Portanto, Cuba apoia igualmente uma solução pacífica e justa para a questão nacional, uma solução baseada nos princípios leninistas e conformada dentro da estrutura de um estado revolucionário etíope que salvaguarde, como um direito inalienável, a sua unidade, integridade e soberania."

A diferença na ênfase não foi um acidente. Mais tarde, o comunicado conjunto não fez referência à Eritreia, embora o longo documento dissesse muito sobre cada tópico imaginável, inclusive um parágrafo de apoio à "justa reivindicação" feita pelo governo comoro de restauração da Ilha Majota — uma questão que, usualmente, mal sobressai nos discursos diplomáticos fora das Ilhas Comoros. Indicou a omissão séria diferença entre os cubanos e os etíopes.

Mais recentemente, em junho de 1978, numa transmissão radiofônica de Addis Abeba, Mengistu analisou a situação eritreia. Depois de afirmar que as negociações tinham fracassado (negociações em que "alguns países socialistas" tentaram ajudar), o líder etíope pediu a todas "as forças socialistas, democráticas e progressistas" que colaborassem para acabar com a secessão — um claro convite aos soviéticos e cubanos para levar a cabo o seu dever internacionalista. Até agora, entretanto, os cubanos mantiveram silêncio sobre o alcance de seu esforço na Eritreia.

O Dilema Cubano na Eritreia

Podemos entender a posição de Cuba (ou a sua não-posição) na Eritreia. Podemos entendê-la, e, possivelmente, até mesmo simpatizar com ela. Por um lado, um chegado aliado está pedindo

mais assistência armada. Por outro lado, o atendimento desses apelos cria sérios problemas para Fidel Castro — problemas que não têm respostas imediatas. O primeiro seria o preço de tal assistência. A destruição das guerrilhas eritreias seria bem dispendiosa do que a campanha de Ogaden, já que os insurgentes eritreus somam agora 45 mil soldados, protegidos por um terreno acidentado e por uma população simpática, e têm ainda o apoio dos regimes árabes radicais e moderados. Sua destruição custaria elevadíssimo número de mortos entre as forças repressoras, e não seria provável uma vitória sem grande esforço cubano.

O custo potencial, todavia, não termina aí. Cuba provocaria a hostilidade de estados árabes radicais como a Argélia, o Iraque, a Síria e, talvez mesmo, a Líbia — regimes com os quais Fidel Castro cooperou com entusiasmo, no passado. Os países africanos muçulmanos abaixo do Saara poderiam juntar-se ao coro da condenação e tornar-se uma embaraçosa participação. Há ainda uma outra razão para a relutância de Havana, o que uma figura da importância de Carlos Rafael Dominguez deletreou numa entrevista com o *Observer*:

"Ajudamos os eritreus em sua luta pela autodeterminação, dos tempos de Haile Selassie para a frente. Somos de opinião que deve haver alguma solução política para o problema da Eritreia, bem como conversações entre o governo eritreu e o governo central."

Entretanto, o arroubo da decisão de Fidel Castro não deve conduzir à conclusão errônea de que os cubanos ainda não atuaram na Eritreia. Ao contrário, sua presença tem-se feito sentir desde dezembro último, pelo menos. O papel de Cuba é relativamente pequeno, mas

suas forças comprometam-se a: (1) Guarnecer o perímetro em torno de Assab — um elo vital na logística soviético-cubana; (2) dirigir os bombardeios contra aldeias eritreias, o que aconteceu na primeira metade de 1978, e (3) assessorar as unidades de artilharia pesada na defesa de Asmara. Considerável controvérsia tem cercado a questão de saber quantos cubanos voltaram a ser mobilizados, depois da conclusão da campanha de Ogaden. As estimativas variam entre algumas centenas e seis mil. Porém, tais estimativas não têm muita importância numa situação fluida, sujeita a rápidas mudanças; uma vez que se tome uma decisão.

Até aqui, houve apenas um preliminar teste de armas etíope, iniciado, em maio do ano passado, com a tentativa da guarnição de Asmara para irromper da sitiada cidade. Não obstante, a nova campanha etíope, que foi truncada pela estação chuvosa de junho, não se mostrou mais bem sucedida do que os prévios esforços militares.

No outono de 1978, podiam ser tentadas as seguintes operações: (1) Conquista de grandes cidades na Eritreia; (2) abertura da rodovia Asmara-Massawa, e (3) apreensão dos suprimentos da Eritreia recebidos via Sudão. A última operação exigiria grande esforço militar, em que se mandariam colunas blindadas para o norte, de Gondar para a cidade de Om Ager, em poder dos eritreus. Tal operação não seria fácil e, certamente, exigiria a participação de unidades cubanas. Em todo caso, é provável que, em algum ponto, os cubanos sejam chamados a colaborar na pequena lista de objetivos que precisam ser alcançados, antes de o Exército Etíope poder movimentar-se para o território eritreu.

Todavia, mesmo a execução dessa pequena lista de objetivos pode gerar considerável atrito entre os aliados, especialmente no caso de haver grande número de baixas. Por outro lado, também não se sabe com certeza se os soviéticos e cubanos estão dispostos a tornar o regime de Mengistu completa e confortavelmente seguro de seus inimigos. Além de difícil, a missão também reduziria a dependência de Mengistu para com o bloco soviético. A verdade é que os ideólogos de Moscou e Havana não podem confiar inteiramente em um militar em Addis Abeba, cuja retórica política é ainda mais primitiva do que a de Fidel Castro, em 1959. Além disso, ao contrário do MPLA em Angola, os etíopes, ao que parece, não estão progredindo muito em seus esforços encaminhados a fundar um partido de estilo comunista. Realmente, a única conquista neste campo foi a destruição de vários partidos existentes, um dos quais, presume-se, teve o apoio de Cuba.

As Implicações Dominantes

É assombroso que uma pequena ação externa desempenhe um papel tão grande, ao ponto de afetar o futuro de um vasto continente. Desconcerta ver que este papel é animado por um *script* radical e anti-ocidental. No entanto, depois de quatro anos de contínuo esforço, muitos aspectos do papel de Cuba na África continuam ainda abertos ao debate.

A controvérsia acerca dos pormenores e nuances não pode, não obstante, ocultar o simples fato ou a significação da magnitude da presença militar cubana no Continente Africano. A estratégia de Havana pode estar aberta à investigação, mas não ao descrédito. O êxito da estratégia não é completo, mas as

conjeturas acerca de seu futuro fracasso não se alicerçam em nenhuma evidência.

Para sermos exatos, os batalhões de combatentes proletários internacionais de Fidel Castro estão longe de serem invencíveis. Não foram ainda seriamente testados. A Eritreia poderá prover esse teste. Entrementes, os Estados Unidos não chegaram nem mesmo a um esboço de contra-estratégia, lançando

mão, em vez disso, da retórica, que varia de tom, em conformidade com a audiência e a conveniência. Portanto, até que o governo norte-americano tome a sério os resolutos esforços de resolutos adversários, não terão os Estados Unidos muitas oportunidades de rivalizar mesmo com a pequena Cuba na influência do futuro da África.

O Autor é Diretor de Estudos Latino-Americanos no Center for Strategic and International Studies (CSIS), da Universidade de Georgetown, e membro da Junta de Diretores do Conselho de Segurança Interamericana. Consultor do Senado dos Estados Unidos sobre os Tratados do Canal do Panamá e do American Enterprise Institute for Public Policy Research, o Dr. Fontaine já publicou ou editou numerosas obras, inclusive Latin America's New Internationalism: Its Changing Role in World Affairs (1976), Latin America: Struggle for Progress (1977) e U.S. - Cuban Relations: A New, New Look (1977).



DESCOMPASSO NA ALTA TECNOLOGIA

Tércio Pacitti

Brigadeiro Engenheiro da Aeronáutica, Diretor do Departamento Técnico e Científico do DEPED - Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Aeronáutica (São Paulo).

NOTA: A Revista BUSINESS WEEK (Nov 1980) publicou um longo artigo, intitulado "HIGH TECHNOLOGY", evidenciando os problemas, peculiaridades e modificações estruturais com que as novas pequenas e médias empresas, produtoras de alta tecnologia, vêm atormentando o mercado de ações norte-americano. Por solicitação da Revista TENDÊNCIA (Bloch Editores) e com publicação simultânea na DEFESA NACIONAL, o Brig Eng TERCIO PACITTI, neste presente artigo, faz uma análise geral de causas e efeitos desse assunto, ilustrando com o modelo de implantação da tecnologia aeronáutica, em nosso País.

Altas tecnologias ou de ponta são aquelas que, dentro da vasta gama dos setores tecnológicos, estão sendo desenvolvidos hoje e serão absorvidas pela sociedade, nos próximos anos. Para cada época, existem setores "quentes" de alta tecnologia.

Para a presente década, dois setores "quentes" se destacam: o da *microeletrônica* e o da *bioengenharia*.

Para exemplificar, estão previstas, para os próximos anos, as seguintes aplicações, que, por si sós, explicam a grande corrida e confusão que estão ocorrendo no mercado de ações, em Wall Street, devido a investimentos desordenados em novas empresas produtoras de alta tecnologia.

MICROELETRÔNICA

1. Existirão, no mercado, circuitos integrados, "chips", do tamanho do dedo polegar, que equivalerão a um milhão

de transistores. Cada um deles terá a potência computacional do maior computador IBM, da Série 370.

2. Os novos carros serão projetados utilizando-se microprocessadores, para melhorar a eficiência do motor e seus equipamentos, assim como para realizar a manutenção preventiva de suas partes. Por exemplo, no "DISPLAY", será indicada a pressão do freio, que estará prestes a cair.

3. No fim da década de 80, as residências possuirão computadores ou terminais, assim como o correio estará todo automatizado.

4. Os vários bancos estarão todos interligados, por intermédio de uma rede de computadores, facilitando, instantaneamente, ou em tempo real, as retiradas e depósitos de cheques, em qualquer agência do País.

5. A medicina utilizará, extensivamente, os computadores, para realizar diagnósticos imediatos.

6. Haverá possibilidade de controlar, ou mesmo substituir, órgãos do corpo humano, assim como ajudar na restauração da vista, audição, voz, etc.

7. O volume das transmissões de dados excederá ao da voz e do vídeo.

BIOENGENHARIA

1. Produção de hormônios humanos e drogas, a partir de bactérias, como por exemplo: a insulina humana.

2. Processo inteiramente inédito na produção química, aqui incluindo o uso intensivo de microprocessadores, para se conseguir eficiência ótima.

3. Novos métodos para obtenção de energia, a partir da biomassa.

4. Novas e melhores variedades de produção agrícola.

5. Grandes aplicações resultantes da decodificação da hereditariedade, a partir do ácido desoxiribonucleico.

6. Aqui no Brasil, um campo inteiramente aberto é o projeto e produção de usinas de álcool, que sejam inteiramente *otimizadas*, utilizando microprocessadores e recentes resultados da biogenética.

7. Como resultado da crise de energia, a alcoolquímica constitui campo aberto para pesquisas e desenvolvimentos de novos produtos, que venham substituir os oriundos do petróleo.

EMPRESAS DE "CUCA"

Portanto, com tamanha abertura de novas possibilidades empresariais, industriais e de pesquisa, as quais significam também *grandes possibilidades de novos mercados* e, conseqüentemente, bons lucros, já começou nos Estados Unidos a corrida para investimentos em novas empresas de alta tecnologia, como, por exemplo, a GENENTECH, a MITRAL

MEDICAL, a SCI-TEX, a MAGNUSON COMPUTER, cujas ações têm disparado no mercado.

Um problema surgido é que os investidores e industriais conservadores sentem-se confusos, desorientados e inseguros por não possuírem ainda experiências em aplicações financeiras, nesses novos mercados, induzidos pela alta tecnologia. Esses novos campos de aplicação ainda não possuem a tradição exigida pelos investidores conservadores.

Esta é a razão pela qual um grande número de *cientistas e pessoas mais arrojadas*, que trabalham em pesquisas, nas universidades norte-americanas, se envolveram, com sucesso, nos novos empreendimentos de alta tecnologia, tornando-se empresários, industriais, ou mesmo, investidores. Assim, nomes como William Shockley, Fairchild, Hewlett, Packard e, mais recentemente, Herbert Boyer, da Universidade da Califórnia, que é Vice-Presidente da GENENTECH, Walter Gilbert, pertencente à BIOGEN e David Baltimore, do MIT, principal consultor da GENETICS INC. Estes dois últimos cientistas são ganhadores do Prêmio Nobel em suas especialidades.

Eis a razão dessas novas empresas serem popularmente chamadas "empresas de cuca" (Brain Industries).

ALTA TECNOLOGIA — O TOPO DO "ICEBERG"

É glamoroso e motivante saber que se trabalha na fronteira do conhecimento humano, origem das tecnologias de ponta.

Elas são novidades. A humanidade sempre apreciou novidades. É algo que fascina; é algo que desafia, pois não se sabe, ainda, com detalhes, o que se espe-

ra do outro lado; seus benefícios e suas conseqüências. E, para o homem, da ciência, isto é, ainda, mais fascinante; as novas descobertas científicas e suas aplicações são os grandes motivos de sua vida.

Assimilando Schumacher (do livro "SMALL IS BEAUTIFUL"), pode-se dizer que, para cada época, as altas tecnologias representam o topo do "Iceberg". Aquela parte que aparece e todo mundo vê — de longe. Entretanto, embaixo do topo, para que ele flutue, existe dez vezes mais a parte visível. Essa grande parte submersa não é visível, e sem ela, o topo será destituído de valor. Se essas dez vezes não forem fornecidas pelo País, ou Sociedade, o topo desaparecerá.

A tendência moderna é ver e adquirir consciência apenas do visível e desprezar a grande parte invisível, que possibilita o visível e o mantém em funcionamento. Parece-nos que os "brokers" e os "under writers", de Wall Street, ainda estão enxergando só o topo do "Iceberg". Por outro lado, a estrutura de ensino e pesquisa norte-americana já enxergou o "Iceberg" como um todo, desde há muitas décadas atrás, o que é basilar para desenvolvimento científico e tecnológico de qualquer país.

EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DE PONTA

Em artigos publicados nas Revistas DEFESA NACIONAL⁽¹⁾ e na SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO⁽¹⁾, já sugeriram algumas idéias de apoio às tecnologias de ponta, no Brasil. Essas idéias serão aqui incorporadas à imagem de "Iceberg".

(1) SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO (ESG) n.º 173 e DEFESA NACIONAL n.º 687, ano 1980.

Para que setores da alta tecnologia se implantem sadiamente no País, isto é, o topo do "Iceberg", será necessário que o País possua uma estrutura educacional de excelência, conjugada a linhas de pesquisa bem definidas e orientadas para aqueles setores de interesse nacional. Naturalmente, essas condições não excluem outras aqui não consideradas. Entretanto, a referida estrutura educacional é de extrema importância — é a base do "Iceberg", que deve ser proporcionada pela sociedade.

Tomemos por exemplo a tecnologia aeronáutica e aeroespacial desenvolvidas no Brasil e mencionadas nos referidos artigos⁽²⁾.

Para as condições brasileiras, a tecnologia aeronáutica, em seu amplo spectrum, é considerada uma tecnologia de ponta. A Tecnologia Aeroespacial é considerada de ponta não só para o Brasil, como para os países mais adiantados. Elas constituem o "Topo do Iceberg", aquilo que sempre aparece e é visível ao grande público: são os aviões projetados e construídos no Brasil, os BANDEIRANTES, os XINGUS, os XAVANTES, que hoje são exportados e os T-27 e BRASÍLIAS, que logo estarão no mercado; são os foguetes lançados na Barreira do Inferno — SONDA I, SONDA II, SONDA III e o prenúncio do IV; são as nossas indústrias se beneficiando dos resultados da pesquisa, como a EMBRAER, a AVIBRÁS, a ELETROMETAL, TECNASA, etc. e outros benefícios já do conhecimento do público brasileiro.

Entretanto, *menos se comenta ou menos se tenta tirar ensinamentos* do modelo e do grande esforço quase anônimo (a base do "Iceberg"), que possibilitaram à indústria aeronáutica e aero-

(2) Ibidem.

espacial se tornar uma realidade no Brasil.

A BASE DO "ICEBERG"

Verificando que, tentativas anteriores, para implantação da indústria aeronáutica no Brasil, careciam de continuidade (isto é, careciam de uma base ampla de apoio), em fins da década de 40, o então Cel Casimiro Montenegro Filho, engenheiro, homem de grande visão do futuro, em conjunto com um grupo de pioneiros idealistas e com o endosso integral do Ministério da Aeronáutica, resolveram conceber um plano que proporcionasse ao Brasil uma Indústria Aeronáutica de uma maneira *não imediatista*.

Primeiro resolveu construir a base do "Iceberg", o invisível, para que mais tarde a juventude, devidamente preparada, competente e com mais profundidade que os próprios pioneiros, trabalhasse com sucesso no topo do "Iceberg", a parte visível. Eles abdicaram de colher possíveis louros, na época.

Com essa concepção estratégica, inicialmente, criaram uma Escola de Engenharia, com organização e disciplina peculiares, para que se formasse uma massa crítica de engenheiros altamente capacitados e com nova mentalidade aeronáutica. Esta Escola, o ITA, em seus primeiros anos, formou engenheiros que a nova mentalidade exigia, para um mercado de trabalho ainda inexistente no Brasil. Desde o início da década de 50, o ITA formava seus engenheiros em eletrônica e aeronáutica.

Somente em 1960, as indústrias eletrônicas e de comunicações brotaram, em larga escala, no Brasil, e somente no fim da década de 60, a Indústria Aeronáutica começou a absorver, plenamente,

os engenheiros especializados em aeronáutica. Produziram-se engenheiros e cientistas para o *mercado do futuro*.

Salienta-se que a intenção era produzir engenheiros educados dentro de uma organização e disciplina todas peculiares: a organização orientada para manutenção da continuidade acadêmica (que não pode ser ameaçada pelas constantes mudanças administrativas) e a disciplina, orientada para um regime de ordem consciente de seus alunos.

Não ficou somente na educação. A pesquisa e o desenvolvimento foram uma consequência natural, utilizando-se a mão-de-obra do bom padrão existente. Assim, surgiram o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), o Instituto de Fomento Industrial (IFI), o Instituto de Atividades Espaciais (IAE), constituindo, assim, o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e, finalmente, a Indústria Aeronáutica e Aeroespacial, instalados nos arredores de São José dos Campos. Essas organizações estão ligadas por um cordão umbilical, *tendo o ITA como o gerador do sistema, na ponta inicial desse cordão*.

CONCEITOS

A grande lição, em âmbito mais amplo, do modelo descrito, é que as escolas de engenharia, sua pós-graduação e os institutos de pesquisas, sejam eles da universidade ou isolados, devem ter o ensino orientado e a pesquisa diretamente envolvida com o desenvolvimento nacional. A educação acoplada deverá ser proporcionada por organizações estáveis, com disciplina austera, porém consciente, despertando no jovem, desde cedo, a consciência do papel relevante que prestará à sociedade, dentro do campo tecnológico escolhido. *Somente com os*

juvenes é que se criam novas mentalidades. É um processo não imediatista. São eles que trabalharão no futuro, no topo do "Iceberg".

Em adição ao tradicional apoio que as universidades dão ao desenvolvimento das altas tecnologias — através da formação de recursos humanos (algumas delas têm dado *apoio direto*, como, por exemplo, o aparecimento do "Silicon Valley", ao redor da Universidade de Stanford (USA), onde existem cerca de 800 pequenas e médias empresas dedicadas à microeletrônica, lasers, comunicações, instrumentação, etc. e aqui no Brasil, o complexo industrial ao redor do CTA, em São José dos Campos), parece-nos que já se pode pensar que a universidade, através de seus Institutos de Pesquisas Especializados, também patrocinem e incentivem empreendimentos nas faixas de alta tecnologia. Estes empreendimentos poderiam estar vinculados, de *alguma maneira inteligente*, aos Institutos, sem prejuízos de outras atribuições universitárias. A Universidade de Harvard começa dando o exemplo, com a criação de uma Empresa de Enge-

nharia Genética, cujos "royalties" advindos equilibrarão o seu orçamento, quase sempre escasso para outros setores universitários. Uma experiência semelhante está-se iniciando no Brasil, na UFRJ, a qual através de um convênio especial, recebe "royalties" de uma empresa que industrializa os protótipos de alta tecnologia, desenvolvidos no NCE-COPPE-UFRJ.

Portanto, parece-nos que, para os próximos anos, a tendência dos setores tecnológicos da Universidade é se envolver, cada vez mais, com pesquisas que resultem em empreendimentos de alta tecnologia, seja através de iniciativas isoladas de seus cientistas, ou mesmo participando institucionalmente. Esse envolvimento, além de poder ajudar a manter sua própria sobrevivência financeira, numa época em que os recursos para a educação universitária se tornam escassos, a tornará mais participante e integrante do desenvolvimento nacional. Entre outras, essas circunstâncias ou fatores, que atuam simultaneamente no espaço e no tempo, poderão constituir as dez partes *invisíveis* do "Iceberg".



REFORMULAÇÕES NO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO - 1980

Durante o ano de 1980, o Banco Nacional da Habitação (BNH) realizou uma série de alterações no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com o objetivo de atuar em perfeito acordo com as diretrizes lançadas pelo Governo João Figueiredo. As reformulações introduzidas no SFH são as seguintes:

1. Reformulação do Programa Institutos de Previdência Social: Através do Programa Institutos todos os servidores da administração direta e indireta, seja dos estados ou dos municípios, incluindo aqueles contratados no regime da CLT, passaram a ter direito a financiamento do BNH para compra de habitação. Além dos Institutos, poderão ainda participar deste programa as entidades assistenciais de direito público integrantes da estrutura administrativa de órgãos civis ou militares da União, estados e municípios que tenham também por objetivo a realização de operações imobiliárias para atendimento a seus beneficiários. Além dos empreendimentos promovidos por essas entidades, os servidores passaram a ter direito também a financiamentos individuais para aquisição de unidades habitacio-

nais em construção ou concluídas com até 180 dias de habite-se; aquisição de terreno e construção de casa própria; construção de habitação em terreno próprio e recuperação e melhoria de unidade habitacional de propriedade do beneficiário. O valor médio unitário das habitações financiadas pelo programa não deverá ultrapassar 1.350 UPC.

(R/BNH n.º 37/80 - 07.01.80)

2. Financiamentos só Para Empresas Nacionais: O BNH determinou que todas as entidades do SFH só poderão realizar operações de empréstimo, financiamento ou repasse destinadas à construção de habitações ou a obras de infra-estrutura urbana com empresas construtoras nacionais. As empresas controladas por pessoas físicas ou jurídicas residentes no

exterior, poderão ser autorizadas pelo BNH em casos especiais de obras que por suas características tecnológicas exijam a participação de tais empresas.

(R/BNH n.º 43/80 — 14.01.80)

3. Reformulação do Programa de Cooperativas Habitacionais: Ao reformular o Programa de Cooperativas, o BNH reduziu ao máximo os processos burocráticos aos quais ele está submetido, eliminando a necessidade de diversos contratos para uma mesma operação e trazendo como efeito uma redução no custo das habitações produzidas. Faz parte dessa desburocratização a possibilidade da cooperativa habitacional comprar terrenos antecipadamente para seus empreendimentos. O critério de remuneração dos agentes financeiros passou a ser diretamente proporcional ao número de habitações produzidas e não mais ao custo destas unidades.

(R/BNH n.º 44/80 — 14.01.80)

4. Caução e Retenções: Para induzir os empresários da construção civil a realizarem maior número de obras de interesse social dentro do Sistema Financeiro da Habitação, o BNH decidiu aumentar sua disponibilidade de capital de giro. Para isso reduziu, de 2 para 1% do valor do contrato de obras, o percentual de caução exigido desses empreiteiros para o fiel cumprimento das obras e, de 4 para 2% do valor de cada fatura, o percentual retido pelo agente promotor do empreendimento. As empresas poderão ainda

do cumprirem seu cronograma físico. Tudo isso se fará sem prejuízo das multas contratuais por atraso de obra. A caução e as retenções poderão ser representadas por dinheiro, fiança bancária, títulos da dívida pública, letras imobiliárias ou outros títulos que vierem a ser admitidos pelo BNH, sendo que a caução em dinheiro será remunerada com juros e correção monetária.

(R/BNH n.º 49/80 — 21.01.80)

5. Modificações no Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais — FINC: Com o objetivo de favorecer as regiões de menores recursos, o BNH adotou, para os projetos compreendidos nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, redução de 50% nas taxas de juros em vigor e ampliação de 7 anos (de 18 para 25 anos) nos prazos de financiamentos de obras de infra-estrutura, que beneficiam conjuntos habitacionais financiados pelo BNH.

(R/BNH n.º 50/80 — 21.01.80)

6. Penalidades às SCI e APE: Considerando as decisões do Conselho Monetário Nacional, o BNH instituiu o Regulamento de Aplicação de Penalidades às Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimo, seus administradores, membros de conselhos consultivos e fiscais e semelhantes, que infringiram as normas legais ou regulamentares que disciplinam as atividades sujeitas à fiscalização do BNH. As penalidades incluem: advertência, multa pecuniária variável, suspensão do exercício de cargos, inabilitação temporária ou permanente

para o exercício de cargos de direção na administração de SCI ou de APE, cassação da autorização para funcionamento, detenção e reclusão.

(R/BNH n.º 51/80 — 04.02.80)

7. Reformulação do Programa de Complementação Urbana — CURA: Com o objetivo de dar maior agilidade ao CURA e adaptá-lo às novas diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), o BNH centralizou as decisões e responsabilidades administrativas referentes a este programa nos municípios beneficiados que serão os únicos agentes promotores e beneficiários finais. O Norte, Nordeste e o Centro-Oeste foram definidos como regiões prioritárias. Através de financiamentos para planificação e execução de obras de infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários, o CURA pretende: racionalizar o uso do espaço urbano e elevar os padrões habitacionais de áreas específicas dos diversos municípios; promover adensamento populacional destas áreas; ampliar a oferta de terrenos urbanizados e estimular seu aproveitamento pela aplicação de mecanismos fiscais indutores e, ainda, proporcionar apoio a projetos habitacionais, especialmente aqueles destinados à população de baixa renda.

(R/BNH n.º 53/80 — 11.02.80)

8. Programa Condomínio: Criando este programa o BNH permitiu que os agentes do Sistema Brasileiro e Poupança e Empréstimo (SBPE) financiem empreendimentos habitacionais sob forma de

condomínios, incluindo a aquisição do terreno e a construção de habitações. O valor máximo de cada financiamento individual será de 3.500 UPC, limitando a 700 UPC a parcela destinada à cota do terreno.

(R/BNH n.º 54/80 — 03.03.80)

9. Aumento do Limite de Empréstimo e Financiamento para Programas Sociais: O limite para os empréstimos e financiamentos a serem concedidos pelas entidades do Sistema Financeiro da Habitação Popular (SIFHAP), destinados à produção e comercialização de habitações de interesse social, foi elevado de 500 para até 650 UPC. Isso só será permitido, entretanto, quando forem incluídos no custo da habitação, custos das obras de infra-estrutura necessárias ao conjunto, caso em que o custo médio das unidades habitacionais no conjunto não poderá ultrapassar 500 UPC.

(R/BNH n.º 55/80 — 03.03.80)

10. Reformulação da Linha de Crédito Para Pequenos Conjuntos: O BNH permitiu que a linha de crédito para os agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação financie a construção de pequenos conjuntos de até 400 habitações ou lotes urbanizados. Essa decisão veio ampliar a resolução tomada pelo BNH em 06.11.79, que criou a linha de crédito para a produção de pequenos conjuntos de até 200 residências ou lotes urbanizados, a fim de agilizar os programas habitacionais na área do Plano Nacional da Habitação Popular (Planhap).

(R/BNH n.º 56/80 — 03.03.80)

11. Redução nos Juros do Planasa: O BNH reduziu em 50% as taxas de juros das operações realizadas através do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) em conjuntos habitacionais, aumentando também de 8 para 25 anos os prazos de amortização dos financiamentos concedidos através deste plano nas áreas da SUDAM e da SUDENE. Os juros passaram de 2% para 1% e de 4% para 2%.

(R/BNH n.º 59/80 — 17.03.80)

12. Crédito Rotativo para COHAB: As companhias de habitação popular (COHAB) dos estados e municípios de todo o País poderão receber do BNH, através de suas agências regionais, um crédito rotativo no valor de 100.000 UPC por entidade. Este crédito deverá ser destinado exclusivamente à aquisição de terrenos para pronta utilização em conjuntos habitacionais populares, e permitirá também uma constante disponibilidade de recursos. Através deste crédito a Cohab terá condições de dar um sinal de 30% ao vendedor do terreno. Este crédito só será concedido à Cohab que estiver em situação regular perante o BNH.

(R/BNH n.º 60/80 — 17.03.80)

13. Multa para Burocracia: A diretoria do BNH aprovou a aplicação de uma multa no valor de 10 vezes o maior salário de referência do País, ao agente financeiro que exigir do comprador de imóvel pelo Sistema Financeiro da Habitação mais do que os documentos estabelecidos pela Lei 6.748 de dezembro de 1979. Para os financiamentos de até 1.500

UPC são necessários os seguintes documentos: carteira de identidade, a carteira de trabalho e previdência social ou contra-cheque, o contrato de trabalho e a assinatura na ficha sócio-econômica.

(R/BNH n.º 61/80 — 17.03.80)

14. Prorrogação do Prazo para Financiamento de Imóveis com mais de 180 Dias de Habite-se: O BNH prorrogou até 31 de outubro de 1980, o prazo para financiamento dos imóveis novos com mais de 180 dias de habite-se. O novo prazo de vigência modifica o item 31 — P/BNH 34/79 de 17.12.79.

(R/BNH n.º 62/80 — 24.03.80)

15. Comissões Itinerantes: O BNH criou em suas agências regionais comissões itinerantes, com a incumbência de percorrer, segundo programação ajustada aos interesses dos serviços, o interior da região sob a jurisdição da agência, a fim de, em cooperação com os Governos Estaduais e/ou Prefeituras Municipais, proceder ao levantamento das necessidades de imóveis residenciais e de obras de infraestrutura habitacional. Estas comissões serão integradas por representantes dos setores de Programas Habitacionais de Natureza Social, de Programas Habitacionais Cooperativos e Especiais, de Operações do Sistema Financeiro do Saneamento, de Programas de Desenvolvimento Urbano e de Mobilização de Terras, designadas com a recomendável rotatividade pelo corrente regional.

(R/BNH n.º 63/80 — 24.03.80)

16. Cancelada Exigência de Poupança em Todos os Financiamentos de até 650 UPC: Os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), não exigirão mais a poupança dos financiamentos de até 650 UPC. O pretendente à casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação que quiser comprar imóvel de valor de até 650 UPC receberá 100% do financiamento para adquirir esse imóvel. Antes o comprador tinha que dar uma parcela de no mínimo 10% do preço de aquisição do imóvel como poupança. Para os financiamentos concedidos na área de interesse social a poupança já não era exigida desde 1977.

(31.03.80)

17. Agência Volante de Atendimento Imediato às Calamidades: O BNH criou uma agência volante, de caráter provisório, para atendimento imediato às populações atingidas pelas calamidades. A criação da agência volante é coordenada pelo Diretor da Área de Programas Habitacionais de Natureza Social, e o responsável pela agência tem como atribuição o pronto atendimento das necessidades habitacionais das populações atingidas.

(R/BNH n.º 54/80 — 7.04.80)

18. Programa Nacional da Habitação para o Trabalhador Sindicalizado — PROSINDI: Os Ministros do Interior, Fazenda e Trabalho assinaram convênio no dia 15.1.80 instituindo o Prosindi que será executado através de cooperativas habitacionais destinadas especifi-

camente a trabalhadores sindicalizados com salários de até seis vezes o salário mínimo. Será implantado em terrenos cedidos pela União, estados e municípios próximos às periferias urbanas, onde os trabalhadores possam contar com serviços de transporte, saúde, educação e lazer.

(R/BNH n.º 64/90 — 07.04.80)

19. Modelo de Indução: A diretoria do BNH, aprovou o Modelo de Indução, com o qual espera estimular os agentes financeiros do SBPE a destinarem maior volume de recursos a financiamentos de imóveis populares. Através desse modelo, o BNH criou operações especiais com as quais os agentes financeiros só poderão trabalhar se aplicarem em habitação popular. O agente financeiro que a partir de 31 de março de 1979 aplicou recursos próprios (capital + reservas + captação em cadernetas de poupança + letras imobiliárias) em financiamentos de até 1.350 UPC, poderá dispor de 30% desses recursos para aplicar nas operações especiais. Tal quantia poderá ser acrescida de 15% do montante de financiamentos acima de 1.350 UPC até 1.800 UPC e de 8% do montante de financiamento acima de 1.800 UPC até 2.250 UPC no mesmo período. Para os financiamentos acima de 2.250 UPC, não há parcelas para aplicação nas operações especiais. Entre as operações especiais destacam-se: empréstimo para produção de imóveis de uso não habitacional e financiamento para comercialização desses imóveis; financiamentos para ampliação e melhoria de imó-

vel habitacional e não habitacional; empréstimo a mutuário do próprio agente financeiro para pagamento de prestações de áreas e financiamentos para comercialização dos lotes urbanizados referentes a estas áreas; financiamento de imóveis usados e financiamento para capital de giro de empresas produtoras de materiais de construção de interesse do SFH. Revoga Resoluções: R/BNH 17/79 e R/BNH 19/79 (31.10.80 e 30.04.80), respectivamente.

(R/BNH n.º 15/80 — 07.04.80)

20. Dispensa de Poupança até 1.350 UPC: O BNH autorizou os agentes financeiros do SFH a concederem aos compradores de casa própria financiamentos de 100% do preço de aquisição da habitação, quando este valor não ultrapassar a 1.350 UPC, dispensando portanto, a exigência de uma parcela apresentada como poupança, antes dispensada apenas para financiamentos de até 650 UPC. Torna-se sem efeito o item 16.

(R/BNH n.º 66/90 — 07.04.80)

21. Seguro de Garantias de Obrigações Contratuais: O BNH aprovou a possibilidade de substituição das cauções e retenções pelo Seguro de Garantia e Obrigações Contratuais do Executante (GOC-E). Visando garantir todas as obrigações assumidas pelo empresário, especialmente o cumprimento do prazo para entrega da obra, a importância segura deverá corresponder a 3% do valor da empreitada e as empresas construtoras deverão estar cadastradas no

Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

(R/BNH n.º 68/80 — 08.05.80)

22. IOF no SFH: O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que antes não incidia sobre as operações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), passou a incidir, a partir do dia 22.04.80, para os empréstimos ao agente promotor, acima de 2.250 UPC. O agente promotor pagará 6,9% sobre o valor unitário médio de empréstimo que exceder a 2.250 UPC, em cada parcela que receber do agente financeiro do SFH para seu empreendimento, durante o período de construção. O IOF não incidirá sobre os juros. O mutuário final só pagará IOF sobre a parcela do financiamento acima de 2.250 UPC, quando este se destinar à construção, reforma e ampliação da habitação. Este imposto será recolhido pelo agente financeiro que conceder o crédito. Instituído pelo Decreto-lei n.º 1.783 de 18.04.80, o IOF foi regulamentado pela Resolução n.º 610, do Conselho Monetário Nacional, de 18.04.80, que por sua vez foi regulamentada pelas circulares do Banco Central n.º 523 e 525.

(Res. n.º 610 do CMN de 18.04.80)

(Circ. do Bc. Central 525)

23. Creches: O BNH determinou que em cada projeto de conjunto habitacional de interesse social financiado com recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), será obrigatoriamente exigido, como equipamento comunitário essencial, a inclusão de cre-

che destinada aos filhos dos moradores do conjunto.

(D.D. 763.^o de 28.04.80)

24. Programa Habitacional para Servidores Públicos — PROHASP: Através do PROHASP serão desenvolvidas cooperativas habitacionais para os servidores estaduais, municipais e da União, tanto da administração direta como autarquias, lotados nos três Poderes. O prazo de amortização será em função da idade do servidor atendido. A soma da idade com esse prazo não poderá ultrapassar 85 anos. Este programa prevê que no cálculo da renda do funcionário poderá ser considerado o benefício fiscal previsto no Decreto-Lei n.^o 1.358, entregue a ele a partir do segundo ano de pagamento das prestações da casa própria. Através do PROHASP o funcionário poderá obter financiamento para: aquisição de habitação de empreendimento desenvolvido pelo agente promotor, aquisição de habitação já construída, construção de unidade em terreno próprio, aquisição de terreno e construção da unidade e recuperação da habitação subnormal realizada pelo próprio funcionário.

(R/BNH n.^o 69/80 — 08.05.80)

25. Redução de Juros na área de Interesse Social: O BNH, reduziu de 0,6 a 1% ao ano os juros cobrados ao comprador de casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) que obtiver financiamento na área de interesse social e no qual estiver incluído custos de infra-estrutura, sem ônus para o agente financeiro. A me-

diada tem como objetivo não sobrecarregar o comprador de casa própria de baixa e média rendas, quando o local do imóvel não possuir infra-estrutura urbana, o governo do estado ou do município não puder custeá-la e o valor destas obras for incluída no financiamento. Esta medida atinge todos os programas do BNH da área de interesse social, inclusive programas como o Prosindi, Prohasp, Institutos de Previdência, Prohemp e Cooperativas Habitacionais.

(R/BNH n.^o 70/80 — 05.05.80)

26. Prefixação da Correção Monetária: O Conselho Monetário Nacional resolveu, em reunião de 02.04.80, limitar em 45% a taxa de correção monetária para o ano de 1980.

(R-BC/n.^o 65 — 02.04.80)

O Conselho Monetário Nacional decidiu, em reunião de 25.06.80, limitar novamente em 50% a taxa de correção monetária de Jul./80 a Jul./81.

27. Agência Especial no Nordeste: O BNH criou uma agência especial de natureza transitória, para execução do Plano Nacional da Habitação Popular (PLANHAP) nos estados do Nordeste afetados pela seca e que tenham colocado em situação de emergência as áreas atingidas. As atividades da agência especial são coordenadas pelo Diretor da Área de Programas Habitacionais de Natureza Social.

(R/BNH n.^o 71/80 — 12.05.80)

Em 06.10.80 a agência especial encerrou suas atividades.

(D.D. n.^o 786 — 06.10.80)

28. Regulamentação do PROMORAR: Este programa tem como meta recuperar favelas em todo o Brasil, construindo habitações, promovendo o desenvolvimento comunitário, infra-estrutura urbana e, diferentemente dos Programas de Habitação Popular, atuando no mesmo espaço onde se localizam as favelas. Destinado a famílias de zero a três salários mínimos, o Programa de Erradicação da Subabituação (PROMORAR) pode se utilizar dos programas do BNH para a área de interesse social.

(R/BNH n.º 72/80 — 12.05.80)

29. Tabela Price até 2.250 UPC: A opção do mutuário pela Tabela Price, como sistema de amortização de seu débito com a compra da casa própria, se estendeu a financiamentos de até 2.250 UPC, a partir de 26.05.80. O Sistema de Amortização Constante (SAC) e o Sistema de Amorização Misto (SAM) são opcionais para todos os financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação, até 3.500 UPC.

(R/BNH n.º 73/80 — 25.06.80)

30. Ampliação nos Prazos do PLANASA: O BNH ampliou para 54 meses (4 anos e meio) o prazo máximo de carência e para 360 meses (30 anos) o prazo de amortização, nos empréstimos às companhias estaduais de saneamento realizados pelo BNH e pelos fundos de financiamento para água e esgoto (FAE) referentes ao PLANASA, no que se refere a empréstimos para esgotos sanitários.

Quanto ao abastecimento de água, o prazo de carência é idêntico ao acima citado enquanto o de amortização é de 216 meses.

(R/BNH n.º 74/80 — 30.06.80)

31. Ampliação de Limite de Aplicação das APE: As APE que apresentarem volume de créditos sem retorno e de imóveis retomados de até 4% do total de seus financiamentos imobiliários, passaram a poder elevar suas aplicações com empresários da construção civil para até 40% do total de seus financiamentos imobiliários. O volume de recursos que cada APE pode emprestar a cada empresário, entretanto, não pode exceder a 8% do total de seus financiamentos imobiliários. Altera parágrafo 2.º do artigo 45 da RC n.º 05/78 (Regulamento das APE).

(R/BNH n.º 75/80 — 07.07.80)

32. Reformulações no PRO-ÁREAS: Ao reformular o Programa de Urbanização de Áreas (PROÁREAS), o BNH ampliou a possibilidade de compra de lotes para fins habitacionais. Entre as modificações realizadas destacam-se: a possibilidade de conceder financiamento em localidades com população a partir de 25 mil habitantes (antes era a partir de 100 mil); a permissão para iniciar a construção da habitação até 2 anos e meio após a compra do lote quando o valor do financiamento do lote for até 500 UPC; a ampliação do prazo de pagamento do terreno para até 60 meses; o limite de aplicação do agente financeiro, que antes era de até 20% do saldo

de captação dos recursos do público, passou a ser de 5% das aplicações imobiliárias próprias e o prazo de carência do agente promotor passou a se situar entre 30 e 36 meses.

(R/BNH n.º 76/80 — 21.07.80)

33. Novas Reformulações no Programa de Cooperativas: As reformulações efetuadas no Programa de Cooperativas tiveram como objetivo dar às empresas construtoras maiores facilidades à execução de empreendimentos. Entre as mudanças destacam-se: a possibilidade das construtoras se habilitarem à execução de empreendimentos apresentando apenas uma proposta preliminar do empreendimento do BNH e não mais um projeto pronto como era exigido; a publicação de edital em aberto, com prazos mais longos para a entrega de propostas preliminares, o que proporciona às empresas uma prorrogação antecipada de suas atividades e a redução de cerca de 55 dias no tempo gasto entre o pedido e a concessão do empréstimo pelo BNH.

(R/BNH n.º 77/80 — 23.07.80)

34. Empréstimo do BNH ao SBPE: O BNH alterou seu critério de participação financeira nos empreendimentos do SBPE, a fim de estimular os construtores e agentes financeiros a investirem em habitação popular. O valor máximo do empréstimo para a produção de habitação do BNH ao agente financeiro passou a variar em função inversa do valor unitário do empréstimo do agente financeiro ao agente promotor. Atingirá 85%

nos empreendimentos com o valor unitário de até 1.350 UPC; 75% na faixa entre 1.350 e 1.800 UPC e 65% nos empreendimentos com o valor unitário médio de até 2.250 UPC. Os juros do BNH ao agente financeiro, que antes eram de 8% independentemente da faixa, passaram a 6,2%, 7,3% e 8,3% para as três faixas acima referidas. Estes foram outros incentivos ao desenvolvimento da habitação popular e faz parte da indução aos empresários.

(R/BNH n.º 78/80 — 7.08.80)

35. Modelo de Indução ao Construtor: O BNH permitiu que os agentes financeiros do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) financiassem ao construtor, além da habitação, parte do custo do terreno destinado ao empreendimento habitacional de baixo custo. Esta parcela poderá atingir até 75% nos projetos cujo valor médio da habitação não ultrapasse 1.350 UPC; até 55%, não ultrapassando 1.800 UPC e até 40% não ultrapassando 2.250 UPC. O BNH resolveu também diferenciar os juros cobrados do construtor por faixa de empréstimo. Nos financiamentos de até 1.350 UPC a taxa foi fixada em 8% e naqueles situados entre 1.350 e 1.800 UPC, foi fixada em 9%. Antes, para todas as faixas, os juros eram de 10%. Estas são as principais vantagens oferecidas pelo BNH ao construtor para induzi-lo a realizar empreendimentos para a baixa renda.

(R/BNH n.º 79/80 — 07.08.80)

36. Juros para Mutuários em Atraso: O BNH resolveu elevar os juros de mora aplicáveis ao mutuário do SFH, no caso de pagamento em atraso dos encargos devidos. A quantia a ser paga para cada encargo em atraso corresponderá ao valor do encargo em cruzeiros na data de vencimento, acrescido do encargo adicional de 1,5% por decênio (dez dias) ou fração de atraso, entrando em vigor a partir de 1.º de outubro de 1980.

(R/BNH n.º 82/80 — 19.08.80)

37. Modificação das Normas do FAL: As principais modificações que o BNH realizou nas normas do Fundo de Assistência à Liquidez foram: 1. Os empréstimos do FAL passaram a ser concedidos mediante contrato de prazo máximo de três meses em vez de abertura de crédito em conta corrente; 2. Foi instituído um percentual único de depósito compulsório para cada agente em função do saldo da captação de recursos do público, mantendo-se a possibilidade de depósitos livres no que exceder; 3. A remuneração dos depósitos livres passou a ser determinada mensalmente pela Diretoria do BNH, mantendo-se a remuneração dos depósitos compulsórios em 6% ao ano, além da correção monetária, sendo que o crédito passou a ser trimestral em vez de mensal; 4. Eliminou-se a distribuição mensal de resultados, os quais ficarão retidos para formação de reservas.

(R/BNH n.º 84/80 — 03.10.80)

38. Fundo de Participação Comunitária: No âmbito dos progra-

mas a serem desenvolvidos através de cooperativas habitacionais, o BNH criou o Fundo de Participação Comunitária, com a finalidade de atender às despesas iniciais de implantação do condomínio ou de entidade que represente legalmente os moradores dos conjuntos habitacionais, aparelhamento de seu equipamento comunitário e outras finalidades que beneficiem o conjunto habitacional. Os recursos do fundo serão provenientes de pagamentos mensais feitos pelos associados das cooperativas habitacionais, que serão fixados em função do custo estimado da unidade habitacional, observados os seguintes valores:

— habitação de até 800 UPC	— 6 UPC
— de 801 a 1.100 UPC	— 9 UPC
— acima de 1.100 UPC	— 18 UPC

(R/BNH n.º 85/80 — 30.09.80)

39. Depósitos em Caderneta até o 5.º dia Útil do mês: O depositante em caderneta de poupança passou a ter o prazo de até o 5.º dia útil de cada mês para realizar seu depósito, elevando o saldo médio sobre o qual incidirão os rendimentos no trimestre, desde que não faça retirada.

(R/BNH n.º 87/80 — 02.10.80)

40. BNH Recebe Depósitos do SBPE: O BNH passou a receber em depósito recursos provenientes de entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), remunerando-os com correção monetária creditada mensalmente e com juros de 5, 5,5 e 6% ao ano, de acordo com o prazo de depósito que varia entre 6, 12 e

18 meses. Estes depósitos são recolhidos apenas durante os seis primeiros dias úteis de cada mês.

(R/BNH n.º 88/80 — 23.10.80)

41. Correção Monetária pelo INPC: Em 4 de novembro, o Ministro do Planeamento, Delfim Netto, anunciou que a partir de 1981 a correção monetária não seria mais prefixada, devendo variar em função do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A medida deverá vigorar a partir de janeiro de 1981.

42. Fundo de Produtividade e Expansão do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (FBPE): Passa a ter como finalidade básica apoiar financeiramente a formação técnica dos funcionários a serviço das entidades integrantes do SFH e, em particular, do SBPE, mediante programas de treinamento e cursos especializados a serem administrados pelo Centro Brasileiro de Poupança e Empréstimo (CBPE). Constituído de contribuições compulsórias do BNH e das entidades integrantes do SBPE, o FBPE é gerido por um conselho de administração.

(R/BNH n.º 89/80 — 28.11.80)

43. Comissão Paritária BNH-ABECIP: O BNH criou uma Comissão Paritária BNH-ABECIP para Assuntos de Comunicação Social, sendo integrada pelo Chefe da Secretaria de Comunicação Social do BNH e pelo Presidente da Comissão de Marketing da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP). Esta comissão foi criada com o objetivo de assessorar

tecnicamente as campanhas de promoção institucional de interesse conjunto que venham a ser desenvolvidas. Revoga Resoluções: R/BNH 90/80 e R/BNH 92/80 (27.11.80 e 16.12.80), respectivamente.

(R/BNH n.º 97/90 — 07.01.81)

44. Juros da Poupança: As cadernetas de poupança com depósitos superiores a 2 mil UPC voltarão a render juros de 6% ao ano, além da correção monetária, segundo resolução aprovada pelo Conselho de Administração do BNH. Os novos juros serão creditados às contas a partir de 1.º de abril de 1981, quando serão remunerados os depósitos realizados a partir de 1.º de janeiro. Ficou mantida a garantia do BNH aos depósitos de até 2.000 UPC. Revoga a R/BNH 14/79.

(R/BNH n.º 91/90 — 10.12.80)

45. Projeto Operário: Trata-se do Programa de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, que foi criado pelo BNH para formar operários especializados para trabalhar na indústria da construção civil, enquanto constróem habitações populares financiadas pelo banco. Serventes são treinados para desempenhar as funções de pedreiro, carpinteiro e armador, enquanto mestres-de-obras são aperfeiçoados para serem instrutores. Por enquanto o Projeto Operário está sendo realizado nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Espírito Santo e Bahia.

(D.D. n.º 754 — 25.02.80)

46. Redução da Carência da Caderneta de Poupança: O prazo de carência das contas de poupança cujo valor não ultrapasse 500 UPC, foi reduzido de 6 para 3 meses. Para a conta aberta até o dia 15 do segundo mês do trimestre civil, a data base para início de

contagem do período de carência passou a ser o primeiro dia do trimestre. Para a conta aberta após o dia 15 do segundo mês do trimestre, a data base passou a ser o primeiro dia do trimestre subsequente.

(R/BNH n.º 94/80 - 22.12.80)



INFORMAÇÕES

NOVA VERSÃO DO BANDEIRANTE

A EMBRAER iniciou o projeto de uma nova versão do avião BANDEIRANTE — o EMB-110P3, versão pressurizada, com capacidade de transportar 19 passageiros. A decisão de desenvolver o EMB-110P3 foi tomada tendo como base as informações obtidas dos 53 operadores de mais de 250 aviões BANDEIRANTE que voam pelos cinco continentes. Assim, dentro de 3 anos, a EMBRAER oferecerá ao mercado uma nova versão do EMB-110 que dará plena satisfação a seus operadores nacionais e internacionais.

O P3 decolará com lotação máxima de pistas localizadas a até 5.000 pés de altitude com temperatura ambiente de 35° e com o peso máximo de 7.000 kg. Ainda assim o novo BANDEIRANTE terá um alcance superior a 1.100 quilômetros, mais as reservas normais.

O interior do P3 alojará os passageiros em filas duplas de poltronas à direita e em filas simples à esquerda. A porta principal de passageiros será localizada atrás e à esquerda. Uma porta com escada incorporada ficará atrás e à direita da fuselagem, servindo tanto para acesso ao bagageiro, como para segunda saída de emergência.

Embora a principal característica externa do EMB-110P3 seja a sua nova empenagem em "T", o trem de pouso também será totalmente redesenhado. Terá rodas duplas tanto no trem principal como no do nariz. Seu projeto, como de toda sua estrutura, será para enfrentar a operação nos mais rudes ambientes.

A cabine de comando será ampla e funcional, diminuindo a carga de trabalho de pilotagem e apresentando um nível elevado de conforto e visibilidade. A cabine de passageiros possuirá uma largura interna de 1,60m e altura de 1,60m, tornando o avião um dos mais amplos e confortáveis dentro da sua categoria. Sob as poltronas haverá espaço para a coloca-

ção de bagagem de mão e o bagageiro terá um volume de 2,0m³, comportando 260kg de carga.

A nova versão do BANDEIRANTE será equipada com duas turbinas PRATT & WHITNEY PT6A-65 que fornecerão uma potência de 1.173 SHP, alimentadas por dois tanques de combustível com capacidade de 860 litros cada.

O primeiro protótipo do EMB-110P3 deverá voar em princípios de 1982 e a entrega das primeiras unidades de série está prevista para 1983.

O ESQUILO: O NOVO HELICÓPTERO MILITAR BRASILEIRO

Foi desenvolvida no Brasil, a partir do mais moderno helicóptero do mundo, a versão militar do ESQUILO, equipado com metralhadora 7,62 na cabine e lançadores de foguetes 35mm e 70mm, fabricados pela AVIBRAS.



Como sua versão civil já produzida no Brasil, ele usa os materiais e processos de fabricação das mais avançadas da década.

- Cabine de poli carboneto, com soldagem em ultrasons;
- pás e cabeça em fibra de fibra assegurando a maior resistência a impactos de balas e projéteis, vida infinita, como também imunidade à corrosão;
- concepção modular para os conjuntos mecânicos e a turbina, assegurando uma manutenção fácil e rápida, mesmo no campo;
- velocidade de cruzeiro elevado: 245 km/h;
- grande reserva de potência devido a uma turbina de 650 HP;
- cabine ampla para 6 (seis) pessoas, para observação, transporte de comandos, evacuação aero-médica, etc.;
- capacidade de carga externa até 906 kg;
- capacidade de carga interna até 3 m³.

DEFESA ANTIAÉREA DE ACOMPANHAMENTO

Um sistema de defesa antiaérea desenvolvido pela ELECTRONIQUE MARCEL DASSAULT e em operação em vários países, foi testado no Campo

de Provas de Marambaia, em projeto da SOBREL — Sociedade Brasileira e Eletrônica Ltda., utilizando o CBTP EE-11, URUTU, de fabricação ENGESA.

O sistema tem por finalidade a proteção de unidades em campanha, nos deslocamentos de colunas de marcha, nas operações anfíbias e em defesa de pontos sensíveis contra ataques aéreos a baixa altura e altas velocidades.

Trata-se de um excelente sistema para missões denominadas de "defesa antiaérea de acompanhamento", além de ser um auxiliar eficaz na defesa contra blindados.

O sistema consta, basicamente, de uma torre blindada com dois canhões automáticos calibre 20mm e uma metralhadora, 7,62mm, além das unidades de direção e tiro de processamento de dados do radar.

Sua eficiência é assegurada pela mobilidade e pela capacidade de engajamento de alvos a uma distância de 6 a 8 km, em intervalos de tempo entre 4 e 6 segundos e ainda, pela alta probabilidade de destruição do alvo, devida à precisão, à alta cadência e à eficiência dos tiros.

A SOBREL, empresa nacional, com o aporte da tecnologia desenvolvida pela ELECTRONIQUE MARCEL DASSAULT, tem co-



no projeto a fabricação do equipamento no BRASIL, através de progressiva nacionalização, apoiada em nossa indústria eletrônica e mecânica já reconhecidas internacionalmente como de elevado padrão de qualidade.

PROJETOR DE TELEVISÃO SOBRE TELA GRANDE EIDOPHOR

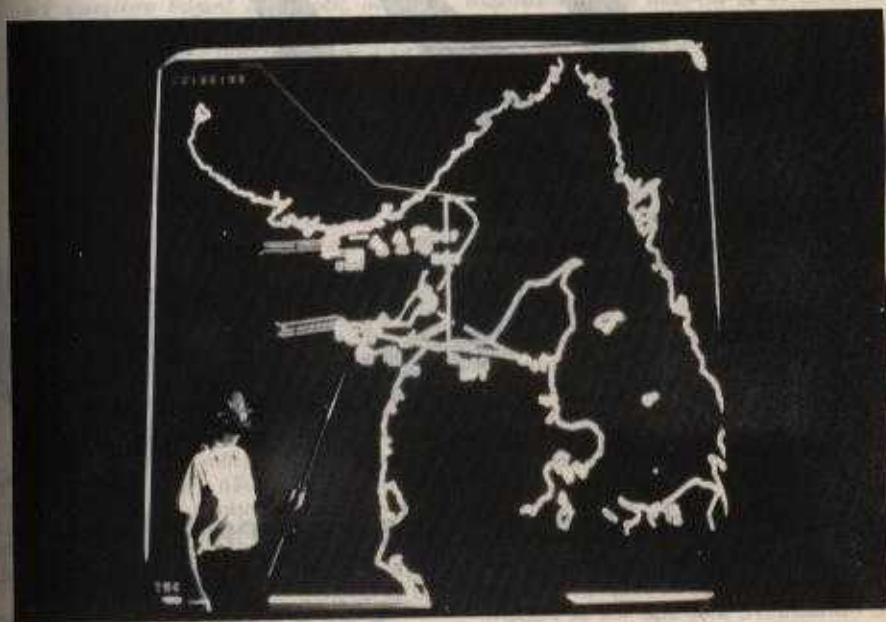
O sistema EIDOPHOR de projeção de televisão sobre tela grande deu à firma GRETAG, de Zurique, Suíça, celebridade mundial no campo das comunicações audiovisuais. O EIDOPHOR permite a retransmissão direta de imagens televisadas, bem como a retransmissão de filmes video, de sinais de ordenador e de rastreadores de radar.

Os projetores de televisão sobre tela grande EIDOPHOR desempenham, de ano para ano, um papel cada vez mais significativo, quer nos centros de comando quer nos centros de controle, e também nos simuladores para navegação no espaço, no ar e na água. Podem projetar uma imagem televisada de 200 m² e têm um fluxo luminoso de 7.000 lumens, garantindo assim uma imagem clara, brilhante e nítida em todos os ângulos.



Projektor EIDOPHOR Multi-Standard em cores, GRETAG 5170

Grças ao EIDOPHOR é possível a instrução de comandantes, pilotos e tripulações, sem a necessidade física de barcos ou aviões. Qualquer situação pode ser simulada sem problema e cada exercício pode ser repetido à vontade nas menores detalhes, o que economiza tempo e dinheiro.





LIVROS

ANARQUISTAS E COMUNISTAS NO BRASIL (1900-1935). John W. Foster Dulles. Trad. de César Parreiras Horta. Rio, Editora Nova Fronteira, 1977.

John W. Foster Dulles, Prof. da Universidade de Austin, Texas, é um conhecido e acatado estudioso da História do Brasil. Em 1967 publicou "VARGAS OF BRAZIL", seguido de "UNREST IN BRAZIL (1970)". Em 1973 apareceu nas livrarias norte-americanas a primeira edição de "ANARCHISTS AND COMMUNISTS IN BRAZIL, 1900-1935" cuja tradução brasileira é, aqui, comentada. Trata-se de um estudo sobre a formação e as atividades dos anarquistas e comunistas no Brasil, no período que vai de 1900 a 1935, ano da pérfida e fracassada Intentona Comunista.

Com base na valiosa coleção de jornais do líder anarquista Edgard Leuenroth, nas memórias inéditas do líder comunista Leônicio Basbaum, anotações e informações pessoais de Octávio Brandão, teórico do PCB, além da análise de imprensa da época, Foster Dulles descreve como começaram e se desenvolveram no Brasil as reivindicações operárias, inicialmente sob a inspiração dos anarquistas e, depois dos comunistas.

No período compreendido entre o início do século e a I Grande Guerra, o autor focaliza as sucessivas greves em favor da jornada de trabalho de 8 horas, aumento de salário e abolição do trabalho noturno para mulheres e menores. Formaram-se então organizações anarquistas e socialistas no Rio e em São Paulo. A imprensa mais vibrante era a dos anarquistas que promovia debates com os socialistas, em que eram discutidos conceitos de propriedade, tática, estratégia e sindicalismo. Com a criação do Estado soviético, não tardou em surgir o PCB, cujo primeiro esforço se concentrou na liquidação dos anarquistas, sob a alegação de serem incapazes de um movimento de maior vulto. Tal pretensão resultou no fim da década de 20 no enfraquecimento do PCB, agrava-

da por uma dissidência trotskista e por membros filiados à Aliança Liberal desafiando as ordens de Moscou que culminou na expulsão ou rebaixamento dos velhos líderes e na condenação de muitos intelectuais.

São centenas de páginas, minuciosamente documentadas, desvendando os bastidores das conspirações comunistas, das réplicas governamentais e de certos eventos-chaves de uma realidade já um tanto distante, mas ainda viva na memória de muitos, tais como o financiamento da Intentona pela URSS, que enviou, para tal fim, a soma de cem mil dólares, via Nova Iorque, para uma firma soviética em Montevideu. Começaram as insurreições em Natal e Recife, logo sufocadas. No Rio, após os assassinatos dos companheiros de farda, o Gen. Eurico Gaspar Dutra, Comandante da 1ª Região Militar, desconsidou o apelo dos comunistas que, finalmente, se renderam, incondicionalmente, ao meio-dia de 27 de novembro de 1935.

Sabe-se, hoje, que a Intentona resultou da preocupação de Moscou com a expansão nazista. Georgi Dimitrov, o enviado de Stalin, insistiu em 1934 na frente ampla entre comunistas e socialistas que no ano seguinte resultaria no sangrento fiasco da Praia Vermelha. Embora escrito com rigorosa objetividade, o livro foi alvo de muitas críticas na imprensa por parte de sobreviventes ou filhos de veteranos comunistas, melindrados com certos epítetos como "esses indivíduos".

No final do livro, Dulles explica o insucesso da Intentona pelo emprego de métodos que só teriam sucesso na Rússia, onde os líderes comunistas eram mais afeitos à realidade.

Recentemente, a imprensa comentou que John W. Foster Dulles estaria preparando um estudo sobre as atividades na Hanna Mining Co. no Brasil, além do 2º Volume de ANARQUISTAS E COMUNISTAS NO BRASIL relativo ao período de 1936 aos nossos dias. Aguardemos essas publicações.

COLETÂNEA L.

O OUTRO LADO DA COLINA. Ensaio histórico. Liddell Hart. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho e Haroldo Carvalho Neto. Edições Melhoramentos, Biblioteca do Exército. 391 pág. Cr\$ 360.

Uma novela de Eça propõe este dilema: se você apertar um botão mata um vago mandarim desconhecido em um remoto país chamado China e herda todos os seus bens. Convém lembrar que no tempo de Eça os mandarins acumulavam bens de fazer inveja aos atuais milionários.

O que o mandarim tem a ver com "O outro lado da colina", de Liddell Hart? É que o leigo em tática e estratégia fica pensando no dilema dos generais de Hitler em apertar ou não gatilhos e na direção de quem.

O autor, após estudar a Primeira Guerra (e o emprego dos blindados à semelhança da antiga cavalaria) fixa-se, neste ensaio, no testemunho, colhido pessoalmente, dos generais alemães que sobreviveram à Segunda Guerra. Melhor dizendo, a Hitler. Um estudo que dá o que pensar, pois o problema do ditador era sobreviver aos generais.

É livro-reportagem mais citado que lido no título original em inglês: "The other side of the hill". Vem de frase atribuída ao duque de Wellington:

— Tenho passado a vida tentando imaginar o que existe do outro lado da colina.

Em jargão militar o outro lado da colina significa não apenas topografia, mas inteligência. Pensar o que o outro — no caso o inimigo — estará pensando, sentindo, fazendo.

Hitler concentrava os dados e abusava da intuição. Aos generais permitia apenas parcelas das informações. E jogava com o seu prestígio junto à tropa de modo a se proteger contra golpes de gabinete.

Assim como Hitler, o autor tende a considerar a Europa o centro do mundo. Talvez o maior mérito do ensaio esteja no fato de reconhecer — sendo o autor — que Hitler não conquistou a Inglaterra por planejar tê-la como aliada contra Stalin.

Entretanto, do outro lado da colina havia mais que a Europa. Os generais atribuíam a Hitler razões emocionais para as diversas campanhas. Mas não poderiam adivinhar seus sonhos de conquistas.

Um oportuno prefácio à edição brasileira, de Ernani Ayrosa da Silva, resalta uma das omissões do autor, que não cita a Força Expedicionária Brasileira. Hitler também não deve ter dado muita importância à FEB. E foram estas forças do outro lado da colina, aliadas, que venceram a guerra.

Roberto Braga

(Transcrito de "O Globo")

Cimento, base de desenvolvimento.



Capão Bonito - SP

A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

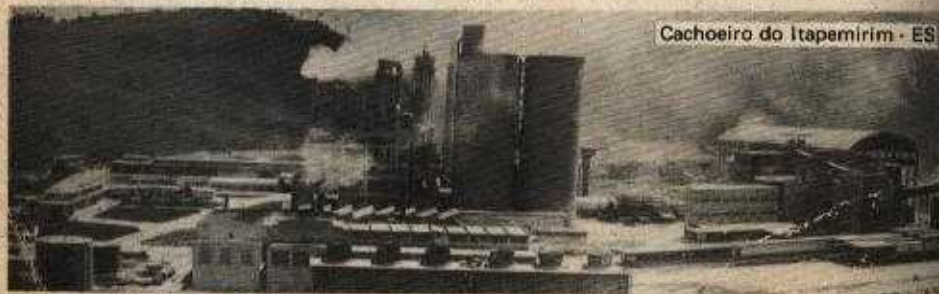
Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim—ES e a outra em Capão Bonito—SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectrômetro de Raio—X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.



Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP